

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

FÍDIAS GOMES SIQUEIRA

Inimigo íntimo: um estudo sobre a segregação e a violência nas fronteiras entre a política e a psicanálise.

Belo Horizonte

2016

FÍDIAS GOMES SIQUEIRA

Inimigo íntimo: um estudo sobre a segregação e a violência nas fronteiras entre a política e a psicanálise.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Estudos Psicanalíticos

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Andréa Maris Campos Guerra

Belo Horizonte

2016

150

S618i

Siqueira, Fídias Gomes

2016

Inimigo íntimo [manuscrito] : um estudo sobre a segregação e a violência nas fronteiras entre a política e a psicanálise. / Fídias Gomes Siqueira. - 2016.

210 f.

Orientadora: Andréa Maris Campos Guerra.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Puberdade. 3. Adolescência – Teses. 4. Violência – Teses. 5. Segregação – Teses. 6. Psicanálise - Teses. I. Guerra, Andréa Maris Campos. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Fídias Gomes Siqueira

Inimigo íntimo: um estudo sobre a segregação e a violência nas fronteiras entre a política e a psicanálise.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Estudos Psicanalíticos

Prof.^a Dr.^a Andréa Maris Campos Guerra (Orientadora) – UFMG

Prof.^a Dr.^a Cristiane de Freitas Cunha Grillo – UFMG

Prof.^a Dr.^a Maria José Gontijo Salum – PUC MINAS

Belo Horizonte, de fevereiro de 2016.

“A verdade é esta: a vida tem fome de fronteiras” (Couto, 2013, p. 196).

AGRADECIMENTOS

Agradeço à UFMG e à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Psicologia, especialmente à Prof.^a Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento pela colaboração.

À minha querida orientadora, Prof.^a Andréa Maris Campos Guerra pela aposta e pelo laço de confiança que nos ligou ao trabalho e, especialmente, por ter me estendido os braços e amparado em um momento peculiar da vida.

À Prof.^a Maria José Gontijo Salum, porque antes mesmo de ter aceitado participar do meu Exame de Qualificação e da banca de defesa, foi quem me apresentou, ainda na graduação, as perspectivas do trabalho com a juventude nas políticas públicas e na relação entre a Psicanálise e o Direito.

À Prof.^a Cristiane de Freitas Cunha Grillo, pela delicadeza ao aceitar meu convite e por suas contribuições.

A todos os meus colegas de mestrado, em especial Ely Fernandes, Liliane Santos, Mariana Vidigal, Mariana Aranha.

Ao Rodrigo Lima pela disponibilidade, presteza e precisão na transcrição e tradução, demonstrando que a solidariedade constrói redes.

Ao meu pai, pelo que me transmitiu de seu amor e pelo que ficou de bom.

À minha mãe pela doçura, pela força e pela presença desde sempre.

Aos meus irmãos – Lucrécio e Evonir - que partiram no tempo que tinha de ser. E aos que tem estado sempre comigo por todos os dias: Lenira, Galeno, Bolivar e Érika.

Enfim, aos meus sobrinhos queridos, meus cunhados e cunhadas, demais familiares, em especial minhas primas Maria e Elenice.

Ao meu amigo Amauri Carlos Ferreira, pelo seu modo peculiar de se fazer presente no mundo demonstrando-me o valor do gesto.

Aos demais amigos e amigas, pela presença e pela ausência nos tempos da aventura da escrita... com grande alegria: Josi, Ana Doty, Maria Inês, Tatiana Goulart, Ana Cláudia Oliveira, Alessandro Santos, Juliana Gualberto, Marcos Miranda, Luciene Almeida, Fábio Lerbach, Cláudia Calmon, Jaynner Dias, Maura Guimarães, Marlete Soares, Sérgio Ribeiro, Ana Maria Franca.

Em especial, Michele Duarte Silva, amiga e grande companheira nesse longo percurso de trabalho, a quem sou grato pela aposta, pelo apoio irrestrito e pela confiança.

À Secretaria de Estado de Defesa Social, em especial a toda equipe das Diretorias e dos Programas da Coordenadoria Especial de Prevenção à Criminalidade – Programa Fica Vivo!, Programa Mediação de Conflitos, Presp e Ceapa. Com carinho agradeço Tati Lemes, Carol Ferreira, Luiz Carlos, Renata Satler, Michelle Gangana.

Agradeço aos que me possibilitaram a oportunidade de estar nesses espaços e contextos que exigem coragem: Márcia Cristina Alves, Ludmilla Feres Faria. Nos últimos tempos ao Talles Andrade e às demais pessoas com quem trabalhei no campo da prevenção à criminalidade e nas políticas públicas em geral.

Agradeço aos Técnicos Sociais do Programa Fica Vivo!, Estagiários, Gestores dos Centros de Prevenção à Criminalidade; à Maria dos Anjos; aos adolescentes e jovens do programa em todas as localidades que tive a oportunidade de conhecer, trabalhar, orientar e coordenar. Um agradecimento especial a todos os oficinairos do Programa que em sua luta diária não recuam frente ao real.

Às demais pessoas, pelo encontro que sempre nos ensina e nos desafia...

Minha gratidão!

RESUMO

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa que teve como objetivo principal investigar a violência como uma das respostas dos adolescentes e jovens brasileiros aos problemas colocados pela segregação no mundo contemporâneo, buscando estabelecer possíveis relações entre segregação, violência, adolescência e juventude. A violência cotidiana e o contexto de criminalidade violenta que levam à morte de adolescentes e jovens negros, pobres, do sexo masculino, moradores de periferias e favelas das grandes cidades brasileiras, foram consideradas também em relação às situações de exclusão social. Além disso, realizou-se uma revisão teórica a respeito dos termos segregação, violência, puberdade, adolescência e juventude a partir de autores clássicos e contemporâneos que trabalharam os respectivos termos, identificando como os mesmos se encontram definidos e articulados ao pensamento psicanalítico, social, filosófico, científico e político atuais. Além disso, buscou-se identificar nos dados analisados os principais pontos que articulam adolescência, juventude, agressividade, violência, morte e segregação, considerando a incidência do discurso científico e do discurso do capitalista na subjetividade contemporânea. A partir da metodologia de pesquisa em psicanálise, realizou-se um estudo de caso e a análise dos dados foi realizada a partir da transcrição literal do mesmo, utilizando-se o método psicanalítico da *transliteração*. A partir da singularidade do caso, sem produzir generalizações, procuramos identificar como a segregação se estrutura e se articula entre os aspectos subjetivos e políticos.

PALAVRAS-CHAVE: Puberdade – Adolescência – Juventude – Violência – Segregação

ABSTRACT

The present work is the result of a research that had, as its main objective, to investigate the use of violence as one of the responses employed by Brazilian adolescents and youth to the problems set in place by the contemporary segregation, in an attempt to ascertain possible relations between segregation, violence, adolescence and youth. The everyday violence and the overall context of violent criminality that lead to the death of black, poor, male adolescents, residents of slums and the suburbs of large Brazilian cities were also considered in relation to the social exclusion situations. Furthermore, a theoretical review of the keywords segregation, violence, puberty, adolescence and youth was also carried out, comprehending classic and contemporary authors who work with the respective terms, identifying how these are defined and articulated to the current psychoanalytic, social, philosophical and political thought. Additionally, an attempt to extract, from the analyzed data, the key points that allow for the association between adolescence, youth, aggressiveness, violence, death and segregation was made, considering the incidence of the scientific and capitalist discourses upon the contemporary subjectivity. Utilizing the psychoanalytic research methodology, a case study was developed and the data analysis was made based on its literal transcription, making use of the psychoanalytical method of *transliteration*. Assuming the singularity of the case, without yielding to generalizations, we tried to identify how segregation structures and articulates itself between the subjective and political aspects.

KEYWORDS: Puberty – Adolescence – Youth – Violence – Segregation

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. POR UMA DISCUSSÃO ENTRE A POLÍTICA E A PSICANÁLISE	13
2.1 A morte de adolescentes e jovens brasileiros	14
2.2. Tempos de guerra, tempos de paz	16
2.3. A violência	22
2.4. Do fim da tradição às origens do totalitarismo	28
2.4.1 A estrutura do totalitarismo	30
2.5 Os domínios da biopolítica na sociedade	35
2.6 Racismo e gozo	42
2.7 O paradigma do campo de concentração e a vida nua	44
2.8 A constituição da exceção e a exclusão-inclusiva	46
2.9 O Estado de exceção	50
2.10 Modernidade, holocausto e segregação	51
2.11 O que restou do homem?	53
2.12 Das ordens de ferro e dos sujeitos descartáveis	55
3. DA CAÇA ÀS BRUXAS À DESCOBERTA DA PSICANÁLISE	59
3.1 Por uma metapsicologia da segregação em Freud	63
3.2 Da perspectiva mítica ao mal-estar social	73
3.2.1 A condição dos judeus na civilização	80
3.3 A noção de agressividade em Lacan	82
3.4 Afeto e resto no horizonte da angústia em Lacan	87
3.5 Da noção de discurso ao mais-de-gozar	91
3.6 Das classes que não contêm a si mesmas	100
3.7 De um discurso que não seja segregatório	102
3.8 Da segregação ao real no século XXI	105
4. PUBERDADE, ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE	110
4.1 Freud e o despertar da puberdade	110
4.1.1 Freud e Aichhorn: adolescência e desamparo	113
4.2 Lacan e <i>O despertar da primavera</i>	117
4.3 Adolescência como sintoma da puberdade	119
4.4 O despertar da adolescência	121
4.5 A patologização da adolescência	124
4.6 A ‘tendência ao agir’ e a relação com o Outro	126
4.7 Os jovens, suas marcas, seus modos de vida	130
4.8 O curto-circuito da adolescência frente à violência e à criminalidade	132
4.9 O lugar da juventude na cultura	134
4.10 Adolescência: tentativas arriscadas de existir	136
4.11 Em direção à adolescência	139
5. JUVENTUDE, POLÍTICAS PÚBLICAS E METODOLOGIA	142
5.1 Juventude: perspectiva entre a vida e a morte	142
5.2 Políticas públicas para juventude no Brasil	143
5.3 O Programa Fica Vivo! e o encontro com os jovens	145
5.4 Apresentação do projeto de pesquisa	149

5.4.1 A construção do estado da arte	150
5.4.2 Metodologia de pesquisa: método como caminho, clínica como direção	151
5.4.3 Descrição metodológica	154
5.4.4 A <i>transliteração</i> na análise dos dados em pesquisa psicanalítica	157
5.5 Apresentação do caso: ‘Novato’ – um jovem entre as fronteiras da vida	160
5.5.1 Discussão do caso	177
6. CONCLUSÃO	190

REFERÊNCIAS

1. INTRODUÇÃO

A morte de adolescentes e jovens tem sido uma realidade no Brasil e suscita debates, pesquisas e possibilidades de intervenção. O aumento dos dados estatísticos aponta uma preocupação para as políticas públicas. Entre as questões e explicações encontradas, surgem contextos de violência, exclusão e segregação que circunscrevem a realidade desse público.

A presente dissertação é resultado de uma pesquisa que se inicia tendo no horizonte a morte de adolescentes e jovens brasileiros na faixa etária de 14 a 25 anos, negros, pobres, do sexo masculino, moradores de favelas e periferias de nossas grandes cidades. Perguntamos se a violência é uma das respostas dos adolescentes e jovens aos problemas colocados pela segregação no mundo contemporâneo, sendo a morte a consequência radical da exclusão, da violência e da segregação.

A pesquisa se orienta pela teoria psicanalítica, mas os problemas colocados não poderiam ser pensados sem a contribuição de outras áreas de conhecimento. Essa dissertação se encontra dividida em quatro capítulos, onde os termos segregação, violência, puberdade, adolescência e juventude são analisados de acordo com o objetivo de cada capítulo, mas sempre articulados aos objetivos geral e específicos colocados pela pesquisa. Adiante, apontamos um resumo do que foi tratado em cada capítulo e a maneira como estruturamos a dissertação.

No primeiro capítulo, articulamos as diferentes concepções de autores clássicos e contemporâneos da psicanálise e da filosofia crítica moderna, ressaltando aspectos que aproximam ou distanciam a relação entre segregação e violência, as mudanças quanto à situação dos adolescentes e jovens no mundo contemporâneo. Nossa discussão sobre os efeitos da segregação no mundo é subsidiada pelas contribuições da psicanálise e da filosofia, pois, a segregação modifica a ordem da política e da subjetividade. As transformações da modernidade são portadoras do desenvolvimento que rompe fronteiras, articula novos discursos e tecnologias de controle da vida, produz comunidades de gozo e objetos de consumo, acirrando cada vez mais a segregação em nossa sociedade globalizada.

No segundo capítulo, realizamos uma pesquisa sobre a segregação, ressaltando que esse termo não faz parte da concepção teórica da psicanálise, embora tenha sido a partir dos seus efeitos no mundo que a teoria psicanalítica também se estruturou. Os contextos que impõem questionamento à ciência da época possibilitaram perceber como o método investigativo de Freud possibilitou fundamentar uma teoria que não se furtou a tratar daquilo que se encontrava segregado no mundo. Posteriormente, verificamos como os efeitos da

segregação no mundo permitiram a Lacan antecipar que tais processos se tornariam cada vez mais presentes. E, já no século XXI, percorremos as discussões mais recentes sobre a apreensão de alguns autores da psicanálise sobre os novos modos de manifestação da segregação na contemporaneidade.

No terceiro capítulo, tratamos especificamente da discussão sobre puberdade, adolescência e juventude, a partir da teoria psicanalítica – Freud, Lacan e autores atuais, extraindo as contribuições de diferentes épocas e os problemas colocados pela adolescência e juventude desde então. Ressaltamos também o lugar do jovem no mundo contemporâneo, eminentemente submetido à condição de consumidor na sociedade capitalista, mas também objeto de nomeações e classificações científicas cada vez mais regulamentadoras, apontando como se torna complexa a aproximação entre adolescência e infração, juventude e violência.

No quarto capítulo, iniciamos a discussão sobre a juventude a partir do enfoque sociológico e de algumas análises sobre as políticas públicas para adolescentes e jovens no Brasil, uma vez que a violência se destaca na cena da cidade. Apontamos ainda as mudanças em relação ao significado da juventude para diferentes épocas, o motivo da sua entrada na agenda política, e algumas respostas para o problema da morte de jovens, como a experiência do Programa Fica Vivo! em Minas Gerais, no qual o pesquisador trabalhou por onze anos. E, por uma questão de encadeamento lógico, apresentamos em seguida a discussão sobre a metodologia de pesquisa em psicanálise, o método de investigação e de análise de dados, finalizando com a apresentação de um caso resultante da entrevista a um jovem do Programa Fica Vivo!, cuja análise permite situar os efeitos da segregação, as situações de exclusão e inclusão e as respostas do sujeito.

Finalmente, apresentamos as conclusões extraídas da articulação entre a teoria e o caso, considerando que a peculiaridade do método de investigação da psicanálise não pretende produzir generalizações ou tirar a prova da teoria, mas demonstrar que a singularidade do caso permite afirmar a existência de uma lógica na estrutura da segregação, operando entre determinação e contingência, a partir da qual cada sujeito construirá formas de enlaçamento social. E, se nem todas as perguntas levantadas encontraram respostas, a própria complexidade do tema é uma provocação para futuras investigações.

2. POR UMA DISCUSSÃO ENTRE A POLÍTICA E A PSICANÁLISE

Existem diversas possibilidades para se pensar a situação da violência entre adolescentes e jovens brasileiros. A perspectiva adotada a partir da teoria psicanalítica não pretende sozinha responder ao problema. Nem mesmo a perspectiva filosófica e política conseguirão responder isoladamente.

Desse modo, não se trata de construir uma resposta única, nem uma condensação das diversas concepções teóricas sobre o tema, mas situar os diversos pontos de vista que contribuam para a reflexão sobre o tema dessa investigação, considerando que recorrer a autores clássicos e contemporâneos permite situar suas diferentes contribuições para pensar o problema da segregação e da morte de adolescentes e jovens na atualidade brasileira.

Assim, a perspectiva de trabalho requer uma abertura para o ponto em que cada área do conhecimento apresenta sua contribuição. Nesse sentido, Iannini e Safatle (2015) propõem que

a política não precisa ser pensada apenas como reflexão estruturada sobre as formas das identidades coletivas em sua pretensa autonomia. Se a psicanálise tem consequência para o pensamento político é por ela trazer uma concepção nova de conflito, de diferença e de singularidade com implicações sobre a economia de relações entre sujeito e sociedade. (p. 37)

Ainda conforme Iannini e Safatle (2015), a psicanálise não se contentou em ser uma clínica do sofrimento psíquico, mas se propôs a pensar o sujeito lançando luzes na dimensão social de seu sofrimento e de suas expectativas de criação social. Desse modo, a psicanálise deu ensejo a uma reflexão sobre as potencialidades de pensarmos formas renovadas do político e de seus vínculos.

A perspectiva dos autores acima é de que a política não precisa se restringir apenas aos fenômenos coletivos, indicando que a psicanálise também tem contribuições ao campo social. Existem diversos pontos de intersecção e diferenças, sem que uma se sobreponha à outra. Por isso é pertinente a afirmação de Freud (1933/1976) de que a psicanálise não possui uma *Weltanschauung*, isto é, uma concepção ou visão de mundo própria, oferecendo respostas a todas as questões. Trata-se muito mais de um exercício de articulação conceitual que de imposição de uma verdade.

Por isso, pensar as formas do político na atualidade, a partir das contribuições da psicanálise, significa considerar cada vez mais que a subjetividade no mundo não está dissociada dos eventos sociais e da política. Assim, também é importante não perder de vista como as formas do político produzem efeitos na subjetividade contemporânea.

Se o tema da presente investigação suscita questões para a política e para a psicanálise, é importante considerar como as formas do político contribuem para a produção de segregação e, como a subjetividade de cada época responde aos efeitos dessa mesma segregação no mundo contemporâneo.

Desse modo, os caminhos trilhados são aqueles dos acontecimentos do mundo, onde as situações de segregação impuseram questões à psicanálise, e onde a subjetividade impõe questões à política e à filosofia. Mesmo assim, deve-se considerar que as modificações sem precedentes ocorridas na ordem do mundo constituem sempre um desafio para o pensamento psicanalítico, político e filosófico atuais.

Certamente, muitos serão os efeitos que incidirão sobre a subjetividade e sobre as formas de vida no mundo contemporâneo. Na atualidade, a expressão violenta e o ranço de extermínio encontrados na mortalidade da juventude brasileira convocam à investigação.

2.1 A morte de adolescentes e jovens brasileiros

A violência entre adolescentes e jovens, e conseqüentemente, a elevação das taxas de homicídios no Brasil nos últimos anos, constituem o ponto de partida da presente investigação. Os efeitos da violência na sociedade apontam para uma realidade que destaca especialmente, a situação dos adolescentes e jovens negros, pobres, do sexo masculino, moradores de aglomerados, favelas e periferias das grandes cidades.

Segundo Soares (2004), está em curso no Brasil um verdadeiro genocídio, cujos efeitos da violência na sociedade são percebidos como uma barbárie cotidiana que não se distribui aleatoriamente, pois, “como tudo no Brasil, também a vitimização letal se distribui de forma desigual: são, sobretudo os jovens pobres e negros, do sexo masculino entre 15 e 24 anos, que têm pago com a vida o preço de nossa insensatez coletiva”. (p. 130)

Sabendo-se que são jovens negros, pobres e moradores de periferia que constituem a parcela da população mais atingida pela violência (Waiselfeisz, 2012), também se destaca a tendência à naturalização da criminalidade violenta nos grandes centros urbanos, principalmente quando se trata do homicídio entre adolescentes e jovens.

A vida desses adolescentes e jovens não é marcada desde sempre por essa violência letal, encontrando-se permeada por aspectos violentos no contexto social, territorial e familiar. Eles apresentam, em seu limiar, percursos ou trajetórias de vida marcadas por uma exclusão

que perpetua a violência e reforça sua naturalização. Desse modo, num mundo que sempre lhes pareceu hostil, suas tentativas de inserção terão como ponto de partida a exclusão.

Caberá discutir a situação das rupturas vividas por esses adolescentes e jovens, bem como a ruptura dos seus vínculos com a família e com as instituições, e a reconstrução da trajetória por outras vias, aderindo a novos grupos. Além disso, será necessário tratar das barreiras sociais que favorecem muito mais a exclusão do que a inclusão.

Nessa luta pela sobrevivência, não está em jogo somente a busca de recursos financeiros. O problema da exclusão também se relaciona ao que Soares (2004) destaca sobre a invisibilidade e a indiferença, pois, “uma das formas mais eficientes de tornar alguém invisível é projetar sobre ele ou ela um estigma, um preconceito”. (p. 132)

Se a situação de exclusão vivida pelos adolescentes e jovens é marcada pela invisibilidade, decorrente da indiferença, Soares (2004) ressalta que esta leva a anular a pessoa e fazer desaparecer nela o singular. Para o autor, a herança desse tratamento são jovens que transitam invisíveis pelas grandes cidades e que na busca pela recuperação da visibilidade, demonstram um apelo frustrado e contraditório, lançado do fundo da impotência e do desamparo.

A solução encontrada na violência muitas vezes leva ao pior, pois, “a carreira do crime é uma parceria entre a disposição de alguém para transgredir as normas da sociedade e a disposição da sociedade para não permitir que essa pessoa desista” (Soares, 2004, p. 145). Essa disposição da sociedade é o que muitas vezes não ocorre, tendo em vista sua ação excludente e segregatória.

A partir daí, busca-se investigar neste capítulo, a constituição de uma concepção sobre a segregação na psicanálise. A perspectiva em que ela se apresenta é a das relações sociais. E, por isto, será discutido em capítulo específico o contexto em que as políticas públicas buscam alguma solução para o problema, mesmo que suas respostas sejam medidas compensatórias, que, se minimizam as situações de exclusão, não colocam o Estado como principal responsável pela garantia da cidadania e dos direitos desses adolescentes e jovens.

Trata-se de apontar também a existência de um hiato no campo das políticas públicas para a adolescência e juventude em função do caráter de exclusão a que estão sujeitos, onde deparamo-nos cada vez mais com a redução de lugares que possam incluir, acolher e suportar os adolescentes e jovens em sua diferença radical.

Nesse sentido, a presente pesquisa se realiza a partir da Psicanálise na interface com outras disciplinas (Guerra & Martins, 2013), condição esta que promove a articulação entre as diferentes áreas de conhecimento sobre o problema, contribuindo para lançar inquietações que

despertaram o interesse pela investigação e pesquisa acadêmicas, exigindo sua formalização teórica.

O conceito de violência será um ponto importante na presente investigação. A especificidade do modo como se apresenta – mortalidade juvenil e elevação das taxas de homicídios entre adolescentes e jovens – servirá como base para uma discussão que não se encerra, mas abre o questionamento por sua articulação com a segregação.

Concordando com Waiselfeisz (2012), que se trata de uma violência letal, em seu grau extremo, que representa a ponta visível do iceberg da modernidade de nossas relações sociais, torna-se necessário pensar que o número de mortes na faixa etária de 15 a 24 anos é comparado a situações de guerra. Se tal situação impulsiona a violência homicida no Brasil, soma-se a isso o fato do termo “juventude” estar intimamente associado à violência na atualidade.

Não se trata apenas de investigar a situação dos adolescentes e jovens envolvidos em situações de criminalidade violenta e vitimização por homicídios, mas compreender as motivações que associam a adolescência e juventude em geral à violência, uma vez que enquanto categoria social, a primeira sempre esteve associada a transição, enquanto a segunda à mudança e à transformação.

Esse pano de fundo que a adolescência constitui para a juventude, ao final, descortinará uma realidade da nossa sociedade. Se os autores acima consideram que os efeitos dessa violência estão intrinsecamente relacionados à indiferença social, pode-se concordar que isso se verifica não somente em relação ao lugar ocupado pelos adolescentes e jovens na sociedade, mas também a uma inexistência de lugar para os mesmos.

Desse modo, pensar a situação de adolescentes e jovens negros, do sexo masculino, moradores de favelas, no contexto da sociedade brasileira, exige um exercício para compreender que há uma guerra travada entre atores que caminham para a morte diante de uma sociedade que lhes oferece a indiferença, tornando-os quase inexistentes. Compreender os efeitos de um contexto de guerra e o que ela desperta de mais arcaico nos homens, a partir do item seguinte, auxiliará a reflexão sobre nossas guerras cotidianas.

2.2 Tempos de guerra, tempos sem paz

Um dos contextos analisados por Freud (1915a/1974) é o da desilusão diante da guerra e o outro é a nossa atitude frente à morte. Se os próprios Estados desrespeitavam as exigências

de renúncia feita aos homens, o que a guerra produziu foi terror e sofrimento, além interromper o desenvolvimento das relações éticas entre os homens. Mostrou-se mais destrutiva e comprovou que o Estado monopoliza a prática do mal que proíbe aos seus cidadãos. A baixa moralidade do Estado e a brutalidade dos indivíduos provocam o sentimento de desilusão. Se o mal não pode ser erradicado, tal contexto também expôs a essência profunda da natureza humana e suas pulsões destrutivas.

Nesse sentido, o contexto da guerra demonstra a tendência a eliminar a morte da vida. A morte perde seu caráter natural. E seu tratamento convencional deixa de existir enquanto acontecimento fortuito. Assim, a guerra coloca a nu o homem primevo e o estranho é tornado inimigo. É interessante ressaltar como esta afirmação de Freud (1915a/1974) antecipa as discussões mais atuais de Foucault (1976/2010) e Agamben (2010) acerca dos mecanismos da biopolítica que retiram da morte seu sentido.

Se há uma proximidade de alguns autores sobre os efeitos da guerra, cabe ressaltar que sobre o tema da paz existe um antagonismo. Arendt (1949/1989) afirma que o fim¹ da guerra é a paz ou a vitória, com esta duplicidade que o sentido comporta. Mas, segundo a autora, para a pergunta – qual é o fim da paz? – não há resposta, pois, se a paz é um absoluto, “os períodos de guerra quase sempre superaram os períodos de paz” (p. 41). Entretanto, partindo da proposição freudiana - “se queres preservar a paz, prepara-te para a guerra” (Freud, 1915a/1974, p. 339) -, o que a psicanálise considera é que há o mal-estar, situando a pulsão de morte no contexto da civilização. Como consequência, não há como ter paz.

Dos aspectos acima que se coadunam com a presente investigação - a morte e a guerra -, presentes no cotidiano das grandes cidades brasileiras, cabe ressaltar que possuem diferenças em relação ao contexto a que se referiam os autores acima. Essa guerra é interna, situada, localizada e dirigida. Não objetiva a expansão territorial, mas o seu oposto, a demarcação das fronteiras sociais. E a morte nunca foi tão destituída de sentido, encontrando seu lugar somente nas estatísticas, atendendo perfeitamente ao contexto biopolítico descrito por Foucault (1976/2010) sobre a gestão disciplinar e regulamentadora do biopoder.

Ainda sobre o contexto da guerra, Freud (1933a/1976) foi surpreendido por Albert Einstein que lhe indagou sobre a possibilidade de livrar a humanidade da guerra e apresentar o problema da paz à luz da psicanálise. A resposta de Freud será a partir da relação entre o direito e o poder, quando este é substituído pela violência.

¹ Grifo nosso

Freud (1933a/1976) situará a resolução de conflitos entre os homens através da violência. Fato curioso, já que Arendt (1969/1994) também afirma que a violência surge quando o poder se desagrega, ou seja, quando se perde a capacidade de agir em conjunto. Entretanto, o fio condutor entre ambos parece se aproximar através do pensamento político e se distanciar entre o direito e a filosofia. Adiante veremos como Arendt (1969/1994) discutirá a relação entre violência e poder.

Ao retomar a proposição sobre a resolução de conflitos através da violência, Freud (1933a/1976) ressaltará o princípio da superioridade da força muscular, substituído por instrumentos, tornando-se vencedor aquele que possuía as melhores armas ou maior habilidade em seu manejo. Com a introdução das armas, a força muscular foi substituída pela superioridade intelectual.

Se o objetivo da luta permanecia o mesmo, Freud (1933a/1976) ressalta que a violência do vencedor deveria eliminar o adversário, matando-o. Isso eliminaria a oposição e dissuadiria os demais. Descobre-se que ao invés de matar existe a possibilidade de escravizar o inimigo com o uso da violência. Ao poupar a vida do inimigo, o vencedor se preocupa com a própria segurança, mas a dominação provém daquele que tiver poder maior.

Outro caminho é apontado por Freud (1933a/1976) quando se trata da passagem da violência ao direito ou à lei, através da descoberta de que a união de diversos indivíduos fracos poderia se opor à força superior de um único indivíduo. Nesse sentido, a lei é compreendida como força de uma comunidade, mas ela é também violência. Volta-se contra aquele que se lhe oponha.

Seguindo essa reflexão, Freud (1933a/1976) afirma que a prevalência da violência de uma comunidade é condição para a transição da violência ao direito ou justiça. Tal comunidade se organiza para instituir autoridades que garantam o respeito aos regulamentos.

O fato é que quando se transfere poder a uma unidade maior, isso não é sem violência. E acompanhando a análise de Freud (1933a/1976), duas diferenças surgem, sendo a primeira para o caso de uma comunidade com poucos indivíduos fortes, cuja manutenção se sustentará na determinação da lei para que cada indivíduo abra mão de sua liberdade pessoal de usar a força para fins violentos; e quando a comunidade abrange elementos de força desigual, a sua justiça passa a exprimir graus desiguais de poder nela vigentes.

As afirmações acima são fundamentais para pensar o estado atual de nossa sociedade. A atualidade dessa lógica encontra-se muito presente nas periferias das grandes cidades, onde a força da lei sempre retorna contra essa mesma comunidade. A transição da violência para a justiça parece não acontecer, e em muitos casos, a própria ação da justiça retorna de modo

violento contra a comunidade. Se a força desigual gera graus desiguais de poder, cabe destacar que em nossa sociedade, uma grande maioria encontra-se muito mais em condição de submissão do que de igualdade.

Freud (1933a/1976) ainda assinala que as leis deixam pouco espaço para os direitos daqueles que estão em estado de sujeição, enquanto os detentores do poder tentam se colocar acima das proibições. Se os oprimidos se esforçam para obter mais poder, tentam passar da justiça desigual para a justiça igual para todos. Entretanto, no contexto da nossa realidade social aqueles que detêm o poder vivem acima das proibições, isto é, produzem exceções, exclusão, criando brechas nas leis de modo que os processos de segregação se acirram a tal ponto que os oprimidos não conseguem sequer sair das relações de desigualdade.

Ocorre que há uma recusa dos dominantes em relação à mudança. Há o cenário para a guerra. E com isso ocorre a suspensão temporária da lei. Mas, conforme Freud (1933a/1976), o paradoxo das guerras é que estas falham como tentativa de restabelecer a paz e a lei que originalmente era força bruta, ainda hoje não pode prescindir do apoio da violência.

Há também formas de resistência daqueles que são dominados. Freud (1908/1976) observou que a civilização desempenha papel na economia do adoecimento psíquico de seus cidadãos. Tal como em nossa atual sociedade globalizada, observara que o contexto de desenvolvimento de sua época impunha a exigência de eficiência ao indivíduo, tudo isso em decorrência do progresso. Com isso surgia a pressa, a agitação, as crises políticas e financeiras, os conflitos religiosos, sociais e políticos.

E esta é a condição que Freud (1908/1976) destaca daqueles que por sua constituição indomável não concordaram com a supressão ou renúncia à satisfação pulsional: tornar-se um criminoso, um *outlaw* diante da sociedade. A maneira encontrada para sanar a injustiça dessa exigência de renúncia seria a desobediência às injunções morais. Assim, alguns indivíduos serão marginalizados e outros se refugiarão na doença.

Esta tem sido a condição de alguns adolescentes e jovens de nossa sociedade atual. Manter-se como um sujeito fora da norma produz intensa inquietação nas estruturas de uma sociedade disciplinar e regulamentadora. Cabe pensar que no âmbito de nossa sociedade, algumas tentativas de inserção desses irregulares é também uma política disciplinar, mais do que uma resolução para o problema da desigualdade.

Se a lógica da desigualdade implica a satisfação de uns frente à opressão de outros, esse é o ponto em que Freud (1927/1974) reafirma a presença da hostilidade entre homens e culturas diversas.

Freud (1933b/1976) analisou a *Weltanschauung* marxista, situando que esta encontrava sua força na justificativa da influência das circunstâncias econômicas sobre a vida dos homens. Entretanto, apresenta sua discordância porque os motivos econômicos não são os únicos que determinam o comportamento dos homens, pois, seriam as reações ou motivações humanas que concorriam para estabelecer tais condições, incluindo os efeitos da necessidade de autopreservação, dos impulsos e de proteção.

Freud (1933b/1976) analisa tal lógica considerando que há um desvio para o exterior dessas tendências agressivas que ameaçam a comunidade, ao mesmo tempo em que se apoia na hostilidade do pobre contra o rico e daquele que esteve impotente contra os governantes. Entretanto, enquanto não se desenvolver uma nova ordem capaz de atender às necessidades materiais das massas teremos de lutar “com as dificuldades que o caráter indomável da natureza humana apresenta a qualquer espécie de comunidade social” (p. 220). E é assim que as comunidades em que persistem as desigualdades parecem resistir.

Esse caráter da destrutividade, conforme Freud (1926/1976), antes da invenção das armas de longo alcance, só podia ser exercido de perto, pressupondo um contato físico, um engalfinhamento, pois, “isolar é remover a possibilidade de contato; é um método de evitar que uma coisa seja tocada de qualquer maneira”. (p. 145)

A afirmação acima é uma atualidade das nossas comunidades. Talvez seja indicativa dos efeitos que a segregação produz quando impõe o isolamento, reduzindo a possibilidade de contato. Mas o que nos ensinam as periferias e favelas quando expõe seus conflitos? E o que nos anunciam os adolescentes e jovens em situação de envolvimento com a criminalidade violenta quando entre eles se impõem os conflitos individuais ou coletivos? Pode-se dizer que o enfrentamento cotidiano do conflito demonstra também o isolamento daqueles que produzem a sua segregação.

Assim, Freud (1933a/1976) ressalta que o advento da guerra põe a nu as pulsões destrutivas do homem e a função destas na guerra. Colocando a pulsão de morte no centro da discussão, afirma a impossibilidade de eliminar as inclinações agressivas do homem. E nenhuma igualdade fará com aquelas desapareçam. Eis o motivo pelo qual afirma que dentro de uma comunidade “o método não menos importante que empregam para manter juntos os seus adeptos é o ódio contra qualquer pessoa além de suas fronteiras” (p. 255) - mecanismo do qual nos ocupamos mais adiante.

Ainda sobre as perspectivas que a guerra revela sobre o homem, Lacan (1947/2003) ressaltou que os perigos da humanidade viriam dos sombrios poderes do *supereu*,

possibilitando pensar nos aspectos de imperativo categórico de satisfação ou na dimensão real dos crimes cometidos.

Com isso, Lacan (1948/1998) situa a *pulsão de morte* no centro da noção de agressividade, desenvolvendo cinco teses sobre a mesma, destacando-se delas a afirmação de que a agressividade se manifesta numa experiência que é subjetiva, implicando uma relação dialética; possuindo um caráter de intencionalidade e um efeito desagregador. Se o diálogo constitui uma renúncia à agressividade, afirma que tal dialética fracassa. Da relação erótica consigo mesmo, através da organização chamada *eu*, da qual decorre um conflito interno causado pelo despertar do seu desejo pelo objeto do desejo do outro; tal relatividade agressiva implica um nó central da agressividade sob a forma de *ressentimento*. E, por último, a idéia da agressividade dada pelas coordenadas intencionais do eu, indicando o papel dessa agressividade na neurose e no mal-estar na civilização, o que possibilitará ligá-la a um uso social indispensável, daí sua aceitação nos costumes.

Assim, Lacan (1948/1998) ainda pensa a guerra como portadora de progresso, mas exigindo a adaptação dos adversários, fundada na aliança entre a necessidade ou a identificação. A guerra exige dos sujeitos cada vez mais neutros em sua agressividade, revelando também a fissura no homem ‘liberado’ da sociedade moderna; não deixando também de ressaltar o papel da ciência em responder aos anseios sociais pelo estabelecimento e garantia de formas punitivas e excludentes.

Ainda para Lacan (1967a/2003), o contexto da Segunda Guerra Mundial evidenciou o aspecto mais sombrio da tensão entre a civilização, os homens e as minorias. E o fato mais real foi o campo de concentração, do qual se evidenciou os efeitos dos remanejamentos dos grupos sociais pela ciência.

Como consequência dos avanços da ciência, cabe destacar que Lacan (1950a/1998) situa os modos pelos quais uma sociedade pode recorrer para excluir o mal através de um recurso externo. Novamente, não se pode desconsiderar que o papel da ciência é destacado nessa solução. É a referência ao tratamento do criminoso pela psicanálise que possibilita contrapor à contribuição científica a solução para esse mal-estar. Esta solução é portadora de uma concepção sanitária.

Para Lacan (1950b/2003), toda sociedade ao tomar o criminoso por bode expiatório evidencia a função de real que eles garantem ali. Alertando para os perigos da concepção da pena relacionada à desumanização do criminoso, assegura que a psicanálise irrealiza o crime, mas não desumaniza o criminoso, isto é, a psicanálise compreende o crime em sua dimensão de real e o que revela no sujeito culpado não o exclui da sociedade humana.

Desse modo, se o contexto das guerras possibilitou situar a agressividade no ser do homem, estabelecendo as modalidades e motivações em que esta se dá, seja na relação de um indivíduo com outro, seja de um ou vários indivíduos em relação a um grupo ou sociedade, cabe também verificar adiante, como distintos autores pensaram a violência em relação à sua época.

2.3 A violência

É também o contexto de revoltas e guerras que leva Arendt (1969/1994) a refletir sobre a violência. Ao situar a violência no âmago da experiência política, a autora não a trata como fenômeno em si, mas questiona seu desaparecimento nas relações entre os Estados como significado do fim do poder.

Ao tratar da natureza do poder, Arendt (1969/1994) se refere à velha noção de poder absoluto, representado em suas variáveis – monarquia, oligarquia, aristocracia, democracia – acrescentando a mais formidável estrutura de dominação: a burocracia. Um sistema onde nenhum homem pode ser tomado como responsável, um terreno chamado domínio de ninguém.

Na situação de domínio do homem pelo homem, Arendt (1969/1994) trata a burocracia como elemento de dominação, uma vez que esse território de ninguém se torna o ponto chave da tirania. Diferente de outros regimes, na burocracia não existe alguém que se possa questionar, tornando impossível a localização da responsabilidade e a identificação do inimigo.

A partir do que a autora acima apresenta sobre a burocracia ressaltamos a articulação ao presente estudo, pois, o regime no qual a burocracia se funda está intimamente relacionado com a segregação e a morte de adolescentes e jovens na atualidade. Assim, a nossa realidade experimenta um sistema que pretende produzir normas que regulamentem a vida dos homens na sociedade, mas ao mesmo tempo, produz um intervalo – sempre irreduzível – entre seu objetivo e seu objeto. Ou seja, a burocracia é um poder que alimenta os processos de segregação e exclusão, mais do que reduz seus efeitos. Sujeitos são tomados como alvo, mortes como estatísticas e a eficácia do Estado medida por porcentagens quanto à adesão de jovens nos programas das políticas públicas. A burocracia encobre, ao distribuir a vida em índices de qualidade e eficácia, a dimensão real, política e societária em jogo nos processos segregatórios.

Ao prosseguir com suas definições, Arendt (1969/1994) afirma que o *poder* é a habilidade humana não só para agir, mas para agir em concerto; enquanto o *vigor* é privativo a uma pessoa ou objeto. Embora a *força* seja usada como sinônimo de violência e elemento de coerção indica a energia liberada pelos movimentos físicos ou sociais; enquanto a *autoridade* se refere ao investimento e reconhecimento daqueles a quem se pede que obedeçam, sem necessidade de coerção. Mas a *violência* se distingue por seu caráter instrumental, significando que depende da orientação e da justificação do fim que almeja, e para a autora, aquilo que necessita de justificação por outra coisa não pode ser essência de nada. E em sua combinação com o poder, em casos de dominação, é frequentemente encontrada em sua forma pura e extrema.

Se, para Arendt (1969/1994), o poder é a essência de todo governo, a violência não é. São distintos, embora apareçam juntos. O poder não precisa de justificação, pois, não sendo propriedade individual, necessita de legitimidade, é inerente às comunidades políticas. “A violência pode ser justificável, mas nunca será legítima” (p. 41). Necessita de um implemento de arbitrariedade e sua justificação perde em plausibilidade quanto mais o fim almejado distancia-se no futuro. A autora ainda esclarece que a legitimidade se sustenta a si mesma em um amparo ao passado, enquanto a justificação remete a um fim no futuro.

E acrescenta que a violência advinda do ódio é um lugar-comum, porque o ódio pode ser irracional ou patológico, como qualquer outro sentimento humano. Sendo possível criar condições sob as quais os homens são desumanizados - como os campos de concentração, a tortura, a fome – “mas isto não significa que eles se tornem animais; e, sob tais condições, o mais claro indício da desumanização não são o ódio e a violência, mas a sua ausência conspícua”. (p. 47)

A compreensão dessa afirmativa pode ser pensada na perspectiva de regimes totalitários, quando a criação de condições que visam desumanizar os homens demonstram que a pior face do processo é justamente por não considerá-los como homens, dispensando por parte do aparelho estatal qualquer tipo de sentimento. Pode-se também pensar que a burocracia possui estreita relação com essa ausência de sentimento nos processos que cria?

Por outro lado, Arendt (1969/1994) afirma que o ódio não é uma reação automática ao sofrimento, já que “o ódio aparece apenas onde há razão para supor que as condições poderiam ser mudadas, mas não são” (p. 48). Ao reagir com ódio à prontidão de um ato violento, mesmo sendo um remédio apropriado, indica que em determinadas situações a violência “é o único modo de reequilibrar as balanças da justiça”. (p. 48)

Essa talvez seja outra assertiva que retrata bem a nossa realidade social. De certa maneira, adolescentes e jovens reproduzem constantemente em suas narrativas as queixas sobre as injustiças sociais e sobre o Estado. Adiante, muitas dessas situações serão encontradas no caso entrevistado para o presente estudo.

Nesse sentido, Arendt (1969/1994) compreende que o racismo é uma ideologia, cuja violência na luta inter-racial é sempre assassina, mesmo sendo irracional, já que ao refletir sobre a consequência lógica e racional do racismo como um sistema ideológico explícito, também afirma

quanto maior é a burocratização da vida pública, maior será a atração pela violência. Em uma burocracia plenamente desenvolvida não há ninguém a quem se possa inquirir, a quem se possam apresentar queixas, sobre quem exercer as pressões do poder. A burocracia é a forma de governo na qual todas as pessoas estão privadas da liberdade política, do poder de agir; pois, o domínio de Ninguém não é um não-domínio, e onde todos são igualmente impotentes temos uma tirania sem tirano. (p. 58-59)

Ao refletir sobre a relação entre violência e política, Duarte (2004) segue a linha de pensamento arendtiano, destacando a violência como inerente aos processos políticos e ressaltando o “primado concedido à violência como a instância central de definição de toda relação política entre os homens”. (p. 36)

Para Duarte (2004) a distinção entre política e violência é o reconhecimento de que a política não se confunde nem se reduz à violência. Ao seu questionamento sobre a contradição ou complementaridade entre o aumento e disseminação da violência na cena política, a hipótese apresentada é de que “a violência se tornou o denominador comum da política contemporânea, o que permite unificar, a despeito de uma considerável diferença de grau e de forma entre elas, as democracias ocidentais e as suas antíteses, as dominações totalitárias nazista e stalinista”. (p. 40)

Frente ao temor da reinstituição de novos regimes totalitários, Duarte (2004) aponta a necessidade de se estar atento à presença efetiva de elementos totalitários e proto-totalitários nas modernas democracias de massa.

Concordando com a afirmação acima, cabe ressaltar que o referido temor deve ser considerado em nossa sociedade democrática – uma sociedade de massa –, que se torna cada vez mais um campo propício para o estabelecimento de mecanismos totalitários ou disfarçados de totalitarismo, visíveis ou sutis, mas a realidade é que tais mecanismos temidos já estão em funcionamento e exercem função de vigilância e controle.

Além disso, uma sociedade de massa é de extremo interesse à propaganda e sua população é facilmente fígada pela lógica do consumo que interessa ao capital. Entretanto, tais ofertas ou incentivos são concedidos no contexto de uma sociedade que segrega, sob a condição de que se permaneça nos lugares reservados ao isolamento e não se queira fazer parte dela.

Se, por um lado, Duarte (2004) afirma que a violência é o elemento central do político na época contemporânea, por outro, destaca o que chamamos de transformação do espaço público em mercado de trocas econômicas – ou globalização financeira ou neoliberalismo – não apenas como algo que traz a violência para o centro da vida política contemporânea, mas altera o caráter dessa violência, deixando de ser pensada como instrumental e tornando-se quase um fim em si mesmo.

Desse modo, Duarte (2004) afirma que

esta mesma lógica econômico-vitalista se repete ainda hoje nas sociedades pós-industriais desenvolvidas, continuamente às voltas com o paradoxo do crescimento econômico aliado ao crescimento do desemprego, da exclusão e da indiferença políticas, bem como no cotidiano miserável das periferias das grandes cidades subdesenvolvidas, em que a impossibilidade de trabalhar e consumir leva milhares de seres humanos continuamente à violência, a qual, por sua vez, requer mais violência estatal para que seja controlada, numa escalada interminável. (p. 48)

Duarte (2004) ainda destaca, numa sociedade que valoriza as atividades humanas a partir do sustento e potencialização da vida e da felicidade, ao custo da privação do direito ao trabalho e ao consumo, que a implicação na vida dos trabalhadores é indicada pela privação do direito à própria existência.

Segundo Duarte (2004), quando a política deixa de se ocupar com a liberdade e a espontaneidade envolvidas na ação e no discurso coletivos que visam a renovação e a manutenção da estabilidade do mundo público, assumindo o papel de força violenta capaz de derrubar qualquer barreira para alcançar seu objetivo primeiro, tem-se como consequência a tomada dos homens “como matéria bruta a ser consumida, descartada e aniquilada, como vem acontecendo não apenas nos campos de extermínio, mas nas linhas de produção do Terceiro Mundo e nas fábricas clandestinas de trabalho infantil e escravo”. (p. 49)

Para Duarte (2004), a aniquilação humana que se tornou meta nos regimes totalitários, continua a ocorrer em graus diferenciados, tanto nos conflitos bélicos entre os Estados como nas periferias do mundo globalizado, sempre às custas da satisfação de dois interesses: produzir e consumir.

Ao retratar o cenário das nossas sociedades, as afirmações acima são contundentes quanto aos efeitos e mudanças na ordem política e na subjetividade. Há um descompasso nas relações sociais, nas condições de vida, onde a convocação ao consumo é determinante da existência. Frente à impossibilidade de ultrapassar essa barreira imposta pelas condições econômicas, pelo trabalho e pelo consumo, as vidas de adolescentes e jovens negros de nossas favelas e periferias são anuladas e na maioria das vezes interceptadas pela morte, na tentativa de ultrapassar a barreira da segregação.

A partir das concepções acima, verificamos como Zizek (2014) tratou a violência. O autor propõe compreender a natureza da violência a partir dos curtos-circuitos entre diferentes níveis de poder e violência social, distinguindo a violência ativa e a violência que sustenta qualquer tentativa de minar o funcionamento do Estado – este tipo de violência é o que retorna da insatisfação da população sob a forma de protestos, atentados, etc. - sendo “por esse motivo que a reação do poder estatal contra aqueles que o ameaçam é tão brutal”. (p. 11)

Por isso se torna tão comum a preocupação do Estado com a manutenção e controle da ordem. Nesse sentido, os mecanismos e instrumentos de regulamentação são favoráveis ao controle exercido sob o pretexto da segurança do próprio Estado e, em nome disso, torna-se justificável qualquer ação brutal contra os cidadãos.

Ao apontar o paradoxo da violência, Zizek (2014) o faz a partir da identificação de uma violência que subjaz nos esforços que visam combater a violência e promover a tolerância. Destaca o autor que a violência subjetiva é a parte mais visível de um triunvirato que inclui dois tipos de violência: a violência “simbólica” encarnada na linguagem e a violência “sistêmica”, consistindo nas consequências muitas vezes catastróficas do funcionamento regular de nossos sistemas econômico e político.

Para Zizek (2014) a violência subjetiva é experimentada enquanto tal contra o pano de fundo de um grau zero de não violência, percebida também como uma perturbação do estado de coisas “normal” e pacífico; enquanto a violência objetiva é aquela inerente a esse estado “normal” de coisas, sendo também invisível. A violência sistêmica é, em contrapartida, também uma violência objetiva e anônima.

O alerta de Zizek (2014) é para o falso sentimento de urgência que domina o discurso humanitário em relação à violência. Trata-se de uma violência que não é só física e direta, mas possui formas sutis de coerção que sustentam as relações de dominação e exploração.

Desse modo, se para Zizek (2014) é preciso resistir ao efeito de fascínio dessa violência subjetiva, não se há como rejeitar a violência se a luta e a agressão fazem parte da

vida. Não sendo a violência uma agressão enquanto tal, seu excesso perturba o andamento das coisas, e livrarmo-nos desse excesso é a nossa tarefa.

Esse alerta é fundamental para conter a pressa em resolver o problema da desigualdade, da injustiça e da morte de adolescentes e jovens em nossa sociedade. Frente ao caráter de urgência com que se pretende resolver o problema, não se pergunta de quem é a urgência. Seria esta urgência muito mais dos adolescentes e jovens à beira da morte? Ou seria da nossa sociedade que tem como objetivo varrer de suas vistas esse mal, muito mais pelo incômodo causado do que pela resolução dos problemas que nos colocam?

Em última instância, Zizek (2014) aponta a operação ideológica existente na tentativa de condenar a violência como ‘má’, contribuindo para tornar invisíveis as formas fundamentais da violência social. E se as sociedades sensíveis a tantas formas de assédio mobilizam vários mecanismos que as tornam insensíveis às formas mais brutais de violência, sendo esta última entendida como alteração radical das relações sociais de base, “não fazer nada é a coisa mais violenta que temos a fazer”. (p. 169)

Se esta forma de oposição é uma resposta ao modelo que conclama a combater a violência, o advento das manifestações de junho de 2013 no Brasil encontra na reflexão de Iasi (2014) a discussão entre a política e a violência. Para o autor, a perspectiva simbólica da violência na condição brasileira está na idéia de povo pacífico, ordeiro, que expressa sua miséria no samba, tratando a escravidão como encontro e o racismo como miscigenação.

Ao se voltar para o contexto brasileiro para tratar da violência direta da polícia e da violência simbólica, a partir dos acontecimentos de junho de 2013, Iasi (2014) identifica a operação ideológica que tenta justificar a violência policial contra aqueles que contestam a ordem vigente. Soma-se a isso a violência que criminaliza e ataca a população pobre e negra nas periferias das grandes cidades e favelas.

Se a violência é o significante, para Iasi (2014), é sob o signo de uma proteção que se induz o cidadão a aceitá-la sob a condição de ser defendido. Com isso, instaura-se um divisor de águas que separa o cidadão, o vândalo, o traficante, a dona de casa, o sujeito estereotipado, com a finalidade de justificar qualquer ataque violento com o fim de defendê-lo, pois, “aqueles que são abatidos a tiros nas favelas, ou presos a postes, ou jogados nas caçambas das viaturas, para o senso comum conservador não são seres humanos”. (p. 181)

Iasi (2014) ressalta a importância de se questionar a produção de meios para enfrentar o problema, dado que há uma função ideológica em naturalizar a violência e tornar invisíveis suas determinações. Dois aspectos são destacados pelo autor como parte dessa operação: quando a polícia se torna mediadora das políticas públicas, tentando transformar a favela em

lugar de paz; o outro aspecto é a decisão governamental de chamar a favela de ‘comunidade’, como tentativa de transformar a indecência em decência.

Desse modo, Iasi (2014) aponta a contradição do Estado Democrático sobreviver sob tensão permanente buscando garantir a Lei e a Ordem, ao mesmo tempo em que sobrevive com assassinatos, torturas, desaparecimentos, profundas desigualdades sociais e econômicas, bastando para isso garantir a Lei e a Ordem.

Destacando as inúmeras manifestações da violência, Iasi (2014) elenca a violência da acumulação de capitais, expressa na organização do espaço urbano, dirigida contra a favela, pobres e pretos². Destaca a violência contra aqueles que lutam por seus direitos, a violência que mata, silencia. Violência que em suas diversas expressões retrata formas de exclusão do outro.

E assim, Iasi (2014) aponta a contradição em que “a democracia é o governo de todos, mas se todos quiserem participar inviabiliza-se a democracia. A resultante política e ideológica desse paradoxo é a formação de um governo de todos no qual todos não podem participar”. (p. 188)

O paradoxo apontado acima expressa uma realidade contraditória, tendo em vista, por exemplo, que o Estatuto da Juventude instituído no Brasil através da Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, possui como um dos seus princípios a participação dos jovens no desenvolvimento do país e sua ampla participação nos espaços de formulação de políticas para a juventude, bem como no exercício de seus direitos. Entretanto, apesar dessa legislação se constituir um avanço e uma conquista da juventude, tais espaços decisórios ainda são restritos, confirmando as dificuldades na superação dos limites impostos pela segregação.

A partir do tema tratado nesse item, cabe ressaltar que a violência se articula à política, insere-se nos mecanismos de poder. Dessas variações ao longo da sociedade moderna, caberá adiante, compreender como ocorreram algumas modificações no âmbito da política.

2.4 Do fim da tradição às origens do totalitarismo

A reflexão de Arendt (1954/1992) a partir do pós-guerra demonstra sua inquietação para iluminar a política, numa linha de pensamento que situa a crise do mundo

² BRASIL(2010), conforme o Estatuto da Igualdade Racial Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, que define como população negra o conjunto de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga.

contemporâneo a partir da lacuna entre passado e futuro, tendo no esfacelamento da tradição o ponto central para compreender a situação política, que ganha corpo com o fenômeno totalitário.

Conforme Arendt (1954/1992), com o evento totalitário verificou-se que não existem limites às deformações da natureza humana e a organização burocrática das massas - baseada no terror e na ideologia - criou novas formas de governo e dominação. Desse modo, os padrões morais e as categorias políticas que compunham a continuidade histórica da tradição se tornaram inadequados para se pensar o quadro de perplexidades contemporâneo.

Ao analisar o fim da tradição a partir de Hegel, Arendt (1954/1992) ressalta como a ciência contribuiu para modificar a percepção de mundo do homem. Uma herança sem testamento ou uma transmissão sem legado é o que está no cerne da destruição da tradição. Embora o fim de uma tradição não signifique que os conceitos tradicionais tenham perdido poder sobre os homens, parecendo que o poder dessas noções ou categorias tradicionais se torna mais tirânica à medida que a tradição perde sua força viva.

A partir dessa perspectiva, Arendt (1954/1992) propõe que a dominação totalitária, enquanto fato estabelecido, inédito, não pode ser compreendida mediante as categorias usuais do pensamento político e seus crimes não podem ser julgados por padrões morais tradicionais.

Ao mesmo tempo, Arendt (1954/1992) afirma que a crise do mundo atual é de natureza política, considerando ainda o declínio da trindade romana da religião, tradição e autoridade. Para a autora, “as revoluções da época moderna parecem gigantescas tentativas de reparar essas fundações, de renovar o fio rompido da tradição e de restaurar, mediante a fundação de novos organismos políticos, aquilo que durante tantos séculos conferiu aos negócios humanos certa medida de dignidade e grandeza”. (p. 185)

Entretanto, pode-se pensar que os sucessivos acontecimentos que modificaram a ordem do mundo produziram como consequência para a época contemporânea um novo legado: a transmissão de uma ‘tradição sem tradição’? Esta talvez seja a herança que restou ao homem contemporâneo como resultado dos avanços da ciência em sua associação ao capitalismo na produção de novas lógicas de vida e do político.

Torna-se importante considerar que se o fim da tradição do pensamento político é uma realidade da sociedade moderna, na atualidade o que encontramos não está dissociado dos mecanismos de segregação. Cabe ressaltar que o fim dessa tradição tem consequências para a política, mas também para a subjetividade do homem contemporâneo.

Em relação ao contexto da presente pesquisa, tudo indica que a situação da morte de adolescentes e jovens negros encontra associações com esta alteração na ordem social. Assim,

caberá adiante, compreender como novas estruturas de poder se impuseram ao mundo com o fim da tradição do pensamento político e quais consequências provocaram na nossa subjetividade.

2.4.1 A estrutura do totalitarismo

Em *As origens do totalitarismo*, Arendt (1949/1989) discute o antissemitismo, o imperialismo e o totalitarismo. O interesse pela sua reflexão se justifica pela atualidade de seu pensamento e pelas contribuições ao presente estudo.

No contexto de duas guerras mundiais e ainda sob a iminência de uma próxima, Arendt (1949/1989) problematiza a questão dos refugiados no mundo, bem como a tentativa totalitária de conquista global, ressaltando que a vitória totalitária coincide com a destruição da humanidade, minando a essência do homem. Nos fins do totalitarismo surge o mal absoluto, cuja condição é a impossibilidade de se atribuir motivos humanamente compreensíveis e sem ele não se poderia ter compreendido a natureza realmente radical do mal.

Ao tratar do antissemitismo e do totalitarismo, Arendt (1949/1989) afirma que a dignidade humana precisava de garantia. Ao mesmo tempo, propõe uma distinção entre o antissemitismo oriundo de ódio religioso daquele que surge como ideologia a partir do século XIX. Sua preocupação era demonstrar como o antissemitismo foi utilizado para viabilizar o uso da mentira para fins da propaganda anti-judaica.

A proposição de Arendt (1949/1989) é questionar a teoria do bode expiatório com o intuito de não inocentar as vítimas, não situando os judeus como vítimas, mas identificando-os no centro do interesse nazista uma vez que participavam do financiamento do Estado-nação, obtendo igualdade de direitos, embora permanecessem como grupo segregado na sociedade.

Arendt (1949/1989) afirma a contradição de uma sociedade que garante a igualdade perante a lei e a sociedade baseada na desigualdade do sistema de classes. A desigualdade social era intransponível e coexistia com a igualdade política. Mesmo entre os judeus, não havia divisão da igualdade. Por não compartilharem a igualdade, a segregação se evidenciava.

Para Arendt (1949/1989), “a igualdade de condições, embora constitua o requisito básico da justiça, é uma das mais incertas especulações da humanidade moderna. Quanto mais tendem as condições para a igualdade, mais difícil se torna explicar as diferenças que

realmente existem entre as pessoas” (p. 76). E assim, os indivíduos que se julgam iguais entre si formam grupos que se tornam mais fechados em relação aos outros.

Seguindo sua reflexão, Arendt (1949/1989) analisa o surgimento do Imperialismo e suas conseqüências para o mundo moderno. Denominado pela autora de “um governo invisível”, cuja ajuda externa se transforma em dominação, esse dinheiro é o excedente que poderiam se dar ao luxo de perder.

Se a característica da idéia imperialista está na expansão, rejeitando as barreiras nacionais como impedimento à expansão econômica, e isso era incompatível com o Estado-nação, outras características foram apontadas por Arendt (1949/1989), entre elas: a expansão do poder político sem criar um corpo político, a exportação da riqueza supérflua, a violência de Estado. Nesses lugares, as leis do capitalismo tinham permissão para criar novas realidades.

Havia um mercado saturado que buscava exportar o capital supérfluo e,

mais antigo que o capital supérfluo era outro subproduto da produção capitalista: o lixo humano, que cada crise, seguindo-se invariavelmente a cada período de crescimento industrial, eliminava permanentemente da sociedade. Os elementos tornados permanentemente ociosos eram tão supérfluos para a comunidade como os donos do capital supérfluo. (Arendt, 1949/1989, p. 180)

Para Arendt (1949/1989) esse fato novo da era imperialista constituía-se por duas forças supérfluas unidas: o capital supérfluo e a mão-de-obra supérflua. Com isso, o imperialismo decorrente do dinheiro supérfluo e de gente supérflua, produziu bens dos mais supérfluos e irreais.

Se a expansão era favorável à ideologia totalitária, Arendt (1949/1989) ressalta que também favoreceu o surgimento do racismo. Esse, embora não fosse uma arma nova, nunca fora usado com tanta coerência, reforçando a ideologia da política imperialista depois do século XX.

Desse modo, Arendt (1949/1989) afirma que raça e burocracia se tornaram dois novos mecanismos de organização política e de domínio dos povos estrangeiros. Como conseqüência de uma economia que originava e produzia homens e capitais supérfluos, tais homens eram cuspidos da sociedade e testemunhavam os absurdos das instituições humanas.

Segundo Arendt (1949/1989), se o racismo é um instrumento de domínio, o desarraigamento se torna característico de todas as organizações raciais. Seu objetivo é baseado no ódio a um mundo onde não havia lugar para homens ‘supérfluos’. Assim, a raça e a burocracia se tornaram os dois principais mecanismos políticos do domínio imperialista.

Nesse contexto, Arendt (1949/1989) destaca a realidade das migrações de compactos grupos humanos, tendo na figura do ‘apátrida’ o representante daqueles que perderam seu lar, seu Estado, seus direitos, tornando-se o refugio da terra. Se ao declínio do Estado-nação soma-se o fim dos direitos do homem, o ódio desempenha papel central nos negócios públicos.

Para Arendt (1949/1989), se a condição dos apátridas expôs a situação da perda dos direitos, demonstrou também que os governos, além de não os representarem, eram incapazes de proteger os direitos humanos. Para os governos totalitários, tais minorias deveriam ser assimiladas ou liquidadas. A condição de apátrida é “o mais recente fenômeno de massas da história contemporânea”. (p. 310)

Ainda na perspectiva dos direitos, Arendt (1949/1989) analisa a condição do apátrida vivendo em constante transgressão à lei, pois, “constituía a anomalia não prevista na lei geral, era melhor que se convertesse na anomalia que ela previa: o criminoso” (p. 319). É através do crime que o apátrida recupera certa igualdade humana, já que “só como transgressor da lei pode o apátrida ser protegido pela lei” (p. 320). Através da prisão é que poderia se tornar quase um cidadão completo, deixando de ser o refugio da terra.

Arendt (1949/1989) refere-se à incapacidade do Estado em prover uma lei que proteja aqueles que perderam a proteção de um governo. Nesse caso, ressalta a transferência do problema para a polícia, que como organização do terror lançou seu irrestrito e arbitrário domínio sobre os apátridas e refugiados.

Apesar da Declaração Universal dos Direitos do Homem, Arendt (1949/1989) salienta a incerteza quanto aos direitos sociais e humanos que perdurava, enquanto os apátridas estavam convencidos de seu lugar enquanto minorias e sobre a perda dos direitos. Desse modo, os Direitos Humanos só vigoravam como direito de exceção para quem não dispunha de direitos usuais. Sua situação era pior que a dos estrangeiros inimigos. Não existiam leis para eles. Sendo supérfluos, não existia ninguém para reclamá-los. Assim, puderam ver que a nudez abstrata de serem humanos era o maior risco que corriam.

Até o presente ponto de discussão da autora, é importante ressaltar a atualidade de uma realidade que permanece e se observa a partir desse estudo sobre a segregação e a morte de adolescentes e jovens no Brasil.

Inicialmente, a situação de igualdade perante a lei tem semelhanças com a realidade atual no Brasil uma vez que a existência da lei não garante o seu cumprimento nem a sua colocação em prática. Nesse sentido, a desigualdade de classes também é uma realidade acentuada cada vez mais pela desigualdade econômica.

Outra condição apontada e que se aproxima do tema da presente pesquisa relaciona-se à situação dos refugiados e dos apátridas. Ao se tornarem sem pátria, sem nação, se tornam desprovidos de seus direitos e, com isso, perdem a cidadania, somente recuperando-a na condição de criminoso. Tal situação é muito importante para pensar o contexto dos adolescentes e jovens brasileiros que se encontram com uma segregação real, onde o acesso a direitos muitas vezes só ocorre quando são identificados como infratores ou criminosos.

E ainda, pode-se dizer que a situação produzida pela era imperialista – os homens supérfluos – constitui outro paradigma para pensarmos a morte de adolescentes e jovens brasileiros, tendo em vista que estas mortes contribuem para as estatísticas estatais. Essa população se reduz a um número. Sua existência não é reclamada, dado que são relativamente próximos ao que significou o homem supérfluo do início da era imperialista: o lixo humano.

Finalmente, cabe ressaltar a partir de Arendt (1949/1989), as características do totalitarismo e suas conseqüências e correlações com o presente estudo. Inicialmente, destacam-se como principais características a impermanência e volubilidade das massas, cujo apoio sustenta o regime. A massa em sua condição de indiferença política possibilitará a introdução da propaganda e do terror. A primeira como instrumento e o segundo como essência da forma de governo.

Arendt (1949/1989) afirma que o totalitarismo transformou a natureza do homem. A diferenciação entre polícia secreta e totalitária é o que permitirá diferenciar entre ‘suspeito’ e ‘inimigo objetivo’, este último definido pela política de governo. Tal noção é decisiva para o funcionamento de regimes totalitários e a polícia secreta tem papel decisivo na transformação do inimigo objetivo. Ao contrário de descobrir crimes, tal polícia busca liquidar certa categoria da população.

Esse é outro pressuposto que dialoga com o tema da presente pesquisa. O inimigo objetivo constituiu um ponto de interesse quando a presente pesquisa surgiu. Sabe-se que a polícia tem papel fundamental no estado totalitário em identificar ou construir o inimigo objetivo. Isso implica a sua eliminação. Tal é a situação dos adolescentes e jovens brasileiros, principalmente aqueles que se encontram em situação de envolvimento com a criminalidade violenta, negros, pobres e moradores de favelas, tornados inimigos públicos, cuja morte tem o mesmo caráter de eliminação do mal. Basta verificar cotidianamente as manifestações reais, virtuais ou midiáticas de repúdio ou indiferença a essa população.

Mas o pressuposto central do totalitarismo apresentado por Arendt (1949/1989) é a idéia de que ‘tudo é possível’. E foram os campos de concentração e de extermínio os

laboratórios para confirmação dessa crença. Não só destinados a exterminar pessoas e degradar seres humanos, mas transformar o homem em coisa, algo que nem os animais são.

Para Arendt (1949/1989) o totalitarismo se sustenta em um radicalismo que trata as pessoas como se nunca tivessem existido e “o verdadeiro horror dos campos de concentração e de extermínio reside no fato de que os internos, mesmo que consigam manterem-se vivos, estão mais isolados do mundo dos vivos do que se tivessem morrido, porque o horror compele ao esquecimento”. (p. 493)

Além da necessidade de se eliminar o material humano supérfluo, Arendt (1949/1989) ressalta a perspectiva do mal radical, considerando que a vida nos campos de concentração retratava o horror que não podia ser alcançado pela imaginação. Era impossível ao sobrevivente contar sua história, já que não se sabe se está vivo ou morto. O interno do campo é absolutamente supérfluo.

Para Arendt (1949/1989), os campos de concentração tornaram anônima a própria morte, roubando seu significado de desfecho de uma vida realizada. Ao roubar a morte de um indivíduo, também mata sua individualidade, destrói sua singularidade. E o que os campos de concentração demonstraram é que os humanos foram transformados em espécimes de animal humano.

Finalmente, Arendt (1949/1989) é enfática ao afirmar que o totalitarismo não visa ao domínio despótico dos homens, mas tornar os homens supérfluos. Nele, a diferença se torna algo intolerável e seu objetivo é transformar a natureza humana, não a sociedade. A crença do ‘tudo é possível’ parece ter provado que tudo pode ser destruído. “Ao tornar-se possível, o impossível passou a ser o mal absoluto” (p. 510), e para a autora, se a tradição filosófica não pode conceber um ‘mal radical’, pode-se dizer que o surgimento desse mal radical se deu em um sistema em que todos os homens se tornaram igualmente supérfluos.

Se o totalitarismo visa tornar os homens supérfluos e é radicalmente intolerante com as diferenças, o contexto adiante será o da biopolítica e, mesmo fora da realidade totalitária, torna-se interessante verificar como as modificações políticas produziram formas mais sutis de controle, porém, não menos totalitárias e como tais situações interferem na subjetividade contemporânea.

2.5 Os domínios da biopolítica na sociedade

Ao introduzir sua investigação pelos novos domínios do poder na sociedade, Foucault (1976/2010) em sua ‘Aula de 21 de janeiro de 1976’ no curso do Collège de France, discute a teoria da soberania para mostrar como um sujeito de direitos pode e deve se tornar sujeito, mas entendido como elemento sujeitado numa relação de poder.

Seguindo essa concepção, Foucault (1976/2010) parte da análise da sociedade onde o enfrentamento das raças se tornará tema de duas teorias, uma sustentada na transcrição da teoria biológica das raças e outra que surge com o tema da guerra social a partir do século XIX, como tentativa de apagar os vestígios do conflito de raça e definir-se como luta de classe.

Ao tratar da recentralização do discurso da luta das raças, Foucault (1976/2010) o faz para demonstrar como este se torna um discurso do poder. O combate não se dá através de duas raças, mas a partir de uma raça considerada verdadeira e única. Nesse sentido, no interior do corpo social, as instituições fazem o discurso das raças funcionar como princípio de eliminação, de segregação e de normalização da sociedade.

Para Foucault (1976/2010), a temática racista deixa de ser um instrumento de luta de um grupo social contra outro para servir à estratégia global dos conservadorismos sociais. E como surgimento de um racismo de Estado, a sociedade exercerá sobre ela mesma um racismo interno, “que será uma das dimensões fundamentais da normalização social”. (p. 52-53)

Em sua ‘Aula de 28 de janeiro de 1976’, Foucault (1976/2010) aponta a existência do vínculo e da diferença entre o discurso racista e o discurso da guerra das raças. A mudança se encontra no fato do discurso histórico deixar de ser o discurso da raça e se tornar o discurso das raças, do enfrentamento e da luta das raças. E o discurso das raças faz aparecer uma espécie de ruptura. Para o autor, o vínculo da palavra ‘raça’ ao sentido biológico só se estabeleceu através da violência da guerra. O racismo aparece deturpando a função do discurso sobre a luta das raças, apontando a passagem do tema da guerra histórica para o tema biológico, da luta pela vida. E desse modo, o discurso da raça é usado em proveito da soberania do Estado, assegurada agora por técnicas médico-normalizadoras.

Se o tema da guerra das raças não desaparece, para Foucault (1976/2010) o mesmo retorna sob a forma de racismo de Estado. E em sua ‘Aula de 17 de março de 1976’, ele destaca um dos fenômenos fundamentais do século XIX: a assunção da vida pelo poder.

Entretanto, ao introduzir esse novo mecanismo, Foucault (1976/2010) retorna à soberania clássica que tinha como um dos atributos o direito de vida e de morte. O direito do soberano consistia em fazer morrer e deixar viver. Esse direito é portador de uma dissimetria flagrante, pois, conforme o autor, não é o direito de deixar viver ou deixar morrer, nem o direito de fazer morrer ou fazer viver.

O que Foucault (1976/2010) apresenta são as transformações do direito político no século XIX, como complementar ao direito de soberania, sendo agora um direito novo, constituindo um poder inverso: “o direito de fazer viver e de deixar morrer”. (p. 202) E desse modo a vida começa a ser problematizada no campo do pensamento político.

Para Foucault (1976/2010) surge algo novo, outra tecnologia do poder. Não mais disciplinar, já que esta técnica se aplica ao corpo, mas constituindo uma nova técnica de poder não disciplinar e que se aplica à vida dos homens. Seu objetivo é reger a multiplicidade dos homens, tornando os corpos vigiados, treinados, utilizados e punidos, dirigindo-se a uma massa global.

Como consequência da tomada de poder sobre o corpo tem-se a individualização. Foucault (1976/2010) ressalta também a passagem da anatomopolítica do corpo humano para uma biopolítica da espécie humana. Com essa mudança de perspectiva a medicina terá função de higiene pública, coordenando, normalizando, medicalizando a população. Assim, a biopolítica introduz mecanismos muito mais sutis e racionais, e seu domínio será a preocupação com a espécie humana.

Outro problema de que se ocupará a biopolítica é o problema da cidade. E com isso, segundo Foucault (1976/2010), surge um novo elemento, um novo corpo – a noção de “população” – já que a biopolítica tratará a população como problema político, mas também científico, biológico, como problema de poder. Por isso os problemas coletivos são considerados pelos efeitos econômicos e políticos.

Como se configura o problema das cidades na perspectiva da biopolítica? Para Foucault (1976/2010), o problema é apontado a partir da própria disposição espacial pensada, concebida através da cidade-modelo, a cidade artificial. Soma-se a isso o exame da cidade operária que articula mecanismos disciplinares sobre os corpos, observáveis através do próprio recorte da cidade, da localização das famílias e dos indivíduos.

Diante de tal contexto, Foucault (1976/2010) afirma a questão da visibilidade dos indivíduos, seus comportamentos normalizados, em que a própria disposição da cidade parece exercer uma espécie de controle policial espontâneo. Desse modo, vários mecanismos disciplinares são encontrados na cidade operária, tornando-se regulamentadores da população,

induzindo comportamentos como a preocupação com segurança, saúde, higiene, procriação e sexualidade.

Se essa tecnologia do poder insere novos mecanismos, Foucault (1976/2010) ressalta que a principal preocupação da biopolítica não é modificar o fenômeno ou o indivíduo como um todo, mas intervir no nível das determinações dos fenômenos grupais. Buscam estabelecer mecanismos reguladores, fixando equilíbrio, sem considerar o indivíduo no nível do detalhe, mas fazendo-o mediante mecanismos globais. O que se pretende assegurar é a regulamentação da vida.

Em época anterior, Lacan (1967b/2003) chamava a atenção para as mudanças sociais promovidas pela ciência ao ressaltar que a segregação já destacava a situação da criança, da psicose e da instituição psiquiátrica; cujos efeitos nessa nova ordem no mundo decorriam da universalização do discurso da ciência articulada ao discurso do capital. Assim, a discussão em jogo tratava dos mecanismos segregatórios que se inseriam na ordem social.

Estas aproximações permitem compreender como o biopoder se constituía aliando os recursos da ciência em sua articulação com o capital. Segundo Foucault (1976/2010), essa tecnologia do biopoder surge como um poder que se pode chamar “de regulamentação e que consiste, ao contrário, em fazer viver e deixar morrer” (p. 207). E esse poder surge com a desqualificação da morte, a morte está colocada fora do seu domínio. Sobre ela o poder só terá domínio de modo geral, global e estatístico. “Isso sobre o que o poder tem domínio não é a morte, é a mortalidade”. (p. 208)

A norma será o elemento que circulará entre o disciplinar – disciplina dos corpos - e o regulamentador – disciplina da população -, e o que favorecerá essa circulação é a sociedade de normalização, pois, segundo Foucault (1976/2010), “a norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar”. (p. 213)

O paradoxo do biopoder apontado por Foucault (1976/2010) é que não se trata do poder só de matar, como na soberania, mas do poder de matar a vida, suprimi-la, ao mesmo tempo em que tem o poder de assegurá-la. Trata-se então de um poder político que mata, reclama a morte, manda matar, expõe à morte não só os seus inimigos mas também os seus cidadãos. Tal poder tem o objetivo de fazer viver, mas também pode deixar morrer.

É a partir da emergência do biopoder que o racismo foi inserido nos mecanismos do Estado, tornando-se mecanismo fundamental do poder. E assim Foucault (1976/2010) afirma que o funcionamento moderno do Estado passa pelo racismo. E por situá-lo nessa instância é que o autor se pergunta: o que é racismo? Para responder de modo enfático que “é primeiro, o

meio de introduzir afinal, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer”. (p. 214)

Foucault (1976/2010) é incisivo ao apontar que as duas funções do racismo são: fragmentar e fazer cesuras no interior domínio biológico a que se dirige o biopoder, e fazer funcionar uma relação do tipo guerreira, onde para se viver é preciso que o outro morra, estabelecendo um limite entre a vida de um e a morte de outro. Trata-se de algo muito novo, mas compatível com o exercício do biopoder.

Desse modo, na sociedade de normalização o racismo é indispensável ao biopoder. Conforme Foucault (1976/2010), através dele se pode suprimir a vida de alguém. Essa é a condição de aceitabilidade para tirar a vida numa sociedade de normalização, pois, “a função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo”. (p. 215)

E ao pensar nos sutis mecanismos do biopoder, Foucault (1976/2010) salienta a importância do racismo para o exercício do biopoder na medida em que se possa exercer o direito de matar. Entretanto, ressalta que tirar a vida não é o assassinio direto, dando ênfase ao assassinio indireto, quando se expõe à morte, multiplicando para alguns a morte política, a expulsão e a rejeição.

Ao final de sua reflexão, Foucault (1976/2010) afirma que o racismo é o que assegura a função de morte na economia do biopoder, ao mesmo tempo em que o situa longe do que seria o desprezo ou o ódio das raças umas pelas outras, pois, a especificidade do racismo moderno está ligada à técnica do biopoder, permitindo ao biopoder exercer-se. Quando o racismo está ligado ao funcionamento do Estado, o biopoder se exercer melhor. E se o nazismo levou o Estado ao paroxístico jogo entre o direito soberano de matar e os mecanismos do biopoder, tal jogo está efetivamente inscrito no funcionamento de todos os Estados.

A partir das contribuições de Foucault (1976), pensamos que tais concepções são atuais no contexto da sociedade brasileira. Cabe ressaltar que o surgimento de um novo direito, mas também de uma forma de regulamentação – fazer viver e deixar morrer – tem sido o paradigma da nossa sociedade, principalmente em relação aos efeitos da segregação na relação com a violência e a morte de adolescentes e jovens brasileiros.

Pode-se pensar que os mecanismos do biopoder que garantem a condição da vida, encontram recursos na ciência que podem prolongá-la, fazê-la existir, mas não podem protegê-la. Quando se pensa a situação da morte de adolescentes e jovens em nossa sociedade, a violência e a criminalidade expõem um aspecto desse direito: deixar morrer. Trata-se de

uma morte que não é vivida como morte. Trata-se da mortalidade e é a isso que a regulamentação do biopoder visa.

A insistência em garantir direitos também produz a sujeição dos indivíduos, e tais direitos não conseguem garantir a continuidade da vida. Os mecanismos do biopoder parecem funcionar muito mais para que em alguns casos - como dos adolescentes e jovens em situação de violência -, a morte opere como fator decisivo sobre esses corpos sem utilidade. Fato contraditório é que um mecanismo que produz o prolongamento da vida de uns necessita da morte de outros.

E assim, concordamos com a real situação descrita por Foucault (1976/2010) quanto à decisão sobre a vida de um e a morte de outro situada no mecanismo do biopoder. Cabe ressaltar que tal mecanismo tem sido silenciosamente provocado ou ativado no contexto das guerras urbanas de nossas periferias e favelas.

Se a perspectiva do racismo no Brasil tem sido tratada pela condição do fenótipo e não do genótipo, há um contexto histórico que merece ser respeitado, assim como as discussões e assertivas justificáveis dos movimentos negros e de igualdade racial. Entretanto, do ponto de vista desse estudo, é importante considerar que o racismo sustentado nessa decisão sobre quem deve morrer para que outro possa viver, revela uma face muito mais sutil e cruel do funcionamento do Estado.

Assim, na atualidade, a nova lógica inscrita a partir do biopoder, oriunda da relação entre capitalismo e globalização, é tratada por Zizek (2014) em relação ao modo de vida atual baseado no medo, onde são apontados dois universos - a ‘sociedade do risco’ moderna e aberta versus a segurança do velho universo do Sentido -, sem que haja uma exclusão do mal desse espaço fechado, mas transformando-o “numa ameaça mítica com a qual a comunidade estabelece uma trégua temporária e contra a qual deve manter um estado de emergência permanente”. (p. 34)

Ao afirmar que frente ao verdadeiro mal de nossas sociedades – a dinâmica capitalista – construímos espaços comunitários protegidos que vão dos ‘condomínios residenciais fechados’ aos grupos raciais ou religiosos, Zizek (2014) se pergunta ainda se os traços característicos de nossas sociedades não seriam as novas formas de *apartheid* e controle social baseadas no medo.

Ao salientar a política do medo, Zizek (2014) aponta a variedade predominante da política enquanto *biopolítica pós-política* – essa ‘pós-política’ é uma política que deixa para trás os velhos combates ideológicos centrando-se na gestão e na administração especializadas, enquanto a ‘biopolítica’ designa como seu objetivo principal a regulação da segurança e do

bem-estar das vidas humanas. Trata-se da administração eficaz da vida, despolitizada, cuja única maneira de introduzir paixão e mobilizar as pessoas é através do medo. Este último se tornando o elemento constituinte da subjetividade de hoje.

Diante de uma política que renunciou à própria dimensão constitutiva do político, para Žizek (2014) tal política releva do medo seu princípio supremo mobilizador: medo de imigrantes, medo da criminalidade, medo do próprio excesso do Estado. Nesse sentido, insere-se outro aspecto que parece paradoxal: a tolerância. Sendo esta contrabalançada pelo medo obsessivo dos assédios, o seu significado é indicativo de que não se deve aproximar demais dele, nem invadir seu espaço, respeitando a *intolerância* de um à proximidade excessiva de outro.

Segundo Žizek (2014), essa superproximidade do Outro como sujeito de desejo é indicativa de uma reação à desintegração das barreiras simbólicas protetoras que mantinham os outros a uma distância adequada. Entretanto, antes de prosseguir, consideramos importante apontar a definição de Outro na psicanálise lacaniana.

Lacan (1964/1998) define o Outro como aquele da linguagem, “o lugar em que se situa a cadeia significante que comanda tudo que vai poder presentificar-se do sujeito, é o campo vivo onde o sujeito tem que aparecer” (p. 193-194), dado que o sujeito se encontra em sua dependência significante ao lugar do Outro e os significantes organizam de modo inaugural as relações humanas.

Encontrando também a definição dada por Lacan sobre o grande Outro na maneira descrita por Žizek (2010), onde a existência de uma ordem simbólica como constituição não escrita da sociedade, uma segunda natureza do ser falante, pressupõe que o Outro opera num nível simbólico. Mas em todo seu poder fundador o Outro é também frágil, insubstancial, existindo a partir de um pressuposto subjetivo, ou seja, na medida em que os sujeitos agem como se ele existisse. É a substância dos indivíduos que se reconhecem nele, fundamento de toda a sua existência, “o ponto de referência que fornece o horizonte supremo de significado”. (p. 18)

Retomando a idéia da desintegração que se encontra no choque entre diferentes culturas, Žizek (2014) afirma que o Próximo é uma coisa, um intruso traumático, cujo modo de vida nos perturba e quando chega perto demais tal fato pode dar origem a uma reação agressiva para afastar o intruso incômodo.

Apontar essa perspectiva de uma intrusão traumática foi uma situação que Freud (1919/1976) já havia investigado acerca do estranho – ‘*Das Unheimlich*’ – denominado como aquilo que é assustador, provoca medo e horror. Encontrando-se na categoria do que é

assustador, também remete ao que é conhecido e familiar. E afirma que a questão da posse de um objeto valioso é motivo de temor da inveja.

Freud (1921/1976) ressaltou o ódio como forma de uma vinculação negativa, do mesmo modo que pode produzir uma vinculação positiva; destacando a dificuldade dos homens tolerarem a aproximação demasiado íntima com o próximo, pois, esta perdura por certo tempo, mas contém um sentimento de aversão que escapa à percepção em decorrência do recalque, esse mecanismo defensivo do psiquismo humano.

Duas outras situações ainda são destacadas. A primeira diz respeito ao que Freud (1926/1976) afirmou sobre a angústia enquanto um sinal afetivo, ao mesmo tempo indicadora da hostilidade do supereu, referindo-se à castração e à reação a uma perda, a uma separação. Estaria em jogo o medo de separação de um objeto. Mas em relação ao perigo, afirma que este é o destino comum da humanidade.

A outra situação é sobre o papel da *negativa*, onde Freud (1925a/1976) constata em seus pacientes o repúdio a uma idéia ocorrida, afirmando que se tal idéia surgia à consciência, isso só ocorria sob a condição de que seja negada. A dimensão desse mecanismo expõe outra perspectiva – o julgamento –, produzido a partir de um juízo negativo, onde o ‘não’ é a marca distintiva do recalque. A função do julgamento estabelecerá uma distinção entre bom e mau, interno e externo, dentro e fora. O julgamento decide a escolha de uma ação. E em relação a isso estão articulados dois grupos de pulsão, aquelas pertencentes à vida e aquelas pertencentes às pulsões de destruição.

Tal concepção permite também considerar que o julgamento de algo como perigoso, estranho, destrutivo ou ameaçador se encontra articulado aos processos subjetivos e políticos no contexto de nossa sociedade, impulsionados pela segregação, mantendo à distância ou isolado aquilo que nos causa desprazer, desconforto ou ódio.

Desse modo, Žižek (2014) alerta para os perigos do capitalismo, que mantém uma constelação ideológica “destituída de mundo”, que nega à maioria das pessoas uma cartografia cognitiva dotada de sentido, apresentando-se como uma ordem social que *destotaliza o sentido*. Com isso, a verdade da globalização é a construção de novos muros protegendo a Europa do fluxo migratório; não se configurando mais como um projeto inacabado, demonstrando em sua dialética que “a segregação das pessoas é a realidade da globalização econômica”. (p. 88)

A partir da reflexão sustentada na teoria psicanalítica e articulada com a teoria política e com a filosofia, pode-se demonstrar como tal situação se aproxima da realidade brasileira a partir do que o autor adiante propõe.

Nesse sentido, Dunker (2015) afirma que “o muro é uma estrutura de defesa, uma forma de determinação do espaço como território” (p. 59). Para o autor, o muro surge como figura da indiferença, da exclusão e da segregação. Ao mesmo tempo, o muro faz lugar por meio da fronteira, mas se o lugar se transforma de acordo com o espaço no qual ele se insere, quando o lugar não é um território, toda demarcação é também uma ‘des-marcação’, isto é, uma possibilidade de apagamento do território.

Para Dunker (2015), “é em nome da insegurança, da indeterminação, do estranhamento e de seus consequentes juízos de diferença que se formam muros, arenas e jardins, espaços protegidos no interior dos quais o conflito pode ser administrado”. (p. 54)

No presente estudo é necessário que a discussão sobre a realidade dos adolescentes e jovens seja articulada aos mecanismos da globalização econômica e da segregação. Ultrapassar esses muros pode ser impossível para alguns. O que nos cabe talvez seja possibilitar que consigam atravessar algumas fronteiras.

2.6 Racismo e gozo

Lacan (1970a/2003) fez críticas ao discurso universitário, afirmando que o campo do psicanalista é mais na configuração política, sem descartar a articulação segregadora da instituição psicanalítica frente à dominação do discurso universitário.

Considerando a perspectiva da segregação, Lacan (1971/2009) retoma a discussão de Freud (1921) na Psicologia de Grupo, partindo do capítulo sobre a Identificação para revelar algo que se encontra presente no princípio do fenômeno nazista: a relação entre o I e o pequeno *a*. Esse I seria o ideal e o pequeno *a*, esse objeto forjado a partir do tema da angústia e que levou à formalização sobre o desejo.

O que estava em jogo para Lacan (1971/2009)? Trata-se do discurso sustentado no ideal e no objeto, fazendo surgir a identificação. A partir daí, ressaltou que a situação da idealização da raça não tinha necessidade da ideologia nazista para constituir um racismo, bastando para isso um mais-de-gozar. E sustenta que todas as formas de racismo virão, na medida em que houver um mais-de-gozar suficiente para sustentá-las.

Para Lacan (1972/2003), a raça de que fala não é aquela sustentada na antropologia, nem aquela que se tentou fundar no terceiro Reich. O que constitui a raça é o “modo como se transmitem, pela ordem de um discurso, os lugares simbólicos, aqueles que se perpetuam a raça dos mestres/senhores e igualmente dos escravos, bem como a dos pedantes” [...] (p. 462).

E afirma que das raças o que temos de mais certo são efeitos do discurso. Ao ser interpelado em *Televisão* sobre a profecia da escalada do racismo, Lacan (1973/2003) afirma que isso não lhe parece engraçado, mas era uma verdade. E ao mesmo tempo admite que o discurso psicanalítico traz uma promessa: introduzir o novo.

A partir da proposição de Lacan (1971/2009), outra articulação é explicitada sobre o racismo. Laurent (2014) propõe uma desconstrução sobre o caráter atual do racismo na Europa, considerando as advertências lacanianas sobre a função da psicanálise na civilização e à possível atmosfera de regozijo oriunda da integração das nações em conjuntos mais amplos do que os mercados comuns autorizavam.

Seguindo a perspectiva de Lacan (1973/2003) de que a ascensão do racismo era uma verdade, Laurent (2014) aponta a partir daí que não se trata de choque das civilizações, mas de choque dos gozos, gozos múltiplos fragmentando o laço social. Ao considerar que a lógica do racismo leva em conta a variação do objeto rechaçado, diferentes formas de sua manifestação surgirão como o antissemitismo, a guerra, o racismo pós-colonial com os imigrantes, e assim, frente a estas modificações em suas formas, haverá em uma comunidade humana o rechaço de um gozo inassimilável, constituindo a mola de uma barbárie possível.

Assim, pode-se pensar que as mudanças da lógica do racismo consideram a existência de uma recusa ao que resta de um gozo mais próximo do real? E nesse sentido, esse gozo seria o que entre os homens funciona como um propulsor de novas modalidades de racismo?

Conforme Laurent (2014), se Freud pensa a construção do laço social a partir da identificação com o líder, em Lacan isso se dá a partir de um primeiro rechaço pulsional. O postulado é aquele que não parte do saber sobre o que é um homem depois do processo de identificação, mas partindo do que não é um homem, já que um homem sabe o que não é um homem.

Para Laurent (2014), a perspectiva lacaniana aponta que os homens se reconhecem entre si por serem homens. Mas ao afirmar ser um homem, surge a questão da afirmação ou da decisão, onde a pressa expõe a função da angústia cujo medo é de ser convencido pelos homens de não ser um homem. Desse modo, a lógica coletiva é fundada na perspectiva da ameaça de um rechaço primordial, de uma forma de racismo: um homem sabe o que não é um homem e é uma questão de gozo.

Para concluir, Laurent (2014) segue o percurso dado por Lacan esclarecendo que o rechaço àquele que não é um homem ocorre quando se verifica que este tem um gozo distinto do meu. Diz-se que um homem não é um homem porque não goza como o seu semelhante. E

se os homens não sabem qual é a natureza do seu gozo, eles sabem o que é a barbárie. E nisso se reconhecem entre si.

Desse modo, o problema do gozo é indicativo das nossas estranhezas mais radicais. Intercala-se o problema da diferença e da castração, dado que a suposição de que o outro tem um gozo diferente pressupõe sua definição como não-homem. Entretanto, no contexto de nossa sociedade economicamente globalizada, a lógica do capitalismo e a produção de objetos para o gozo parece levar em direção à apropriação do gozo do outro.

Os adolescentes e jovens contemplados pelo tema dessa pesquisa não estão indiferentes ao problema acima. Participam da desigualdade na partilha desse gozo. Muitas vezes, e na maioria delas, experimentam uma violência que os lança na barbárie. Constituem eles mesmos esse rechaço que retorna ao social de modo inassimilável, sob a impossibilidade de serem incluídos. Caberá saber como se situam no contexto de uma segregação que os expõe à vida nua. É o que seguirá no próximo item.

2.7 O paradigma do campo de concentração e a vida nua

Para tratar da violência entre adolescentes e jovens brasileiros, negros, pobres, do sexo masculino e moradores de favelas, que conseqüentemente tem levado à morte uma parcela considerável dessa população - sob a perspectiva da segregação -, cabe perguntar sobre o modo como esses adolescentes e jovens introduzem sua vida ‘nua’ no espaço da cidade.

O tema da vida é tratado por Agamben (2010) que recupera entre os gregos o fato destes não terem, à época, um termo único para exprimir o que quereremos dizer com a palavra *vida*, tendo *zoé* para exprimir o simples fato de viver comum a todos os seres vivos, e *bíos* para indicar a forma ou maneira de viver própria de um indivíduo ou de um grupo.

Segundo Agamben (2010), quando Platão, no *Filebo*, menciona três gêneros de vida e Aristóteles, na *Ética nicomachea*, distingue a vida contemplativa do filósofo da vida de prazer e da vida política, eles jamais empregariam o termo *zoé* pelo fato de que para ambos não estava em questão a vida simples, mas a vida qualificada, como modo particular de vida.

Para Agamben (2010) o mundo clássico tinha familiaridade com essa vida natural, mas ela era excluída da *pólis* e restava como mera vida reprodutiva. Mas Aristóteles define a meta da comunidade perfeita a partir da oposição entre o simples fato de viver à vida politicamente qualificada.

Segundo Agamben (2010), Aristóteles define o homem como *politikón zôon* - animal político -, mas entendendo que o político não é um atributo do vivente como tal, mas enquanto uma diferença específica que determina o gênero *zôon*. O que define a política humana em sua diferença em relação aos outros viventes é o fato de ser fundada através de um suplemento de politização ligado à linguagem.

E é a partir dessa definição que, para Agamben (2010), o tema da vida se insere na discussão foucaultiana quando a vida natural começa a ser incluída nos mecanismos e cálculos do poder estatal, com a transformação da política em *biopolítica*. Com isso, há uma mudança na abordagem tradicional do problema do poder, já que este penetra no corpo de seus sujeitos e em suas formas de vida. Em relação a Hannah Arendt, se a vida biológica ocupa progressivamente o centro da cena política do moderno, a discussão do poder totalitário se fez sem a leitura da biopolítica. Sua pesquisa permaneceu sem seguimento e Foucault não retornou a ela, nem deslocou sua investigação para as áreas da biopolítica moderna – campo de concentração e estados totalitários. Para o autor, tudo indica quem em Arendt e Foucault o que fica encoberto é a *zoé*.

Nesse sentido, a tese central de Agamben (2010) é o ingresso da *zoé* na esfera da *pólis*, ou seja, a politização da vida nua como constituinte do evento decisivo da modernidade, assinalando uma transformação radical das categorias político-filosóficas do pensamento clássico. Por isso a crise da política precisa ser pensada com a biopolítica.

Se a constituição da política ocidental se dá a partir da exclusão da vida nua, Agamben (2010) pergunta-se sobre a relação entre política e vida, perguntando também quando a vida deve ser incluída através de uma exclusão. Se a estrutura da exceção é consubstancial à política ocidental, para o autor “a vida nua tem, na política ocidental, este singular privilégio de ser aquilo sobre cuja exclusão se funda a cidade dos homens”. (p. 15)

A vida nua habita a *pólis* a partir de duplas categorias, não mais aquele do amigo-inimigo, segundo Agamben (2010), mas na perspectiva da vida nua-existência política, *zoé-bíos*, exclusão-inclusão. O que dá existência à política é o fato do homem opor a si a própria vida nua, mantendo-se em relação com ela numa exclusão inclusiva.

Para Agamben (2010) o primeiro paradigma do espaço político do Ocidente é a vida nua, vida matável e insacrificável do *homo sacer*, essa “obscura figura do direito romano arcaico, na qual a vida humana é incluída no ordenamento unicamente sob a forma de sua exclusão” (p. 16). Nesse sentido, propõe que a tese foucaultiana possa ser corrigida ou integrada, pois,

aquilo que caracteriza a política moderna não é tanto a inclusão da *zoé* na *pólis*, [...]; decisivo é, sobretudo, o fato de que, lado a lado com o processo pelo qual a exceção se torna em todos os lugares a regra, o espaço da vida nua, situado originariamente à margem do ordenamento, vem progressivamente a coincidir com o espaço político, e exclusão e inclusão, externo e interno, *bíos* e *zoé*, direito e fato, entram em uma zona de irredutível indistinção. (p. 16)

Se a vida nua libera-se na cidade, Agamben (2010) afirma que o vivente se torna não mais um *objeto*, mas *sujeito* do poder político. Colocando em questão a vida nua do cidadão, esta se torna o novo corpo biopolítico da humanidade. Desse modo, na democracia moderna o que ocorre é a transformação da vida em nova forma de vida. Mesmo assim, a vida nua permanece presa à política sob a forma da exceção, somente sendo incluída através da exclusão.

Assim, a vida nua dos adolescentes e jovens, principalmente em relação direta com a violência e a criminalidade, torna-se essa vida da qual se encarregará o poder político, como tem se tornado o novo corpo político da administração do biopoder; menos para torná-la uma vida qualificada, mas colocando-a em sua condição de exceção, como veremos adiante.

2.8 A constituição da exceção e a exclusão-inclusiva

Freud (1913/1974) havia advertido que os homens atuais não se distanciaram tanto do homem primitivo. Nesse sentido, o desenvolvimento da civilização se deu sob a constituição de classes ou ‘fratrias’, cujas subdivisões ocasionavam uma restrição ainda maior sobre o casamento e a liberdade sexual. A imposição de limites e regulamentos visava a prevenção do incesto e o sistema totêmico orientava as obrigações sociais e as restrições morais.

Outra perspectiva analisada por Freud (1913/1974) e que se relaciona com a exclusão se encontra na proteção e precaução contra os perigos, através da instituição do tabu. Nesse caso, existia a punição pela violação oriunda do próprio tabu, onde também o transgressor é transformado em tabu. O tabu porta uma ambigüidade, pois, ao mesmo tempo em que é significado de ‘sagrado’ e ‘acima do comum’, também indica algo ‘perigoso’, ‘impuro’ e ‘misterioso’. A palavra ‘tabu’ seria intermediária de uma característica comum entre o sagrado e o impuro: o temor do contato.

Outra reflexão que se articula à discussão entre política e psicanálise, e mais ainda ao tema da exclusão e exceção encontra-se naquilo que Lacan (1968/2008) tratou sobre a teoria dos conjuntos e que também se aplica ao tema da presente pesquisa. Seu ponto de partida é

um paradoxo da própria teoria dos conjuntos ao considerar como classe todos os elementos de uma conexão, escrevendo sobre cada um que ele não pertence a si mesmo.

Lacan (1968/2008) traça uma diferença entre conjunto e classe. Diante da inexistência da classe de conjuntos que não contém a si mesmos, este é o seu questionamento sobre a possível concepção do Outro enquanto código fechado, a fim de que o discurso se institua sem falha e se totalize. Tal concepção da teoria dos conjuntos servirá para demonstrar a inapreensibilidade do Outro. E para exemplificar, utiliza a classe de todos os catálogos que não contêm eles mesmos, como impossibilidade de formar um conjunto, porque tal classe não poderia figurar como elemento do conjunto. Não há como incluir num conjunto o que se pode extrair dele, designando-o como conjunto dos elementos que não contém a si mesmos.

Desse modo, a teoria dos conjuntos pode constituir para a segregação um eixo articulador, dado que o paradoxo daquela teoria expõe a condição de uma exclusão. Para que se pertença a um determinado conjunto, não se deve pertencer a outro conjunto, nem ser elemento do conjunto que contém a si mesmo. Ou seja, para ser incluído é preciso antes ser excluído.

Se a exceção se torna uma forma de inclusão, é importante compreender como Agamben (2010) pensa a exceção. Referindo-se à exceção como aquilo a que não pode se reportar, porque subtraído da hipótese geral, evidencia um elemento jurídico: a decisão. O interessante da exceção, mais do que o caso normal, é que não só confirma a regra, já que a regra mesma vive da exceção.

Para Agamben (2010) “a exceção é uma espécie da exclusão. Ela é um caso singular, que é excluído da norma geral” (p. 24). Caracterizada por aquilo que é excluído e não está fora da relação com a norma, mas se mantém em relação com a norma sob a forma da suspensão. Assim, o estado de exceção não é o caos que precede à ordem, mas a situação que resulta da sua suspensão.

Se a exceção é capturada fora, não sendo simplesmente excluída, segundo Agamben (2010) ela se situa em posição simétrica ao exemplo, pois, a exceção é uma *exclusão inclusiva*, enquanto o exemplo funciona antes como uma *inclusão exclusiva*. Se o exemplo demonstra seu pertencimento a uma classe, “diverso é o mecanismo da exceção. Enquanto o exemplo é excluído do conjunto na medida em que pertence a ele, a exceção é incluída no caso normal justamente porque não faz parte dele”. (p. 29)

Conforme Agamben (2010) “o pertencimento a uma classe pode ser demonstrado apenas com um exemplo, ou seja, fora dela, do mesmo modo o não pertencimento só pode ser demonstrado em seu interior, isto é, com uma exceção” (p. 29). Assim, exceção e exemplo

tendem a se confundir. Ele retoma uma passagem bíblica em que o caráter decisivo do exemplo lingüístico e o fato de confundir-se, no limite, com a exceção mostram uma evidente implicação com o poder de vida e morte. O exemplo e a exceção são demonstrados pelo autor no episódio bíblico de Juízes 12.6, no qual os Galaaditas reconhecem os Efraimitas em fuga que tentam pôr-se a salvo do outro lado do Jordão, pedindo-lhes que pronunciem a palavra Shibolet, que eles pronunciavam Sibolet. No Shibolet, exemplo e exceção se confundem, sendo uma exceção exemplar ou um exemplo que faz as vezes de exceção.

Outra perspectiva em que Agamben (2010) pensa a relação de exceção é aquela da relação de *bando*. Nesse caso, considera-se aquele que foi banido como abandonado pela lei, não posto fora dela nem indiferente. Não sendo possível dizer se está dentro ou fora do ordenamento.

A partir da relação de bando, Agamben (2010) retoma a figura do *homo sacer*, expressão que era obscura até para os romanos e cuja especificidade era a impunidade de sua morte. Por ser considerado impuro qualquer um podia matá-lo. Sua vida situava-se entre a matabilidade e a insacrificabilidade. A perspectiva do bando lança a ambigüidade da relação de abandono, pois, embora remetido à idéia da separação, está ao mesmo tempo excluído e incluso, dispensado e capturado. Nele se encontra a força atrativa e repulsiva que liga a vida nua e o poder, o *homo sacer* e o soberano. “É esta estrutura de *bando* que devemos aprender a reconhecer nas relações políticas e nos espaços públicos em que ainda vivemos. (p. 110)

Assim, Agamben (2010) aponta como a politização da vida se dá a partir dos dispositivos da biopolítica. E no conceito de vida nua se situa o entrelaçamento de política e vida, ressaltando que a política moderna perde sua inteligibilidade quando entra em simbiose com a vida nua. Mas a vida nua é o referente fundamental da política, entrando em primeiro plano na estrutura do Estado, tornando-se o fundamento de sua legitimidade e soberania.

Agamben (2010) adverte quanto à importância de se captar o coerente significado biopolítico, pois, “uma das características essenciais da biopolítica moderna é a sua necessidade de redefinir continuamente, na vida, o limiar que articula e separa aquilo que está dentro daquilo que está fora” (p. 127). Assim, se a vida nua penetra na cidade, como linha em movimento a ser sempre redesenhada, com sua inteira inclusão na pólis e os limiares se desenhando além das fronteiras da vida e da morte, identifica-se um novo morto vivente, um novo homem sacro.

Seriam os adolescentes e jovens – tema da presente pesquisa – representantes desse novo homem sacro? Pensando sob a teoria da exclusão e da teoria dos conjuntos, o caráter de exceção é o que dá a esses adolescentes e jovens que experimentam os efeitos da segregação

sob a forma da violência e da morte, a característica de não pertencerem ao conjunto dos demais adolescentes e jovens, tornando-os os principais representantes dessa vida nua, como os novos homens sacros da nossa realidade violenta?

Ainda sobre a perspectiva da vida nua, outra figura ressaltada por Agamben (2010) é a do refugiado, esse elemento inquietante, que rompe com a continuidade entre homem e cidadão, fazendo surgir na cena política aquela vida nua que constitui seu secreto pressuposto. Frente a estas figuras os Estados europeus criaram normas que permitiram a desnaturalização e desnacionalização em massa dos próprios cidadãos.

Tais contextos apontados por Agamben (2010) demonstram que a estrutura biopolítica fundamental da modernidade está na decisão sobre o valor ou desvalor da vida. Essa categoria da vida sem valor corresponde à vida nua do *homo sacer*. A atribuição desse valor também implica a decisão sobre a eliminação da vida. Na época da biopolítica, o poder de decisão sobre a vida tende a se emancipar do estado de exceção, transformando em poder de decidir sobre o ponto em que a vida cessa de ser politicamente relevante.

Na perspectiva da biopolítica, parece que qualquer vida pode entrar na categoria de desvalor no mundo contemporâneo. Não sendo esse um privilégio dos desvalidos, mas uma operação de mercado, regida pela lógica do consumo. Mas a lógica da exceção também faz pensar que a vida desses adolescentes e jovens que morrem em decorrência da violência urbana não chega a ser incluída na categoria de uma vida que tem valor. E isso é real.

E se Agamben (2010) aponta o campo de concentração como matriz oculta do espaço político em que ainda vivemos, refere-se a ele como espaço de exceção, onde há suspensão do ordenamento e onde qualquer questionamento sobre a legalidade ou ilegalidade do que nele acontece é desprovido de sentido. Quando reduz seus habitantes à vida nua, torna-se o mais absoluto espaço biopolítico. Se o nascimento do campo marca o espaço político da modernidade, estamos diante de um campo toda vez que é criada uma tal estrutura, independente da natureza dos crimes nele cometidos e qualquer que seja sua denominação ou topografia específica.

Não há qualquer questionamento sobre a apatia e indiferença do Estado. Não se questiona a legalidade dos fatos em relação ao Estado que deveria proteger estas vidas. Nem se questiona ou mesmo se chega a ter ideia dos mecanismos subjacentes a essa lógica estatal que consente silenciosamente com essas mortes. Por isso é necessário compreender a função do estado de exceção, como se verá adiante.

2.9 O Estado de exceção

Se a discussão em torno da relação entre a política e a vida é considerada fundamental para o contexto dessa pesquisa, o pensamento de Agamben (2004) constitui um importante eixo de orientação para o trabalho. Para o autor, se o campo de concentração é o paradigma biopolítico do moderno, o estado de exceção é o paradigma de governo.

Nesse sentido é que se pretende verificar qual a relação entre esse paradigma e o estado atual do problema dessa pesquisa. Para Agamben (2004), o estado de exceção se apresenta como forma legal do que não pode ter forma legal. Desse modo, a exceção surge como disposição original através da qual o direito se refere à vida e a inclui em si por meio de sua própria suspensão. Por isso, o autor é enfático ao afirmar que é preciso uma teoria da exceção para definir a relação que liga e abandona o vivente ao direito.

Para Agamben (2004) a experiência do totalitarismo moderno, instaurado pelo estado de exceção, possibilitou a eliminação física não só de adversários políticos, mas de categorias inteiras de cidadãos já que estes pareciam não integráveis ao sistema político. E com isso, a criação voluntária de um estado de emergência permanente, como uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos.

Se o estado de exceção se constitui como paradigma de governo dominante na política contemporânea, Agamben (2004) define seu significado biopolítico no fato do direito incluir o vivente por meio de sua própria suspensão. Assim, o estrangeiro deve ser expulso ou acusado de violação da lei de imigração ou outro delito e, com isso, anula-se o estatuto jurídico do indivíduo, produzindo um ser juridicamente inominável e inclassificável.

No caso da morte de adolescentes e jovens em situação de violência ou mesmo sobre o contexto de criminalidade em que muitos se inserem na sociedade brasileira, assiste-se à produção de estatísticas. Quem são essas pessoas? Qual seu estatuto de cidadão? Não há respostas. Só existem números e cifras. E elas são alarmantes.

Para Agamben (2004), o estado de exceção não é nem exterior nem interior ao ordenamento jurídico. Suspender a norma não significa sua abolição, e sendo um espaço anômico, o que está em jogo é uma força de lei sem lei. No estado de exceção, aplicação e norma estão separadas. A pura força da lei realiza uma norma em situação de suspensão. Assim, “para aplicar uma norma, é necessário, em última análise, suspender sua aplicação, produzir uma exceção”. (p. 63)

Por outro lado, a condição de suspensão possibilita pensar o caso em que a lei jurídica e a norma do crime fundam uma intersecção na qual o estado de exceção se configura como

regra. A lei jurídica reforça a exclusão incluindo, a norma do crime inclui excluindo. Assim, pela lei jurídica um indivíduo somente pode ser incluído quando passar a existir, e isso se faz ao preço da sua exclusão anterior. Em contrapartida, a lei do crime inclui aquele indivíduo cuja vida pode ser uma vida sem vida, ao preço da sua exclusão da sociedade da normalização. Dessa intersecção característica da exceção, onde a lei jurídica se confirma pela exclusão, a norma do crime se instaura pela inclusão.

“O estado de exceção, hoje, atingiu exatamente seu máximo desdobramento planetário” (p. 131) e, segundo Agamben (2004), o aspecto normativo do direito pode ser impunemente eliminado e contestado por uma violência governamental que ignora o âmbito externo e produz no âmbito interno um estado de exceção permanente como pretensão de aplicar o direito. Nesse sentido, “mostrar o direito em sua não relação com a vida e a vida em sua não relação com o direito significa abrir entre eles um espaço para a ação humana que, há algum tempo, reivindicava para si o nome ‘política’”. (p. 133)

Assim, o que se produz da exceção? Pode-se dizer que também as normas do crime instituem uma lógica totalitária, baseada no terror e na constituição de inimigos? É possível que a suspensão do ordenamento encontre brechas à medida que aqueles que se encontram no poder também se fazem exceção para transgredir as leis ou se tornam fora da lei, propiciando condições para que o estado de exceção advenha dessa ausência de regulação.

Nesse sentido, o surgimento das organizações criminosas teria alguma semelhança estrutural com o poder totalitário? Ou funcionariam como parte dos equipamentos desse poder? Torna-se muito interessante que na realidade brasileira o lugar dado para as organizações criminosas receba o nome de poder ‘paralelo’. Do estado de exceção, quando há uma suspensão da lei para que alguns não sejam submetidos a ela enquanto outros já encontram sua condição de exclusão numa anterioridade, cabe destacar que também esse poder paralelo se faz uma exceção que tenta impor severas normas ali onde a lei jurídica e a lei dos homens se desencontram.

2.10 Modernidade, holocausto e segregação

Bauman (1998) pensa a perspectiva do holocausto a partir do antissemitismo como ponto culminante, embora ressalte que só o antissemitismo não forneça explicação para o holocausto. Refere-se a uma categoria de fenômenos sociais cujo caráter é abominável, repulsivo, revelando a fraqueza e a fragilidade da natureza humana. Mas ao mesmo tempo,

trata-se de um fenômeno crucial para a compreensão do moderno modo burocrático de racionalização: a burocracia da eficiência.

Sob a perspectiva do antissemitismo, Bauman (1998) afirma que o holocausto representou o ressentimento contra os judeus, concebendo-os como grupo estranho, hostil e indesejável. Ao mesmo tempo, refere-se à situação do estrangeiro dentro de casa, cuja perspectiva é um caso de demarcação de fronteiras e não de contestação de fronteiras. E se os judeus tinham funções econômicas, o contato social não podia ser evitado com outras classes, e por isso “as regras de sua segregação social eram observadas de forma mais meticulosa e anunciadas de modo mais explícito e com maior precisão”. (p. 63)

Para Bauman (1998), o que a modernidade produziu foi o nivelamento das diferenças, embora a partir daí sejam demarcadas as distâncias entre os grupos segregados. Desse modo, as diferenças precisam ser agora criadas ou protegidas do poder de igualdade social ou do intercâmbio cultural, pois, “na ausência de velhas práticas de segregação com base legal, essa falta de marcas diferenciais visíveis só podia equivaler a uma eliminação das próprias fronteiras”. (p. 81)

Segundo Bauman (1998) “nas condições da modernidade, a segregação exigia um método moderno de traçar fronteiras, um método capaz de suportar e neutralizar o impacto nivelador e o poder supostamente infinito das forças educadoras e civilizadoras” (p. 81). Com isso, pode-se delimitar ou impedir de traçar um limite intransponível ao mesmo tempo em que se tornava necessária a reformulação da diferenciação.

Desse modo, Bauman (1998) também pensa que a prática da política se dá através da associação do racismo com o avanço da ciência moderna e das formas modernas de poder estatal. Se o racismo é um produto moderno, foi porque a modernidade o tornou possível.

A contradição apontada por Bauman (1998) é que se o mundo se gaba de sua capacidade de melhorar as condições humanas, “o racismo expressa a convicção de que certa categoria de seres humanos não pode ser incorporada à ordem racional, seja qual for o esforço que se faça”. (p. 87)

A associação do racismo a estratégias de isolamento demonstra que sob certas condições, “o racismo exige que a categoria ofensora deve ser removida para além do território ocupado pelo grupo que ela ofende” (Bauman, 1998, p. 88). E segundo o autor, quando tais condições não existem, o racismo exige que a categoria ofensora seja fisicamente exterminada.

Para Bauman (1998), o assassinato em massa não é invenção moderna e o ódio comunitário sempre esteve entre nós. O que é notável no genocídio é a sua escala. Com isso,

visa-se eliminar o adversário e produzir uma ordem social como projeto de sociedade perfeita. Mas o caráter não violento da civilização moderna é uma ilusão. E não se elimina a violência, embora se faça uma reutilização e redistribuição da mesma no curso do processo civilizatório. Tornada invisível, a violência se encerra em territórios segregados e isolados, no geral inacessíveis aos membros comuns da sociedade. E se há uma concentração da violência, esta também se tornou uma técnica.

Segundo Bauman (1998), a violência em seu caráter de invisibilidade se encerra em territórios segregados e isolados, cabendo destacar que no caso da sociedade brasileira, esta violência pode ter se infiltrado silenciosamente nas veias das comunidades e territórios segregados, mas não permanece calada nem invisível. Ela mesma vive sendo assediada pela indiferença. E por isso, sempre será necessário perguntar: o que restará depois de tudo disso?

2.11 O que restou do homem?

Ao tratar a situação dos judeus em sua época e desde épocas mais remotas, Freud (1939/1975) destaca que a diferença é o motivo central do ódio contra eles, além de ressaltar a intolerância contra as pequenas diferenças que se encontra na raiz do nosso narcisismo.

Para tratar da situação dos judeus, Lacan (1967a/2003) afirma que o resto é a prova da função irreduzível do encontro com o significante puro, tendo no campo de concentração sua representação mais real do tratamento dado às minorias; advertindo que viveremos cada vez mais processos de segregação.

É a partir da função de resto que Lacan (1962/2005) propõe pensar a história do povo judeu e o que isso significa para o mundo. Esse resto é “aquilo que sobrevive à provação da divisão do campo do Outro pela presença do sujeito” (p. 243). A função desse resto evidenciou o aspecto mais sombrio da tensão entre o homem e a civilização.

Partindo também dessa função de resto, colocados os paradigmas do campo, do biopoder e do estado de exceção, Agamben (2008) trata ainda do que restou dos campos de concentração. Procura investigar o significado ético e político do extermínio, uma vez que o acontecido é da ordem do inimaginável.

Agamben (2008) afirma que uma das lições de Auschwitz reside na dificuldade de se entender a mente humana comum. Além disso, a dificuldade de compreender o que aconteceu só pode ser pensada na relação com a estrutura do testemunho. Uma das razões que podem levar um deportado a sobreviver consiste em tornar-se testemunha, termo que vem do latim –

‘*supersts*’ e “indica aquele que viveu algo, atravessou até o final um evento e pode, portanto, dar testemunho disso” (p. 27). Diferente da testemunha comum, no caso do extermínio, o testemunho vale por aquilo que nele essencialmente falta, pois, há algo intestemunhável em seu centro.

Essa figura que emerge em Auschwitz – o ‘mulçumano’ – é aquele que perdeu qualquer vontade e qualquer consciência e que para Agamben (2008) é também portador de uma feroz ironia, já que os judeus sabiam que em Auschwitz não morreriam como judeus. E se o ‘mulçumano’ se torna um paradigma, a ética em Auschwitz começava no ponto em que essa ‘testemunha integral’ havia eliminado qualquer possibilidade de distinção entre o homem e o não-homem.

Se o gozo em sua articulação ao racismo, discutido por Laurent (2014) a partir de Lacan (1973/2003) possibilita pensar a constituição do homem pela apreensão do que não é um homem, a temerosidade é de se deparar com a afirmação do não-homem, não podendo desconsiderar que a assertiva final é indicativa de que ao se deparar com essa parte do gozo que retorna como real, pode-se pensar na figura do muçulmano como representante desse gozo no real. Mais do que isso, seria o que restou da barbárie.

O outro paradigma apresentado por Agamben (2008) é o da “situação extrema” ou da “situação limite”, já que “Auschwitz é exatamente o lugar em que o estado de exceção coincide, de maneira perfeita, com a regra, e a situação extrema converte-se no próprio paradigma do cotidiano”. (p. 57)

Ao lançar luz sobre o extermínio, esse se mostra mais atroz, pois, segundo Agamben (2008), Auschwitz se mostrou o lugar de um experimento ainda impensado, onde se contrapunham o limite entre a vida e a morte, entre o homem e o não-homem, estando em jogo “continuar ou não sendo um ser humano” (p. 62). Ali, o humano tornou-se indiscernível em relação ao inumano.

A partir do paradigma trazido pelo ‘muçulmano’, para Agamben (2008) isso implica na condição de que a morte já não pode ser chamada de morte. E, “onde a morte não pode ser chamada morte, nem mesmo os cadáveres podem ser chamados cadáveres”. (p. 77)

O mais ultrajante que a morte, segundo Agamben (2008), é que em Auschwitz não se morria, produzia-se cadáveres e não-homens em série. O mulçumano é o não-vivo, aquele ser cuja vida não é realmente vida e cuja morte não pode ser chamada de morte. Colocando a humanidade do homem em jogo, a biopolítica do racismo penetra em um umbral onde já não é possível estabelecer cesuras. E se os campos não são apenas o lugar da morte e do

extermínio, neles se produziu o muçulmano, esta última substância biopolítica isolável no *continuum* biológico.

Ao utilizar o termo ‘sobreviver’, Agamben (2008) salienta a ambigüidade própria e impossível de eliminar. A cisão que a vida traz no homem pode fazer de todo viver um sobreviver e de todo sobreviver um viver. Mas a tese de Agamben (2008) sobre a lição de Auschwitz é de que “*o homem é aquele que pode sobreviver ao homem*” (p. 135). Então o que resta de um homem? Não sendo possível destruir integralmente o humano, algo sempre resta, e a testemunha é esse resto.

O resto é a prova de que o homem resistiu à própria destruição. Para o presente estudo sobre a morte de milhares de adolescentes e jovens brasileiros - negros, pobres, moradores de periferias – e suas relações com a violência e a criminalidade, a formulação inquietante é perguntar: essa mortandade produzirá algum resto? Ou se trata apenas de enterrar os restos, não os mortos, pois, sendo restos, alguma vez estiveram vivos?

Assim, a dimensão de resto que se procura varrer da sociedade, encontra sua última discussão nesse capítulo, a partir do item seguinte, resultado de um importante trabalho sobre violência, guerrilha e narcotráfico na sociedade colombiana.

2.12 Das ordens de ferro e dos sujeitos descartáveis

Se o paradigma do campo e da redução do humano ao não-humano são condições da biopolítica no Estado totalitário, na atualidade, Ramirez (2007) analisa a dimensão subjetiva presente na violência que perdurou na Colômbia na década de 1990, chamando atenção para o fenômeno da *limpeza social* decorrente da violência que surge com o narcotráfico, colocando em destaque a violência armada, crianças e mulheres como novos atores da guerra e a cidade como novo cenário encontrado pelo conflito armado.

Ao se ocupar do fenômeno da “limpeza social”, Ramirez (2007) destaca que tal fenômeno não é privativo da sociedade colombiana, mas constituem *ordens de ferro* que surgem como sintoma social da época contemporânea, encontrados de modo geral nas grandes cidades e em outros territórios onde se acentuam a segregação social.

A aproximação e a distância entre estes paradigmas encontram a seguinte articulação: pensar as *ordens de ferro* como correspondentes à lógica do campo de concentração e a função do mulçumano como representante da redução do humano ao não-humano em sua aproximação com a figura do ‘indigente’ retratada no estudo de Ramirez (2007). Nesta última

acepção, a distância talvez seja a diferença entre aqueles que constituíram o muçulmano no âmbito do campo de concentração e a condição do indigente nas ruas da Colômbia. Mas em relação à primeira articulação não há distância. Pode-se mesmo dizer que em nossa sociedade democrática as *ordens de ferro* são as legítimas representações dos campos de concentração.

Se as novas e decisivas envolturas formais dos sintomas sociais são as *ordens de ferro*, Ramirez (2007) refere-se a essa expressão lacaniana para designar o retorno do real do Nome do Pai forcluído no simbólico, sob a forma de grupos armados que pretendem impor uma ordem férrea e cruel. Tal forclusão é uma exclusão radical do Nome do Pai no simbólico, fazendo com que este retorne de modo catastrófico no real social, dando lugar a fenômenos como a violência. Essa é uma proposição lacaniana que tenta compreender nosso tempo histórico. Ela está desenvolvida na Lição 10 do dia 19 de março de 1974 do Seminário *les non-dupes errent* (1974), ainda inédito em português.

O Nome do Pai é o que possui a função simbólica de transmissão de um significante e da articulação entre a lei e o desejo. Assim, trata da possibilidade de uma nomeação que confere ao sujeito a sua existência. Por outro lado, o termo *forclusão* provém da jurisprudência e designa um processo que não só prescreveu, mas também sofreu um apagamento, como se nunca tivesse existido. E o real é aquilo que está fora da linguagem, portador de um impossível de dizer, escapando ao sentido.

Por isso, as *ordens de ferro* sinalizam o encontro com algo que não é simbolizável ou imaginável, a que se designa como *real*, isto é, algo fora da linguagem e do imaginário social. Nesse sentido, quando retornam no real do Nome do Pai forcluído no simbólico, o encontro com algo da ordem de uma nomeação catastrófica conduz ao pior: dejetos, restos, supérfluo, descartável, lixo, entre outros.

Nesse sentido, Ramirez (2007) analisa a “limpeza social” como fenômeno social enodado à condição de ‘dejetos’ e de ‘descartável’ ocupada pelas pessoas vítimas da violência. No caso dos crimes imotivados, tais ordens retratam um ato puro, sem nenhum sentido, constituindo na interpretação do autor um retorno do real do Nome do Pai forcluído ao nível social.

Frente a essa situação de forclusão pensada a partir dos fenômenos sociais, Ramirez (2007) avalia que as ordens de ferro vêm tratar de ligar, vincular e enodar os registros do real, simbólico e imaginário. Entretanto, isso é feito de modo despótico, nomeando para a “degeneração catastrófica”, cuja verificação se dá nas ordens para o extermínio e não para a convivência com a diferença. Seu princípio de funcionamento é o de uma segregação radical.

Ramirez (2007) aponta algo novo a partir da tomada do semelhante como inimigo. Considerando os caminhos de desenvolvimento da agressividade, os aspectos a ela inerentes, os processos e rituais de entrada no bando, culminando no ato de matar indigentes e desconhecidos como aquilo que coloca os indivíduos diante de um gozo inédito – matar e dispor da vida do semelhante.

Para Ramirez (2007) com o termo “limpeza social” a justificativa do extermínio é diversa e o que se utiliza para a execução sumária da vítima é a justificativa de sua inutilidade ou de seu caráter prejudicial. Tais vítimas são tratadas como vírus ou praga a ser erradicada por meio da morte. E o espírito que anima estes grupos é o da *segregação*, a partir da norma da vida constituída sobre a discriminação daqueles que não fazem parte do grupo. A ação segregadora é o que as *ordens de ferro* possuem em comum.

Segundo Ramirez (2007), ao segregar o inimigo não há uma ‘normalização’ da segregação, mas torna-se evidente o narcisismo das pequenas diferenças (Freud, 1921/1976). E quando se infla a diferença é para justificar o ódio ao semelhante, que é declarado estrangeiro, tornando-se descrito em uma extrema diferença em que é considerado quase extraterrestre.

Desse modo, se a indigência inspira a ideia da limpeza social nos grupos radicais, conforme Ramirez (2007), logo sua prática se torna extensiva a qualquer um que lhes pareça diferente, inútil ou estorvo para seus interesses. Esse é um retrato do homem sob o discurso do capitalista, cuja lógica é a mesma da mercadoria produzida como objeto efêmero, logo substituído por outro mais promissor. Assim, todo objeto colocado em circulação no mercado leva consigo a vocação de dejetos e restos.

A análise de Ramirez (2007) aponta que ‘descartável’ é um termo criado pelo discurso do capitalista para designar uma mercadoria que perde seu valor de uso e de troca, pois, desde sempre é revestida pelo caráter descartável, inutilizável e de lixo. A condição dos sujeitos encontrados em seu estudo é equivalente. São assim nomeados por serem aqueles sobre quem recai a conotação de ‘imprestável’. Para os grupos de extermínio, tais sujeitos são reduzidos e tratados como lixo, com todo sentido de desprezo e insulto que o termo carrega. E se antes se aplicava aos indigentes, passa a se estender a todo opositor dos interesses grupais.

Para Ramirez (2007) a condição de *resto* do capitalismo imposta pelo caráter ‘descartável’ marca um destino particular ao designar um sujeito. Ele é reduzido a uma mercadoria no sistema capitalista, ao mesmo tempo em que tal palavra designa também outra forma de segregação humana. ‘Descartável’ nomeia um real sem lei e caprichoso, tratando-se de uma reedição da segregação contemporânea.

Assim, Ramirez (2007) demonstra a condição do sujeito que se encontra em posição de um objeto que é estorvo, indecoroso, sujo, alvo de agressividade de outros estratos sociais. E é enfático ao afirmar que no discurso do capitalista somos todos descartáveis. Desse modo, a chamada “limpeza social” é um fenômeno social associado à condição de descartáveis das vítimas, demonstrando o exercício segregativo radical com que ‘pessoas de bem’ pretendem exterminar aqueles que são empurrados pelo discurso capitalista a identificar seu ser à condição de dejetos.

Na época atual, em aproximação ou similaridade de contexto e condição entre alguns países, encontramos no regime das *ordens de ferro* a similaridade do regime de exceção e do campo de concentração. A partir da proposição de Ramirez (2007) sobre a condição de dejetos ou descartável na sociedade colombiana, podemos realizar aproximações com a figura do do refugiado, do apátrida, dos homens supérfluos ou do inimigo objetivo em Arendt (1949/1989), ou ainda à figura do *homo sacer* ou do ‘muçulmano’ recuperadas em Agamben (2010).

Se para a psicanálise tais figuras encontram lugar no mundo na função de resto, e por isso sustentam o ponto a partir do qual poderemos pensar as consequências da violência e da mortalidade entre adolescentes e jovens, e os efeitos da segregação que ainda virão, caberá à política contemporânea apontar quais as possíveis respostas políticas ao problema da segregação experimentada por nossos adolescentes e jovens.

3. DA CAÇA ÀS BRUXAS À DESCOBERTA DA SEXUALIDADE

No capítulo anterior procuramos pensar a articulação entre o pensamento político clássico e contemporâneo e a psicanálise para compreender a situação dos adolescentes e jovens em relação à violência, a fim de verificar a hipótese presente nessa investigação: se a violência constitui uma resposta à segregação no mundo contemporâneo.

Nesse sentido, torna-se importante empreender uma pesquisa na teoria psicanalítica, procurando identificar em sua conceituação termos e aspectos que se referem ou se articulam ao tema da segregação, uma vez que este não é um conceito próprio da psicanálise.

Assim, retornar aos primórdios do surgimento da psicanálise se tornou um caminho necessário para esta investigação. O período compreendido entre 1886 e 1898 é o do início de seu surgimento e das primeiras publicações. Freud (1886/1977) produz um relatório em que presta contas de uma bolsa de estudos que lhe permitiu se encontrar com Charcot na Salpêtrière, lugar cujo nome significa fábrica ou depósito de ‘salpêtre’, ou seja, salitre. Além de ter sido construído para servir a um arsenal à época de Luis XIII, também chamado de ‘Gewehrfabrik’, ou seja, fábrica de material bélico.

Sendo ou não ironia da vida, pode-se pensar na inspiração freudiana para construir o armamento que implodiu o antigo modo de tratar as doenças psíquicas. Ao mesmo tempo, tudo indica que Freud não se valeu desse sal para conservar as coisas do mesmo jeito, mas decidiu-se por difundir a ‘peste’.

A partir de então, Freud (1888/1977) mudou a condição das histéricas no mundo, até então segregadas e tratadas como ‘simuladoras’, fato que perdurara desde a Idade Média sob o ‘estigma’ da histeria. As mulheres eram julgadas e condenadas como feiticeiras ou possesas do demônio. A histeria foi a *bête noire* da medicina e os histéricos estavam sujeitados à calamidade do ridículo e indignos da observação médica. Sob a violência da ciência médica, eram excluídas do campo legítimo da medicina e sua palavra, destituída de valor.

Talvez tenha sido esse primeiro passo - dar ao fora da norma o seu lugar - a incitativa que posteriormente levou Freud (1895/1977) a sistematizar uma teoria e a elaborar o que posteriormente ficaria inacabado e abandonado - o *Projeto para uma Psicologia Científica* -, cujo objetivo era estruturar uma psicologia representada ou representando os processos psíquicos.

Freud (1895/1977) identifica a existência de um sistema nervoso, capaz de ser permanentemente modificado, cuja peculiaridade é receber e descarregar estímulos, operando entre um dentro e um fora, um exterior e um interior. Esta é a relação que possivelmente se

pode articular ao tema do presente estudo e, nesse item, contribuir para pensar como os aspectos da segregação se articulam ao subjetivo e ao contexto social à luz da psicanálise.

Certamente, o contexto social faria com que Freud (1897/1977) iniciasse sua incursão no campo da Antropologia. Em interlocução com Flies na Carta 56, relata seu interesse pela condição da histeria sem desconsiderar o lugar de indignidade que esta ocupava no mundo. Mais uma vez o interesse da psicanálise pelo que restava excluído pela sociedade possibilita pensar sobre a segregação.

Procurando compreender os mecanismos psíquicos, Freud (1894/1976) introduz a noção de ‘eu’ como uma organização, partindo da existência de uma divisão da consciência (*splitting*) que apontava ainda para uma incompatibilidade entre o confronto de uma realidade e o sentimento aflitivo decorrente. Descobre assim um importante mecanismo em jogo: a defesa. Esse é um importante conceito para o presente estudo à medida em que tal ideia remete ao afastamento, à expulsão de uma lembrança ou situação desagradável, situando as relações do aparelho psíquico com o mundo interno ou externo. Desse modo, desloca o lugar ocupado pela histeria situando a causa destes fenômenos na esfera da vida psíquica, marcada por regularidades e leis.

A ideia da expulsão da coisa como consequência das ideias incompatíveis é retratada por Freud (1894/1976) acerca da relação entre a divisão da consciência e a defesa. E com isso afirma que a vida sexual do sujeito despertava o afeto aflitivo e provocava ocasiões para ideias incompatíveis.

Insistindo em suas investigações, Freud (1896/1976) desloca o papel da hereditariedade como causa da histeria, tirando a perturbação nervosa deste lugar e dando às neuroses o seu lugar no distúrbio particular da economia do sistema nervoso, situando a vida sexual do sujeito como fonte das alterações. Se as perturbações sexuais já eram admitidas entre as causas da doença nervosa, a diferença por ele introduzida é a elevação das influências sexuais ao nível de causas específicas. Se havia um agente operando na causa da histeria, tratava-se de uma lembrança traumática. E conclui que há a etiologia e ela é sexual.

Acompanhar este percurso tendo o tema da segregação no horizonte visa identificar como a psicanálise se interessou desde seus primórdios pelas questões que permaneciam à margem da normatividade e que possibilitaram seu surgimento.

Assim, outro deslocamento provocado por Freud (1905/1972) é aquele que conferirá um lugar à sexualidade infantil, pois, vigorava a ideia de que a pulsão sexual estava ausente na infância, manifestando-se na puberdade. A partir da análise dos indivíduos invertidos e das aberrações sexuais - outra vez demonstrando o interesse da psicanálise pelo que não se

enquadrava na normatividade – questiona a condição de degenerados em que se encontravam, ressaltando ainda que “a importância dessas anormalidades está no fato não explicado de que eles nos facilitam nossa compreensão do desenvolvimento normal”. (p. 142)

Mais uma vez, pode-se pensar na perspectiva encontrada no capítulo anterior onde se tratou da exceção como aquela que confere lugar à regra, confirmando assim o interesse da psicanálise pelo que constitui lugar de exceção no mundo.

Outro fator determinante a partir do estudo da sexualidade é a conexão entre a pulsão sexual e o objeto sexual na qual Freud (1905/1972) demonstra que a natureza da pulsão permite uma vulgarização de seus objetos, além de situar o lugar do corpo na civilização.

Por ‘pulsão’ deve-se entender provisoriamente o representante psíquico de uma fonte endossomática e contínua de excitação em contraste com um ‘estímulo’, que é estabelecido por excitações *simples* vindas *de fora*. O conceito de pulsão é assim um dos que se situam na fronteira entre o psíquico e o físico (somático). (Freud, 1905/1972, p. 171)

A partir do estudo sobre as aberrações sexuais, Freud (1905/1972) confere lugar à pulsão sexual e se opõe à idéia de sua ausência na infância, afirmando o papel da infância na origem de certos fenômenos ligados à vida sexual e demonstrando a função desempenhada na sexualidade pelo fator infantil. Se os germes da pulsão estão presentes no recém-nascido, seu desenvolvimento é marcado por uma supressão e forças psíquicas serão construídas no curso da vida sexual, funcionando como barreiras para restringir o fluxo da pulsão. Dentre tais barreiras encontramos a repugnância e a vergonha.

Se tais impressões da vida sexual perdurarem no adulto, Freud (1905/1972) afirma que em relação às crianças, um intervalo se constitui como necessário ao adiamento da maturação sexual, construindo formas de restrições à sexualidade através da barreira contra o incesto e da incorporação de preceitos morais. O respeito a essa barreira é uma exigência cultural feita pela sociedade e com isso verificamos a ação da civilização na constituição da sexualidade humana.

Esta interferência da civilização na sexualidade humana, segundo Freud (1905/1972), é uma necessidade que a sociedade tem para se defender contra o perigo e garantir seus interesses para o estabelecimento de unidades sociais superiores. Como forma de garantir seu interesse, busca afrouxar na família os laços que na infância foram os mais importantes, por isso a barreira contra o incesto está entre as mais importantes conquistas da humanidade.

Nesse sentido, Freud (1905/1972) afirma que ao negar a existência da sexualidade infantil, a civilização encontrava uma forma de preservar os seus interesses, encontrando no

processo de oposição às pulsões a garantia de sua continuidade. Ao conferir um lugar à sexualidade infantil certamente novas descobertas ainda viriam.

Ao lançar luz sobre a situação da sexualidade, Freud (1908/1976) identifica o papel que esta possui no adoecimento psíquico, mas também ressalta o papel desempenhado pela civilização nesse mesmo adoecimento. Ao observar o aumento da doença nervosa moderna, afirma o antagonismo entre a constituição humana e as exigências da civilização na gênese das enfermidades.

Se o mecanismo que provoca o adoecimento é o mesmo, tal como destacamos no capítulo anterior, Freud (1908/1976) ressaltou em sua época o efeito do desenvolvimento da civilização e a imposição de exigências à eficiência do indivíduo, aumentando as necessidades individuais e a ânsia de prazeres materiais. Tal exigência era acompanhada pelo progresso e pelo surgimento de um modo de vida orientado pela pressa e agitação, crises sociais, financeiras ou políticas, dentre outros. Destacamos em nossa época uma potencialização dessas exigências e, conseqüentemente, as modalidades de adoecimento e respostas subjetivas às exigências da civilização contemporânea se modificaram.

Se na época em que Freud (1908/1976) identificou a situação acima o recalque fazia-se sentir na vida dos povos através de uma moral sexual ‘civilizada’, cabe ressaltar em nosso tempo, também considerando a incidência do recalque, nossas relações sociais foram potencializadas pelos avanços da ciência e do capital, onde os efeitos da segregação nos fazem experimentar a sensação de ausência de alguma moral reguladora. Entretanto, deparamos cada vez mais com uma exigência feroz de satisfação de nossas necessidades criadas pela lógica de mercado.

Freud (1908/1976) chamou atenção para a condição do indivíduo que em sua constituição indomável não concorda com a exigência da supressão de suas pulsões e com a renúncia à satisfação pulsional em favor da civilização. Em sua época, esse indivíduo era um criminoso, um *outlaw*, e aqueles que não obtinham êxito frente às exigências da civilização encontravam no adoecimento uma saída. A maneira encontrada para sanar essa sensação de injustiça era a desobediência às injunções morais e assim os indivíduos se tornavam marginalizados, enquanto outros se esforçavam para não se tornarem.

Certamente, se a civilização impõe restrições à satisfação, também consente com as vias de escape a essa moral, diz Freud (1908/1976). Para o autor, a civilização não acredita totalmente na obediência aos seus preceitos. Ao impor severas normas à manutenção da organização social, o preço pago por tal sacrifício é o adoecimento psíquico.

Fato contraditório é que a nossa época experimenta há muito tempo o afrouxamento dessa moral civilizatória, tendo como consequência os efeitos de uma desregulação pulsional que, se não torna a todos fora da norma, deixa-nos com a sensação de que alguma coisa está fora da ordem.

Desse modo, o percurso trilhado apontou o efeito da ação da civilização na vida humana demonstrando a condição obscura em que se encontravam a histeria e a sexualidade infantil. Também buscamos evidenciar de que forma a psicanálise constituiu seu campo e sua teoria a partir da inclusão desses elementos excluídos da lógica normativa do processo civilizatório, criando condições para sua inteligibilidade e leitura. Seguindo essa mesma lógica, caberá ao presente trajeto de investigação, tendo a segregação no horizonte, identificar as contribuições da psicanálise à investigação sobre os efeitos produzidos pela segregação na subjetividade contemporânea e, nesse caso, sobre a relação dos adolescentes e jovens com a violência, conforme veremos em capítulo adiante.

3.1 Por uma metapsicologia da segregação em Freud

Tendo como ponto de partida os artigos que tratam da metapsicologia e da segunda tópica na psicanálise, pretendemos identificar em que medida a concepção de subjetividade e de inconsciente ali presentes poderão contribuir para a análise da segregação. A metapsicologia foi a proposta teórica elaborada por Freud em torno de 1915 com vistas a constituir uma teoria da psique humana, fundada na determinação inconsciente. Em 1920 ela sofre uma mudança radical, na medida em que Freud se apercebe que o aparelho psíquico é regido por uma força que se situa além do princípio do prazer. Chamamos de segunda tópica as mudanças ocorridas então nessa concepção.

Ao situar a libido no curso do desenvolvimento sexual humano e das relações eróticas com as pessoas e coisas, Freud (1914/1974) afirmará a existência do narcisismo. Ao defini-lo como uma fase intermediária necessária entre o auto-erotismo e o amor objetual despertará o interesse pelo que acontece à libido quando afastada do mundo externo ou quando se dirige ao eu. Assim, os problemas mais profundos das relações entre o ‘eu’ e o mundo externo se tornam importantes para o presente estudo.

A partir do estudo sobre o narcisismo, Freud (1914/1974) situa o ideal do eu, este agente auto-observador; chamando a atenção para o movimento de retirada da libido do mundo externo, pois, quando afastada é dirigida ao eu, e a isso chamou autoerotismo. Ao

ressaltar a vida erótica dos seres humanos, a escolha de objeto está em questão e isso também é determinante nas relações humanas sob a perspectiva da segregação. Como já se verificou no capítulo anterior e ainda se verificará adiante, novos desenvolvimentos tratarão do lugar dessas escolhas permeadas pelas relações do sujeito com o seu meio.

Finalmente, Freud (1914/1974) destacará a relação das pulsões com a castração e suas conexões com o efeito da coerção da atividade sexual. Tendo identificado esse ideal que atua como vigia, a prova da sua existência é sua ação criticamente observadora, impondo severas condições à satisfação da libido por meio dos objetos, fazendo com que alguns sejam rejeitados. Nesta relação com o objeto, identifica também o empobrecimento do eu quando ocorre o direcionamento da libido para o objeto.

Trata-se de pensar que a relação com os objetos é determinante de uma escolha e, sob a perspectiva da segregação pensamos o estado de rejeição também produzido naquela relação como característica do que já se verificou no capítulo anterior sobre as relações de exclusão e inclusão.

Dando prosseguimento às investigações, verificou-se o estabelecimento do conceito de pulsão definido por Freud (1915c/1974), ao afirmar que

uma pulsão nos aparecerá como sendo um conceito situado na fronteira entre o mental e o somático, como representante psíquico dos estímulos que se originam dentro do organismo e alcançam a mente, como uma medida de exigência feita à mente no sentido de trabalhar em consequência de sua ligação com o corpo. (p. 142)

Nas distintas épocas, permanece inalterado o lugar em que Freud (1915c/1974) situa a pulsão: fronteira entre o mental e o somático. São, portanto, as relações de interioridade e exterioridade dadas pela idéia de fronteira que também permitirão pensar a perspectiva da segregação.

Da definição do conceito de pulsão, Freud (1915c/1974) dá a indicação da existência de quatro elementos: uma pressão, de uma finalidade ou objetivo, de um objeto e de uma fonte. Sendo o objeto da pulsão a coisa em relação à qual a pulsão é capaz de atingir sua finalidade, este também é o mais variável. E a particularidade da ligação estreita do objeto com a pulsão se distingue pelo termo ‘fixação’.

A partir da relação entre a pulsão e o objeto, Freud (1915c/1974) indica os destinos da pulsão, e para o presente estudo, será tomado apenas o primeiro destino – reversão ao seu oposto -, destacando a existência de forças que impedem a pulsão de ser levada até o fim de forma não modificada. Esta situação é correlativa à *defesa* contra as pulsões.

A partir disso, dois processos são destacados: a mudança da atividade para a passividade e a reversão de seu conteúdo. O interesse por este último processo se deve ao fato de que na reversão do *conteúdo* está o exemplo isolado da transformação do amor em ódio; além de conter um indicativo das relações com o mundo externo. Segundo Freud (1915c/1974), “o amor não admite apenas um, mas três opostos. Além da antítese ‘amar-odiar’, existe a outra de ‘amar-ser amado’; além destas, o amar e o odiar considerados em conjunto são o oposto da condição de desinteresse e indiferença” (p. 154). Esta transformação é também fundamental para o presente estudo.

A partir da condição de amar-ser amado pensada por Freud (1915c/1974) na perspectiva da relação atividade/passividade, pode ocorrer a passagem de uma a outra. Subjacente a essa situação, remonta o traço característico do narcisismo: *amar-se a si próprio*.

Conforme Freud (1915c/1974), os opostos do amar são indicativos de que o modelo de nossa vida mental é regido por três polaridades, as antíteses: sujeito (eu) – objeto (mundo externo); prazer-desprazer; ativo-passivo. A antítese eu–não eu (mundo externo), isto é, sujeito-objeto, indica a possibilidade de silenciar os estímulos externos, porém, não se aplica contra os estímulos internos, pois, a pulsão em sua fonte continua a emitir estímulos internos que visam um objetivo.

No processo de constituição do eu a partir do desenvolvimento das pulsões e da capacidade de satisfação destas em si mesmas, encontra-se a fase que Freud (1915c/1974) denomina ‘narcisismo’, constituído de três momentos: autoerotismo, quando a satisfação se dispersa nas zonas erógenas; narcisismo primário, quando o eu é investido como uma unidade, sendo o primeiro objeto de investimento; e narcisismo secundário, quando o eu investe em vários objetos, dentre os quais se encontra o próprio eu.

A partir desta relação com o mundo externo, Freud (1915c/1974) demonstra que o eu não necessita daquele, mas adquire algo dos objetos que nele existem e sente como desagradáveis os estímulos pulsionais internos. E, se o eu encontra nos objetos do mundo externo alguma fonte de prazer, ele os toma para si, introjeta-os, e expela o que de dentro causa desprazer. Uma importante modificação ocorre quando o ‘eu’ distingue o interno e o externo através de um critério objetivo – a característica do prazer. Assim, para o eu, o mundo externo se divide numa parte que é agradável e a incorporou a si mesmo, e num restante que lhe é estranho. E deveremos ver adiante as conseqüências desta última percepção e sua relação com o tema do presente estudo.

A partir do narcisismo primário, quando da aparição do objeto, Freud (1915c/1974) afirma que o segundo oposto ao amar – o odiar – atinge seu desenvolvimento. Nesse ponto

deveremos nos deter mais, pois, conforme já se verificou no capítulo anterior e ainda veremos adiante, esta perspectiva se torna um importante ponto para o estudo da segregação.

Para Freud (1915c/1974), se o odiar caracterizou a relação entre o eu e o mundo externo alheio com os estímulos que introduz, a indiferença se enquadra como caso especial de ódio ou desagrado. Mas, se no início, mundo externo, objetos e o que é odiado são idênticos, o objeto que se constitui fonte de prazer é amado e incorporado; mas para o eu, os objetos coincidem com o que é estranho e odiado. Cabe acompanhar como tais diferenciações ocorrerão.

Freud (1915c/1974) situa as polaridades ‘amor-indiferença’ relacionadas ao par ‘eu-mundo externo’; assim como a antítese ‘amor-indiferença’ relacionada ao par ‘prazer-desprazer’. E a partir da transição da fase narcisista à fase objetal, o prazer e o desprazer se tornam significativos das relações entre o eu e o objeto. A incorporação do objeto constituído como fonte de sensações agradáveis se dá a partir de uma ‘atração’; enquanto o objeto que se constitui em fontes de sensações desagradáveis é alvo de uma repulsão, por isso é odiado, podendo este ódio ser intensificado ao ponto de uma inclinação agressiva com intenção de destruí-lo.

Ao relacionar o amor à condição de prazer entre o eu e o objeto, o ódio se enquadra em relação ao desprazer numa relação única e decisiva, diz Freud (1915c/1974). O eu odeia, abomina e persegue com intenção de destruir todos os objetos que constituem fontes desagradáveis.

A relação entre o amor e o ódio não é simples. Freud (1915c/1974) afirma que não surgiu da cisão de uma entidade original, mas brotam de fontes diferentes. Se o amor resulta da capacidade do eu em satisfazer algumas pulsões, a luta pelo objeto se dá sob a ânsia de dominar, sendo indiferente o dano ou aniquilamento do objeto. Nessa fase, não há distinção entre o amor e o ódio em sua atitude para com o objeto, mas a partir da fase de organização genital o amor se torna o oposto do ódio.

Assim, Freud (1915c/1974) considera o ódio mais antigo que o amor enquanto relação com os objetos, pois, o ódio provém do repúdio do eu narcisista ao mundo externo. O ódio surgirá do rompimento de uma relação de amor com um objeto. Embora não se trate de uma transformação do amor em ódio, este é forçado por uma regressão do amor à fase preliminar sádica e adquire um caráter erótico, garantindo a continuidade de uma relação de amor. Cabe lembrar que, na segunda tópica, Freud retifica a anterioridade do sadismo, identificando o masoquismo como primário.

De toda forma, essa é a situação que também interessa ao presente estudo, uma vez que da relação com o mundo externo torna-se possível potencializar o ódio numa condição regressiva ao amor, de modo que o ódio ao adquirir um caráter erótico poderá persistir como motivação para a rejeição, expulsão ou mesmo destruição daquilo que se constitui como fonte de uma sensação desagradável.

Se do rompimento da relação de amor com um objeto, a continuidade da relação amorosa só é possível pelo caráter erótico adquirido pelo ódio, pode-se pensar que nossas relações sociais são muito mais potencializadas pelo ódio e este se encontra também a serviço da civilização tal como o amor.

Em continuidade à presente investigação, sob a perspectiva da polaridade amor-ódio, como resultante das relações do eu com o objeto, com o mundo externo e com os estímulos agradáveis ou desagradáveis, procura-se pensar tal situação a partir da definição de recalque estabelecida por Freud (1915d/1974) como a pedra angular da teoria psicanalítica.

Para Freud (1915d/1974), trata-se de um mecanismo defensivo que sempre esteve presente e cuja essência “consiste simplesmente em afastar determinada coisa do consciente, mantendo-a à distância” (p. 170). Mais do que a repulsão que atua a partir do consciente para manter a coisa afastada, destaca a atração exercida por aquilo que foi recalcado sobre tudo aquilo com que pode estabelecer uma ligação.

Desse modo, segundo Freud (1915d/1974), o representante pulsional retirado da influência consciente pelo recalque prolifera no escuro, assumindo formas extremas de expressão que parecerão estranhas, assustam e demonstram a extraordinária e perigosa força da pulsão, salientando ainda que a verdadeira força do recalque deve ser procurada no represamento ocasionado pela satisfação frustrada. Seu motivo é a fuga ao desprazer e quando não impediu o surgimento de sentimentos de desprazer e angústia, significa que falhou.

Nesse sentido, se os objetos do mundo externo constituem fonte de interesse, atração ou repulsão e destruição, sua posse é sempre caracterizada por uma luta pela dominação. Diante da impossibilidade da posse ou da conquista dos objetos, o retorno do ódio seria indicativo da falha do recalque? Se assim for, no mundo contemporâneo, orientado pela assunção do objeto, a ação do recalque desvela muito mais do que afasta nossas intenções destrutivas na luta pela posse dos objetos e em nossas relações de comunidade.

O contexto seguinte é aquele tratado por Freud (1919/1976) acerca do termo alemão ‘*Das Unheimlich*’, destacando a relação com aquilo que é assustador, provoca medo e horror, onde um núcleo comum permite distinguir coisas como ‘estranhas’, situando-as no campo do que é amedrontador.

A dificuldade em situar esse ‘estranho’ se relaciona à sua condição de categoria do assustador que remete ao que é conhecido, velho, familiar. Para Freud (1919/1976), o familiar pode se tornar estranho e assustador, mas nem tudo que é novo e desconhecido é assustador. A relação não pode ser invertida, pois, nem tudo que é assustador e desconhecido é novo, sendo preciso acrescentar algo ao que é novo e não familiar para torná-lo estranho.

Para o presente estudo, esse texto é importante pelo que se pode desenvolver acerca das nossas relações atuais no campo da segregação, onde os efeitos da violência e as produções dela decorrentes são características da produção de respostas em relação ao semelhante e à vida em comunidade, marcando uma alternância entre a estranheza de nosso cotidiano e a familiaridade de nossas relações violentas.

Outra perspectiva analisada nesse texto se refere ao que Freud (1919/1976) destacou acerca da ‘inveja’, pois, “quem quer que possua algo que seja a um só tempo valioso e frágil, tem medo da inveja de outras pessoas, na medida em que projeta nelas a inveja que teria sentido em seu lugar” (p. 299). Desse modo, ao tomar uma pessoa como estranha, nós o fazemos por lhe atribuir intenções maldosas, ao sentirmos que suas intenções serão levadas a cabo. Entretanto, trata-se da projeção do temor e da suspeita do próprio sujeito sobre o outro.

Além disso, como verificamos no capítulo anterior e ainda se verificará em outros itens acerca da transformação dessas relações, cabe ressaltar que tanto na época acima quanto na época atual, esse sentimento caracteriza não somente a sensação de que a posse do objeto produz medo naquele que o possui e o faz atribuir ao invejoso a condição de estranho. Mais do que isso, podemos dizer que a lógica e o avanço do capitalismo mudaram nossas relações do âmbito privado para o espaço público, expondo um fosso de desigualdade em que o compartilhamento da vida em comunidade expõe o medo de que as condições sejam iguais para todos.

Tornar o outro estranho, assustador e amedrontador é, por assim dizer, mais fácil do que admitir que a disputa e posse dos objetos no mercado de consumo capitalista orientam nossas relações sociais para um profundo isolamento, com a eliminação da diferença a partir da constituição de comunidades de iguais, onde o ‘estranho’ perde sua função de marcar a alteridade, configurando um marco segregatório cada vez mais ‘familiar’.

Essa perspectiva de análise, que reconfigura a lógica do funcionamento psíquico deve-se à introdução do conceito de inconsciente. Nesse sentido, a psicanálise se instituiu como uma terceira ferida no narcisismo humano, deslocando a consciência e a racionalidade da sede da nossa existência. Freud, assim, permite a instalação de um dispositivo de análise que inclui a dimensão subjetiva de maneira determinante ao lado de outros condicionantes sociais,

políticos e econômicos. Desde então não é mais possível pensar a civilização sem essa perspectiva. Freud (1915e/1974) compreende a suposição do inconsciente como necessária frente às lacunas encontradas nos dados da consciência, ressaltando a dificuldade de compreender os atos psíquicos frente à insistência em se pensar o material encontrado em termos de consciência.

Para Freud (1915e/1974), tornava-se difícil sustentar o fato de que todo acontecimento na mente ocorria no campo da consciência, ressaltando que este conteúdo é pequeno, tornando inadequada a equivalência apenas entre o psíquico e o consciente. A suposição do inconsciente encontra sua legitimidade, mas não sem a resistência do pensamento de sua época acerca da existência de um elemento psíquico inconsciente e com isso, “a psicanálise desviou-se mais um passo da ‘psicologia da consciência’ descritiva e levantou novos problemas”. (p. 199)

A existência de poderosos processos que produziam efeitos na vida mental possibilitou a Freud (1923/1976) estabelecer a premissa fundamental da psicanálise de que a essência do psíquico não está na consciência. Além disso, situou a existência em cada indivíduo de uma organização coerente de processos mentais que chamou de ‘eu’.

Nesse ponto do presente estudo, interessam as identificações objetais do eu. Freud (1923/1976) situa o ideal do eu como a primeira e mais importante identificação de um indivíduo, ocorrendo através da identificação com o pai, resultante do complexo de Édipo. E a função do supereu, apoiada no ideal de eu³, é recalcar o complexo de Édipo e disso decorre sua existência.

Se o supereu se apóia no ideal do eu, a constituição deste é indicada por Freud (1914/1974) a partir da diferença em relação ao eu ideal. Inicialmente, o amor de si mesmo desfrutado na infância se dirige para o eu ideal, que como o eu infantil se acha possuído de toda perfeição de valor. Como o homem não abre mão de uma satisfação que desfrutou outrora, também não está disposto a renunciar à perfeição narcisista. Ao crescer, o sujeito se depara com as advertências de terceiros e com o despertar de seu julgamento crítico, não podendo mais reter aquela perfeição, tenta recuperá-la sob a forma de seu ideal do eu,

³ A distinção entre ideal do eu e eu ideal será estabelecida a partir do estágio do espelho (Lacan, 1949/1998) e da tópica do imaginário (Lacan, 1954-55/2010), onde o eu ideal resulta dos investimentos dos adultos na criança, pressupondo o narcisismo primário, numa relação especular e imaginária, o que implica identificar-se com esta imagem e investir nela; enquanto o ideal do eu resultaria do deslocamento da libido para um ideal, portanto, próximo do narcisismo secundário, posto que nessa fase a criança já se confronta com as exigências dos adultos e do mundo, não permanecendo mais na condição de importância anterior, projetando no ideal do eu a tentativa de recuperar a perfeição narcísica perdida da infância.

projetando diante de si como seu ideal o que é substituto do narcisismo de sua infância na qual ele era o seu próprio ideal.

Se as injunções do ideal do eu não podem ser desconsideradas, importa aqui destacar os domínios do supereu apontados por Freud (1923/1976) através do sentimento de culpa e a fonte de seu poder e de seu caráter compulsivo manifesta sob a forma de um imperativo categórico. Através da consciência a censura moral é exercida e o eu experimentará o sentimento de culpa como consequência da tensão entre as exigências da consciência e o seu desempenho.

Ainda em relação a esse processo de identificação, Freud (1923/1976) afirma que do domínio do supereu sobre o eu resulta o sentimento de culpa, expresso na submissão do eu ao aceitar o castigo. A maneira como o supereu se manifesta é através do sentimento de culpa, da rigidez e da severidade. Sua ira é dirigida com violência impiedosa, pois, o componente destrutivo do sadismo se entrincheirou no supereu e é influenciado por uma cultura da pura pulsão de morte. Esse componente destrutivo da pulsão de morte permite pensar a violência na civilização. O contexto até então situado no horizonte da segregação mostra como o supereu incide na civilização em sua exigência imperativa de satisfação. Veremos adiante como Lacan institui um novo paradigma ao apresentar a passagem da culpa à responsabilidade.

Considerando a perspectiva de normatização de nossas condutas, mesmo nos tempos em que não se pode falar mais de uma moral sexual civilizada, o retorno do imperativo categórico, na atualidade, se dá sobre os indivíduos a partir de uma lógica segregatória de consumo, de relações econômicas e de violência adquirindo um caráter de quase ‘imoralidade’.

Essa lógica nos remete ao ponto em que Freud (1926/1976) introduz a dimensão da angústia, oriunda da relação entre o eu e o domínio do supereu. Nessa referência à angústia, Freud (1926/1976) parte do termo ‘afastamento’ para se referir ao tabu de tocar, da evitação de tocar e do papel relevante do contágio ou do contato; situando a importância do toque e do contato físico como finalidade imediata dos investimentos objetivos agressivos ou amorosos. Assim, Freud (1926/1976) afirma que a destrutividade só poderia ser exercida de perto, já que antes da invenção das armas de longo alcance, também pressupõe um contato físico, um engalfinhamento, conforme já se verificou no capítulo anterior. Mas esta dimensão do isolamento e da impossibilidade de contato físico não se perdeu, sendo, portanto, uma característica da nossa sociedade contemporânea.

A angústia pensada por Freud (1926/1976) enquanto sinal afetivo, algo que se sente e tem caráter acentuado de desprazer anuncia também a situação de perigo da qual o eu foge frente à hostilidade do supereu. Assim, tanto a dimensão da ameaça pode advir do mundo externo quanto do mundo interno. Se a angústia pode surgir como reação à perda do objeto, segundo Freud (1926/1976), implica o medo de sermos separados de um objeto altamente valioso. O id é a sede real da angústia e os sintomas se formam para evitá-la. Se “a angústia é a reação ao perigo” (p. 174), a natureza do perigo não deve ser desprezada, pois, os perigos constituem o destino comum da humanidade, sendo os mesmos para todos.

E, para Lacan, diferentemente de Freud, a angústia não é sem objeto. Tratá-la exige operar uma subversão do objeto que causa a angústia pelo desejo. Entretanto, nem sempre realizada, essa operação pode ser convertida, na atualidade, em afetos e sintomas diversos que engajam o outro em funções de proteção ou de ameaça. Assim, o afeto da angústia contribui com a paralisia e a busca de defesas. Nesse sentido, ainda ao tratar das formas de defesa do eu, Freud (1933c/1976) afirma que os sintomas são derivados do recalcado, sendo seus representantes no eu. “O recalcado é território estrangeiro para o eu – território estrangeiro interno – assim como a realidade é território estrangeiro externo” (p. 75). Temos aí um ponto em que se encontram o subjetivo e o político.

Outra possibilidade é aquela definida por Freud (1940/1975) como ato de rejeição (*Verleugnung*), do qual resulta uma ‘divisão’ (*splitting*) do eu. Diante de uma exigência de satisfação que resulta num perigo intolerável, o eu reconhece o perigo e renuncia ou rejeita a realidade e se convence de que não há razão para o medo. Diante dessas duas saídas tudo tem de ser pago “e esse sucesso é alcançado ao preço de uma fenda no eu, a qual nunca se cura, mas aumenta à medida que o tempo passa”. (p. 309)

Se a angústia é esse afeto indicativo do perigo, tanto no mundo interno quanto no mundo externo, explicita a incidência do supereu sobre o eu e também o risco da perda do objeto. Torna-se importante pensar nosso modo de operar num mundo que, ao incentivar o consumo e a posse dos objetos, ao instituir fronteiras invisíveis, ao segregar a diferença, pressupõe um constante perigo – internamente, a ameaça de não obtê-los, externamente o risco de perdê-los em contato com o outro. Nesse sentido, a segregação seria o prenúncio de que a angústia é signo de uma ameaça de separação e, para nos defendermos, constituímos nossa subjetividade e nossa vida em comunidades orientadas frente a um perigo constante.

Finalmente, o último aspecto dos textos metapsicológicos será tratado nesse item em sua relação com a segregação. Trata-se da *negativa*, uma situação identificada por Freud (1925a/1976) em que os pacientes repudiavam uma idéia que lhes pudesse ocorrer. O

conteúdo da idéia recalçada abrirá caminho até a consciência com a condição de que seja *negado*. Assim, a negativa é um modo de tomar conhecimento do que está recalçado, já sendo a suspensão do recalque, mas não a aceitação do que está recalçado.

Em jogo na dimensão da negativa está o julgamento. Para Freud (1925a/1976), “negar algo em um julgamento é, no fundo, dizer: ‘Isso é algo que eu preferiria recalcar’. Um juízo negativo é o substituto intelectual do recalque; o seu ‘não’ é a marca distintiva do recalque, um certificado de origem” (p. 297). A função do julgamento será definida por Freud (1925a/1976) em termos de “aquilo que é mau, que é estranho ao eu, e aquilo que é externo são, para começar, idênticos” (p. 297). Desse modo, julgar é saber se o que foi percebido será integrado ou não ao eu, situando a questão do *externo* e *interno*; onde o que é irreal, meramente uma representação e subjetivo, é apenas interno; o que é real está lá *fora*.

Para que algo seja integrado ao eu não basta ser ‘bom’, precisa estar no mundo externo. Para Freud (1925a/1976), a antítese subjetivo-objetivo não existe desde o início, surgindo da capacidade que o pensar tem de trazer diante da mente aquilo que foi percebido sem que o objeto externo tenha de estar lá. Desse modo, Freud (1925a/1976) afirma que “julgar é a ação intelectual que decide a escolha da ação motora que põe fim ao adiamento devido ao pensamento e conduz do pensar ao agir” (p. 299). Julgar é uma continuação do processo em que o eu integra ou expelle algo de si de acordo com o princípio de prazer. A polaridade de julgamento parece corresponder à oposição de dois grupos de pulsões: a afirmação pertencendo a Eros; a negativa – o sucessor da expulsão – pertence à pulsão de destruição.

Desse modo, a negativa em sua perspectiva de julgamento expõe a condição da expulsão ou de negar algo em associação à intenção de destruir e eliminar, manter à distância, isolado, uma situação presente em nossas relações com o semelhante e na vida em sociedade.

Assim, retornar aos textos metapsicológicos e à segunda tópica freudiana, tendo no horizonte a tentativa de compreender a segregação e seus mecanismos articulados ao presente estudo, implica afirmar que das relações do eu com os objetos e com o mundo externo, suas atividades alternam-se entre encontrar a satisfação nos objetos do mundo externo e introjetá-los, ou deparar-se com situações de desprazer e expulsá-los. Entre a autopreservação e a destrutividade, o eu caminha frente às exigências do mundo.

Mas o ódio se torna um componente importante nas relações do eu com o mundo e com os objetos, situando a destrutividade no cerne da pulsão de morte. Assim, atribuir ao outro a característica de estranho, ameaçador, é um exercício de julgamento que consiste em afastar ou isolar o objeto. Tal processo tem início no mundo interno, mas se concretiza no

mundo externo onde estranhar, ter medo do outro, do perigo que este representa, torna-se uma defesa que leva ao isolamento e é dessa forma que participamos da segregação do outro no mundo. Assim também podem ser pensados os efeitos da relação de adolescentes e jovens com a violência.

3.2 Da perspectiva mítica ao mal-estar social

A partir do presente item, o tema desse estudo terá como horizonte os textos tidos como antropológicos e sociais de Freud. Dessa forma, pretende-se investigar as formas em que a segregação e a violência experimentada por adolescentes e jovens podem se inserir nas relações do homem com o mundo.

Segundo Freud (1913/1974), os homens atuais não se distanciaram tanto do homem primitivo. E assim, a vida sexual, a organização e o sistema social do homem primitivo encontravam-se submetidos a uma moral e um elevado grau de restrições a fim de evitar o incesto.

Conforme Freud (1913/1974), o totemismo constituía uma lei contra as relações sexuais entre pessoas do mesmo totem, onde a exogamia associada ao totem impedia o incesto. Assim, o grau de parentesco se estendia além das relações do indivíduo com o grupo e as relações sociais ganhavam importância além da consangüinidade. Ao impedir as relações sexuais entre indivíduos do mesmo clã, impedia-se o incesto grupal.

Diante da complexidade das restrições, Freud (1913/1974) analisa a idéia de ‘fratrias’ ou classes matrimoniais, caracterizadas pela divisão em ‘subfratrias’, intermediando as ‘fratrias’ e o clã totêmico, encontrando na função dessas subdivisões a restrição ainda maior do casamento e da liberdade sexual. Impunham-se limites maiores e a instituição dessas classes e regulamentos visava a prevenção do incesto, tornando o sistema totêmico a base das obrigações sociais e das restrições morais.

Para Freud (1913/1974), se o sistema de classes matrimoniais visava algo além da proteção contra o incesto e contra o casamento entre grupos de parentes, nessa tentativa de prevenção subjaz o desejo de cometê-lo. Essa necessidade de maior proteção indica que o horror ao incesto não se satisfaz com a criação das instituições. Os costumes regulam as relações entre os indivíduos e através das ‘evitações’ surgem regras rigorosas de proteção contra o incesto, requerendo a aplicação de severas medidas de defesa.

Nesse sentido, a definição de ‘tabu’ é apresentada por Freud (1913/1974). Trata-se de um termo polinésio,

a palavra era corrente entre os romanos, cujo ‘*sacer*’ era o mesmo que o ‘tabu’ polinésio; assim como o ‘*äyos*’, dos gregos e o ‘*kadesh*’ dos hebreus enquanto significado equivalente a tabu. O significado de ‘tabu’ diverge em dois sentidos contrários. Para nós significa, por um lado, ‘sagrado’, ‘consagrado’, e, por outro, ‘misterioso’, ‘perigoso’, ‘proibido’, ‘impuro’. O inverso de ‘tabu’ em polinésio é ‘*noa*’, que significa ‘comum’ ou ‘geralmente acessível’. Assim, ‘tabu’ traz em si um sentido de algo inabordável, sendo principalmente expresso em proibições e restrições. (p. 38)

Portanto, conforme tratado no capítulo anterior, a segregação contribui para tornar os adolescentes e jovens um tabu? Comparando o referido termo e a discussão sobre as nomeações que caracterizam a base da biopolítica, o termo ‘*sacer*’ aqui utilizado na perspectiva de tabu é o mesmo utilizado por Agamben (2010) no capítulo anterior, e com isso demonstra seu sentido mais amplo e aplicado aos opostos ‘sagrado’, ‘perigoso’ e ‘impuro’, não se distanciando da perspectiva que contribui para mantê-los em condição de exclusão da ordem social.

Ainda é importante destacar que Freud (1913/1974) diferencia o tabu das proibições religiosas ou morais. O tabu não se baseia numa ordem divina, se impõe por conta própria. Não possui um sistema de exigências a serem observadas e suas proibições não têm fundamento, sua origem é desconhecida e se tornam ininteligíveis, embora seja aceito de maneira natural por aqueles a quem se impõe.

O tabu também possui como objetivo a proteção contra o perigo, diz Freud (1913/1974). Viria do próprio tabu a punição pela sua violação, mas o fator mais importante em relação à sua violação é quando o transgressor é transformado em tabu. Ao situar-se entre o sagrado e o impuro, o tabu denota outra característica: o temor do contato. Situação que já se tratou no item anterior. Assim, pode-se dizer que o texto freudiano contribui para pensarmos a relação dos adolescentes e jovens com a violência, pois, a condição de segregação no mundo atual aponta a construção de um tabu em torno daqueles que se encontram fora da norma como uma maneira de mantê-los segregados.

Ainda acerca do tabu, Freud (1918/1970) tratou da relação sexual e da condição de sujeição entre homens e mulheres, demonstrando que a relação sexual era tomada como tabu e apontou uma característica eminentemente segregatória decorrente dessas relações do homem primitivo, onde “quase se pode dizer que a mulher inteira é tabu” (p. 183). Cabe explicar que Freud (1918/1970) tratou tal contexto a partir da situação do homem primitivo, que tentava

estabelecer um tabu frente ao temor do perigo, já que seu receio generalizado das mulheres se expressava nas regras de evitação. Nesse contexto, “a mulher é diferente do homem, eternamente incompreensível e misteriosa, estranha, e, portanto, aparentemente hostil” (p. 184). O temor do homem primitivo era ser enfraquecido pela mulher, contaminado por sua feminilidade, mostrando-se ele mesmo incapaz.

Mas se tal evitação é uma condição para a manutenção de uma separação entre homens e mulheres, Freud (1918/1970) retornou a Crawley (1902) nesse texto para falar que “cada indivíduo é separado dos demais por um ‘tabu de isolamento pessoal’ e que constitui precisamente as pequenas diferenças em pessoas que, quanto ao resto, são semelhantes, que formam a base dos sentimentos de estranheza e hostilidade entre eles” (p. 184), relacionando isso ao que já havia definido como ‘narcisismo das pequenas diferenças’, e assim, ressaltar a hostilidade na relação humana.

Desse modo, a análise avança em relação aos fenômenos sociais observados nos grupos. Freud (1921/1976) se ocupou da análise do indivíduo na sociedade porque a psicologia individual não pode desprezar a relação do indivíduo com os outros, investigando o vínculo social a partir de outros modelos que poderiam indicar seu desenvolvimento, como por exemplo, a família. Quando Freud (1921/1976) analisou a capacidade do grupo em influenciar a vida mental do indivíduo partiu das concepções de Le Bon (1855) sobre a *Mente Grupal*, destacando que o indivíduo age de modo diferente da maneira quando está em isolamento, adquirindo através do grupo um poder que, sob o anonimato e o desaparecimento da responsabilidade, torna-o um bárbaro, revivendo a violência, a ferocidade e o entusiasmo dos seres primitivos, perdendo sua capacidade crítica. O grupo é caracterizado como impulsivo, mutável, irritável, capaz de extremos, alternando entre intolerância e obediência, despertando impulsos cruéis, brutais e destrutivos. Conforme Freud (1921/1976), “um traço de antipatia se transforma em ódio furioso”. (p. 102)

Em relação ao tema da segregação e adolescência, cabe ressaltar também que a relação dos adolescentes e jovens com a violência não pode ser pensada na condição de vitimização, sendo necessário ressaltar que sob a condição de fenômenos ou elementos de grupo, quando se trata da criminalidade violenta, os traços acima são observados nas guerras, conflitos, homicídios e mortes, muitas vezes marcadas pela sensação de barbárie que provocam.

Ainda em relação à análise da situação de adolescentes e jovens frente à violência e envolvimento com a criminalidade, outra elaboração pode ser feita tomando em Freud (1921/1976) a análise sobre os grupos artificiais – igreja e exército – que empregam uma força externa para impedir a desagregação, através da figura do líder que une a todos. Assim,

podemos pensar que nos agrupamentos de adolescentes e jovens, tal figura não está ausente, mas se impõe por uma norma cuja ferocidade não pode ser esquecida, ao mesmo tempo em que também introduz uma dimensão de submissão quase parental.

O outro aspecto tomado se refere à dissolução desses grupos. Freud (1921/1976) observou duas condições: no caso do exército, toma o exemplo do pânico frente à desintegração do grupo e da desobediência às ordens superiores; enquanto no grupo religioso a dissolução, mesmo sem o domínio do medo, explicita impulsos cruéis e hostis que não apareciam. A religião é dura e inclemente com aqueles que a ela não pertencem.

Das duas condições observadas acima, pode-se pensar o caso em que a dissolução do grupo pelos mecanismos estatais de poder - polícia e justiça - aponta a realidade em que o pesquisador observou a irrupção de novos subgrupos, cada vez mais desorientados, quando a figura do líder é retirada do contexto. Adolescentes e jovens em idade cada vez mais precoce tentam instaurar novas ordens através do terror e reorganizar o grupo e o território.

Por outro lado, a situação de desobediência ao líder ou às regras do grupo é motivo de punição severa e até mesmo de morte. Roubo dentro do agrupamento, apropriação ou uso de drogas, perda da droga decorrente da apreensão pela polícia são situações que levam a uma dívida infinita, podendo ser paga com a morte.

A outra situação é aquela do desligamento do agrupamento, quando uma decisão pessoal de saída por mudança de vida só é obtida com a autorização do líder ou através da intermediação de uma figura religiosa. Embora a condição acima tratada por Freud (1921/1976) sobre a dissolução do grupo religioso seja portadora de intolerância com aqueles que pertenciam ao grupo, na situação de adolescentes e jovens que decidem deixar a criminalidade, a alternativa religiosa é uma das poucas que conta com a tolerância dos demais integrantes do agrupamento.

Finalmente, considerando a correlação da presente pesquisa com o texto freudiano, cabe ressaltar que a relação de hostilidade é outro aspecto a ser tratado. Freud (1921/1976) ressaltou a dificuldade dos homens em tolerarem uma aproximação demasiado íntima com o próximo, chegando a afirmar que tal relação perdura por certo tempo, mas mesmo assim contém um sentimento de aversão e hostilidade que escapa à percepção em função do recalque.

Tal hostilidade foi destacada por Freud (1921/1976) nas relações comerciais, de subordinação, entre famílias, e nas situações em que

duas cidades vizinhas, cada uma é a mais ciumenta rival da outra; cada pequeno cantão encara os outros com desprezo. Raças estreitamente aparentadas mantêm-se a certa distância uma da outra [...]. Não ficamos mais espantados que diferenças maiores conduzam a uma repugnância quase insuperável. (p. 128-129)

Essa situação ainda não foi superada. Ao contrário, sob a perspectiva da segregação, pode-se dizer que cada vez mais a sociedade globalizada não ultrapassou estas barreiras e continua demarcando lugares, situações, condições e impondo restrições aos cidadãos.

Outro elemento relacionado ao tema do presente estudo e que se encontra no texto freudiano é o tema da identificação. Freud (1921/1976) a tratou como uma remota expressão de um laço emocional com outra pessoa, portadora de uma ambivalência, tornando-se expressão de ternura ou desejo de afastamento. Assim, “a identificação esforça-se por moldar o próprio eu de uma pessoa segundo o aspecto daquele que foi tomado como modelo” (p. 134). O eu assume as características do objeto, toma emprestado apenas um traço isolado daquilo que é objeto da identificação. Esta é a forma mais primitiva e original do laço emocional.

É importante destacar a maneira como Freud (1921/1976) distinguiu três fontes da identificação: a primeira é uma forma original de laço emocional com um objeto; a segunda se refere a uma forma regressiva de vinculação do objeto através de sua introjeção no eu; e a terceira surge como

nova percepção de uma qualidade comum partilhada com alguma outra pessoa que não é objeto da pulsão sexual. Quanto mais importante essa qualidade comum é, mais bem sucedida pode tornar-se essa identificação parcial, podendo representar assim o início de um novo laço. (p. 136)

Desse modo, destacamos a atualidade dos elementos encontrados por Freud (1921/1976) nos processos grupais evidenciados na violência das gangues. Essa violência é revivida de modo feroz e os impulsos hostis e cruéis manifestam-se nos conflitos, nas vinganças e nas mortes. O ódio furioso apresenta-se como reação à diferença e a identificação é o outro elemento que também serve à estrutura das gangues, onde a identificação ao líder, ao chefe e entre os próprios integrantes das gangues funda um novo laço social.

É interessante notar a função da hostilidade nas relações entre os homens. A partir dessa perspectiva também se verificará qual mecanismo existente na organização social poderá equilibrar a relação do homem com a civilização.

Freud (1927/1974) ressalta que todo indivíduo é virtualmente inimigo da civilização. Se esta foi imposta a uma maioria por uma minoria, erigiu-se sobre a coerção e a renúncia

pulsional. Não sendo possível uma cultura sem coerção, uma parte da humanidade permanecerá associal.

Entretanto, algumas restrições só se aplicam a certas classes da sociedade, podendo-se esperar que tais classes subprivilegiadas invejem os privilégios das classes favorecidas e façam tudo para se liberarem de seu próprio excesso de privação. E,

se, porém, uma cultura não foi além do ponto em que a satisfação de uma parte de seus participantes depende da opressão da outra parte, parte esta talvez maior – e este é o caso em todas as culturas atuais –, é compreensível que as pessoas assim oprimidas desenvolvam uma intensa hostilidade para com uma cultura cuja existência elas tornam possível pelo seu trabalho, mas de cuja riqueza não possuem mais do que uma quota mínima. (Freud, 1927, p. 23).

Conforme Freud (1927/1974), em decorrência desse processo, a dificuldade em internalizar e reconhecer tais proibições leva à intenção de destruir a cultura e aniquilar seus postulados, evidenciando-se a hostilidade dos estratos sociais mais passíveis de serem desprezados.

Outra situação a destacar é o ideal de realização oferecido por uma cultura aos seus participantes cuja satisfação é de natureza narcísica. Tal situação é evidente na comparação entre culturas diferentes, pois, “é a partir da intensidade dessas diferenças que toda cultura reivindica o direito de olhar com desdém para o resto”. (p. 24)

Desse modo, Freud (1927/1974) afirma que os ideais são fonte de discórdia e inimizade entre culturas diferentes, mas a satisfação narcísica proporcionada pelo ideal cultural obtém êxito no combate à hostilidade. Essa satisfação pode ser compartilhada não apenas pelas classes favorecidas, mas também pelas oprimidas, já que “o direito a desprezar os povos estrangeiros as compensa pelas injustiças que sofrem dentro de sua própria unidade” (p. 24). O fenômeno que liga as classes oprimidas à classe que as domina e explora é a identificação, pois, através de uma ligação emocional aos seus senhores, apesar da hostilidade com eles, identificam neles os seus ideais.

Assim, na sociedade contemporânea os efeitos da articulação entre a ciência e o capitalismo potencializam a desigualdade e reforçam a hostilidade. E, por se tratar de uma sociedade de massa, o fenômeno da identificação parece se intercalar cada vez mais entre oprimidos e opressores. Entretanto, os primeiros parecem não perceber que o hiato entre os mesmos se torna cada vez maior. Nesse sentido, a identificação é um mecanismo favorável aos processos de segregação, pois, trata de eliminar o lugar da diferença, lançando aos oprimidos um ideal inatingível, sem que eles saibam em que direção são guiados.

Quando tratou da regulação da vida na civilização, Freud (1930/1974) ressaltou o poder de uma maioria mais forte do que o indivíduo isolado, e o poder da comunidade em oposição do poder do indivíduo. Na comunidade, as restrições são aceitas enquanto o indivíduo as desconhece. Segundo Freud (1930/1974), “a primeira exigência da civilização, portanto, é a da justiça, ou seja, a garantia de que uma lei, uma vez criada, não será violada em favor de um indivíduo” (p. 116). Se a lei não expressa mais a vontade de uma pequena comunidade surge um estatuto legal para aqueles que sacrificaram suas pulsões. Tal estatuto não deixa ninguém à mercê da força bruta, exceto os incapazes de ingressar numa comunidade. Como já se discutiu no capítulo anterior, reafirma-se aqui a condição em que a exclusão é também aquilo que confere lugar à segregação no mundo dos homens, situando-a desde o início no pacto civilizatório.

Ainda nesse texto, Freud (1930/1974) tratará da identificação a partir da máxima cristã “amarás a teu próximo como a ti mesmo”, uma vez que esta é portadora de um engano, pois, na medida em que o amor é reconhecido entre os iguais, o próximo - na sua condição de estranho - é indigno desse amor, mas terá direito à hostilidade e ao ódio.

Destacando a agressividade entre os homens, Freud (1930/1974) aponta que ela retorna sobre o próximo, seja pela sua exploração como objeto sexual, humilhação, tortura ou morte. Quando há uma suspensão daquilo que regula a vida em sociedade, o homem se revela uma besta selvagem. Tal como se pode verificar no capítulo anterior, quando tratamos da condição de exceção e das consequências decorrentes dessa situação.

Se a inclinação agressiva em relação ao próximo perturba a vida e ameaça a civilização, Freud (1930/1974) assevera que não é possível eliminar a agressividade humana. Tal agressividade retorna contra indivíduos ou contra comunidades, destacando novamente o ‘narcisismo das pequenas diferenças’, evidenciando uma satisfação da inclinação para a agressão através da coesão entre os membros da comunidade.

Para Freud (1930/1974), as restrições que a civilização impõe são o meio para garantir seu desenvolvimento e a maneira encontrada para inibir a agressividade é a sua internalização através do supereu. Da tensão entre o supereu e o eu aparece o sentimento de culpa, expresso como ‘necessidade de punição’. O supereu é o agente que desarma no interior do indivíduo seu desejo de agressão, mas esta agressividade poderá significar também um retorno do supereu contra o próprio indivíduo. Finalmente, surgirá a ambivalência entre a pulsão de vida e a pulsão de morte, pois, “esse conflito é posto em ação tão logo os homens se defrontem com a tarefa de viverem juntos” (Freud, 1930, p. 156). A comunidade é o lugar onde o conflito terá continuidade. Assim, a segregação será também o mecanismo através do qual os

desafios da vida em comunidade se acentuam no mundo contemporâneo, pois, a hostilidade tem se tornado um elemento presente entre os homens, produzindo uma violência que leva ao isolamento, à separação, à exclusão e à morte.

Desse modo, outra direção encontrada para pensarmos a relação dos adolescentes e jovens com a violência será aquilo que se pode extrair sobre a segregação a partir da história do povo judeu. Isso é o que será tratado no item seguinte.

3.2.1 A condição dos judeus na civilização

Ao partir da história do povo judeu, Freud (1939/1975) pesquisa a fundação da religião de seu povo e a introdução de suas leis por Moisés, cuja origem provoca uma discussão sobre sua condição de estrangeiro, ao mesmo tempo em que se colocará à frente de uma multidão de estrangeiros.

Segundo Freud (1939/1975), Moisés não foi apenas o líder político dos judeus estabelecidos no Egito. Foi seu legislador, educador e os forçou a se colocarem a serviço de uma nova religião – a religião mosaica. Ao destacar das religiões politeístas uma religião monoteísta, surge uma questão crucial que perseguirá esse povo para sempre: a intolerância. Tal intolerância pode ter sua origem no caráter de expansão nacionalista que levou à imposição de uma religião monoteísta em épocas passadas.

Sendo assim, esse povo que aceitou a figura do homem Moisés como seu líder, também aceitou receber dele as suas leis e a introdução do costume da circuncisão. Isso também marcou a diferenciação desse povo, tendo em vista o significado de manterem-se isolados por esse sinal, além de se situarem na condição de povo eleito e “separados dos povos estrangeiros entre os quais suas peregrinações os levassem”. (Freud, 1939, p. 44)

Sobre o costume da circuncisão, embora se discuta sua origem no Egito, a indagação de Freud (1939/1975) se refere à imposição de um costume que recordava a terra da servidão. Se o contraste nacionalista surge com a introdução desse costume, como sinal da consagração do ‘povo santo’, talvez seja pelo fato de que isolados por esse sinal os judeus se manteriam separados dos povos estrangeiros.

Outra perspectiva que também se encontra na construção da história do povo judeu, segundo Freud (1939/1975), como algo único na história das religiões é “a noção de um deus que repentinamente ‘escolhe’ um povo, que o declara como seu e a ele próprio como seu deus” (p. 61). Isso não seria sem consequência e o povo judeu experimentou uma série de

graves provas e penosos eventos, enfrentando dificuldades para levar adiante essa posição de ‘povo escolhido’, além de outras dificuldades futuras.

Entretanto, ao considerar que nem todas as censuras com que o antissemitismo persegue o povo judeu se baseiam nesta justificativa, Freud (1939/1975), afirma que “um fenômeno de tal intensidade e permanência como o ódio do povo pelos judeus deve, naturalmente, possuir mais de um fundamento” (p. 110). Se os fundamentos em torno dessa perseguição ao povo judeu são muitas vezes derivados da realidade ou de razões específicas, fortes ou refutáveis; perdura também em torno desse povo a sua diferença, sua vida como minorias entre outros povos e o fato de serem diferentes em outras nações. Desse modo,

outros fundamentos para odiar os judeus são mais fortes; assim, as circunstâncias de eles viverem em sua maior parte, como minorias entre outros povos, pois, o sentimento comunal dos grupos exige, a fim de completá-lo, a hostilidade para com alguma minoria externa, e a debilidade numérica dessa minoria excluída encoraja a sua supressão. (Freud, 1939, p. 111)

Freud (1939/1975) destaca que a diferença é o motivo central do ódio contra os judeus. Estes são diferentes de suas nações ‘hospedeiras’, diferentes com frequência diferente e de maneira indefinível, de modo que “a intolerância dos grupos é quase sempre, de modo bastante estranho, exibida mais intensamente contra pequenas diferenças do que contra diferenças fundamentais”. (p. 111)

O ódio enraizado pelos judeus encontra-se nas mais remotas eras passadas. Para Freud (1939/1975) se trata do ciúme não superado em relação ao povo escolhido, além do costume da circuncisão, pelo qual se tornaram separados, mas também por lembrar a temida castração.

A intolerância contra as pequenas diferenças é tratada por Freud (1939/1975) a partir de seu caráter de hostilidade. Esta deve ser levada em consideração na relação com o semelhante. Se Freud retornou aos mais remotos períodos da história da humanidade para situar a fonte da agressividade entre os homens na época em que viveu, também experimentou os efeitos desse retorno contra seu povo, contra as minorias e contra as diferenças.

Em diferentes momentos da vida, a questão dos judeus foi motivo da atenção de Freud (1925b/1976), como por exemplo, em sua *Carta ao Editor do Centro da Imprensa Judaica em Zurique*, onde fala de sua distância em relação à religião judaica e às demais religiões, porém, admitindo seu forte sentimento de solidariedade ao povo judeu. Em *Por ocasião da inauguração da Universidade Hebraica*, Freud (1925c/1976) refere-se à nação que suportou a destruição, transferindo os valores para lugares mais elevados como a questão espiritual e a

literatura, destacando o lugar da universidade como lugar onde o saber é ensinado acima de todas as diferenças de religiões e nações.

Por não se acomodar e tomar posição quanto à situação de seu povo, a partir da publicação de dois artigos acerca da perseguição aos judeus, Freud (1938a/1975) - *Antissemitismo na Inglaterra* -, recorda o percurso de sua vida, destacando o final dela, quando é obrigado a abandonar seu lar, assistir à destruição de suas obras, as conseqüências também sofridas por seus familiares, questionando se não deveria ser dado espaço para aqueles que não fossem judeus se manifestarem sobre a perseguição aos judeus.

Em outro artigo - *Um comentário sobre o anti-semitismo* -, Freud (1938b/1975) sente-se motivado pelo ensaio publicado por alguém que não era judeu, mas que apelava para duas direções – a eclesiástica e a secular, a primeira em nome da religião e a segunda se referia aos direitos da humanidade. Realiza várias descrições das características dos judeus, como estranhos ou inferiores e questiona a permissão para que fossem insultados e mergulhados na desgraça. Destaca os séculos de tratamento injusto, afirmando que ainda hoje é assim. Não sendo piores que os demais povos, possuem características diferentes, defeitos diferentes, e solicita que “cessemos por fim de lhes conceder favores, quando têm direito à justiça”. (p. 328)

Assim, o que se verifica é que a condição dos judeus pode ser pensada como paradigma para a questão da segregação no mundo. Desde as mais remotas épocas esse povo se depara com a intolerância, vivendo entre os estrangeiros, carregando a marca de uma diferença através da circuncisão e da condição de povo eleito. A condição de diferença é o que no mundo globalizado coloca qualquer minoria no centro do ódio, uma vez que em nossa civilização a recusa à castração está no princípio da normatização da vida. Frente ao aparecimento de qualquer diferença, assiste-se à intensificação da segregação.

No item seguinte, veremos como a psicanálise lacaniana possibilita pensar o contexto de nosso mundo globalizado em relação com a segregação, pois, se o ódio é a resposta à diferença, cabe situar o lugar da agressividade como fundamento das relações entre os indivíduos.

3.3 A noção de agressividade em Lacan

Se o tema do presente estudo trata a relação dos adolescentes e jovens com a violência, enquanto uma das respostas aos efeitos da segregação torna-se importante lembrar que no

capítulo anterior trabalhamos a definição de violência, articulando as perspectivas da diferença e do ódio à segregação. Entretanto, a partir do desenvolvimento da psicanálise, existe uma distinção a fazer a partir do lugar da agressividade no centro da relação entre os homens. Caberá agora acompanhar como a psicanálise lacaniana formulou a sua concepção sobre a agressividade.

Lacan (1947/2003) afirma que a guerra se revelou como portadora de progresso, advertindo que os perigos da humanidade viriam mais dos sombrios poderes do *supereu*. Em 1948, ele situa a *pulsão de morte* no cerne da noção de agressividade, desenvolvendo cinco teses para situá-la.

Na primeira destas teses, Lacan (1948/1998) aponta a manifestação desta agressividade numa experiência que é subjetiva por conta própria, implicando uma relação dialética; enquanto na segunda tese, ressalta o caráter de intencionalidade e o efeito desagregador em que ela é dada.

Se, na terceira tese, Lacan (1948/1998) ressalta que o diálogo parece constituir uma renúncia à agressividade, também considera o freqüente fracasso da dialética em superá-la. A quarta tese, por seu turno, trata da tendência à identificação narcísica, evidenciando situações que vão da imponência à ostentação, trazendo à cena a ambivalência da relação entre o escravo e o déspota.

Desse modo, surge uma encruzilhada estrutural para compreender a agressividade no homem. Lacan (1948/1998) enfatiza uma relação erótica na qual o indivíduo se fixa na imagem que o aliena em si mesmo e de onde surge a organização chamada *eu*. Disso surge uma cristalização decorrente do conflito interno ao sujeito, determinado pelo despertar do seu desejo pelo objeto de desejo do outro. Desta situação, decorre uma concorrência agressiva, a partir da qual nascerá a tríade do outro, do eu e do objeto, produzindo-se uma fenda nessa relação especular. Desde o início o *eu* é marcado por essa relatividade agressiva e a experiência subjetiva situa o nó central da agressividade sob a forma do *ressentimento*.

Na quinta tese, a noção de agressividade é dada por Lacan (1948/1998) como uma das coordenadas intencionais do eu, indicando o papel dessa agressividade na neurose e no mal-estar na civilização. Ao confundir a agressividade com a virtude da força, sua compreensão significativa no curso do desenvolvimento do eu ligava-a a um uso social indispensável, daí sua aceitação nos costumes. Mas ao contrário da proposição de Darwin acerca do prestígio da luta pela vida, Lacan aponta em Hegel a função da agressividade no conflito entre o Senhor e o Escravo, pois, está em jogo o reconhecimento do homem pelo homem, e como consequência, uma negação radical dos valores naturais.

Pode-se dizer que a concepção lacaniana da agressividade não foi construída de modo distante dos principais pontos a partir dos quais Freud a formulou, conforme se verifica nos itens anteriores em que o tema da agressividade foi tratado. A diferença parece se encontrar na relação dialética que Lacan (1948/1998) identifica na luta pelo reconhecimento que os homens travam entre si.

Assim, enquanto no capítulo anterior pode-se verificar a articulação da violência com o campo das relações sociais e da vida política, a concepção psicanalítica da agressividade possibilita pensar que esta é inerente às relações de sujeito a sujeito. Desse modo, poderemos verificar adiante como o contexto pós-guerra é determinante no tratamento que a sociedade dá à violência e à agressividade.

Entretanto, se a guerra é portadora dos progressos da nossa organização, Lacan (1948/1998) ressalta que é pela adaptação dos adversários em sua posição, através de uma aliança na necessidade ou pela identificação que a guerra se torna mais exigente em matéria de sujeitos cada vez mais neutros em sua agressividade. Nesse homem “liberado” da sociedade moderna, é a sua pavorosa fissura que se revela.

A partir da noção de agressividade em psicanálise, Lacan (1950a/1998) retoma a máxima de São Paulo, segundo a qual, “é a lei que faz o pecado”. Se toda sociedade comporta uma lei positiva, a relação do crime com a lei se dá através do castigo. O castigo exige um assentimento subjetivo, necessário à significação da punição, motivando no indivíduo a noção de responsabilidade.

Trata-se menos de discutir a relação entre psicanálise e criminologia, mas de identificar como Lacan (1950a/1998) situa os processos pelos quais determinadas sociedades recorrem a alguns dispositivos para efetuar a exclusão do mal, sob a forma de um bode expiatório ou da regeneração por um recurso externo. Se o tratamento dado pela psicanálise ao criminoso implica o assentimento subjetivo e a noção de responsabilidade, ela o faz ao irrealizar o crime, isto é, dar-lhe sua dimensão real, sem, entretanto, desumanizar o criminoso. Lacan (1950b/2003) reafirma as premissas da responsabilidade e do assentimento subjetivo do criminoso, evidenciando a estrutura do supereu em sua relação com o sentimento de culpa.

Ele também evidencia o fato de que toda sociedade ao tomar os criminosos por bode expiatório, evidenciando a função real que eles garantem ali, concede à opinião pública tomá-los por alienados ao reconhecer neles a intenção de todos. Entretanto, segundo Lacan (1950a/1998), a civilização que torna seus ideais utilitários não pode reconhecer a significação expiatória do castigo. Quando o grupo que faz a lei não está seguro do seu poder, surge a expressão da revolta dos explorados e a consciência pesada dos exploradores. Como

solução para esse mal-estar social a contribuição científica levou, a partir da análise psiquiátrica do criminoso, a uma concepção sanitária da penalogia.

A inscrição da penalogia na estrutura da sociedade demonstra os perigos da concepção da pena que se relacionam à desumanização para o criminoso. Para Lacan (1950b/2003), esta mesma concepção é aquela que levou ao campo de concentração exatamente um quarto da humanidade. Se é necessária uma conciliação entre os direitos do indivíduo e os progressos da ciência, as significações que a psicanálise revela no sujeito culpado não o excluem da sociedade humana, sendo a responsabilidade aquilo que permite ao indivíduo se integrar.

Essa concepção sanitária leva Lacan (1950a/1998) a afirmar que se supõem resolvidas as relações do direito com a violência e o poder de uma polícia universal, mas em relação a Nuremberg⁴, o efeito sanitário desse processo continua duvidoso no tocante à supressão dos males sociais que pretendia reprimir.

Para Lacan (1950a/1998), numa sociedade democrática, a criminalidade recheia o corpo social, assume formas legalizadas, inserindo o tipo psicológico do criminoso entre os demais. Além do mais, reduz a significação social do crime ao seu uso publicitário. Ao contrário, numa sociedade totalitária, se a “culpa objetiva” dos dirigentes faz com que sejam tratados como criminosos e responsáveis, a concepção sanitária da penalogia produz o apagamento dessas noções. E assim, “abre-se o campo de concentração, para cuja alimentação as qualificações intencionais da rebelião são menos decisivas do que uma certa relação quantitativa entre a massa social e a massa excluída”. (p. 148)

Falamos anteriormente do paradigma estabelecido por Lacan (1950) que modifica a relação entre a culpa e a responsabilidade a partir da relação entre a psicanálise e a criminologia. A compreensão dessa mudança encontra na pesquisa de Salum (2009) uma discussão que trata da culpabilidade enquanto universal que inscrevia o sentimento de culpa e incidia sobre todos os sujeitos. Segundo a autora, o sentimento de culpa não tem a mesma incidência na subjetividade em nossos dias, o que não significa a erradicação da culpabilidade, nem que a culpa deixou de existir. Entretanto, diante da inexistência de um significante da culpa para inscrever a culpabilidade, as mudanças na subjetividade contemporânea convocam os psicanalistas a irem além da culpa.

Para Salum (2009), a percepção da inexistência da culpa em alguns indivíduos não significa que não sejam capazes de se responsabilizarem por seus atos. Se a responsabilidade

⁴ O Julgamento de Nuremberg foi uma série de tribunais militares realizados após a Segunda Guerra Mundial que julgou os processos contra líderes políticos, militares e econômicos da Alemanha nazista entre 1945-1946 em Nuremberg, Alemanha.

surgia associada à punição, foi necessária uma disjunção para se chegar ao conceito de responsabilidade a partir da punição. Conforme a autora, a lei que interessa à psicanálise é diferente da lei que interessa ao direito, pois, visa o singular e institui a singularidade. Com isso, a responsabilidade é pensada a partir do conceito de assentimento subjetivo, uma vez que este conceito se articula a modos de respostas, evidenciando como o sujeito pode se responsabilizar por seus atos e responder diante da sociedade. Assim, “a responsabilidade subjetiva comporta o dizer que sim ou dizer que não. Dizer que sim ou dizer que não é o que determina a existência do sujeito. O que se conhece como posição subjetiva é articulado ao sentido que o sujeito dá”. (p. 48)

É cada vez mais destacada a relação da nossa sociedade com o castigo. A situação de adolescentes e jovens envolvidos com a criminalidade encontra na possibilidade da responsabilização a via contrária a todo movimento punitivo da nossa sociedade. São forças antagônicas e complexas, que indicam direções paradoxais de uma sociedade resistente a conceder lugar à diferença.

Da perspectiva da guerra à noção de agressividade, trata-se de uma situação em que os avanços da ciência estão a serviço dos anseios sociais para estabelecer e garantir formas punitivas e excludentes. Vive-se o recrudescimento desses mecanismos de punição e exclusão. Certamente, a subjetividade contemporânea não escapa dos efeitos decorrentes disso. Se a psicanálise desempenhou um papel na leitura e tratamento da subjetividade moderna, deve-se indagar qual sua contribuição para o momento atual, onde se percebe cada vez mais os efeitos dessa exclusão, caso contrário, deve-se concordar com Lacan (1953/1998) de “que antes renuncie a isso, portanto, quem não conseguir alcançar em seu horizonte a subjetividade de sua época”. (p. 322)

Desse modo, a concepção lacaniana não perde no horizonte o contexto em que se desenvolve a lógica do discurso da ciência associada ao discurso do capital, produzindo novas formas de resposta ao que retorna da agressividade e da violência na sociedade.

Essa concepção sanitária constituirá a garantia da punição e da exclusão dos indivíduos, como se fosse possível extirpar o mal de toda forma de laço social. Mais uma vez, trata-se da incidência da normatização que visa eliminar a diferença entre os homens. Podendo-se mesmo afirmar que, nesse contexto, o favorecimento do desenvolvimento tecnológico potencializou a força dos mecanismos punitivos e excludentes, cujas consequências persistem em nossa sociedade. A noção de responsabilidade e de assentimento constituirá importante função ao longo das modificações da sociedade. Conforme segue no

próximo item, cabe verificar outra formulação lacaniana que possibilita pensar a segregação no mundo: a função da angústia.

3.4 Afeto e resto no horizonte da angústia em Lacan

No cerne da subjetividade de nossa época, além de situar a agressividade, consideramos importante discutir a segregação a partir do que se pode articular ao tema da angústia. Lacan (1962-63/2005) a identifica na relação com o desejo do Outro, na relação do sujeito com o significante, com o desejo e a identificação narcísica, além de situá-la a partir do seu retorno a Freud, mais próxima da efusão, não se confundindo com a emoção, pois a efusão é uma perturbação mais profunda. A angústia é um afeto e este não é recalcado, mas se desprende e fica à deriva, podendo encontrar-se deslocado, enlouquecido, invertido ou metabolizado.

Ao falar da angústia, situamos brevemente a constituição do sujeito destacando o resultado dessa operação como o que interessa ao presente estudo. A constituição do sujeito, segundo Lacan (1962-63/2005), se dá a partir do traço unário dado pelo Outro, que em sua acepção é o tesouro dos significantes. O sujeito é representado por um significante [S1] para outro significante [S2] e desta operação resulta uma perda/resto (*a*). A partir da alienação ao Outro, o sujeito busca encontrar a resposta à sua existência, restando sempre dividido, pois, o Outro é aquele que não tem tal resposta. Desse furo decorrente da operação entre o significante e o objeto (*a*) é que surge para o sujeito a possibilidade de inventar uma resposta ao seu ser, já que esta não é dada de antemão.

A angústia é tratada por Lacan (1962-63/2005) na dimensão da falta, aparecendo quando a falta vem a faltar; além de se referir à castração para esclarecer a articulação à circuncisão. Esta perspectiva é que interessa ao presente estudo, uma vez que se trata de uma relação comparativa, afirmando que a circuncisão não é a causa nem o análogo da castração, pois, naquela está uma referência ao sujeito em relação com a sua marca, enquanto na neurose a referência é a castração. Mas não desconsidera o efeito de castração que há na circuncisão.

Sobre a circuncisão, Lacan (1962-63/2005) esclarece que sua prática ritual gera uma distribuição quanto à divisão de papéis, tirando-a da perspectiva de um capricho cruel pelo que ela ensina sobre a demanda. Esse ponto é essencial quanto à delimitação do objeto e sua função de corte, referindo-se ao que Deus demanda como oferenda de uma zona delimitada

que destaca o objeto. Mesmo assim, nem mesmo aqueles que se reconhecem por esse signo vêem reduzir sua relação com a angústia.

Se, para Lacan (1962-63/2005), “a angústia não é sem objeto” (p. 175), ela é também um sinal que não engana. Trata-se de uma defesa em relação ao real, do qual a angústia é sinal. O lugar desse real está na operação chamada divisão e “o *a* é o que resta de irreduzível na operação total do advento do sujeito no lugar do Outro, e é a partir daí que ele assume sua função”. (p. 179)

Se, na angústia, lidamos com o objeto perdido, com o resto; para Lacan (1962-63/2005) a circuncisão encarna a possibilidade de introduzir uma espécie de ordem no furo, na falha constitutiva da castração primordial. De sua configuração ritualística, mostra-se sua mais evidente relação com a normatização do objeto do desejo, e por isso, “o circuncidado é consagrado – menos consagrado a uma lei do que a uma certa relação com o Outro, e é por isso que se trata do *a*”. (p. 228)

Lacan (1962-1963) retoma em Heródoto o sentido de que circuncidar-se era desfigurar-se um pouco. Não se tratando de uma operação totalitária, mas de um signo, o *ser separado de algo*. Sua função, mais do que as coordenadas de festa, iniciação, introdução a uma consagração especial, faz referência à castração a partir de suas relações com o objeto do desejo. Trata-se de uma relação permanente com um objeto perdido, e esse objeto *a*, como cortado, presentifica uma relação essencial com a separação; separação de uma certa parte do corpo, de um certo apêndice.

Ao destacar da circuncisão a relação com o corpo, Lacan (1962-63/2005) afirma que há no corpo, devido à dialética significante, algo de separado, sacrificado, inerte, que é a libra de carne. Toma esta referência de *O Mercador de Veneza* de Shakespeare (1596-98), ao ressaltar que sua função é lembrar a lei da dívida e do dom, afirmando que em relação ao pacto social, “só pode ser e só é a libra de carne, a ser retirada, [...] bem junto do coração” (p. 242), pois, é sempre com nossa carne que temos de saldar a dívida.

Nesse sentido, a referência de Lacan (1962-63/2005) à circuncisão é para situar a função do objeto *a*. Tal articulação à situação do povo judeu, do campo e sentimento antissemita se refere a uma zona sagrada, quase proibida, “que é mais bem articulada aí do que em qualquer outro lugar – não só articulada, mas viva, sempre carregada na vida desse povo, na medida em que ele subsiste por si na função que, a propósito do *a*, já enunciei com um nome: a de resto”. (p. 242-243)

É a partir da função de resto que se pode pensar a história do povo judeu e o que isso significa para o restante do mundo. Para Lacan (1962-63/2005), o resto é “aquilo que

sobrevive à provação da divisão do campo do Outro pela presença do sujeito” (p. 243). A circuncisão destaca “a função do resto, essa função irreduzível que sobrevive à prova do encontro com o significante puro”. (p. 243)

Dessa função de resto apreendemos a direção apontada pela segregação no mundo e seus efeitos na civilização. O contexto da Segunda Guerra Mundial evidenciou o aspecto mais sombrio da tensão entre a civilização, os homens e as minorias. Lacan (1967a/2003) ressaltou “a terceira facticidade, real, sumamente real, tão real que o real é mais hipócrita [*béguéule*] ao promovê-lo do que a língua, é o que torna dizível o termo campo de concentração”. (p. 263)

Para em seguida afirmar,

“o que vimos emergir deles, para nosso horror, representou reação de precursores em relação ao que se irá desenvolvendo como consequência dos remanejamentos dos grupos sociais pela ciência, e, nominalmente, da universalização que ela ali introduz”. (Lacan, 1967a/2003, p. 263)

A partir dessa contribuição de Lacan (1962-63/2005) sobre a definição de angústia tratamos o tema da segregação. Se a angústia constitui uma defesa em relação ao real, também pode ser uma reação ao encontro com a castração, com a diferença. A circuncisão é um elemento que permitiu extrair da história do povo judeu sua condição de resto. Ele é resultado de uma operação, indicando uma perda e possibilitando pensar a situação desse povo no mundo, que se torna também paradigma para outros povos ou minorias que se encontram na condição de resto.

Tal situação se aplica também ao tema do presente estudo, considerando que a situação dos adolescentes e jovens que operam no mundo margeando a normatividade, encontra sua condição de resto, como resultante dessa operação entre o avanço do mundo globalizado e a normatização social que só consegue incluí-los também sob a condição de que sejam excluídos.

Os efeitos dessa modificação na ordem do mundo estão cada vez mais globalizados. Assim, se o campo de concentração foi a representação mais real dessa condição de produção de resto, novas formas de redução do semelhante a tal condição persistem em nossa sociedade, muitas vezes disfarçadas; outras vezes explicitadas, delimitando espaços físicos ou virtuais favoráveis à exclusão e ao isolamento desse resto.

Desse modo, cabe ainda considerar dois aspectos: o extermínio de seres humanos e os efeitos da ciência sobre a civilização. Se por um lado o campo de concentração evidenciou o real através do tratamento dado às minorias; os efeitos do progresso da ciência produziram interferências sobre todos os grupos sociais e também sobre a vida de todas as pessoas.

E são estes processos que Lacan (1967a/2003) anteriormente destacou como ‘universalização’ dos efeitos introduzidos pela ciência sobre os grupos sociais, que já naquela época o levaram a advertir que o “nosso futuro de mercados comuns encontrará seu equilíbrio numa ampliação cada vez mais dura dos processos de segregação” (p. 263). E lembra o fenômeno que é uma das nossas coordenadas geográficas: o racismo.

Voltar a este ponto é crucial no presente estudo, cuja referência auxilia o questionamento sobre a morte de milhares de adolescentes e jovens negros, pobres, moradores de periferias de nossa sociedade. Soma-se a isso a intensificação da criminalização dos adolescentes e jovens e sua inserção cada vez mais precoce na criminalidade.

Dessa maneira, se na atualidade os efeitos das mudanças sociais promovidas pela ciência estão cada vez mais evidentes, Lacan (1967b/2003) chamou atenção para uma época que foi a primeira a sentir os efeitos do novo questionamento de todas as estruturas sociais pelo progresso da ciência. “O problema de que se trata é o problema mais intenso de nossa época” (p. 360) e, pela sua expansão, teremos que lidar de maneira mais premente com a segregação.

Naquela época, estava em discussão a situação da criança, da psicose e da instituição psiquiátrica. Ao mesmo tempo em que anunciava a destruição de uma antiga ordem social que era simbolizada pelo Império, também anunciava a substituição por uma nova ordem que seria bem diversa e não teria o mesmo sentido da anterior. Nesse caso, Lacan (1967b/2003) referia-se aos ‘imperialismos’, deixando-nos a pergunta: “como fazer para que massas humanas fadadas ao mesmo espaço, não apenas geográfico, mas também, ocasionalmente, familiar, se mantenham separadas”? (p. 360-361)

Frente à referência lacaniana sobre o Império e os “imperialismos”, a proposição de Laia (2015) em relação à segregação distingue que na ordem do “império”, embora existisse segregação, a unificação das massas era mantida; enquanto na vigência atual dos “imperialismos” ocorre uma radicalização da segregação com a introdução da “globalização”, já que a dominação não se faz somente através do domínio geográfico, social e econômico, mas principalmente, com a imposição de um “padrão” que descaracteriza as diferenças entre os povos dominados. Nesse sentido, se o problema colocado pela segregação é potencializado pela globalização e pela descaracterização das diferenças no mundo, a imposição de um padrão comum às massas não se faz sem violência.

Os efeitos generalizados que a expansão dessa nova ordem produziu no mundo e em nossa sociedade, somados à universalização de um modo de vida decorrente da articulação entre o discurso da ciência e o discurso do capital, evidenciaram as mudanças do lugar das

diferenças entre os grupos sociais. Não se suporta mais o múltiplo no Um, a diferença na unidade. A globalização operou uma homogeneização dos corpos, dos modos de vida e dos costumes que exclui radicalmente tudo o que a ela, em sua vertente do consumo, se opõe. Se a segregação e o racismo se intensificaram, Lacan (1967b/2003) deixa uma importante pergunta sobre o problema, dando-lhe o nome apropriado de segregação, pois, “se trata de saber como responderemos, nós, os psicanalistas à segregação trazida à ordem do dia por uma subversão sem precedentes”. (p. 361)

Duas perguntas cruciais são deixadas por Lacan (1967) e, diante delas, é preciso se colocar a trabalho. Até onde se pode constatar, a ocupação do mesmo espaço pelas massas se configura de diferentes maneiras, mas não se pode negar que é por um traço de identificação que se funda uma separação radical. Tudo indica que é pela introdução de novos discursos ou comunidades de gozo que as massas se isolam e se mantêm separadas. No item seguinte faremos uma diferenciação entre os discursos em psicanálise, para em seguida verificarmos os efeitos dos discursos e a dimensão do gozo em relação à lógica da segregação.

3.5 Da noção de discurso ao mais-de-gozar

É importante situar a *noção de discurso* em psicanálise, diferenciando-a da linguagem corrente, pois, na psicanálise o discurso não é tomado no sentido convencional, motivo pelo qual Lacan (1969-70/1992) refere-se a um ‘discurso sem palavras’, pois, segundo Souza (1998) existem manifestações do sujeito – atos e condutas – que dependem de “dizeres” essenciais sem que as palavras sejam necessárias. Daquilo que impulsiona o sujeito a agir, o autor ressalta o efeito autônomo da linguagem, a partir do que a psicanálise formalizou essa *noção de discurso*. Dessa noção se desenvolveram as escrituras relacionadas à topologia significante, dado que o sujeito é representado por um significante *para* outro significante. Da intervenção do significante do sujeito sobre o “outro significante”, produz-se a queda do objeto: $S1 \rightarrow S2 \rightarrow (a)$. Dessa “conexão” entre o *lugar do sujeito* e o *lugar* do “outro significante” é que se concebe o discurso, que em sua correspondência à noção de “laço social” organiza as relações estabelecidas entre esses dois lugares.

A partir da estrutura da linguagem, alguns lugares são ordenados para compreender a *noção de discurso*. Segundo Souza (1998), a formalização lacaniana parte de duas divisões, sendo uma *vertical*, que institui dois lugares, à esquerda o lugar do *sujeito* – onde nasce todo

discurso -, e à direita, o lugar do “outro significante”, para onde todo discurso se dirige. Tal estrutura se formaliza conforme a figura 1.

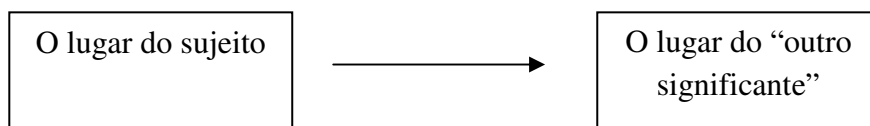


Fig. 1

Existe outra divisão na produção dos discursos - *horizontal* – instituindo nesses dois lugares uma estrutura com quatro “casas” a partir da qual Lacan (1972) denominou estrutura “quadrípode”. Nessa operação, a *noção de discurso* passa a conter quatro lugares: dois à esquerda, um acima e outro abaixo da superfície que o divide, situados do lado do sujeito, denominados *lugar do agente* e *lugar da verdade* –; e do lado do significante, à direita, acima e abaixo da superfície, dois lugares denominados *lugar do outro* e *lugar da produção*. Nessa estrutura (Fig. 2), os lugares mantêm relações rígidas entre si, e cada uma delas será ocupada, sucessivamente, por diferentes letras que fazem parte da álgebra lacaniana – $S/$ (sujeito dividido), $S1$, $S2$ e a . Essas letras obedecem a uma ordem fixa e orientada, podendo gerar pelo menos quatro escrituras. (Souza, 1998)

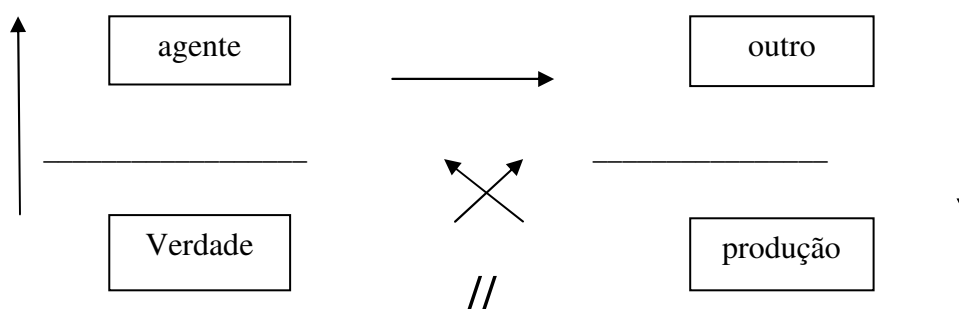


Fig. 2

O que se destaca são movimentos incluídos no desenvolvimento da *noção de discurso*, e deles se deduz a maneira como o sujeito se posiciona na estrutura da linguagem, assim como se identifica a presença de um elemento gerador que sempre ocupará o *lugar de agente*,

possibilitando formalizar e definir os diferentes discursos. Do lugar onde nasce o discurso, cada letra que ocupar o lugar do agente é responsável pelo efeito de enunciado de cada discurso. Assim, adiante encontramos a estruturação de tais discursos (Fig. 3) e, em seguida apresentamos a definição dos mesmos e os efeitos produzidos sobre o sujeito. Por sua relação com o estudo sobre a segregação, no quadro seguinte já está incluído o *discurso do capitalista*, no qual nos deteremos mais para tratar do efeito que produz sobre o sujeito.

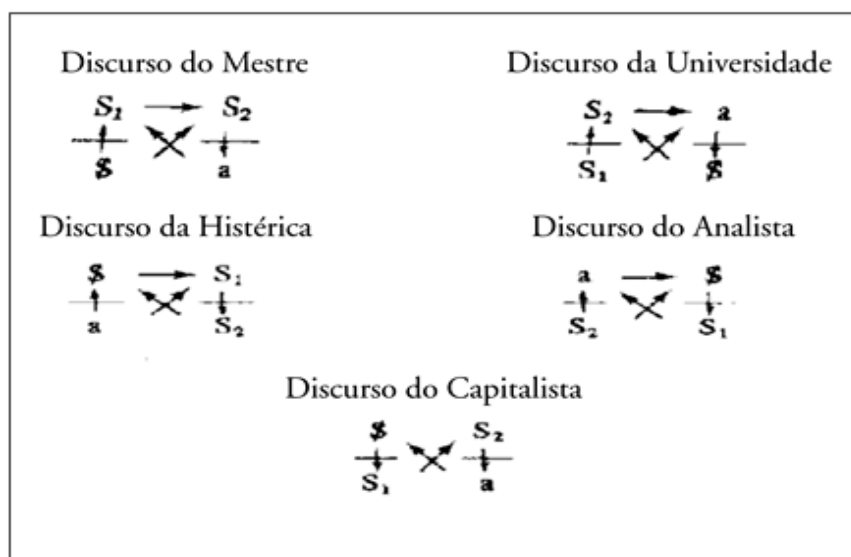


Fig. 3

Se o *discurso do mestre* é aquele que inaugura a condição do humano na linguagem, a inscrição do *significante-mestre* [S1] no lugar de *agente* determina uma condição de poder, adquire o estatuto de uma lei articulada que vem corresponder à própria Lei da linguagem. De seu lugar, o [S1] comandará os demais impondo uma injunção ao trabalho, indicando também uma relação a ser mantida com o gozo. De seu lugar de agente, procura outros significantes para construir um Saber. A intervenção de [S1] sobre [S2], nesse discurso, produz uma perda que toma o estatuto de objeto [a], mas quando Lacan (1969-70/1992) aproxima essa perspectiva da noção de “mais-valia” em Marx, aponta uma extensão realizada sob esse estatuto de *produção* e “mais-valia”, designando-o como *mais-de-gozar*. Com a noção de repetição, não como algo que retorna ao passado, mas como condição que surge para o *sujeito* como algo que ele mesmo resiste a perder, ocorre uma mudança para a condição de algo a recuperar. (Souza, 1998)

Quanto ao *discurso da histórica*, o *lugar do agente* é ocupado pelo sujeito dividido [S/] – onde o *sujeito* se apresenta em sua divisão subjetiva, com seu desejo, seu sintoma, em torno do qual ordena seu discurso, buscando um *significante-mestre*, intervindo sobre ele e o intimando a trabalhar, exigindo do mestre um saber sobre o gozo de seu sintoma. (Souza, 1998)

Em relação ao *discurso do universitário*, o *Saber* [S2] ocupa o *lugar de agente*, encontrando sua verdade na relação aos mestres. Esse *Saber* é colocado na posição de *dominância*, sendo recolhido sob a forma de um conhecimento organizado, cumulativo. Neste lugar, o *Saber* exclui o “desejo de saber”, constituindo-se como algo que é dado pela intervenção do mestre e desse *lugar de dominância*, busca comandar o “objeto” *mais-de-gozar*. Enquanto um *Saber* organizado, desempenha uma condição conservadora, capaz de fazer obstáculo até mesmo à *produção* de novos significantes, podendo submeter aquele que o produz – o mestre. (Souza, 1998)

No *discurso do analista*, o objeto [a] ocupa o *lugar de agente*, inaugurando o discurso e ordenando as relações em oposição ao lugar de *dominância*. O lugar do “outro significante” será ocupado pelo *sujeito dividido* [S/], enquanto o lugar do analista, denotado pela letra (a), não corresponde a uma pessoa, um ser, pois, ele faz função de semblante de objeto, significando que ocupa esse lugar como um “objeto” que condensa consistências do real e do simbólico, mantendo a função de causa do desejo e de um canalizador de gozo. É a partir desse lugar que se torna possível ao *sujeito* interrogar seu desejo, podendo inferir o *Saber* [S2] que não é simplesmente suposto, mas inventado como saber inconsciente e que se encontra no lugar da *Verdade*. (Souza, 1998)

Segundo Souza (1998), embora citado muitas vezes, o *discurso do capitalista* foi formalizado uma única vez por Lacan (1972) numa jornada de trabalho em Milão. Este discurso constituiu-se numa exceção aos *discursos radicais* e sua formalização resulta da interrogação de Lacan sobre o lugar da psicanálise na cultura ou na política e sobre a posição política do analista. Nesse discurso, o *sujeito* passa a ocupar o *lugar de agente*, numa condição homóloga àquela do *discurso da histórica*. Mas em sua escritura, esse discurso se inaugura a partir do *lugar de agente*, onde o sujeito através de uma intermediação do *Saber* [S2], vai comandar o *mais-de-gozar* (a), no *lugar da produção*.

Ao destacar o poder de gozo que o objeto adquire como *mais-de-gozar*, Souza (1998) destaca a interferência produzida sobre o sujeito e o discurso se organiza numa circularidade completa. Com isso, ocorre uma modificação no estatuto do *Saber*, resultando na mudança do

discurso do mestre antigo para o mestre moderno, que veio se constituir no capitalista, tal como apontou Lacan (1969-70/1992).

A mudança apontada por Souza (1998) está no fato de o Saber globalizado adquirir estatuto de “objeto” ao qual se agrega um valor de mercado que permite deduzir o *discurso do capitalista*. Esse *Saber* passa a valer o quanto se pode vender e comprar dele e o próprio trabalhador se transforma num valor de mercado que pode ser vendido e comprado. O *Saber* reduzido a valor de mercado é transformado em “mercadoria”, tomando o estatuto de “objeto” e passa a ser denotado na álgebra lacaniana por $[a]$, ocupando o lugar da produção, adquirindo uma condição ideal para ser consumido.

Diferente dos outros discursos, onde o objeto desliza e não é apreendido, no *discurso do capitalista*, o objeto se torna acessível. Como consequência, a transformação do saber num bem de consumo, num “objeto” com valor de mercado produz uma subversão do desejo e altera sua própria relação com o *sujeito*, oferecendo uma promessa de satisfação possível para o sujeito. Do lugar de *dominância*, o sujeito se vê na condição de comandar através do *Saber*, o próprio objeto *mais-de-gozar* (a) e, consumindo-o, ignora o efeito que o objeto lhe causa. Essa relação entre o sujeito e o objeto interessa ao discurso capitalista, pois, os objetos são desejados com voracidade pelo sujeito. Ao ocupar seu lugar como consumidor, o sujeito disponibiliza meios para adquirir os objetos oferecidos em quantidade, enquanto esse discurso impõe como condição que os objetos sejam descartáveis e esta relação sujeito/objeto obedece às leis do mercado. (Souza, 1998)

Assim, o discurso do capitalista se ordena numa relação ao Saber que garante determinado tipo de gozo. Dentre os efeitos produzidos pelo *discurso do capitalista*, a rejeição à castração produz efeitos que não só determinam no sujeito a ilusão de se desfazer de sua divisão estrutural, mas produz um apagamento dos traços identificatórios que o fazem se ‘desreconhecer’, conforme Lacan (1972). Lançado nessa busca e nesse consumo incontrolável, o sujeito fica submetido e assujeitado aos efeitos que esse “objeto de gozo” lhe causa: um *mais-de-gozar* que serve para uma grande consumação. O sujeito se torna comandado pela presença do objeto e as leis do mercado organizam essa relação. Sendo descartados, os objetos se tornam substituíveis e o sujeito perde o interesse por eles, desenvolvendo uma relação na qual se pode dizer que também se consome.

Em seguida ao que se estabeleceu do desenvolvimento do discurso na estrutura quaternária apresentada anteriormente, consideramos o que Lacan (1968-69/2008) introduz a partir desse seminário sobre a proposição do discurso como laço social, para pensarmos a articulação com o tema do presente estudo. Ao afirmar que o discurso psicanalítico acarreta

consequências, Lacan assegura que é pelo fato de, no discurso, não se ter que seguir sua regra, mas descobrir sua causa e, partindo de uma homologia calcada em Marx, trata de situar a função essencial do objeto *a*.

Entretanto, antes de situar tal função, Lacan (1968-69/2008) afirma que Marx parte da função do mercado, sendo a novidade o lugar em que ele situa o trabalho nesse mercado. Nesse caso, não era o trabalho que constituía algo novo, mas a novidade estava no fato de o trabalho ser comprado, permitindo a Marx demonstrar o que havia de inaugural em seu discurso – a mais-valia. Dessa função da mais-valia, destaca o fato do trabalho não ser novo na produção da mercadoria, não sendo nova também a renúncia ao gozo, pois, “o que há de novo é a existência de um discurso que articula essa renúncia, e que faz evidenciar-se nela o que chamarei de função do *mais-de-gozar*”. (p. 17)

Em seguida, Lacan (1968-69/2008) situa a função do objeto *a* como decorrência do discurso, demonstrando na renúncia ao gozo, um efeito do próprio discurso.

O discurso detém os meios de gozar, na medida em que implica o sujeito. Não haveria nenhuma razão de sujeito, no sentido em que falamos de razão de Estado, se não houvesse, no mercado do Outro, o correlato de que se estabelece um mais-de-gozar que é captado por alguns. (p. 18)

Assim, o mais-de-gozar decorre da enunciação e é produzido pelo discurso, aparecendo como seu efeito e em torno do mais-de-gozar, gira a produção de um objeto essencial – o objeto *a*. Dessa articulação entre o mais-de-gozar e o objeto *a*, Lacan (1968-69/2008) afirma que

o mais-de-gozar é uma função da renúncia ao gozo sob o efeito do discurso. É isso que dá lugar ao objeto *a*. Desde o momento em que o mercado define como mercadoria um objeto qualquer do trabalho humano, esse objeto carrega em si algo da mais-valia [...] e o mais-de-gozar é aquilo que permite isolar a função do objeto *a*. (p. 19)

Para compreender esta articulação entre o mais-de-gozar e o objeto *a*, seguiremos a proposição de Guerra⁵ (2016), ainda inédita, ao considerar que o ser prévio ao funcionamento do sistema signifiante é um ser de gozo, donde Lacan localizar no gozo o ponto de inserção do aparelho signifiante da linguagem, através do qual sujeito se insere no mundo: “nada é mais candente do que aquilo que, do discurso, faz referência ao gozo. O discurso toca nisso sem cessar, posto que é dali que ele se origina” (Lacan, 1969-70/1992, p. 66). O signifiante é

⁵ Guerra, A. M. C. (2016) - publicação inédita, gentilmente cedida e autorizada pela autora.

aparelho de gozo, seja como mortificação, perda de gozo significantizada (e não mais natural), seja como suplemento da perda de gozo (objeto *a* como mais de gozar).

“Se a mortificação de gozo implica num trabalho de sentido, a falta de sentido engaja a repetição significante como repetição de gozo, condicionada pela defasagem entre a perda e seu suplemento. A cada vez que o sujeito fala ou atua, na tentativa de significar a perda de experiência, perde-a novamente do horizonte de sua existência, acumulando entropicamente a perda. A questão quanto à abordagem do sujeito aqui se coloca nos seguintes termos: ‘Trata-se de um basta na repetição ou de [se buscar fazer] um novo uso *dela*?’ (Miller, 2000, p. 100). Vemos aqui uma relação circular entre significante e gozo, cuja repetição produz mais gozo”. (Guerra, 2016)

“Essa é a virada que uma psicanálise pode operar face à política. Lacan (1992/1969-70) aproxima o mais de gozo, objeto *a*, excedente de satisfação e dor, à mais valia marxista, para explicar sua dimensão de expropriação. Com a mais valia, retomada no final dos anos sessenta em seu ensino, Lacan expõe sua dupla vertente de perda (objeto *a*) e tentativa de recuperação (mais de gozo). Não apenas o proletário é explorado pelo capitalista – que paga menos do que o tempo devido para sua atividade produtiva –, como também o próprio proletário abre mão de um gozo, a ser reiteradamente buscado recuperar, e jamais reencontrado, através dos objetos de consumo que adquire”. (Guerra, 2016)

“Assim também há, no encontro do corpo com a linguagem no ser falante, uma perda irre recuperável de gozo, mortificado pelo significante, pelo sentido. É o preço da entrada do ser falante no mundo da linguagem. Essa perda, ele busca incessantemente recuperar, produzindo, ao contrário, no encontro com os objetos nos quais visa satisfação, sua atualização, ou seja, a repetição do reencontro com a falta”. (Guerra, 2016)

“Lacan articula, assim, a mais valia como memorial do mais de gozo. É justamente por ser apreendido na dimensão da perda – [...] aquilo que de início é número negativo – que esse não-sei-quê [...] fez gozo, e gozo a repetir. Só a dimensão da entropia dá corpo ao seguinte – há um mais-de-gozar a recuperar. Essa é a dimensão na qual se necessita trabalho, o saber trabalhando” (1992/1969-70, p. 48). É a partir daí que se instaura a repetição na dimensão significante. O saber trabalhando produz entropia. Gera excedente de gozo. Aliena”. (Guerra, 2016)

A absolutização do mercado foi a condição para o surgimento da mais-valia. Tal condição introduz o próprio trabalho no mercado e isso fez com que a mais-valia se definisse como tal. Desse modo,

remuneramos o trabalho com dinheiro, uma vez que estamos no mercado. Pagamos seu preço verdadeiro, tal como a função do valor de troca o define no mercado. No entanto, existe um valor não remunerado naquilo que aparece como fruto do trabalho, porque o preço verdadeiro desse fruto está em seu valor de uso. Esse trabalho não remunerado, embora pago de maneira justa em relação à consistência do mercado no funcionamento do sujeito capitalista, é a mais-valia. (Lacan, 1968-1969, p. 37)

Para falar da relação entre valor de uso e valor de troca, seguiremos a proposição de duas autoras. Ao tratar a questão do consumo, Rosa (2010) considera a noção de valor de uso, valor de gozo e valor de desejo, destacando que na associação entre consumo e campo pulsional, ocorre um deslizamento do consumismo à “consumição”, levando o sujeito da posição de consumidor à de objeto consumido. Com o surgimento do consumo, os bens serão objetos de discursos diversos. Determinado objeto tem seu *valor de uso* por se referir ao campo da utilidade, mas quando esse objeto é fabricado, encontra-se sujeito à condição de ser necessário ou não. Se as necessidades do homem se alojam no útil, configura-se seu valor de uso. Entretanto, conforme a autora, com a introdução do valor de gozo por Lacan (1959-60) a definição dos bens está no nível daquilo que o sujeito pode dispor deles, privando o outro ou a si mesmo de gozar deles. O valor de uma coisa parte do critério de desejabilidade, e o que é desejável se insere no tempo e está sujeito aos usos e modos de satisfação pulsional.

Conforme Rosa (2010), se o mercado dos objetos se constitui a partir do seu valor de uso, no mundo socializado e coerente com uma organização universal do discurso, tal mercado precisará constituir uma teoria das ficções, permitindo ir além do objeto em seu estatuto natural e que o estabeleça como objeto de um acordo comum. O objeto não está fora do tempo e não é mais hoje o que já foi, encontrando-se na orientação do discurso capitalista.

A segunda proposição sobre o valor de uso e de troca também é discutido por Alberti (2013), quando Lacan (1969-70) retoma em Marx essa noção tomada quanto ao valor da mercadoria estabelecido no momento em que é possível traçar uma equivalência entre as mercadorias a partir de uma abstração comum – as unidades de valor –, e a partir destas se estabelece o cálculo determinante que funda o valor de toda e qualquer coisa entre diferentes objetos, uma vez que não há entre eles uma unidade de valor que os faz equivaler.

Nesse sentido, a idéia de equivalência foi formulada por Lacan a partir da noção de matéria, como responsável por fundar o mesmo, ou seja, quando há equivalência abre-se a possibilidade de troca, embora em relação ao significante equivalido a outro significante, haverá troca, mas não haverá materialidade. Para a autora, no contexto atual, onde as diferenças são mais gritantes, exige-se mais unidades de valor de troca a alguma coisa que

lhes seja comum. Desse modo, ressalta uma abstração no mundo contemporâneo a partir da qual se tem estabelecido uma relação de troca – os agrupamentos –, grupos identificados pelo discurso capitalista, cujo princípio pressupõe que cada tenha o seu todo. (Alberti, 2013)

Dessa lógica introduzida pelo mercado enquanto aquele que transforma algo da produção do trabalho do homem em objeto, a condição de perda do objeto articula uma relação em que o mais-de-gozar é a perda a recuperar, e o mercado se torna o regulador de nossas relações.

Na perspectiva do discurso e de tudo aquilo que o discurso científico engendrou como instrumento de que precisamos e que se qualifica como *gadgets*⁶, ressaltamos a equivalência do discurso científico com o discurso da histórica, pois, segundo Souza (1998), da intervenção da histórica com seu desejo, seu sintoma e sua divisão subjetiva sobre esse “outro lugar”, Freud identificou esse “outro saber”, o *saber inconsciente*; e, Lacan, inicialmente, extraindo seus ensinamentos da lingüística estrutural, fez convergir o discurso da psicanálise com o discurso da Ciência, mas este não é um discurso lacaniano. Assim, retomamos a afirmação de Lacan (1972-73/1985) sobre o discurso científico, pois, este discurso engendrou todo tipo de instrumento que precisamos - os *gadgets* -, tornando-nos sujeitos dos instrumentos que se tornam elementos da nossa existência, embora não se possa medir o vulto disso, mas isso faz parte do discurso científico, “na medida em que um discurso é aquilo que determina uma forma de liame social”. (p. 110)

Em relação ao que se tratou até aqui, cabe ressaltar a incidência dos efeitos do discurso e suas consequências no mundo. Do trabalho ao mercado, da mais-valia ao mais-de-gozar, do objeto *a* aos *gadgets*, da relação entre o capital e a ciência, pode-se dizer da incidência de discursos que se tornam absolutos, tal como o próprio mercado. Quanto à situação dos adolescentes e jovens nesse contexto de segregação, cabe dizer que os instrumentos produzidos pela ciência – *gadgets* – também fazem parte da vida desse público e, na maioria das vezes, são estes que norteiam a tentativa de capturar seu mais-de-gozar.

Diante dessa lógica, a situação da psicanálise é, segundo Lacan (1968-69/2008), anunciadora e denunciadora, pois, se trata de um discurso que não se preocupa em tamponar, elidir ou suturar o desejo, mas dar plena presença à função do sujeito a partir daquilo que é falha. Assim, face ao discurso que opera pela lógica globalizante do mercado, instituindo uma produção que pretende tamponar o desejo e face à função da segregação, ao sustentar a

⁶ *Gadgets* - conforme Rosa (2010) se refere a uma gíria eletrônica que se refere a objetos de uso prático no cotidiano, caracterizados como artefatos de consumo, quinquilharias, encontrados no mundo contemporâneo regido pelas fabricações da ciência, encontrando-se à mostra, proliferando-se e multiplicando-se, feitos para causar o desejo.

impossibilidade de igualdade entre todos, talvez se encontre na psicanálise uma direção que se orienta para o ponto em que a falta pode colocar novamente o desejo em ação.

Entretanto, ainda é importante pensar como a perspectiva dessa diferença fundada na exclusão se articula ao tema do presente estudo à luz da psicanálise. Para isso, buscamos na lógica um aporte que permita à psicanálise avançar na compreensão dessa problemática.

3.6 Das classes que não contêm a si mesmas

Torna-se importante pensar o lugar do sujeito num contexto que funciona ou se articula para suturar a falta. Se da operação do mais-de-gozar resulta uma nova perda, um resto sempre inapreensível cabe pensar então, na perspectiva da segregação, qual destino a civilização dá aos restos que produz nessa articulação. Na medida em que eles não são sempre reintegralizáveis, como lidar com eles?

A possibilidade dessa reflexão partirá da discussão de Lacan (1968-69/2008) sobre a teoria dos conjuntos. Seu ponto de partida é um paradoxo da própria teoria dos conjuntos ao considerar como classe todos os elementos de uma conexão, escrevendo sobre cada um que ele não pertence a si mesmo.

Lacan (1968-69/2008) traça uma diferença entre conjunto e classe. Diante da inexistência da classe de conjuntos que não contém a si mesmos está seu questionamento sobre a possível concepção do Outro enquanto código fechado, a fim de que o discurso se institua sem falha e se totalize. Tal concepção da teoria dos conjuntos servirá para demonstrar a inapreensibilidade do Outro.

“A classe de todos os catálogos que não contêm eles mesmos não pode situar-se, de forma alguma, sob a forma de um conjunto, pela excelente razão de que tal classe não poderia de modo algum figurar nos elementos já inscritos desse conjunto. É distinta deles” (Lacan, 1968-69/2008, p. 59). Não há como incluir num conjunto o que se pode extrair dele, nem mesmo designá-lo como o conjunto dos elementos que não contêm a si mesmos. Eles não são homogêneos, ainda que pertençam à mesma classe.

Nesse sentido, o significante está no Outro, não contém a si mesmo, mas ao mesmo tempo, é diferente do Outro, reafirmando uma relação de exterioridade e interioridade. O discurso que se fundamenta na relação com outro significante é impossível de ser totalizado, pois, o universo do significante sempre será extraído de qualquer campo que pretenda totalizá-lo. (Lacan, 1968-69/2008)

Ao tomar como referência a teoria dos conjuntos, Lacan (1968-69/2008) discute duas maneiras de se pensar a relação de seus elementos. Primeiro, ao indagar se pertence ao conjunto A um S qualquer que se tenha postulado na relação $S(A)$, verifica-se que o S será forçosamente excluído do A. O segundo caso: para que x seja elemento do conjunto B, é preciso que x não seja elemento dele mesmo e que seja elemento de A; B não sendo elemento dele mesmo “deve pertencer ao subconjunto composto de elementos que não são elementos deles mesmos” (p. 74). Sendo o subconjunto o próprio B, escrevemos que B é elemento de B e não um elemento de A, só pode ser representado de fora.

Ao traduzir essa exterioridade, Lacan (1968-69/2008) afirma que “o sujeito, como quer que tencione subsumir-se – seja por uma primeira afirmação do grande Outro, limitando-se aos elementos que não são elementos deles mesmos -, não pode ser universalizado” (p. 74). Não há definição englobante em relação ao sujeito. Isso é a demonstração de que o sujeito não está incluído no campo do Outro e o ponto em que ele se expressa como sujeito é externo ao Outro, ou seja, ao discurso. Da mesma maneira, a relação com o corpo “baseia-se numa exclusão que é, ao mesmo tempo, uma inclusão”. (p. 112)

Desse modo, a teoria dos conjuntos pode constituir para a segregação um eixo articulador, dado que o paradoxo daquela teoria expõe a condição lógica de uma exclusão. Para que se pertença a um determinado conjunto, não se deve pertencer a outro conjunto, nem ser elemento do conjunto que contém a si mesmo. Ou seja, para ser incluído é preciso antes ser excluído.

E esta é a realidade dos adolescentes e jovens brasileiros, negros, moradores de favelas, que se encontram em uma situação de exclusão violenta. Ocorre que a idéia de pertencimento pensada a partir da teoria do conjunto remete sempre à impossibilidade da inclusão direta, pois, sua inclusão só se faz a partir da exclusão, tal como se verificou também no capítulo I.

Ao introduzir a idéia da liberdade, Lacan (1968-69/2008) ressalta seu lado objetivo, destacando o ponto vigoroso em torno do qual ela surge – a função da norma. Tal função introduz a noção de exceção e de transgressão. A partir destas noções pensamos o modo como o sujeito opera fora da normatividade, ou seja, como uma margem de manobra, numa possibilidade concernente à sua divisão, sustentando a sutura frente ao discurso da segregação. Eis, o que talvez, podem nos ensinar os adolescentes e jovens em sua condição de exceção ou transgressão.

Dessa condição é que poderá pensar, a partir do item seguinte, a função do discurso enquanto propulsor da segregação, mas também identificar em que medida se produzirá algum discurso que não seja o da segregação. Eis o que o item seguinte tratará.

3.7 De um discurso que não seja segregatório

Em continuidade ao tema dos discursos, conforme já discutido no item 3.5 sobre a *noção dos discursos* em psicanálise, destacamos o modo como Lacan (1969-70/1992) demarca os efeitos dos discursos sobre o sujeito e os articula à segregação. Referindo-se ao mito freudiano de Totem e Tabu, Lacan afirma que após o assassinato do pai pelos filhos da horda, estes se descobrem irmãos, dando idéia do que é a fraternidade. Esta pode ser tratada na perspectiva do discurso, entretanto, todo esforço para sermos irmãos demonstra que não o somos. E se há uma obstinação com a fraternidade, a liberdade e a igualdade, ele afirma:

só conheço uma única origem da fraternidade – falo da humana, sempre o húmus -, é a segregação. Estamos numa época em que a segregação, erght! Não há mais segregação em lugar nenhum, é inaudito quando se lê os jornais. Simplesmente, na sociedade – não quero chamá-la de *humana* porque reservo meus termos, presto atenção ao que digo, constato que não sou um homem de esquerda – na sociedade, tudo o que existe se baseia na segregação, e a fraternidade em primeiro lugar. (Lacan, 1969-70/1992, p. 120-121)

Para Lacan (1969-70/1992), a ideia da fraternidade deve ser pensada na perspectiva do discurso, pois, ao contrário de demonstrar uma condição de igualdade, ela está na origem da segregação. A condição da fraternidade permite demonstrar que, ao final, estamos todos isolados juntos, isolados do resto. Ele ainda salienta a importância de se identificar que tipo de segregação nos torna irmãos.

Se a fraternidade é índice da segregação, o objeto *a* não resolve o problema, pois, “nunca se terminou completamente com a segregação... ela é efeito da linguagem” (Lacan, 1969-70/1992, p. 189-190). Embora tal referência tenha sido tratada no capítulo I, a segregação pensada por Lacan (1971/2009) a partir da referência freudiana à Psicologia de Grupo, detém-se em relação à identificação para revelar algo que se encontra presente no princípio do fenômeno nazista. Trata-se da relação entre o I e o pequeno *a*. A perspectiva de um discurso sustentado no ideal, e não no objeto, faz surgir a identificação com algo que se pode chamar de ídolo humano. O que está em jogo nessa estratégia é algo que incita a uma

identificação camuflada, secreta. Trata-se da identificação com um objeto enigmático que pode não ser absolutamente nada materializado. Tal objeto poderia ser o mais-de-gozar e, nesse caso, possui efeito de cristalizar pessoas em sua relação com o discurso capitalista.

A partir dessa perspectiva da identificação, Lacan (1971/2009) ressalta a situação de idealização da raça, afirmando que não haveria necessidade dessa ideologia, no caso do nazismo, para constituir um racismo, pois, basta um mais-de-gozar para que isso ocorra. Desse modo, afirma que todas as formas de racismo virão, na medida em que um mais-de-gozar seja suficiente para sustentá-las. E conclui que isto é o que nos ameaça quanto aos próximos anos, pois, tal como recorda do seu seminário *A carta roubada*, o único sentimento lúcido é o ódio. A referência, nesse caso, são as provocações da Rainha à audácia do investigador Dupin, sendo uma destas provocações, o amor, e a outra, o ódio. Assim, Lacan coloca o amor como cego e o ódio como lúcido. (Lacan, 1955-56/1998)

Para esclarecer essa referência feita por Lacan (1955-56/1998), o ódio e o amor são situados por Vieira (2010) a partir de uma ambivalência, não se tratando de uma relação simples, já que não constituem dois aspectos da mesma coisa, mas duas coisas completamente diferentes, o que não impede que sejam vividas no mesmo instante. Para o autor, Lacan define a raiva a partir desse seminário sempre articulada ao feminino, endereçada à burrice do Outro, não estando necessariamente contida no Outro especular. Se a cólera e a raiva são situadas do lado das emoções, o ódio é situado do lado da paixão, indo além e se definindo por ter um objeto, na essência vazio, podendo prescindir em parte do plano da relação entre dois. O ódio visa além da imagem, se articula mais ao real, visa aquilo que sustenta a imagem do Outro, implicando na destruição dessa imagem, tornando-se uma “carreira sem limites” na definição de Lacan(1953-54), pois produz uma imagem que é preciso erradicar. Assim, se “o amor lida com as marcas como suportes de um sentido maior, de inclusão e completude, o ódio lida com elas como signo de gozo, fora do sentido e todo sentido é vivido como enganador. Por isso o ódio, no dizer de Lacan é mais lúcido. Porque visa algo para além das imagens e lida com a letra mais do que com o semblante”. (p. 8)

Se a segregação é efeito do discurso, Lacan (1970a/2003) não poupou críticas à psiquiatria e à questão do saber em sua relação com o real, pois, a partir da operação do discurso universitário, este engendra um fenômeno que é o fechamento em si mesmo a partir da relação com o saber, e isso é obra das segregações e como em outros lugares efeitos de discurso. Assim, ressaltou o efeito da segregação na relação entre a estrutura universitária e a lógica do mercado, não poupando a própria psiquiatria de críticas pelo que faz as vezes de segregação social.

Ao apontar sua crítica ao discurso universitário, Lacan (1970a/2003) afirma que o campo do psicanalista se joga mais na configuração política, mas não descarta a articulação segregadora da instituição psicanalítica diante da dominação do discurso universitário. Ressalta a função do discurso da Universidade, cujo sucesso é garantido pela ciência, mas adverte que não se subestime a autonomia desse discurso, pois, “a recusa da segregação, está, naturalmente, no princípio do campo de concentração”. (p. 392)

Nessa perspectiva, Lacan (1970b/2003) afirma que a mais-valia ocupa a função de deslocamento que seria promovida pelo objeto *a*, na forma de causa do desejo, ao sustentar o princípio de uma economia, na qual há uma produção extensiva, insaciável, da falta-de-gozar [*manque-à-jouir*], e esta se acumula para aumentar os meios dessa produção como capital. A ampliação do consumo dá utilidade a essa produção. Nessa perspectiva, no mundo capitalista, há um discurso implacável que, complementando-se com a ideologia de classes, apenas induz os explorados a rivalizarem na exploração por princípio, para protegerem sua participação patente na sede da falta-de-gozar.

Lacan (1972/2003) destaca que a raça de que fala não é aquela sustentada na antropologia, nem mesmo aquela que um terceiro Reich tentou fundar. Para ele, não é por aí que se constitui raça alguma, nem tampouco por esse racismo na prática. A raça “se constitui pelo modo como se transmitem, pela ordem de um discurso, os lugares simbólicos, aqueles com que se perpetuam a raça dos mestres/senhores e igualmente dos escravos, bem como a dos pedantes” [...]. (p. 462)

Se a raça é uma perspectiva do discurso, Lacan (1972/2003) utiliza-se do tempo da ‘cervidão’ para explicá-la - termo assim grafado por ele, sendo no original *cervage*, superpondo *cerveau* (cérebro) e *servage* (servidão). Trata-se da ‘cervidão’ “dos bárbaros repelidos dali onde se situam os gregos, da etnografia dos primitivos e do recurso às estruturas elementares, para assegurar o que acontece com o racismo dos discursos em ação” (p. 463). Assim, afirma que das raças o que temos de mais certo são efeitos do discurso. Com isso, ao ser interpelado em *Televisão* sobre a profecia acerca da escalada do racismo, Lacan (1973/2003) afirma que isso não lhe parecia engraçado, mas era uma verdade.

A linha orientadora da segregação se sustenta então na articulação entre os discursos da ciência e do capital, na produção de *gadgets*, no mais-de-gozar, na relação de consumo e na ideologia das classes, acrescentando ainda o tema das raças. Assim, estes discursos produzem segregação, tentam suturar o desejo e eliminar as margens que vacilariam a lógica segregatória por eles introduzida. Por isso, o discurso da psicanálise é aquele que frente à situação tratada nesse estudo – a violência enquanto uma resposta de adolescentes e jovens à

segregação no mundo contemporâneo – não se institui e nem funciona nos moldes dos demais discursos, mas sustenta os furos que permitem expor uma nova condição de presença da juventude no mundo.

O discurso da psicanálise não se institui como uma verdade. Se, para Lacan, todo discurso é semblante e modo de inscrever a segregação, consideramos que a segregação tem uma vertente estrutural que difere de sua inscrição enquanto discurso. Desse modo, há por um lado algo que inscreve a condição do homem no mundo e, por outro, aquilo que articula sua relação discursiva no mundo.

Adiante, verificaremos como outros autores pensaram a segregação a partir da concepção lacaniana. Isso é que será tratado no próximo item.

3.8 Da segregação ao real no século XXI

A necessidade de formalizar o conceito que orienta a presente investigação parte da etimologia para compreender a concepção de segregação. A pergunta pelo conceito leva Jaudel (2014) a falar da segregação a partir da etimologia da palavra exclusão, que vem de *excludere*, de *claudere* (fechar), significando não admitir, afastar, não deixar entrar, manter fora de, excluir, expulsar, colocar fora de.

Durante a pesquisa sobre a segregação em psicanálise, surgiu também interesse na definição do termo em língua alemã. No *Dicionário Langenscheidt* de alemão (2001) encontrou-se a palavra ‘*absonderung*’ para segregação; ‘*rassentrennung*’ quando se refere a segregação racial; ‘*absondern*’ significando separar, desagregar, segregar, isolar; enquanto ‘*ausscheiden*’ indica ‘eliminar’.

Cunha (1982) em seu *Dicionário etimológico da língua portuguesa* define o termo ‘segregar’ – do latim *segregare* – como ‘por de lado, separar’. Já o *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (2009) define a segregação como ato ou efeito de segregar, afastamento, separação; indicando ainda ‘ato ou processo de isolar ou ser isolado de outros ou de um corpo principal ou grupo, discriminação’. Sobre a segregação racial, define-a como modalidade subjetiva de separação em que a minoria racial julgada inferior é apartada da maioria.

Leguil (1998) destaca que a segregação evoca a separação dos elementos de um conjunto entre eles. Para o autor, esta situação é nomeada por Lacan como um novo sintoma, que reenvia a um real bem mais terrível. Se, para Leguil (1998), esta referência lacaniana

articula a segregação ao real, ela também se inscreve em relação à modificação das estruturas das antigas ordens sociais vigentes no mundo.

Assim, ao tratarmos da segregação, estamos em uma situação em que, mesmo juntos, existe uma separação absoluta uns dos outros. Esse parece ser o paradoxo da contemporaneidade que ainda não encontrou resposta à questão da segregação. E assim continuamos diante de sujeitos que, mesmo juntos, marcham separados em sua solidão no mundo.

Tal imposição é o que retrata a situação de adolescentes e jovens, cujas vidas experimentam nessa condição de exclusão a violência em sua dimensão de real, tanto pela condição de exclusão e impossibilidade de inclusão, quanto pela situação de experimentarem uma violência em sua dimensão letal, culminando com a morte.

Certamente, no século XXI, muitas dessas questões continuam nos interrogando. Miller (2012) afirma que a situação da reestruturação do mundo se apóia em dois fatores históricos, dois discursos: o discurso da ciência e o discurso do capitalismo. Estes dois discursos são prevalentes na modernidade e desde o aparecimento de cada um deles, iniciou-se a destruição da estrutura tradicional da experiência humana. Frente a tais questões, ele ressalta que há uma grande desordem no real no século XXI (Miller, 2012). Para ele, o real é sem lei natural e seu critério é não ter sentido, pois, o sentido lhe escapa. Trata-se de um pedaço, um fragmento que porta ainda a dimensão do acaso e da contingência.

Nesse sentido, temos a segregação como efeito da articulação do progresso produzido pela ciência a serviço do capital, produzindo interferência nos grupos sociais, mas também reenviando todos a esse real sem sentido, o que nas experiências humanas sempre restará como impossível de ser recoberto.

Ao pensar o resultado dessa modificação na ordem do mundo, quando a ciência e o capital caminham juntos é importante considerar a globalização como tentativa de encobrir o produto dessa articulação, ou seja, a segregação. Desse modo, a idéia da generalização e da reorganização das massas em blocos ou comunidades, através da identificação por alguma característica comum faz com que permaneçamos separados e segregados dentro desses mesmos espaços.

Ao tratarem da integração social de adolescentes que cometeram ato infracional, Guerra e Siqueira (2014) consideram a perspectiva da legislação brasileira, que prevê a escolarização, profissionalização e recuperação dos laços socioafetivos, mas afirmam que “na contramão da previsão e da vontade do legislador, encontramos jovens cujas rotas de vida fogem às tradicionais formas de inserção na vida pública, revelando modos de vida que

encontram na infração seu modo de operacionalidade. Eles participam de um processo de segregação, que se acirra com a proposição de projetos inclusivos, na medida em que revelam o que resta fora do normativo”. (p. 3-4)

Para Guerra e Siqueira (2014), aquilo que se encontra fora do normativo constitui um hiato entre a perspectiva de integração social e o paradoxo da segregação, pois, esta última parece trazer consigo a impossibilidade de integrar o que já se encontrava fora do campo da inserção social. Assim, “a segregação em sua dimensão real contribui para fortalecer os mecanismos de manutenção daquilo que se mantém fora do normativo” (p. 2) e os adolescentes participam do processo de segregação na medida em que revelam o que resta fora do normativo.

Desse modo, a integração social só pode ser feita se levar em consideração a segregação e seus efeitos, já que frente a toda tentativa de generalização e universalização do acesso a direitos restará algo fora do normativo que desafiará a legislação. Ao se depararem com os efeitos dos processos segregatórios, aos adolescentes e jovens – quando lhes resta apenas o ato infracional como tentativa de se inserir na vida política – fica a responsabilidade de inventar uma solução menos mortífera frente à segregação. Tornarem-se ‘irregulares’ pode indicar uma invenção diante da tentativa de normatização pela sociedade. (Guerra e Siqueira, 2014)

Retomando a perspectiva da segregação enquanto separação, distanciamento e isolamento dos indivíduos, a própria organização social desses indivíduos em classes também os mantém separados entre si. Jaudel (2014) observa que a segregação se dá sob a forma da expulsão, pela maioria, de certas minorias. Para a autora, isso também ocorre através das muralhas, dos limites, das barreiras que separam a maioria das minorias. E, assim, a segregação não surge apenas do discurso do mestre, mas dos próprios grupos humanos que reunidos em torno de um modo de gozo, reclamam sua própria exclusão.

Nesta perspectiva, mesmo sendo a segregação um efeito produzido pela ciência sobre os grupos, não se pode desconsiderar que há algo nela que é propriamente humano. Ou então, que há algo no humano que é eminentemente segregatório.

É sob esse ponto de vista que Zlotnik (2014) parte da definição de Miller (1985) sobre o racismo e o ódio que levam à intolerância. Para o autor, se a raiz do racismo é o ódio do próprio gozo, o que está em jogo é o ódio daquele que possui acesso aos *gadgets*, para quem não existe impossível, mas vive sempre ameaçado pelo temor “de que aquele que é segregado, excluído da sociedade de consumo e do mercado de trabalho, lhe subtraia seu objeto. Trata-se, de fato, do temor de que lhe roubem seu mais-de-gozar” (p. 448). Assim, Zlotnik (2014)

afirma que “o rico participa da segregação do pobre por meio da fantasia de que este quer apossar-se de seus objetos de gozo” (p. 449). Para o autor, trata-se então de uma espécie de luta até a morte pelo mais-de-gozar, decorrendo daí os fenômenos da violência social.

Dunker (2015) discute a lógica do condomínio associada à topologia da segregação. Havia a idéia de que dois problemas cruciais – segurança e acesso a serviços – seriam resolvidos com a vida em condomínio. Entretanto, a promessa de uma comunidade estava ausente. Para o autor, as diferenças de classe e raça não foram tocadas, mas ‘resolvidas’ através de um sutil código de circulação. Como foi possível inventar uma forma de vida em comum sem a verdadeira comunidade? - pergunta-se ele.

Para Dunker (2015), trata-se de um sistema de vida totalizante, funcionando como unificação dos sistemas simbólicos, onde algo parece escapar: a vida retratada em sua artificialidade, superficialidade, esvaziamento. Ironia para aqueles que se mudaram para os condomínios é o ressurgimento do crime dentro dos mesmos, desobediências de trânsito, consumo de drogas e desavenças entre vizinhos.

Segundo Dunker (2015), a lógica do condomínio expõe um espaço concebido e vivido como falso universal, onde aqueles que vivem fora estão sem lugar, sem terra, sem teto e sem destino, enquanto aqueles que estão dentro encontram-se demasiadamente implantados em seu espaço, seu lugar e sua posição. Por isso, “a psicanálise nos ensina a reconhecer com suspeita tais produções sociais, que acenam com uma região de extraterritorialidade protegida, um espaço abrigado onde se concentraria a realização do prazer retinto de liberdade”. (p. 53)

Conforme Dunker (2015) o estabelecimento de muros, fronteiras e marcas que fixam o lugar dentro e o lugar fora, as zonas de passagem e de interdição, determinam uma forma de vida onde o mal-estar encontra-se nomeado. Ao nosso déficit de felicidade contrapõe o sentimento de que o vizinho raptou um fragmento de nosso gozo. Soma-se a isso o sentimento de exílio e isolamento que instaura a inadequação generalizada ao espaço de pertencimento.

“É preciso lembrar que o conceito de condomínio toca de modo breve o universo invertido e periférico das favelas”, alerta Dunker (2015), chamando atenção para a fusão de universos opostos onde a lógica concentracionária reproduz o estado de exceção; a *face liberal* da formação de muros trabalha pela regulamentação de dispositivos de regulação; a *face disciplinar* dos muros opera pelo controle dos excessos; e entre estas, opera a *face romântica* através da qual a estrutura se mostra mais visível como idealização.

A constatação de Dunker (2015) é de que o condomínio constitui um enclave fortificado contra a pobreza, sinalizando uma nova interpretação sobre a diferença social e a desigualdade. Nessas condições, não se trata de desenvolver os atrasados, mas localizar e

conter o resíduo como pobreza estrutural globalizada. A partir dessa lógica, o autor ressalta que é preciso exportar os problemas, restringir seu retorno pelo reforço de barreiras fiscais, controle de fronteiras, restrição de circulação de pessoas. “A identidade estrutural que une condomínios de luxo, prisões e favelas aparece como ressentimento social”. (p. 68)

Desse modo, Dunker (2015) conclui que há uma leitura da consequência que se pode esperar da elevação do regime de igualdade liberal à condição de regra universal, bem como do tipo de concepção da troca social que se liga ao fenômeno da segregação. Para o autor, entre o fenômeno econômico do mercado comum e o fenômeno social da segregação, há uma mediação adicional, representada pela anomalia do laço social prescrito pelo discurso do mestre, anomalia que Lacan chamou de *discurso do capitalista*, tal como definimos item 3.5.

Tudo parece indicar que, no contexto contemporâneo, a segregação não fez mais que reforçar o seu poder. Embora revestida pelos efeitos da globalização, pelo mercado de consumo e pelo discurso da igualdade sustentado pelos direitos humanos e pela política, a única condição que parece colocar todos os indivíduos diante da mesma fronteira é o imperativo de uma convocação ao gozo. E talvez seja aí que os adolescentes e jovens, negros, pobres e moradores das periferias das grandes cidades reproduzem, na tentativa fracassada de ir além, sua condição na comunidade humana através da violência, da exclusão e da segregação.

Nesse sentido, o percurso estabelecido na teoria freudiana permitiu extrair do seu método de investigação que do ‘anormal’ se poderia compreender a norma, bem como tirar do impasse a sua solução. Certamente, com o desenvolvimento da teoria lacaniana, pode-se apreender que a segregação implica comunidades de gozo pouco dispostas a abrir mão de sua satisfação, bem como o fato de que o discurso psicanalítico pode sustentar na ordem do mundo uma medida que poderá subverter essa lógica da segregação ao não pretender eliminá-la, mas se dispor a aprender fazer com sua presença na cultura.

4. PUBERDADE, ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE

O presente estudo investiga as respostas dos adolescentes e jovens brasileiros aos problemas colocados pela segregação no mundo contemporâneo, buscando estabelecer as possíveis relações entre segregação e violência.

Seguindo a mesma lógica do capítulo anterior onde realizamos uma revisão a respeito do termo segregação, no presente capítulo realizamos uma revisão dos termos puberdade, adolescência e juventude, identificando como foram tratados pela psicanálise nos respectivos contextos, bem como se encontram definidos por outras áreas do pensamento social, filosófico, científico e político.

O presente capítulo situará o lugar da puberdade, da adolescência e da juventude para a psicanálise, destacando o contexto em que tais concepções foram formuladas. Além disso, a perspectiva desse estudo leva em consideração as modificações ocorridas no mundo e na sociedade brasileira, ressaltando a incidência da segregação potencializada pela articulação entre o discurso do capital e o discurso da ciência.

Do mesmo modo que no capítulo I, percorremos os autores clássicos e contemporâneos identificando como trataram a puberdade, a adolescência e a juventude. Procuramos realizar a discussão através de tópicos, considerando que a adolescência é a idéia central no presente capítulo, intermediária entre a puberdade e a juventude, apresentando também as questões que restaram na puberdade e aquelas que serão colocadas à juventude.

Discutiremos ainda o contexto das políticas públicas para a adolescência e juventude no Brasil e as respostas dadas pelo Estado quando se trata da situação de violência que, na atualidade, recobre a realidade dos adolescentes e jovens brasileiros, culminando com a morte destes em uma escala assustadora.

4.1 Freud e o despertar da puberdade

Para identificar como a puberdade está situada na psicanálise é preciso dizer que no curso de desenvolvimento do indivíduo há um encadeamento que vai da infância à puberdade e desta à vida adulta. Ao considerar os aspectos desse desenvolvimento, ressaltamos que a adolescência e a juventude se destacam como acontecimento que ultrapassa o aspecto biológico e o limite estabelecido pela faixa etária. Nesse sentido, é importante considerar

como a puberdade se constitui num ponto de partida para a discussão sobre adolescência e juventude.

Freud (1896/1976) situa na vida psíquica o lugar onde se deve buscar a razão dos sintomas, pois, a vida sexual desperta um afeto aflitivo. A consequência disso é uma perturbação ocasionada pela lembrança de alguma experiência precoce na infância, destacando-se a preservação do traço psíquico que será despertado com o desenvolvimento da puberdade.

Enquanto a puberdade marca o curso do desenvolvimento do indivíduo e é caracterizada pelo despertar das lembranças sexuais da infância, o seu despertar é o que a caracterizará como uma marca, pois, as experiências sexuais também afetam o corpo do sujeito. Soma-se a isso o fato de que a puberdade e o período de maturidade sexual coincidem e os efeitos das experiências só exercerão uma ação patogênica após a puberdade. (Freud, 1896/1976)

A chegada da puberdade dá à vida sexual infantil sua forma final normal. Segundo Freud (1905/1972), “uma vida sexual normal só é assegurada pela exata convergência da corrente afetiva e da corrente sensual, ambas dirigidas para o objeto sexual e o objetivo sexual”. (p. 213)

Atingida essa etapa e o curso desse desenvolvimento, para Freud (1905/1972) “é como a conclusão de um túnel cavado através de uma montanha, a partir de ambos os lados” (p. 213). Entretanto, não se trata da finalização do trabalho, uma vez que tal escavação abriu vias para a conclusão de uma etapa, mas não para o seu final. Trata-se, pois, do início de um dos mais exigentes trabalhos em relação à constituição da subjetividade.

Nesse processo de mudança está em jogo a transformação e a realização das escolhas a que os seres humanos estão impelidos a fazer por suas pulsões. Uma dessas escolhas se refere à afeição dos pais, destacando o excesso de afeição como característico da causação da neurose. Tal afeição também será decisiva na escolha de objeto sexual e na construção da barreira contra o incesto. Nesse sentido, a incorporação de preceitos morais responderá à exigência cultural pela sociedade. (Freud, 1905/1972)

Se a sociedade tenta se defender dos perigos que ameaçam o desenvolvimento de suas unidades sociais, ela o faz através do afrouxamento dos laços que foram os mais importantes para a criança na família. E assim, superando as fantasias incestuosas em relação aos pais,

completa-se uma das mais significativas e, também, uma das mais dolorosas realizações psíquicas do período puberal: o desligamento da autoridade dos pais, um processo que, sozinho, torna possível a oposição, tão

importante para o progresso da civilização, entre a nova geração e a velha.
(Freud, 1905, p. 234)

O curso do desenvolvimento do indivíduo se faz ao preço de uma exigência da civilização. Seu crescimento implica libertar-se da autoridade dos pais, num contexto reafirmado por Freud (1905/1972) como um dos mais necessários, ainda que mais dolorosos. E o progresso da sociedade repousará sobre a oposição entre as gerações sucessivas.

A puberdade enquanto importante etapa no curso do desenvolvimento humano adquire um significado especial e Freud (1905/1972) a considera como crucial para a passagem de uma etapa necessária ao desenvolvimento da civilização, apontando ainda as possibilidades de investigações futuras que poderiam surgir.

Se a puberdade está associada ao desenvolvimento do indivíduo, o despertar é a sua característica e sobre isso trataremos adiante em item específico. As experiências de corpo costumam se sobressair como referência à puberdade, uma vez que as transformações corporais constituem uma marca da puberdade. Outro fator determinante na constituição da subjetividade é a relação com os pais, e conseqüentemente, a necessária e dolorosa separação destes.

No contexto da sociedade contemporânea, bastante diferente do período em que Freud (1905/1972) descreveu suas observações, pode-se dizer que a transição acima não se modificou. Talvez tenham se modificado as condições da puberdade e dos pais, mas tal separação ainda é motivo de impasse para o púbere.

Cabe ressaltar que, na atualidade, o saber da ciência se apropriou das transformações da puberdade, o que se confirma com a discussão realizada sobre a biopolítica no capítulo I, uma vez que este saber produzido pela ciência é também disciplinar e regulamentador sobre esse público. Além disso, esse saber que os pais tinham sobre os cuidados e a educação dos filhos foi substituído pelo saber produzido e dado pela ciência. E isso não será sem conseqüência.

Entretanto, antes de dar continuidade à discussão acima, o que ocorrerá em diferentes tópicos, trabalharemos com diferentes autores que trataram do tema em distintas épocas, seguindo a formulação freudiana sobre a puberdade. Ressaltamos a existência de diferenças e semelhanças entre a condição social dos adolescentes daquela época com o momento atual, bem como suas relações com a infração, mas para não fugir do escopo da presente pesquisa, não desenvolveremos tais comparações nesse estudo.

4.1.1 Freud e Aichhorn: adolescência e desamparo

Em 1925, Freud escreveu o prefácio ao livro *Juventude Desorientada*⁷ de August Aichhorn (1925), situando a existência de três profissões impossíveis – educar, governar e psicanalisar; para destacar que, em relação ao trabalho realizado com adolescentes “delinquentes”, se a psicanálise pouco poderia ensinar de novo, também não visava a adaptação do indivíduo.

Nesse sentido, busca-se identificar como o trabalho de Aichhorn (1925/2006) contribuiu para posteriores reflexões sobre a situação da adolescência. Da especificidade da sua experiência, partindo das contribuições da psicanálise para o tratamento de adolescentes delinquentes, verifica-se que o adolescente não era tomado em seu ato, nem se pretendia adaptá-lo à realidade; já que se reconhecia nas manifestações sintomáticas o resultado de uma interação de forças psíquicas, sendo necessário descobrir as motivações inconscientes para se apontar saídas ao adolescente frente à sociedade.

Ao formular o problema da transgressão, Aichhorn (1925/2006) o considera como uma expressão dinâmica atribuída a um interjogo de forças psíquicas, quando os processos psíquicos que determinam o comportamento não funcionam harmoniosamente. Assim, a partir desse interjogo de forças psíquicas, situa a desnaturalização do chamado comportamento transgressor, ou seja, sua proposição permite situar o comportamento transgressor como algo próprio à adolescência, sustentado em uma causalidade psíquica.

Quando Aichhorn (1925/2006) ressalta a distinção entre os sintomas da transgressão e a transgressão mesma, instaura uma diferença para o tratamento dos adolescentes em conflito com a lei. A distinção entre a transgressão e os sintomas da transgressão possibilita a separação entre o sujeito e seu ato. Das consequências de seu trabalho chama a atenção para as condutas dos adolescentes que se colocam em perigo ou se arriscam em busca de um castigo, ressaltando tal conduta como contrária às exigências da realidade. Destacamos o contexto de exposição ao perigo e à busca do castigo não tão distantes da realidade dos adolescentes no mundo contemporâneo, ressaltando que há um agravamento do contexto em que os adolescentes da atualidade transitam entre a transgressão e a violência. E tal contexto não se faz sem os efeitos da segregação.

⁷ Conforme a Edição Standard das Obras de Freud (Imago Editora, 1976), baseada na tradução inglesa do termo ‘wayward’ utilizou-se o termo ‘desorientada’; adiante veremos como a tradução mais atual utiliza o termo ‘desamparada’.

Dois outros aspectos também são extraídos do trabalho de Aichhorn (1925/2006): o lugar do traumático e a separação dos pais. Quanto ao primeiro, destaca-se a dificuldade para assimilar a experiência traumatizante de grande conteúdo emocional. Segundo o autor, os adolescentes “não preparados para um golpe moral súbito e potente, não podem reagir a ele de um modo normal”⁸ (Aichhorn, 1925/2006, p. 63), embora afirme que a experiência traumática por si só não é suficiente para engendrar a transgressão.

Em relação ao outro aspecto, Aichhorn (2006/1925) ressalta que a relação dos adolescentes com os pais implica a diminuição do afeto num período que antecede a puberdade, onde tal afeto é direcionado para os objetos fora da família. Entretanto, surge o paradoxo da transgressão quando esse afeto é demasiado vivo e intenso. Diante da necessidade do afrouxamento dos laços libidinais, quando estes são excessivamente fortes ou fixos em relação aos objetos infantis, torna-se difícil ou impossível afrouxá-los durante a puberdade.

Concordamos com o autor quanto ao fato do traumático não ser suficiente para engendrar a transgressão, pois, nem todos os adolescentes incorrerão em algum ato infracional, embora o encontro com o traumático esteja colocado para todos, podendo-se mesmo pensar que a experiência da adolescência é uma espécie de atualização do traumático.

Outra situação tratada por Aichhorn (1925/2006) refere-se aos casos em que a família se encontra perturbada ou desarmonica. Para o autor, os choques que o indivíduo recebe da sociedade somente se tornam suportáveis se encontrar um porto, o qual normalmente é oferecido em nossa sociedade pela família. Nesse porto, as manifestações pulsionais se contêm dentro dos laços aceitáveis pela sociedade, mas na falta desse porto o equilíbrio destes indivíduos se rompe com maior facilidade.

Tal como Freud (1905/1972) trabalhou sobre esta dolorosa e necessária separação dos pais, a partir da qual o sujeito busca novas fontes de identificação, de referência e de afeto, Aichhorn (1925/2006) também a encontra nas experiências colhidas em seu trabalho. Pensando o contexto contemporâneo a partir do tema da presente pesquisa, podemos dizer que o trabalho de separação dos pais se mantém como uma das intensas construções da adolescência, embora uma mudança tenha ocorrido em relação à estrutura patriarcal e burguesa da família face às novas configurações familiares.

Distantes no tempo e no espaço, as questões destacadas por Aichhorn (1925/2006) se mantêm atuais em relação à adolescência e são orientadoras para a prática atual no trabalho

⁸ Tradução do autor

com os adolescentes. Em oposição à lógica da exclusão/inclusão pensada sob a perspectiva da segregação, conforme o objeto da presente pesquisa, cabe destacar o adolescente do seu ato e desnaturalizar seu comportamento transgressor como possibilidade de dar lugar ao sujeito e à responsabilização pelo seu ato.

Ao escrever o prólogo à edição de *Juventude Desamparada* de August Aichhorn (1925/2006), a psicanalista Hebe Tizio (2006) destaca a dificuldade de tradução do termo *VerwahrlosteJugend*, título da obra em alemão.

Para Tizio (2006), o termo remete a um lugar e a um sujeito que não contou com o cuidado e com a preocupação do Outro, encontrando-se em um estado de abandono, menos pelo que fez. Por isso, a autora se refere aos efeitos que a ação do Outro tem sobre ele, falando então de uma situação de desamparo.

Os problemas destacados por Aichhorn (1925/2006) não se restringem aos determinantes sociais existentes, Tizio (2006) os situa na relação com o Outro e com os efeitos que isso tem sobre a regulação pulsional do sujeito, destacando que a difícil relação com o Outro pode culminar na realização de atos agressivos. Assim, o desamparo refere-se ao efeito que o abandono ou as dificuldades no exercício da função do adulto produzem no sujeito.

Conforme Tizio (2006) o adulto que encarna a função de proteger a criança também deve ter uma certa regulação, pois, no trabalho de Aichhorn (1925/2006) é demonstrado nos adolescentes um problema com o pulsional que emerge como um ato de conseqüências negativas para o sujeito. Nesse sentido, a maioria dos adolescentes conheceu os excessos do Outro em diferentes registros – maus tratos, superproteção, despreocupação ou o abandono.

Ao destacar o mais particular do sujeito em seu campo libidinal, isto é, sua modalidade de gozo, Tizio (2006) afirma que o trabalho de Aichhorn (1925/2006) visava o cuidado pela palavra, podendo-se dizer do amparo oferecido pela palavra frente à emergência pulsional com a intenção de transformá-la em sintoma. Segundo a autora, a pista seguida por Aichhorn (1925/2006) é sempre o pulsional e seu trabalho consistia em buscar uma particularidade: o tipo de sintoma que estes sujeitos apresentavam. Com isso, buscava formalizar um sintoma em sujeitos que a princípio não sentem mal-estar por sua conduta.

Outro fator destacado por Tizio (2006) é a importância atribuída à transferência por Aichhorn (1925), uma vez que ele constrói o lugar do Outro quando o sujeito parece não crer em sua ajuda. Nesse caso, o desamparo parece ter relação com a dificuldade do Outro para exercer sua autoridade, deixando o sujeito liberado ao seu capricho. Seu trabalho consistia em resgatar a subjetividade do adolescente atrapalhado em seu ato transgressor, agressivo ou

delitivo, sendo necessário transitar pela via da palavra sem ceder, como única maneira de encontrar a chave de seu comportamento e lhe dar uma nova oportunidade.

As condições destacadas por Tizio (2006) se encontram presentes na realidade de adolescentes e jovens de nossa sociedade. Torna-se importante ressaltar que tal situação não se refere apenas às condições socioeconômicas. Hoje também os aspectos relativos à regulação pulsional e aos excessos do Outro, bem como a dificuldade do exercício da autoridade por aqueles que exercem a função do Outro constituem uma realidade de muitos adolescentes e jovens no mundo contemporâneo.

Entretanto, para alguns adolescentes e jovens encontrarem certa regulação pulsional ou desviarem-se de alguns excessos constitui uma tarefa a mais, culminando muitas vezes com o encontro desses mesmos aspectos no campo social, onde a incidência da segregação e a lógica do mercado parecem inflar a falta de regulação e atualizar o desamparo.

A partir das contribuições de Aichhorn (1925/2006), as orientações de Tizio (2006) são muito atuais para educadores, trabalhadores sociais, psicanalistas e políticos em relação ao trabalho com adolescentes. Segundo a autora, é preciso ter elementos para fazer frente às lógicas segregativas do discurso dominante em seu avanço na tendência à judicialização, pois esta apaga a dimensão subjetiva e produz cada vez mais passagens ao ato.

Para a autora,

vivemos um momento histórico onde há uma promoção social do significante ‘violência’ que parece acompanhar as distintas formas de vínculo social. Com ele se adjetiva cada vez mais as novas gerações sem ver que as mudanças estruturais em jogo produzem desregulações que geram novas formas de desamparo.⁹ (Tizio, 2006, p. 20)

Frente ao desamparo, concordamos com Tizio (2006) que a perspectiva da violência adjetiva a condição da adolescência no mundo contemporâneo, produzindo novas formas de massificação e segregação com a eliminação da diferença. Ajudar a constituir o sintoma para o sujeito, segundo a autora, é algo que não se faz só, “é necessária a função do Outro que possa acolher este ato cego e transformá-lo em mensagem para o próprio sujeito”.¹⁰ (Tizio, 2006, p. 20)

Em nossa sociedade atual, o trabalho com adolescentes e jovens é caracterizado pela tendência a recorrer a mecanismos normativos, disciplinares e regulamentadores, destacando-se as políticas públicas orientadas pela gestão qualificada da vida e dos corpos, com o

⁹ Tradução do autor

¹⁰ Ibid.

estabelecimento de metas, estatísticas e resultados. Mais séria ainda é a situação em que a exclusão daqueles que se encontram fora da normatividade é duplamente reforçada pelo desamparo e pelos processos de judicialização.

Outra leitura sobre o trabalho de Aichhorn (1925) é realizada por Lacadée (2011) ao destacar as contribuições daquele no estabelecimento de uma relação de confiança com o adolescente e fazer uma oferta de tradução e nomeação para o que foi tomado como delinquência, desvio, errância. Ao mesmo tempo, é necessário consentir com certo princípio de indeterminação e liberdade, indispensáveis para que o sujeito invente outra maneira de dizer não ao Outro; para se identificar com sua própria maneira de dizer, isto é, a que lhe permite se responsabilizar pelo pulsional que o agita e o leva ao ato. Seu trabalho não se orientava a partir da verdade, mas do saber: saber do real com o qual o adolescente se liga, aquele que não só determinou sua passagem ao ato, como o fez sentir-se carente.

É interessante pensar a proposição de Lacadée (2011) sobre a possibilidade dos adolescentes inventarem uma maneira de dizer não ao Outro articulada à proposição de Tizio (2006) sobre o encontro com os excessos do Outro; pois, essa será uma maneira de colocar certa regulação nos excessos de que falamos: seja superproteção ou desamparo.

A formalização teórica sobre a puberdade e a adolescência, ao ultrapassar o aspecto biológico, centra-se nos processos de constituição psíquica, atribuindo lugar ao sujeito adolescente, configurando as mudanças indicativas de uma nova condição da adolescência e da juventude no mundo contemporâneo. Desse modo, destacamos as diferentes leituras sobre a adolescência, mesmo em diferentes épocas, apontando aspectos cruciais da constituição do sujeito adolescente no mundo, sua relação com o Outro, seu desamparo, seu excesso e as possíveis invenções para realizar sua travessia.

4.2 Lacan e *O despertar da primavera*

Se Freud (1905/1972) destacou o despertar da puberdade a partir da emergência do traumático com o qual o sujeito se confronta, o que caracteriza para Lacan (1974/2003) o encontro traumático que provoca o despertar da adolescência?

Embora a adolescência não constitua um tema sistematizado na obra lacaniana, foi em seu prefácio à peça *O despertar da primavera* de Frank Wedekind (1891) que Lacan (1974/2003) falou da adolescência, afirmando que o dramaturgo abordou “a história do que é, para os meninos adolescentes, fazer amor com as mocinhas” (p. 557), o que implica o

despertar de seus sonhos. O que está em jogo nessa ‘história de fazer amor’ é o encontro com o Outro sexo. O que o sexual desperta nos adolescentes, conforme Lacan (1974/2003), é o encontro com a não-relação sexual, ou seja, deparam-se com o fato de que não há um saber no real sobre o que fazer frente ao encontro com o Outro sexo.

Esse furo no real, essa ausência de um saber que indique o que fazer, é o que também se chama de não-relação sexual. Nesse sentido, não há um encontro harmônico com o Outro sexo, tratando-se muito mais de um desencontro. Desse modo, Lacan (1974/2003) enfatiza que essa peça teatral é notável “por demonstrar que isso não é satisfatório para todos” e “se é mal sucedido, é para todo mundo”. (p. 557)

Para Lacan (1974/2003), se Freud demarcou o que chama sexualidade, esta faz um furo no real. E desse encontro com o sexual ninguém escapa ileso, tratando-se de uma experiência ao alcance de todos. Se a ênfase recai sobre o real é porque este expõe o traumático existente nessa não-relação. Assim, o despertar traumático é esse encontro com a inexistência da relação sexual, com uma ausência de saber sobre o Outro sexo, com o qual todos os adolescentes se deparam. Para que se possa sonhar, deve-se antes descobrir o que faz despertar.

Observamos também a aproximação que Lacan (1974/2003) faz da adolescência com o real. Se o sexual provoca o despertar da adolescência, deve-se considerá-lo em sua condição de real, isto é, de ausência de um saber que indique como fazer no encontro com o Outro sexo. Tal condição está colocada para todo vivente. Não há uma regra, não há um procedimento. Frente à lógica segregacionista subjacente aos procedimentos da sociedade disciplinar e regulamentadora, o real se apresenta como aquilo que escapa à apreensão, cabendo a cada um inventar um modo próprio para lidar com ele. Essa lógica da singularidade, entretanto, desorganiza a lógica das ações universais, evidenciando o mal-estar estrutural que condiciona a todos, individualmente; e às políticas públicas, universalmente, a pensar suas formas de resposta.

Antes de seguir a pista em direção ao despertar, a partir dos acontecimentos da puberdade, percorremos algumas concepções sobre a adolescência que possam nortear a presente investigação em relação ao tema da pesquisa, verificando se a violência é uma das respostas dos adolescentes e jovens aos problemas colocados pela segregação no mundo contemporâneo.

4.3 Adolescência como sintoma da puberdade

Ao falar da puberdade consideramos que sua relação com a adolescência se encadeia em uma relação muito mais lógica do que cronológica. Assim, verificaremos como os autores situaram a adolescência a partir do seu lugar no meio sociológico, histórico, científico e psicanalítico.

Se a adolescência se configura como um período particular da vida entre a infância e a idade adulta, Stevens (2004) a define como momento para fazer escolhas, decidir-se pela sua existência. Ao mesmo tempo, situa a puberdade como um dos nomes da inexistência da relação sexual, ou seja, um dos momentos em que a não-relação aparece para o sujeito. “A adolescência seria, então, a resposta sintomática possível que o sujeito vai dar a isso”. (p.30)

Segundo Stevens (2004), trata-se do arranjo com o qual o sujeito organizará sua existência, sua relação com o mundo e sua relação ao gozo, no lugar da não-relação sexual. Nesse sentido, o sintoma é a referência ao modo de gozo de um sujeito frente ao encontro com um impossível.

Quanto à sua afirmação acerca de que a adolescência é sintoma da puberdade, Stevens (2004) se refere à enumeração de uma série de escolhas sintomáticas frente a esse impossível encontrado na puberdade. Esse impossível seria uma das fórmulas do real, ou seja, há uma ausência de saber, no real, quanto ao sexo, e isto é a não-relação sexual. O sintoma é a resposta do sujeito a essa ausência de saber.

Ao contrário da crise da adolescência, é importante considerar as respostas possíveis produzidas por cada um frente ao real. Nesse sentido, o autor também situa o real em jogo nas transformações do corpo na puberdade, assegurando que esse real não se reduz ao órgão nem às transformações hormonais, mas se configura no órgão da libido, ou seja, é como órgão do gozo e não como modificação anatômica do corpo que se deve situá-lo, já que o real da puberdade não diz respeito apenas ao aparecimento brusco das transformações hormonais, mas a esse órgão marcado pelo discurso. (Stevens, 2004)

Se há irrupção ou emergência de alguma coisa sobre a qual as palavras falham não se trata de transformação, mas de eclosão de alguma coisa radicalmente nova. O real emerge como algo novo para o qual o sujeito não tem uma resposta pronta. Esse novo é a aparição para o sujeito de sua falha de saber no real. Nesse sentido, o real da puberdade é a irrupção de um órgão marcado pelo discurso frente a uma ausência de saber sobre o sexo, restando a cada um inventar sua própria resposta. (Stevens, 2004)

Como salientamos no item anterior, pensar a puberdade e a adolescência em sua relação ao real é a possibilidade de fazer frente à concepção do discurso científico que avança articulado ao discurso do capital, produzindo novas formas de segregação. Frente a esse real que surge de maneira nova e para o qual não existem respostas prontas, cada sujeito produzirá suas próprias respostas. Dentre estas respostas, caberá investigar se a violência tratada no presente estudo como efeito da segregação é uma das respostas dos adolescentes e jovens.

Outro contexto destacado por Stevens (2004) dentre as possibilidades de respostas da adolescência à puberdade é aquele que se refere ao declínio da função paterna, já que o pai não assume mais a posição de exceção. Diante de tal posição surge a dimensão do “todos iguais”, apagando a exceção e provocando um efeito de segregação devastador.

Nesse sentido, ao pensar nos efeitos que esta segregação provoca, Stevens (2004) também observa sua incidência a partir da perspectiva das crises e dificuldades econômicas na sociedade, destacando que nas periferias das grandes cidades se vê um certo número de fenômenos decorrentes desse mal-estar da segregação. Assim, “hoje, adolescência rima, por um lado, com segregação”. (p. 38)

É interessante pensarmos a proposição de Stevens (2004) articulada ao que foi tratado no capítulo I, quando Agamben (2010) referiu-se à exceção como aquilo que é subtraído da hipótese geral, situado como um caso singular excluído da norma geral, operando sob a forma de uma *exclusão inclusiva*, tornando-se a regra. Assim, o declínio da função paterna, sob a perspectiva da exceção, confirma a condição em que o pai é incluído sob a forma de uma exclusão, não mais situado enquanto exceção, mas em condição de igualdade. A partir da proposição dos autores acima, quando se pensa a exceção sob a perspectiva da exclusão à norma geral, ressaltamos sua função de oposição aos efeitos da segregação, não funcionando apenas como exclusão em si mesma, mas sustentando uma diferença.

Quanto à afirmação de Stevens (2004) sobre a estreita relação entre adolescência e segregação, trata-se não apenas da perspectiva socioeconômica, mas principalmente do apagamento daquilo que poderia constituir lugar de exceção, marcando uma diferença. Isso se aplica tanto à figura do pai, das instituições, da comunidade, do Outro.

De acordo com Stevens (2004), outras formas de respostas da adolescência à puberdade são invenções que possuem relação com a contra-cultura, podendo encontrá-las na organização dos bandos, chefes e capatazes, que se constituem como substitutos sintomáticos sociais para a adolescência, conjugando-se ao efeito segregativo da sociedade de hoje nessa promoção de “todos iguais”. Desse modo, observa também os efeitos da ordem da violência

nas periferias, nas grandes cidades; e tal violência tem relação direta com o declínio da paternidade.

Frente ao que se tratou acima acerca do apagamento da exceção e do declínio da figura do pai, concordamos com o autor quanto à condição de “todos iguais” que lança os adolescentes em busca de alguma referência. Quando tal referência orientadora falta, como consequência desse declínio dos referentes que orientam o sujeito no mundo, apostamos na hipótese de que os adolescentes e jovens que procuram tal referência na figura do líder do tráfico de drogas, cujo modo de operar em relação à exceção é através do compartilhamento de normas férreas entre os iguais, podem encontrar nessa modalização do gozo uma via de resposta.

No próximo item verificaremos outra proposição sobre a adolescência, procurando identificar os encadeamentos que se articulam ao tema da presente pesquisa.

4.4 O despertar da adolescência

Uma recente contribuição sobre a adolescência é encontrada no trabalho de Ramirez (2014), cuja investigação propõe reconstruir uma concepção psicanalítica sobre a adolescência a partir da leitura de Freud e Lacan enquanto leitores da peça *O Despertar da Primavera* de Frank Wedekind (1890), pois, naqueles autores não existe um único texto que se ocupe da adolescência, podendo se encontrar alusões a esta em vários textos.

Da sua tese sobre a possibilidade de reconstruir uma concepção psicanalítica sobre a adolescência, Ramirez (2014) destaca o surgimento da noção de adolescência no final do século XIX e início do século XX, quando o adolescente passa a ser designado como um novo objeto social. Assim, o autor afirma que “com a categoria ‘adolescência’ se designa um conjunto de condutas sintomáticas, que nesse momento da vida são elaboradas pelos sujeitos como resposta à metamorfose de sua puberdade”.¹¹ (p. 11)

Em suas indagações acerca do que é o despertar, Ramirez (2014) afirma que “a puberdade é um dos nomes do despertar”¹² (p. 27). Nesse sentido, o que caracteriza o trauma da puberdade é o encontro com a não-relação sexual, o real que a confronta. E por ser impossível esse despertar ao real, é que os adolescentes podem responder com condutas de risco.

¹¹ Tradução do autor

¹² Ibid.

Segundo Ramirez (2014), desse encontro mal sucedido em suas variações sociais e culturais, profundamente subjetivo, as palavras falham ao se articularem ao gozo sexual em jogo. Frente a um não saber fazer frente ao outro sexo, o gozo irrompe e produz um despertar traumático. Cada um responde à sua maneira, mas de modo que sempre falha. Cada sujeito deverá inventar uma resposta própria, menos catastrófica, reduzindo o dano, por si mesmo inevitável.

Quanto à dimensão traumática do encontro com o sexual na puberdade, Ramirez (2014) afirma que aquela ativa as experiências infantis, de modo que a puberdade é um tempo de compreender, ativando também o momento de concluir sob a forma da produção da adolescência como sintoma da puberdade, ou seja, como resposta sintomática a essa compreensão puberal do acontecimento sexual infantil incompreendido.

Para Ramirez (2014) o que traumatiza a maioria dos púberes é o encontro com o outro sexo, “porque é o encontro com essa lei difícil de assimilar que os lança no mal entendido do sexo”¹³ (p. 31). Assim, o exílio radical dos adolescentes é uma resposta singular à inexistência da relação sexual. Segundo o autor, na puberdade, é o encontro com esse ‘não-há’ que faz com que a adolescência, como resposta a essa não-relação, seja uma confirmação do exílio de cada um em seu gozo. O que fica dessa não-relação em cada um é seu *sinthoma*. Se a saída da adolescência é sempre malograda, o que escapa é por construir uma saída singular.

A partir de seu estudo, Ramirez (2014) afirma que “o real que desperta é a pulsão, como o que está no lugar do irrepresentável”¹⁴ (p. 152). Assim, se o despertar da adolescência é o despertar do gozo fálico¹⁵, frente ao encontro com o Outro sexo e com o fato de que não há relação sexual, trata-se do encontro com esse impossível, e frente a esse encontro cada um construirá sua saída e de modo singular.

Se o jogo se dá no terreno da sexualidade, o despertar angustia o adolescente. Entretanto, Ramirez (2014) entende que a dificuldade diante de um não saber sobre a sexualidade não se resolve com a informação sexual, pois, o adolescente requer uma ética, um saber fazer com seu corpo, com o corpo do Outro, sem conseqüências catastróficas. Se o que faz despertar é o sem sentido, a ausência de sentido; e o real aparece para cada um de maneira

¹³ Tradução do autor

¹⁴ Ibid.

¹⁵ *Gozo fálico*: face à definição por Lacan entre prazer e gozo, sendo impossível atingir um gozo absoluto, não há gozo para o homem senão um gozo fálico, isto é, limitado, submetido à ameaça da castração, e que constitui a identidade sexual do homem. (Roudinesco, 1998)

contingente, como pedaços do real; para o autor, “o despertar da puberdade significa, então, despertar ao real”¹⁶. (p. 161)

Enquanto a puberdade corresponde em Freud a um tempo de compreender as vivências infantis, experimentadas como traumáticas; em Lacan, a adolescência é um momento de falta de sentido. E Ramirez (2014) afirma que, em ambos os autores, com o despertar, cujo paradigma é o pesadelo, busca-se fugir de um real angustiante, próprio da puberdade.

Em suas conclusões, Ramirez (2014) afirma que “a adolescência é uma invenção sintomática com a qual o sujeito responde ao instante de ver sua metamorfose na puberdade”¹⁷ (p. 297). O que desperta é a dimensão fálica do gozo num embate considerável, causando angústia ao sujeito e levando-o a se deparar com a perda de sentido, com as mudanças em suas coordenadas edípicas e pontos de identificação infantis, que são questionados com rebeldia.

Tais situações inscrevem o adolescente em um novo acontecimento, uma vez que o despertar leva à compreensão de que não há na natureza humana uma lei, uma fórmula, que conduza ao encontro harmonioso entre os sexos. O que leva Ramirez (2014) a definir o “encontro com um fracasso universal, que não obstante não pode criar senão soluções singulares, geralmente sintomáticas, a que se chama *adolescência*”¹⁸. (p. 298)

Ramirez (2014) situa a puberdade em relação ao despertar, destacando as possíveis respostas da adolescência frente à metamorfose da puberdade. Sua investigação se dá sob a perspectiva da relação da puberdade e da adolescência ao real, situando o encontro com a não-relação sexual como aquilo que confronta a todos com esse real.

Nesse sentido, pensamos as condutas de risco dos adolescentes a partir desse encontro revelador com o impossível desse despertar ao real enquanto possibilidade de análise para o tema da presente investigação. Em decorrência desse encontro com a não-relação sexual, que é sempre mal sucedido, esse não saber fazer frente ao Outro sexo é traumático. É por não existir uma maneira de responder comum a todos que a exigência de uma invenção própria permite pensar a relação dos adolescentes e jovens com a violência enquanto tentativa de produzir uma resposta. Entretanto, algumas situações são mais catastróficas e levam ao pior, contrariando a possibilidade de reduzir esse dano constitutivo, mas tornando-o maior.

¹⁶ Tradução do autor

¹⁷ Tradução do autor

¹⁸ Ibid.

Por outro lado, também se pode equilibrar a balança frente a essa saída sempre malograda, e alguns poderão transpor as situações de violência apenas como meio de construir uma saída singular. Se o encontro com a não-relação sexual explicita uma ausência de saber no real, para o qual não há uma maneira comum para todos, isso confirma a proposição de Ramirez (2014) de que a adolescência requer mesmo uma ética própria.

O encontro com a não-relação sexual, frente a uma ausência de resposta no real, é indicativo de que também a violência se torna uma resposta dos adolescentes e jovens a esse impossível que a segregação lhes coloca em sua dimensão de real? Eis outra questão nos ajudará a conduzir o fio de nossa investigação adiante.

4.5 A patologização da adolescência

Se a adolescência é descrita como uma etapa em que algo falha, falta, não está bem, Insua (2012) também afirma que à adolescência não falta nada para que não seja um transtorno. Isso não significa que não haverão tempos transtornados.

Em sua discussão sobre a patologização da adolescência, Insua (2012), demarca o ponto em que subjaz a idéia de que a adolescência deveria passar com os mínimos conflitos. Nesse sentido, o trabalho dos psicanalistas com adolescentes não deve se restringir aos transtornos, mas ocupar-se da leitura das manifestações desse tempo vital como expressão do sujeito. Nomear como transtorno um modo de se haver com o real é uma concepção moral. Para a autora, nosso tempo de efetividade, utilidade e exacerbado pragmatismo, é também um tempo paradoxal e extremamente moral quanto às manifestações psíquicas dos jovens.

Ao contrário do que se pode pensar, ainda mais numa época em que a palavra perde seu valor, para Insua (2012) o adolescente dá valor à sua própria palavra, à palavra em jogo; enquanto o Outro, os pais e o mundo adulto minimizam e degradam sua palavra. Frente ao valor que a palavra tem, num tempo de tanta comoção, o adolescente recorta esta palavra em um fundo de silêncio.

Para Insua (2012), um profundo silêncio é disseminado, pois, “seu silêncio é muito rico para ele, porque é marco de sua palavra. O problema é que o mundo adulto não se dá bem com o silêncio”¹⁹ (p. 26). Para a autora, se os adolescentes cultivam e amam o silêncio, é porque com ele se vêem fora, se recortam do mundo adulto.

¹⁹ Tradução do autor

Este recorte do mundo adulto pode ser pensado como tentativa de diferenciação do Outro. Mas não implica um desligamento, pois, segundo Insua (2012) o adolescente necessita do Outro que lhe sustente uma pergunta para desenvolver seu discurso. Ao fazer silêncio, nem sempre o Outro se mostra robusto.

A referência à inexistência do Outro na pós-modernidade se articula àquilo que sustentava o véu que permitia ao jovem se mover. Ao necessitar do Outro que sustente véus e semblantes para julgar sua ausência, o que predomina em nossa época parece ser a crença de que a superação está em deixar cair os véus. E assim, muitas vezes os jovens vagam desvelados. (Insua, 2012)

Outro aspecto destacado por Insua (2012) se refere à separação entre pais e filhos, numa época em que a queda dos véus e semblantes, somados ao declínio da função paterna na modernidade. Ela demonstra que os pais não têm as características convencionais. Isso não significa que seja fácil partir deles a referência ou a separação. E, hoje, se o pai tem outros semblantes, também não é fácil para o filho partir dele, seja por excesso ou omissão.

Para Insua (2012), “um dos atravessamentos mais importantes e mais brutais da adolescência, entendida como processo vital de duelo, é justamente a necessidade de deixar cair o Outro desse lugar em que resultava imprescindível, portanto, não castrado”.²⁰ (p. 61)

Entretanto, a profunda dor do reconhecimento desta queda pode ser percebida em sintomas muito habituais no final da adolescência, como os ataques de pânico, inibições sobre a carreira e a vida profissional, dificuldade para ocupar um lugar no social, dificuldade com a sexualidade, entre outros (Insua, 2012). Nesse contexto, podemos também incluir a violência entre os adolescentes e jovens.

Quando se trata de caracterizar a adolescência, Insua (2012) reafirma que os sintomas não são sinais de patologias, mas restos de desprendimento; retratam a dificuldade e a proximidade de um corte inevitável. Assim, o adolescente se despede, se arranca do Outro, numa operação simultânea, mas à medida em que este Outro suporta ser deixado, fazendo semblante de uma despedida.

Concordamos com a autora que, se a adolescência não passa sem conflitos, isso não implica que ela se caracterize por portar uma patologia ou um transtorno. Assim também estamos de acordo com sua análise sobre a concepção moral do discurso de nossa época quanto às manifestações psíquicas, mas também sociais de nossos adolescentes e jovens. Tal concepção busca a nomeação, muitas vezes sob a forma de diagnóstico e classificação de tais

²⁰ Tradução do autor

manifestações psíquicas, respondendo à lógica disciplinar e regulamentadora dos mecanismos do biopoder. Desse modo, a proposição da autora vai ao encontro da afirmação de Ramírez (2014) de que a adolescência requer uma ética como forma de lidar com seu corpo e com o corpo do Outro, pois, nosso tempo tem dificuldade em lidar com as manifestações próprias da adolescência.

Referindo-se às tentativas de desligamento e diferenciação do Outro, sem que isso implique um desligamento, já que necessita do Outro que lhe sustente uma pergunta para desenvolver seu discurso, a concepção de Insua (2012) não se distancia da articulação entre Tizio (2006) e Lacadée (2011) quanto à necessidade de também encontrar certa liberdade para dizer não aos excessos do Outro.

Se na pós-modernidade a inexistência do Outro indica a perda do papel sustentador do véu que movia o jovem, a ausência daquele que sustenta véus e semblantes, levando os jovens a vagarem, pensamos na mesma perspectiva de articulação entre as concepções de Stevens (2004) e Agamben (2010), acerca do declínio da figura paterna e do apagamento da exceção, quando a condição de “todos iguais” também deixa os adolescentes e jovens sob os efeitos catastróficos da segregação.

Se a característica de nossa época é a inexistência do Outro, marcada pelo declínio da função paterna, pelo esvaziamento da autoridade e da exceção, podemos dizer que a ausência de referência é outra referência para tratarmos a violência vivida pelos adolescentes e jovens articulada à segregação no mundo contemporâneo? Identificar quais referências existem ou podem ser construídas é o que continuaremos a investigar com os próximos autores.

4.6 A ‘tendência ao agir’ e a relação com o Outro

Ao pensar a adolescência tende-se a acreditar que há uma grande distância em relação ao que outras gerações vivenciaram em sua adolescência. Sem dúvida, as modificações na ordem do mundo modificam as respostas. E se há uma modificação nas respostas, devemos verificar como se apresentam.

Entretanto, Alberti (1995) afirma que as questões trazidas pelos adolescentes de determinada época passada não divergiam daquelas trazidas pelos adolescentes atuais. A autora chega a essa constatação a partir do contexto da passagem ao ato suicida e do *acting out*, onde isola a ‘tendência ao agir’ própria dos adolescentes. Tal proposição contribui para

se pensar que embora as respostas sejam diferentes, as questões que se impõem aos adolescentes são as mesmas.

Guardadas as devidas diferenças, tudo indica que algo em comum está em jogo. Alberti (1995) toma as passagens ao ato suicida como tentativa de se separar do outro, deixar de existir. Trata-se, nesse contexto, de um apelo que denota uma dificuldade no relacionamento com aquele que se institui no lugar do Outro.

Conforme aponta Alberti (1995), é necessário precisar melhor o que está em jogo na adolescência. Como as dificuldades com as quais o sujeito se encontra na adolescência eclodem, como se dá o desligamento da autoridade dos pais, uma vez que a adolescência sinaliza uma possibilidade de conflito, e “se a adolescência reativa o conflito nos adultos, é porque ela mesma encarna esse conflito”. (p. 28)

Frente aos problemas colocados pela adolescência, tanto no passado, como no mundo contemporâneo, Alberti (1995) se interessa pelo estudo das mudanças subjetivas a partir das transformações da puberdade, dado que a posição do sujeito oscila conforme a questão com a qual é confrontado: “seguir ou não seguir seu destino”? (p. 26) Frente ao contexto da presente investigação, pensar as perguntas comuns aos adolescentes associadas às tentativas de separação do Outro, torna-se um caminho interessante para pensar a violência como uma resposta dos adolescentes e jovens aos problemas colocados pela segregação no mundo contemporâneo.

Das passagens ao ato suicida como tentativa de se separar ao apelo diante de uma dificuldade no relacionamento com aquele que se institui no lugar do Outro, o estudo da autora dialoga com as perspectivas do ato transgressor como tentativa de se separar do Outro (Aichhorn, 1925/2006), dos excessos desse Outro (Tizio, 2006) e da necessidade de se dizer não a esse Outro (Lacadée, 2011). O problema é que muitas vezes o adolescente transforma seu ato num pedido de socorro, quando não encontra esse Outro que se faça exceção (Stevens, 2004) ou quando é o Outro que não suporta a separação (Insua, 2012).

Destacar da atualidade o modo como o sujeito se posiciona quanto à sua existência. Eis outro percurso que Alberti (2010) realiza a partir as mudanças ocorridas no século XX, demarcando o declínio da função paterna como dificultador do trabalho de elaboração da adolescência. Se os pais são referências para a separação, o problema é quando decidem se separar dos adolescentes antes que estes o façam, decorrendo daí o abandono e a luta pela atenção dos pais. Essa última afirmativa também se articula à proposição de Aichhorn (1925/2006) e Tizio (2006) sobre o desamparo, possibilitando também à presente investigação

analisar a situação dos adolescentes e jovens em sua relação com a violência sob tal perspectiva.

Se houve uma modificação quanto ao lugar da autoridade paterna no século XX, Alberti (2010) destaca que se o discurso da ciência passou a oferecer referências, a capacidade educativa dos pais se tornou passível desse discurso. A autora compara a interferência desse discurso ao modo como as guerras aniquilaram os ideais em prol da massificação, da segregação das diferenças, do despedaçamento do corpo e do psiquismo. Como efeito, os pais duvidam de sua capacidade de barrar a submissão e o assujeitamento às imposições desse Outro feroz.

Frente a tal dificuldade, pode-se pensar que os adolescentes e jovens se encontram assujeitados em relação à incidência desse imperativo feroz e diante da inexistência de alguém que possa apontar outra direção, a relação com a violência pode constituir uma tentativa de encontrar a saída desse assujeitamento? Essa também é uma questão que está diretamente ligada ao tema da presente investigação.

Para Alberti (2010), o que caracteriza a adolescência é a possibilidade de fazer escolhas, sendo necessária a transmissão de alguma referência, já que a diferenciação se dá a partir da alteridade. Para que o adolescente seja autor de um desejo, é preciso enfrentar a ameaça da perda do amor dos pais, aprender a lidar com o desamparo e consentir com a falta do Outro, isto é, com a castração. Aos pais também é exigido suportar seu aniquilamento através dos filhos. “Poder encarar o desamparo, as impossibilidades, submeter-se à castração simbólica é o longo trabalho de elaboração da falta no Outro que diz respeito à adolescência”. (Alberti, 2010, p. 16)

Se a vertente da separação é necessária, segundo Alberti (2010), os pais devem auxiliar os filhos a sustentarem um lugar no mundo. O problema é quando os pais desistem por acreditarem que seus filhos não lhes ouvem mais e “o efeito da desistência é normalmente assustador: o adolescente se vê deixado cair” (p. 22). Desesperado e perdido, a busca do adolescente pode ser uma completa catástrofe. Esta tem sido a realidade de muitos adolescentes e jovens de nossa sociedade, não se restringindo apenas à situação daqueles que se envolveram em contextos de criminalidade violenta. Independente também da realidade socioeconômica, os adolescentes vagam pela cidade diante da descrença do Outro.

Para Alberti (2010), transmitir a capacidade de desejar é conferir um lugar na cultura, na comunidade dos homens. O que também permitirá realizar o segundo grande trabalho de elaboração adolescente: suportar a castração do Outro. E, a partir de então, fazer sua alteração no mundo. É nesse contexto de sujeito desejante que “todo adolescente é um transgressor, e aí

se experimenta” (Alberti, 2010, p. 24). Para a autora, exercitar-se como desejante é transitar entre alienação e separação, dialetizando a relação com o Outro, se posicionando frente à partilha dos sexos, suportando a falha do pai que lhe garante a relação com o desejo, assumindo seu destino no mundo.

Entretanto, Alberti (2010) afirma que se o adolescente é levado a construir suas próprias referências, surge um problema quando as referências dos pais não se solidificam nem permitem sustentar novos caminhos construídos pelo sujeito. É preciso elaborar a falhas dos pais, pois, se isso não acontece, o sujeito se identifica com esta falha. E “se há essa identificação é também para eximir os próprios pais da relação com a falha, o adolescente se dá em sacrifício para tapar a falha do Outro”. (p. 41)

Em relação à presente pesquisa, investigaremos se o fato de muitos adolescentes e jovens experimentarem situações de violência das mais diversas ou contextos de criminalidade violenta, culminando com situações que levam à morte, seria uma tentativa de separação do Outro ou uma identificação com essa falha do Outro. Se uma relação de alienação e separação está em jogo, o adolescente permanece ligado ao Outro do qual deveria se separar.

Fato curioso é que num mundo em constantes mudanças, onde as referências e ideais se modificaram, concordamos com Alberti (2010) que o adolescente faz apelo ao Outro à medida que esse Outro se dessolidariza.

Além da referência ao Outro da metáfora paterna, Alberti (2010) destaca outras duas grandes referências ao Outro na adolescência: o Outro do sexo e o Outro da cultura. Para a autora, o encontro com o Outro limitará o ser em suas possibilidades, mas também possibilitará o nascimento do sujeito.

O encontro com o Outro sexo implica a falta de referências, o encontro com a alteridade radical diante da qual é impossível saber tudo e o sujeito terá reações inesperadas, imprevisíveis. Tal encontro é o que separa o sujeito da sua experiência dos sonhos infantis, apontando sua incompletude, determinando impossíveis, exigindo uma posição sexuada e isto “depende de sua maior ou menor coragem para enfrentar o seu destino de definitivamente humanizar-se”. (Alberti, 2010, p. 70)

Quanto à referência da cultura, Alberti (2010) destaca a importância da transmissão geracional, já que toda geração acrescenta algo à cultura. Se “o adolescente pode fazer escolhas que não sejam a morte” (p. 65), suas escolhas são sustentadas na alienação ao Outro, ao mesmo tempo em que inscreve a vertente da separação. Atravessar a adolescência é suportar o fato da alienação e tirar consequências singulares da mesma.

Concordando com a autora, pode-se pensar que a separação é uma consequência singular, possibilitando pensar que “a juventude é profundamente necessária para todas as mudanças culturais e nada muda se a juventude for sacrificada” (Alberti, 2010, p. 67). E se a juventude poderá construir novas redes de significações, produzirá também mudanças que, embora criem resistências, permitirão a dialetização cultural em que a própria cultura acrescenta algo ao saber fazer do homem.

Nesse sentido, Alberti (2010) afirma que “o fato de ter que brigar para fazer valer as suas contribuições à cultura não é o problema da adolescência, mas é, melhor dito, a sua função na cultura” (p. 68). Segundo a autora, o problema surge quando o adolescente não se sente apto a contribuir com a cultura de sua época porque faltam modelos.

Embora o discurso capitalista seja altamente democratizante, Alberti (2010) ressalta que tal discurso não dá direção, não promove laço social, não leva em conta a castração, e o adolescente não é visto como sujeito por esse discurso, mas como posição de gozo a aproveitar, comprar e promover mais gozo a partir dos objetos fabricados, tornando-se promotor desses *gadgets*, da imagem do adolescente ideal, do consumidor.

A autora identifica a mudança que operou no século XX, destacando a relação com o Outro e as modificações decorrentes das relações entre pais e filhos como tema central. Entre a alienação e a separação, Alberti (2010) tece alternadamente os pontos em que o adolescente necessita do suporte do Outro para seguir, para se constituir como desejante, ao mesmo tempo em que esse Outro falha em sua capacidade de transmitir a lei do desejo.

O que percebemos na proposição da autora é que os adolescentes navegam sem direção, tentando encontrar uma bússola que os oriente. Algumas vezes conseguem encontrar seu próprio norte, em alguns casos, naufragam. No item seguinte, trataremos dos novos modos de vida e das marcas produzidas pelos adolescentes e jovens, recortando os pontos que se relacionam ao tema da presente pesquisa.

4.7 Os jovens, suas marcas, seus modos de vida

A incidência do discurso capitalista no mundo, tendo a lógica de mercado como orientadora das nossas vidas produziu uma alteração em que os adolescentes e jovens se perdem ou se encontram na construção de novas referências, tornando-se eles mesmos uma referência – referência de consumo.

Nesse contexto, frente às marcas de nossa época e aos modos de vida que ela produz, Mattos (2004) destaca o declínio dos ideais e a ausência de uma referência única que oriente o desejo. Conforme a autora, num mundo em fragmentação, os jovens são marcados pelo tédio e pela indiferença, onde a dificuldade de suportar perdas inevitáveis também os leva a evitar as escolhas definitivas.

Em relação à adolescência e juventude, no tocante às transformações da modernidade, Goyatá (2004) destaca que “a propalada juventude, a sociedade dos eternos jovens praticada pela cultura atual, nas suas mais diversas formas, falha enquanto pretende-se não marcada pelo trauma, pela palavra e pelo excesso”. (p. 36)

Não se pode desconsiderar que tais situações são efeitos da queda dos ideais e dos processos de massificação produzidos pelo discurso da ciência e pelo discurso do capital. Mesmo assim, é importante ressaltar que nesses novos modos de vida, criam alternativas e rotas diversificadas para produzirem sua alteração no mundo.

Segundo Garcia (2004), os modos de vida nos remetem à diversidade de caminhos que pode seguir a existência humana, mas é preciso reconhecer as ‘escolhas forçadas’. Para o autor, o modo de vida a ser encontrado está nos trajetos pessoais, sendo encontrados também numa leitura em territórios bem delimitados da cidade, pois, “a vida nua e crua parece habitar o povo da periferia, esse mesmo cuja existência é uma exceção já que em nada garantido”. (p. 54)

Se encontramos no espaço urbano de nossas grandes cidades as marcas do dissenso entre os protagonistas, Garcia (2004) afirma que tal dissenso é atestado pela planta da cidade que se separa entre periferia e bairros urbanizados. E neste espaço se encontra o adolescente infrator em conflito com a lei.

A esse adolescente, Garcia (2004) chama ‘povo’ pelo que apresenta da vida nua e crua, já que traz “respostas confusas que anunciam as questões que enfrentaremos, já que sofre na carne o enfraquecimento do Estado” (p. 54-55). Assim, deve-se considerar a trajetória de exposição a situações de risco, sem desconsiderar os efeitos desastrosos que atingiram a vida pessoal do adolescente, pois, “a violência é um comportamento que se torna uma linguagem, um modo de se comunicar”. (p. 55)

Nessa perspectiva da violência e da criminalidade, Barreto (2004), afirma que “a juventude é marcada por ser limítrofe” (p. 82), situando-a no interior de margens móveis, destacando sua natureza fugidia e suas invenções múltiplas. Ao tratar o lugar dos jovens na cidade, Barreto (2004) salienta que o crime corta o tecido da razão e escancara os impasses da cidade, perfura seus espaços. Na cidade, os jovens se tornam parceiros da violência, algozes e

vítimas. A nomeação “delinquência” surge como retorno da segregação e esta se estabelece onde o endereço de uma demanda é negada.

Ainda segundo Barreto (2004), as produções dos jovens contemporâneos têm abrangência de grandes proporções, trazendo soluções cabíveis para viver com o rasgo provocado pelas mudanças no século atual. E assim, “os que se arriscam na travessia da adolescência do nosso tempo experimentam o sofrimento também na versão da absurda ausência do mesmo e, com isso, denunciam uma dor demasiadamente contemporânea”. (p. 89)

Desse modo, pensamos que os novos modos de vida experimentados ou inventados pelos adolescentes e jovens incluem a violência, inserindo-a na cidade sob a condição de que seja uma marca, um novo modo de vida. Assim, num mundo que não é nada hospitaleiro, mas no qual os jovens precisam encontrar seu lugar, a violência se constitui um caminho que força a abertura das portas da cidade e com elas os jovens instituem formas para comunicar sua presença no mundo.

Desses novos modos de vida, a possibilidade de se incluir no mundo leva alguns adolescentes e jovens a produzirem curtos-circuitos que promovem desligamentos e também os enlaçam à vida. Isso é o que veremos adiante.

4.8 O curto-circuito da adolescência frente à violência e à criminalidade

Se a presente pesquisa trata da relação dos adolescentes e jovens com a segregação, considerando que a violência pode ser uma das respostas dos adolescentes e jovens aos processos segregatórios, é importante verificar de que maneira produzem sua inserção no mundo.

Na proposição sobre a relação entre adolescência, violência urbana e criminalidade encontrada na hipótese de Guerra, Soares, Pinheiro e Lima (2012), as autoras afirmam que na ausência do compasso de espera que a adolescência representa, o adolescente atravessado pela criminalidade se cola ao saber do Outro do tráfico como resposta às dificuldades que a puberdade lhe apresenta.

Segundo as autoras, ao contrário da ampliação da adolescência, “parece haver, antes, um curto-circuito entre infância e vida adulta, quase suprimindo o compasso de espera que a experiência da adolescência instala” (Guerra et al, 2012, p. 249). Diante dessa supressão,

também interrogam o motivo para alguns adolescentes, na contemporaneidade, comporem essa nova inscrição no laço social baseada na violência e na criminalidade.

Para responder à questão acima, Guerra et al (2012) entende que se o pacto social na contemporaneidade se funda em outras bases, uma vez que as referências não se sustentam mais nos ideais, seu alicerce está na lógica do consumo e no imperativo do gozo, onde o sujeito se torna refém de um supereu tirânico e gozador. Assim, o gozo incitaria o sujeito a atos agressivos, uma vez que tais atos seriam tentativas de se esvaziar desse excesso. Tais soluções sintomáticas na adolescência evidenciam e denunciam novas configurações de laço social.

Segundo Guerra et al (2012), pode-se pensar que no caso dos adolescentes envolvidos com o tráfico há uma precocidade em relação à entrada na vida adulta, indicando ocorrer uma passagem pela puberdade, mas não pela adolescência. Para alguns jovens, a adolescência como “moratória” parece não existir, uma vez que as exigências impostas pelas suas condições de vida forçam uma urgência de resposta ao sujeito. Desse modo, a trajetória de alguns jovens parece conduzi-los a estratégias de inscrição no laço social pela via do crime.

Sendo essa condição uma nova maneira de inscrição, os adolescentes e jovens produzem um curto-circuito e interceptam o tempo necessário à elaboração do trabalho da adolescência. Concordando com as autoras, a partir da investigação sobre a relação dos adolescentes e jovens com a violência enquanto resposta à segregação no mundo contemporâneo, também se pode pensar que através desse curto-circuito inserem suas vidas num descompasso.

Seguindo a reflexão das autoras, quando estas afirmam que se trata de estratégias de inscrição e não de segregação, deve-se considerar que a segregação produziu seus efeitos numa anterioridade. Nesse caso, cabe perguntar: tal tentativa de inscrição seria uma nova resposta aos efeitos da segregação?

Pensando a partir da afirmativa de Guerra et al (2012) de que não se trata de um campo farto de escolhas, onde tudo indica que a resposta do crime nasce sem conferir um intervalo necessário à instalação de alguma dúvida e produção de uma resposta pela qual se responsabilizar e se decidir de fato, pode-se pensar, então, que os efeitos produzidos pela segregação deixam pouca margem para invenções, de modo que muitas vezes o sujeito produz uma resposta forçada.

Se os efeitos da segregação deixam pouca margem para invenções, isso não significa que ficar à margem é a única possibilidade. Assim, no próximo item verificaremos outra discussão sobre a adolescência e juventude e quais as suas margens de invenções.

4.9 O lugar da juventude na cultura

Se a adolescência não é um conceito criado pela psicanálise, ao se referir ao lugar da juventude na cultura, Kehl (2004) afirma a dificuldade em precisar o termo juventude, pois se trata de um conceito elástico, destacando ainda a dificuldade de se ocupar o lugar de adulto como característica de nossa época, já que a moratória como período de espera demonstra uma mudança na ordem do mundo e os adultos vivem cada vez mais na condição de adolescente.

O tema da presente investigação se articula com a proposição da autora, por considerarmos que a lógica da biopolítica sustentada na gestão dos corpos introduz o prolongamento da vida. Além disso, o tema da moratória é uma importante referência comparativa, pois, se para Kehl (2004) se refere ao prolongamento dos adultos na condição de adolescente, Guerra et al (2012) tratam do tema na perspectiva do curto-circuito que os jovens produzem, via mundo do crime, para adentrarem o lugar do adulto.

Diante desse descompasso instaurado na ordem do mundo, situa-se um vazio que para Kehl (2004) traduz a falta de função da adolescência no espaço público. Isso configura a produção de uma nova fatia do mercado, conferindo ao jovem o lugar de cidadão porque se torna consumidor; mas também confirma os mecanismos segregatórios em jogo, demonstrando a função da exclusão em jogo e também uma ausência de ritos que caracterizam a passagem à vida adulta, restando aos jovens inventarem seus próprios ritos, e a entrada na criminalidade se torna um deles.

A concepção acima contribui para a confirmação da hipótese dessa pesquisa. Cabe destacar ainda o preço a ser pago por esta vaga desocupada. Kehl (2004) afirma que a cobrança desse preço é o desamparo, considerando que o mesmo será consequência da ausência daqueles que possam se constituir como referência, o que está em consonância com as proposições de Alberti (2010), Tízio (2006), Stevens (2004), Aichhorn (1925/2006). Diante da impossibilidade dessa referência, exclui-se a possibilidade do confronto tão necessário para se deparar com a existência da alteridade, com a separação do Outro e com a inscrição da lei do desejo, mais uma vez dialogando com a afirmação de Stevens (2004) sobre o declínio da paternidade e o apagamento da exceção no regime de “todos iguais”, e que a autora destaca como resultando na produção de um vazio difícil de suportar.

Seguindo a reflexão acima, pode-se pensar na afirmação de Kehl (2004) de que “o adolescente é, tradicionalmente, um desafiador da Lei” (p. 98). Precisa da lei para se orientar, barrar os excessos e sinalizar a proibição do incesto, quando isso não ocorre projeta no

horizonte uma sociedade sem Lei e sem juiz, que amedronta e ameaça. Novamente, essa perspectiva dialoga com os autores acima, demonstrando os casos em que os adolescentes se deparam com os excessos do Outro e do mercado, ficando à mercê dos mesmos, sem encontrar formas de regulação desse excesso, tornam-se desregulados.

Se o problema da violência tratado na presente pesquisa também partilha das afirmações acima, concordamos também quando Kehl (2004) trata o problema da violência no Brasil e destaca que o mundo apresentado à criança e ao adolescente é o mundo do perigo, tornando preocupante a identificação do adolescente com a violência. Entretanto, é importante salientar que os mecanismos da biopolítica tratados no capítulo I são indicativos do modo como esse medo é introduzido no meio social e qual a sua função, respondendo assim aos efeitos da segregação.

Um fato interessante destacado por Kehl (2004) em relação aos estudos sobre a adolescência e juventude, tomados a partir das formações de turmas, bandos, grupos ou gangues, refere-se às ligações *horizontais*, tão importantes quanto as ligações *verticais* predominantes na infância. Se à época a autora destacava que a psicanálise dava pouca importância aos laços fraternos, interessando-se mais pelas relações familiares; no contexto atual, pode-se afirmar que as ligações *horizontais* encontram-se no mesmo nível de importância que as ligações *verticais*, pois, no contexto da sociedade contemporânea todas estas formas de enlaçamento constituem objeto de pesquisa, bastando para isso se ater às inúmeras produções sobre as questões colocadas pela adolescência e juventude na nossa sociedade.

Uma das invenções dos adolescentes frente ao desenlace com os pais e formação de novos laços é a ‘fratria’. Para Kehl (2004), esta se constitui como amparo aos que estão saindo do mundo da família. Nela se destaca um protótipo da democracia, não existindo autoridade isolada. Mas quando está desligada de referências coletivas, a fratria pode se acreditar no direito de fazer a própria lei e ingressar na vida da criminalidade.

Para Kehl (2004)

o destino dos grupos de adolescentes e jovens não depende apenas da vontade de seus membros. Depende da existência de perspectivas coletivas, sobretudo políticas, para que as pequenas transgressões secretas e privativas dos jovens, realizem sua potência de agir sobre o espaço público e alterar as condições da vida em sociedade. (p. 114)

Nesse contexto, cabe pensar a situação dos adolescentes e jovens brasileiros, onde os contextos de exclusão são acentuados pelos efeitos da segregação. Não se pode pensar tal

contexto somente na perspectiva socioeconômica, mas é preciso admitir que as barreiras da exclusão exigem um exercício a mais na travessia. Se, por um lado, o mercado opera pela lógica do “todos iguais”, sabe-se que tal igualdade não implica a partilha desta cota de gozo, e não sendo compartilhável, tal lógica encobre a exclusão de uma considerável parcela da juventude.

Ainda sobre a perspectiva da exclusão e da violência, Kehl (2008) ressalta as relações da adolescência com a criminalidade, salientando que embora as estatísticas destaquem as crianças e adolescentes de classes baixas, mais vulneráveis à degradação do tecido social, as crianças e adolescentes das demais classes sociais não estão salvas da lógica que rege a epidemia de violência brasileira.

Como verificamos no capítulo I, a violência encobre todo o tecido social brasileiro, cabendo fazer algumas distinções em relação ao que a autora afirma acima, pois, se nenhuma classe está a salvo da violência é sob a condição de que, no regime atual da biopolítica, sob o pano de fundo do racismo de Estado, onde a existência de um necessita da morte de outro, a mesma lógica se aplica à violência cometida por alguns para confirmar a necessidade de segurança de outros. O que não se leva em conta é que aqueles que praticam algum ato violento não necessitam de segurança, eles precisam é da proteção do Estado. Mas na maioria das vezes, o aparelho de segurança do Estado só chega até os primeiros para garantir a segurança dos demais.

A partir da exposição acima, pode-se concordar com Kehl (2008), pois, “na raiz da violência dos miseráveis está a violência do Estado” (p. 183). E em consonância com este, encontra-se “uma sociedade que assiste sem se chocar, sem se mobilizar, ao extermínio dos pobres – bandidos ou não – [...] autorizando o uso da violência como modo de resolução de conflitos, à margem da lei”. (Kehl, 2008, p. 204)

Frente a tal contexto, os adolescentes e jovens ensaiam arriscadas tentativas de existir, tal como verificaremos adiante.

4.10 Adolescência e juventude: tentativas arriscadas de existir

Como visto anteriormente, a hipótese da presente pesquisa é a violência como uma das possíveis respostas dos adolescentes e jovens aos problemas da segregação no mundo contemporâneo. A fim de identificar possíveis respostas, seguiremos investigando como estes

adolescentes e jovens constroem suas tentativas de existência num mundo que lhes é cada vez mais hostil.

Da tentativa da juventude constituir sua existência, Lacadée (2011) ressalta o significado de perigo do qual a mesma se tornou portadora, pois, sendo os jovens mesmos portadores de um tempo em suspensão, também se encontram suspensos, portando uma mensagem, uma espécie de dor do seu ser mais particular. Eles “são membros de uma geração que avança às cegas, sem perspectiva, num mundo que lhes parece opaco”. (p. 8)

Considerando a perspectiva de normatização vigente no mundo globalizado, concordamos com Lacadée (2011) sobre o risco em que os jovens incorrem acerca das nomações predicativas do discurso do mestre, que os congela no confinamento territorial, numa exclusão segregadora, cuja identidade devastadora pode levar ao pior.

Referindo aos episódios de 2005 na França, Lacadée (2011) afirma que a explosão de violência nos subúrbios fez surgir o termo ‘escória’, que também se associa a ‘evacuar’, portando um sentido mais violento, possibilitando tratar como dejetos aqueles que foram tratados como escória. Isso dá a qualificação de *não jovem*, retira a quota de humanidade e o reduz a um objeto ou dejetos a ser evacuado, podendo desaparecer, tratando-se de uma violência absoluta, de inspiração totalitária e portadora de um ranço de extermínio, como tentativa de fazer consistir um ‘perigo jovem’. Situação não muito diferente do que vem ocorrendo na nossa sociedade brasileira nos últimos anos.

Ao propor uma definição de adolescência, Lacadée (2011) destaca a noção de crise da adolescência como mais uma tentativa de controlar os jovens. A adolescência é definida pelo autor como a mais delicada das transições, em que o sujeito produz o sentimento de estar à parte, em exílio, ocorrendo quando o gozo demonstra o fracasso do sujeito em encontrar a palavra-chave para entrar num sentido comum. Se existe uma tentativa de associar a adolescência a perigo, o autor ressalta que cabe à psicanálise situar tal perigo na sexualidade, pois, a crise da adolescência é o que desperta o real da sexualidade. Seu exílio se refere ao real da puberdade. Exilado de seu corpo de criança, o exílio de seu gozo lança-o numa solidão que não pode traduzir em palavras.

Sobre a situação dos adolescentes que se colocam em risco, Lacadée (2011) afirma que a ausência de referências tradicionais os lança no abandono. Torna-se necessário produzir sentido para suas existências, ao mesmo tempo em que se exige estarem à altura com as suas invenções, demonstrando-se eficazes em suas performances. O que caracteriza a vida desses adolescentes é testar fronteiras, limites, jogar com as proibições, estudar seu lugar no mundo, colocando sua existência em risco para saber se a vida vale ou não a pena ser vivida.

Lacadée (2011) afirma ainda que alguns desses adolescentes não hesitam em se lançarem em *condutas de risco*, perguntando-se também sobre a razão que os leva a se colocarem em perigo. Para o autor, tais condutas são indicativas da busca de limites, tentativas de se situar no mundo, ritualizando a passagem à vida adulta, pois, “tais condutas se constituem numa maneira de se assegurar do valor da existência, de afastar para bem longe o medo de sua inconsistência e da própria insignificância – tentativas de existir mais do que de morrer”. (p. 57)

Nesse sentido, cabe pensar a situação dos adolescentes e jovens brasileiros que também experimentam colocar suas vidas em risco, através de situações de envolvimento com a criminalidade violenta, num tempo em que muitas vezes este teste da existência os confronta com a violência em sua dimensão de puro real, onde o valor de suas existências está comprometido com a existência de outros e não há quem reclame estas vidas, nem estas mortes. Vidas que fracassaram em sua tentativa de inscrever sua existência. Vidas que não tiveram talvez existência. Pura vida. Vida nua.

Para concluir, Lacadée (2011) trata das mudanças na sociedade a partir do surgimento da lógica do “todos iguais” que afirma a recusa ao lugar da exceção, conforme já tratado por outros autores em tópicos anteriores e no capítulo I. Desse modo, chama atenção para a situação dos adolescentes agravada pelos avanços científicos e tecnológicos, pois, tais mudanças inserem contextos de produção de segregação cada vez maiores, restando aos adolescentes o apelo ao sistema jurídico como forma de garantir a distribuição igualitária do gozo ou a exclusão e a segregação.

Em alguns casos, somente a partir da exclusão podemos pensar a inclusão. Tomamos as situações em que o ato violento abre as portas do sistema judicial como primeira possibilidade de inscrição de sua existência no mundo. Esta tem sido a realidade de inúmeros adolescentes e jovens brasileiros, negros, pobres, moradores de favelas, sem escolaridade, sem condições de participar no mercado de trabalho. Este tem sido o desafio da presente investigação ao tratar do tema da segregação.

Se alguma coisa pode ser feita, concordamos com Lacadée (2011) que o discurso da psicanálise pode acolher este desregramento e lhe dar abrigo num laço social inédito, “em que a palavra do sujeito poderá encontrar socorro, para tentar refrear a parte de gozo a mais que lhe abriu as portas de um desregramento dos sentidos e o conduziu ao inferno das palavras”. (p. 161)

4.11 Em direção à adolescência

Em sua intervenção por ocasião da 3ª Jornada do Instituto Psicanalítico, Miller (2015) aponta que se deve caminhar em direção à adolescência. Ao compreender a adolescência como controversa, também lhe situa na ordem de uma construção. Ao mesmo tempo em que a adolescência comporta uma construção, é também artifício significante para tudo.

Para se opor aos discursos emergentes que tentam desconstruir a adolescência, principalmente quando se trata da relação adolescência e posição adulta, Miller (2015) destaca que a psicanálise ocupa-se de três coisas: a saída da infância, a diferença dos sexos e a imiscuição do adulto na criança, ou seja, uma antecipação da posição adulta na criança.

Ao mesmo tempo, considerando nosso tempo, Miller (2015) destaca que há algo novo na adolescência. Percorre as contribuições de diferentes psicanalistas que estudaram a adolescência, para afirmar que a adolescência é uma procrastinação. Ao mesmo tempo é preciso considerar a modificação na relação ao saber, antes depositado e buscado no Outro, passando de uma condição autoerótica do saber e hoje não há a passagem pela relação ao Outro, dado que o saber está disponível.

É nesse sentido que Miller (2015) ressalta as mutações da ordem simbólica em nossa época, também caracterizada pelo declínio do patriarcado, com a conseqüente degradação da função do pai frente ao discurso da ciência. Nesse sentido, há uma destituição da tradição na medida em que não há mais quem diga como se deve ser ou fazer. E com isso, os adolescentes padecem dos impasses do individualismo democrático.

O contexto apresentado por Miller (2015) é esse em que face ao saber da ciência, outra tradição se impõe. Se a mutação na ordem simbólica decorrente do declínio do Nome-do-Pai deixa um lugar vazio, no lugar se desenha outra tradição que estava disponível no mercado: o islã. Esse permaneceu intocado pelas mutações da ordem simbólica no Ocidente, não foi intimidado pelo discurso da ciência, pois, “o islã é especialmente adequado para dar uma forma social à não-relação sexual” (p. 8), prescrevendo uma estrita separação dos sexos, ditando como as coisas devem ser.

Desse modo, Miller (2015) afirma que não poderia haver algo mais lógico para os adolescentes desorientados, como uma verdadeira bóia de salvação para os adolescentes. E assim, com o triunfo islâmico, há uma *desradicalização* dos sujeitos tomados por esse discurso.

Se Miller (2015) aponta a direção em relação à adolescência é porque esta constitui um novo lugar na ordem do mundo. Ao considerar sua dimensão controversa é também para

apontá-la como possibilidade de construção, num mundo que trabalha pela desconstrução da adolescência. E o ponto a partir do qual essa desconstrução é pela antecipação do adulto na criança. Pode-se pensar a partir disso que os discursos decorrentes do avanço da ciência engendram novas estratégias que definirão a produção de lugares e posições a serem ocupados e, como consequência, decidindo quem ocupará esses lugares. O que nos faz pensar que a lógica da segregação encontra-se embutida nessa estratégia. Cabe ressaltar que os adolescentes continuam correndo risco em relação ao lugar no mundo.

Quanto à outra direção – a *desradicalização* dos sujeitos tomados pelo discurso islâmico – podemos pensá-la como paradigma para a realidade dos adolescentes e jovens brasileiros que experimentam a violência mais pura, mais real, como efeito dessa segregação de que tratamos. Frente à ausência de algum discurso ideológico de cunho potencialmente mobilizador, tal como o discurso islâmico, podemos falar de sutis mecanismos segregatórios que, ativados pelas estruturas de poder e potencializados por esta falta de raiz e referência, levam esses mesmos adolescentes e jovens a detonarem a própria existência, tal como um jovem-bomba, sem que alguém se responda por isso...

Assim, ressaltamos a importância de considerar que a adolescência se insere na ordem de um acontecimento, mais do que no campo das transformações biológicas. Tal acontecimento se caracteriza mais pela dimensão lógica da temporalidade do que pelo seu aspecto cronológico. Se a puberdade é o ponto de partida para a discussão sobre a adolescência e a juventude, seu despertar produz um efeito perturbador e é isso que a caracteriza como marca. Desse modo, se Freud a situa do lado do despertar, como perspectiva para o sujeito construir seu lugar no mundo, diante de alguma coisa que lhe faça sentido; Lacan é mais radical e situa a adolescência do lado do real, apontando que a direção é em relação à ausência de sentido.

Pensando a puberdade e a adolescência como um acontecimento, como resposta a algo que não vai bem, ressaltando características e condutas próprias a estas etapas, a psicanálise se posiciona de um ponto em que pode fazer oposição ao discurso da ciência e do capital, já que este discurso tenta atribuir a tais eventos um caráter patológico, produzindo mais segregação, criando formas segregatórias de proteção contra o perigo que a juventude representa.

Destacamos as mudanças na ordem do mundo como produtoras dessa des-regulação a que estão submetidos os adolescentes. Entretanto, tais mudanças são paradoxais na medida em que disseminam, a partir da lógica de uma igualdade sem limite, a eliminação da diferença, da alteridade, da castração.

Num mundo em desordem, frente à inexistência do Outro que diga o que fazer, os adolescentes se encontram desamparados frente à ferocidade do imperativo de gozo. Tornam-se consumidores frente a um gozo mortífero, ilimitado, que também os consome. Seus efeitos são cada vez mais danosos, já que se torna cada vez mais difícil encontrar quem possa apontar um lugar para novas invenções num mundo cuja referência é a falta de referência. Nesse sentido, como veremos no capítulo seguinte, cabe destacar no âmbito das políticas públicas para a juventude o lugar do Programa Fica Vivo! como possibilidade de referência para adolescentes e jovens frente aos efeitos danosos desse encontro com o impossível.

5. JUVENTUDE, POLÍTICAS PÚBLICAS E METODOLOGIA

Continuando a discussão do capítulo anterior, optamos por situar nesse capítulo a análise acerca da juventude considerando que há uma mudança em relação à concepção de juventude e isso é determinante para articularmos o lugar do jovem nas políticas públicas brasileiras das últimas três décadas.

Em seguida, realizamos uma análise do contexto dessas políticas públicas para juventude em âmbito geral e apresentamos o Programa Fica Vivo! pela sua articulação com a presente investigação, além de constituir uma importante experiência em Minas Gerais no campo da prevenção e redução de morte entre adolescentes e jovens.

Finalmente, apresentamos a metodologia, a construção do estado da arte, o método de pesquisa e investigação em psicanálise, os recursos para análise de dados, o caso resultante da entrevista realizada juntamente com a análise dos dados.

A sequência estrutural dessa dissertação visa um encadeamento das suas partes sem, no entanto, desconsiderar que outros olhares poderão indicar alguma disposição diferente. De qualquer maneira, tal estruturação permite que o leitor parta de qualquer um dos capítulos.

5.1 Juventude: perspectivas entre a vida e a morte

Se o presente trabalho se sustentou na concepção teórica da psicanálise acerca da puberdade e da adolescência, também não se furtará em situar outra leitura acerca da juventude. Cabe ressaltar ainda que, se a adolescência foi tomada como resposta sintomática à puberdade, pode-se perguntar quais conseqüências decorrentes da travessia da adolescência incidirão sobre a juventude.

Para Diógenes (1998), quando a juventude se encontra em uma particular dinâmica da exclusão social, as práticas de violência demonstram tentativas de ultrapassar os limites de uma territorialidade que tenta transpor os limites divisores da cidade entre centro e periferia; ao mesmo tempo em que tal situação é portadora de uma lógica que parece escapar à compreensão da sociedade, pelo horror e perplexidade que provocam.

Segundo a autora, “a violência urbana assume uma característica mais difusa ainda que outras práticas de violência, isso porque qualquer território, qualquer acontecimento, no cenário ampliado da cidade, pode ser potencialmente violento”. (Diógenes, 1998, p. 55)

A partir do final do século XX, Diógenes (1998) destaca que os jovens se tornaram os “novos” protagonistas da violência urbana, além de serem os principais atores que expressam suas *diferenças* a partir da noção de território e da construção de códigos compartilhados entre os mesmos. E, com isso, a conceituação de juventude se situa num campo ambíguo, onde “o movimento é a sua marca e a inovação, o seu signo”. (p. 94)

A análise de Diógenes (1998) sobre a relação da juventude com a mobilidade, onde a característica da *fluidade* em relação ao tempo e o *deslocamento* quanto à noção de espaço, permite verificar que, no final do século XX, tal concepção passa a se combinar também com a idéia de risco e ameaça que estes próprios referenciais sinalizam.

Nessa perspectiva, Diógenes (1998) afirma que a juventude era percebida até o final dos anos 1960 como propagadora de valores ‘contraculturais’, cujo referencial era a rebeldia; entretanto, ocorre uma transposição a partir dos anos 1970, quando a idéia da inovação cultural sofre o impacto da desqualificação em torno da organização dos jovens em movimentos culturais; e a partir dos anos 1980, a juventude parece expressar e catalisar novos estilos definidores de um modo de ser jovem.

Entretanto, se Diógenes (1998) situa a juventude em sua multiplicidade de formas e modos de se falar dela, a autora destaca que nas grandes cidades brasileiras, o registro destacado aos jovens tem ocorrido a partir de dois campos diferenciados de manifestação: a presença de movimentos culturais e de grupos que se expressam, de forma mais restrita, através de práticas coletivas de violência e são identificados como *ganges*.

O presente estudo não pretende se deter na análise das formações de grupos, gangues, nem mesmo às invenções e produções culturais juvenis. Trata-se mais de situar em que medida há uma modificação na concepção da juventude a partir do significado que cada época teve para seus jovens. Tudo indica que a situação da juventude em relação aos contextos de violência nos últimos vinte anos, no Brasil, sofreu um agravamento, ultrapassando os limites que nossa época impõe a toda conceituação.

5.2 Políticas públicas para juventude no Brasil

Situar o contexto de formulação de políticas públicas para juventude no Brasil, a partir da perspectiva da violência e da criminalidade, significa incorrer num erro grave, já que não são apenas esses os problemas e desafios experimentados pelos nossos jovens.

Entretanto, a confirmação das elevadas taxas de homicídios entre jovens na faixa etária de 15 a 30 anos no Brasil, destacada por Zaluar (2011), confirma que tal situação ocorre mais entre jovens não brancos, cujo nível de escolaridade está entre 4 e 7 anos de estudos. Para a autora, não se deve reduzir a explicação da criminalidade violenta às variáveis macro-sociais da pobreza e da desigualdade social, sendo importante ressaltar as situações de vulnerabilidade, as falhas nas redes de proteção social e institucional do sistema de justiça, a ausência de serviços públicos de qualidade, o fortalecimento e militarização dos traficantes, somadas às práticas policiais baseadas em poder de fogo.

O contexto acima é fundamental para se pensar a formulação de políticas públicas para a juventude. Na maioria das vezes, a partir do cenário acima explicitado, muitas respostas surgem como tentativas de minimizar os impactos decorrentes de vazio deixado pelas políticas públicas para a adolescência e juventude, quando deveriam ser garantidores e orientadores das perspectivas de vida dessa população.

Mesmo assim, Oliveira e Castro (2010), defendem a centralidade que o tema ‘juventude’ encontrou na agenda pública do mundo e do Brasil nos últimos anos, já que a inquietante realidade demonstrada pelas estatísticas possibilitou a inclusão de questões relacionadas à juventude de forma mais consistente na agenda política.

As autoras ainda afirmam que diferentes debates sobre a juventude convivem dentro de um mesmo aparelho do Estado; muitas vezes com orientações dirigidas ao controle social do tempo juvenil, outras vezes direcionadas à formação de mão de obra, somadas àquelas que aspiram ao fortalecimento da capacidade dos jovens de se comportarem como atores capazes de modificar o seu entorno social. (Oliveira; Castro, 2010)

Ocorre que no interior do aparelho do Estado, diferentes definições de prioridade se opõem à implementação de políticas públicas. E embora a temática da juventude se integre atualmente ao debate político, há também o desafio de se redesenhar e ampliar o escopo dessa política, pois, nos últimos anos, as concepções de juventude ganharam visibilidade a partir da noção do jovem como sujeito de direitos, o que produz como efeito a necessidade de mais atenção às singularidades e peculiaridades dessa fase da vida e dos grupos que a experimentam. (Oliveira; Castro, 2010)

Finalmente, as autoras destacam que as questões suscitadas pela juventude implicam a busca de maior entendimento acerca das visões, abordagens e experiências pertinentes, sendo importante considerar que as clássicas categorias de análise – trabalho, escola e família – utilizadas para compreender o universo juvenil já se esgotaram. Desse modo, os conceitos e

propostas em termos de políticas públicas para juventude não devem se resumir em ações emergenciais e compensatórias para os jovens mais vulneráveis. (Oliveira; Castro, 2010)

Frente ao contexto que orienta a formulação de políticas públicas para a adolescência e juventude, Rodrigues e Lazarotti (2011) afirmam que o surgimento de programas e projetos governamentais para a juventude situa-se em uma tomada de decisão. Para os autores, houve um longo caminho percorrido pelos segmentos juvenis no Brasil até encontrarem lugar na agenda governamental para os problemas que os afligiam.

Para Rodrigues e Lazarotti (2011), é preciso existir um problema para que este seja inserido na pauta governamental, na agenda política. Tudo depende mais da dinâmica social e política do que de fatores inerentes ao problema verificado. É preciso transformar um tema em objeto de atenção social. E somente quando interferem nos gastos públicos se tornam problemas políticos. Mesmo assim, o fato de se tornar uma questão pública não garante sua inserção na pauta governamental. Trata-se de decisão governamental.

Rodrigues e Lazarotti (2011) ainda afirmam que só uma mudança na forma de perceber o jovem possibilitou a inserção do tema juventude na agenda governamental. Tais mudanças ocorrem diante do aumento da população de jovens na faixa etária de 15 a 19 anos, acrescentando também sobre os segmentos juvenis os efeitos oriundos das desigualdades socioeconômicas (empregos, drogas, violência, escolaridade, saúde, gravidez na adolescência). Desse modo, tais contextos contribuíram para criar no imaginário social a representação da juventude como problema.

5.3 O Programa Fica Vivo! e o encontro com os jovens

O contexto dos homicídios e do envolvimento de adolescentes e jovens com a criminalidade violenta coloca grandes desafios para as políticas públicas. Deve-se concordar com Silva (2015) que “não há como sossegar diante das realidades territoriais, de uma *vida loka* que insiste e de jovens que resistem, mesmo diante das segregações, do confinamento e das violências cotidianas, portadoras, porque não dizer, de um ranço de extermínio que se materializa no número absurdo de homicídios envolvendo jovens”. (p. 2)

Para a autora, os jovens adotam estratégias de sobrevivência que colocam em xeque o dever do Estado de garantir o direito à vida, à liberdade e à segurança. Frente aos obstáculos enfrentados, tais estratégias se constituem muito mais em tendência a aumentar os dados de letalidade e o grau de insegurança. A adoção de tais estratégias implica uma dificuldade em

abandoná-las quando não se conta com aqueles que se importam, com trabalhadores disponíveis a escutar o sujeito e intervir, mais do que falar sobre ele. (Silva, 2015)

Torna-se importante, então, “constituir lugares que comportem a garantia de direitos, os conflitos e as razões singulares para o estabelecimento de arriscadas trajetórias de vida” (Silva, 2015, p. 2), concordando com a autora que estes lugares devem ser permeáveis tendo em vista que às políticas públicas se impõem as trajetórias singulares de nossos adolescentes e jovens.

Esta permeabilidade que os jovens sinalizam como necessária às políticas públicas encontra espaço no Programa Fica Vivo! Cabe ressaltar que a presente pesquisa se realizou no âmbito do referido programa, tanto por constituir a experiência profissional do pesquisador quanto por constituir um campo fértil para o encontro com estes jovens que representam a ‘vida nua’ de nossos tempos. Se as suas arriscadas trajetórias interrogam as políticas públicas, também mobilizam pesquisas, investigações e intervenções que contribuam para a redução dos homicídios entre a juventude em consonância com sua flexibilidade metodológica, tal como veremos adiante.

É a partir da elevação da criminalidade violenta e da constatação de que as ocorrências de homicídios concentravam-se em determinadas regiões da cidade, marcadamente em vilas e favelas, cujo público envolvido com os homicídios era, em sua maioria, formado por jovens, negros, do sexo masculino com idade entre 15 e 29 anos, que em 2002 escolheu-se o aglomerado Morro das Pedras, em Belo Horizonte, para implantação do Projeto Piloto do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! (Minas Gerais, 2015)

A institucionalização se deu pelo Decreto nº 43.334 de 20/05/2003, e o Programa de Controle de Homicídios – Fica Vivo! é composto pelo Núcleo de Proteção Social da Juventude da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade da Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais (SEDS). Sua ação se articula a partir de dois eixos – Proteção Social e Intervenção Estratégica, cuja proposta é contribuir para a prevenção e redução de homicídios dolosos de adolescentes. (Minas Gerais, 2015)

Sobre a concepção de prevenção social à criminalidade que orienta o Programa Fica Vivo!, sua base se sustenta na prevenção e redução de conflitos e rivalidades violentas envolvendo adolescentes e jovens; buscando ampliar a sensação de segurança nas áreas em que o Programa atua; além de ampliar e fortalecer a rede de proteção sociocomunitária dos adolescentes e jovens. (Minas Gerais, 2015)

De acordo com a metodologia do Programa Fica Vivo!, o Eixo Intervenção Estratégica é resultado da articulação institucional entre a Secretaria de Estado de Defesa Social, as

Polícias Militar e Civil, Ministério Público, Poder Judiciário e Órgãos Municipais de Segurança Pública. Sua atuação é caracterizada por atividades que visam a operacionalização do Policiamento Preventivo Especializado e a formação de Grupos de Intervenção Estratégica. (Minas Gerais, 2015)

Nesse ponto, o interesse do presente estudo se direciona para o Eixo de Proteção Social, a partir do qual o Programa Fica Vivo! também visa a redução e prevenção de homicídios dolosos, tendo seu público situado entre adolescentes e jovens de 12 a 24 anos. Tal público é definido também como ‘prioritário’ ao se considerarem as trajetórias de envolvimento com a criminalidade. As ações desenvolvidas compreendem a análise das situações de violência e criminalidade, a oferta de oficinas de esporte, cultura e arte; a realização de Projetos Locais, de Circulação e Interinstitucionais. Estes últimos são ações planejadas com a finalidade de provocar alguma mudança frente a determinada situação, muitas vezes imposta pelo contexto de violência local, exclusão, segregação e dificuldade de acesso ao espaço da cidade, além de constituírem possibilidades de encontro com os jovens. (Minas Gerais, 2015)

Outra característica que se encontra na metodologia do Programa Fica Vivo! e que se destaca é que além do desenvolvimento de ações próprias das equipes que trabalham no Programa Fica Vivo!, busca-se contar com a rede comunitária e de serviços como forma de sustentar o trabalho. Desse modo, tal articulação procura favorecer a abertura e acesso dos adolescentes e jovens às demais políticas públicas existentes. (Minas Gerais, 2015)

O principal meio encontrado pelo Programa Fica Vivo! enquanto estratégia de aproximação e atendimento do público do programa é a realização de oficinas de esporte, cultura e arte. O que define a implantação destas oficinas é a análise da dinâmica da criminalidade violenta, a demanda dos jovens. Tais oficinas ultrapassam a dimensão do ofício, não se encerrando nas atividades, mas tornando-se meio de estabelecimento de vínculos entre os adolescentes e jovens com o oficineiro, com as equipes técnicas e com o Programa. No espaço das oficinas promove-se a abertura de espaços para expressão de diferenças e singularidades, buscando promover a reflexão sobre formas de prevenção e redução de conflitos e rivalidades violentas; possibilitando também que este mesmo público possa ultrapassar as barreiras visíveis ou invisíveis de seu território, favorecendo sua integração na localidade em que vive. (Minas Gerais, 2015)

E, cabe ressaltar que o aspecto crucial no desenvolvimento do Programa Fica Vivo! é o encontro que se dá entre o adolescente ou jovem e o oficineiro ou a equipe técnica. Tal encontro é também possibilitado pelo atendimento individual, previsto em sua metodologia. É

frente a tal encontro que as equipes se posicionam para acolher aquilo que cada adolescente ou jovem endereça ao Programa. Assim, procura-se favorecer a reflexão sobre a própria trajetória de vida e as condutas de risco que podem conduzir à perda da liberdade, ao aprisionamento, ao impedimento de transitar no espaço em que vivem, chegando até mesmo à morte. (Minas Gerais, 2015)

Segundo a metodologia do Programa Fica Vivo!, nos atendimentos individuais busca-se escutar e intervir a partir da articulação entre aspectos sociais e subjetivos, como forma de “compreender como cada adolescente ou jovem atendido subjetiva o contexto social no qual está inserido; como ele se posiciona nas relações que estabelece com os outros, com a realidade do lugar onde mora e com os espaços pelos quais circula”. (Minas Gerais, p. 19-20)

Desse encontro, onde a palavra dos adolescentes e jovens encontra um lugar, as narrativas de vida constituem o pano de fundo para análises mais amplas sobre a violência, a criminalidade e a mortalidade desses jovens.

O encontro com os adolescentes e jovens permite acolher - sem pretender dar uma resposta ou solução imediata – um contexto de vida marcado por conflitos, guerras, tráfico de drogas, laços fragmentados ou fragilizados em relação à família e outras instituições; encontrando também as marcas do racismo, do preconceito e da exclusão.

Esse trabalho requer muitas vezes, a participação na reconstrução ou reconfiguração dos vínculos que foram fragmentados ou desfeitos no espaço da família, da escola ou da comunidade. Quaisquer que sejam as instituições, também partem delas a expulsão daquele que busca acolhimento.

Nesse encontro, depara-se muitas vezes com a situação em que a família ou as instituições já não acreditam mais no adolescente e no jovem. Várias são as situações em que tal desamparo é experimentado. A experiência do pesquisador encontrou falas como “esses meninos não querem nada”, “ele não vai dar em nada”, “eles não querem saber de nada”. Prova do abandono e do desamparo daqueles que poderiam apontar, a partir do “nada”, alguma possibilidade de invenção, pois, nessa condição, para esses ‘meninos’ já deu muita coisa.

A vida de muitos desses adolescentes e jovens é consequência e não causa de um contexto. Algumas situações tendem mais a fortalecer os critérios de exclusão do que minimizá-los. Frente a algumas alternativas apontadas, esses adolescentes não se integram aos critérios do nosso ‘mercado’, não estão aptos ou preparados para o mercado de trabalho, não venceram as etapas dos processos educativos. E, assim, encontram no tráfico de drogas uma via, não mais fácil, mas cujo principal critério de integração é a ‘disposição’.

Nesse sentido, o Programa Fica Vivo! acolhe os ‘meninos disposição’, distanciado das perspectivas da moralidade, consentindo com as invenções peculiares, com as escolhas muitas vezes forçadas, sem procurar enquadrar, sem determinar uma direção, sem exceder em tantas ofertas que já não funcionam mais. Esse Programa se encontra frente a um público de adolescentes e jovens que se transitou por vários programas e políticas públicas, mas que só encontrou lugar como ‘público do Fica Vivo!’.

No campo das políticas públicas, dos programas e projetos sociais ou mesmo em atividades que são geridas ou não com recurso público, existem oposições quanto ao acolhimento e ao reconhecimento desses adolescentes e jovens que resistem à normatização.

O desafio que se impõe ao Programa Fica Vivo! é que esse público não ‘seu’, evitando a cristalização dessas condições de exclusão e isolamento, mas que continue contribuindo para que a partir da ‘disposição’ para a vida, torne-se possível o comprometimento mais amplo dessa sociedade nos problemas que ela também produziu.

5.4 Apresentação do Projeto de Pesquisa

A presente investigação surge da experiência do pesquisador ao trabalhar com adolescentes e jovens em situações de violência e criminalidade. A observação direta do contexto de vida dos mesmos caracterizava esse encontro com esses adolescentes e jovens. Desse modo, vidas permeadas por acontecimentos cotidianos, transitando por entre vias, muitas vezes de mão única, estreitas, sinuosas, onde a vida pulsa de modo efervescente, tentando se desviar da morte, sempre à espreita em cada esquina.

Assim surge o tema da presente pesquisa, inicialmente com o intuito de verificar se a violência é uma resposta dos adolescentes e jovens à segregação no mundo contemporâneo. Na qualificação do projeto que orientou essa pesquisa, a banca sinaliza que, se o jovem percorre a vida acreditando estar numa via de mão única, violenta, cujo destino final é a morte, o pesquisador não poderia estar identificado a este plano. Ainda que a revisão teórica assinalasse sempre uma relação entre segregação e violência, podemos dizer que, face à violência da segregação, múltiplas respostas são possíveis. Coube, pois, ao pesquisador reconhecer o âmbito da violência da segregação e recolher seus efeitos junto à resposta que os jovens produzem no contexto dos aglomerados e periferias urbanos, ampliando o escopo que, primeiramente, guiava essa investigação. A partir dessa decisão, optou-se pela realização de uma entrevista a um jovem que participou das oficinas do Programa Fica Vivo! também se

tornou oficinairo desse programa, cuja história de vida viria a se constituir o caso analisado nessa dissertação.

Nossa discussão parte da consideração das situações cotidianas através das quais os jovens se enlaçam pela violência, analisando a lógica da segregação existente a partir das novas formas de laço social na contemporaneidade e, investigando ao mesmo tempo como produzem respostas a partir dessa lógica, podendo a violência ser ou não uma delas, inclusive a violência que leva à morte.

Adiante, apontaremos como se deu a revisão acerca dos temas tratados em nossa discussão e a concepção metodológica da pesquisa.

5.4.1 A construção do estado da arte

O trabalho de pesquisa exige sempre uma revisão acerca dos principais temas que se articulam na investigação. Em relação ao termo segregação, este não se configura um conceito estabelecido pela Psicanálise, embora já existisse muito antes desta, podendo-se dizer que sempre esteve presente na história do mundo social, filosófico, científico e continua ganhando cada vez mais destaque face aos movimentos migratórios, à violência e ao terrorismo na atualidade. Portanto, tal conceito será o eixo central da discussão nesta investigação, articulando-se aos demais termos – adolescência, juventude, violência, mortalidade, entre outros, na medida em que nosso recorte visa discuti-lo em relação à população adolescente/juvenil brasileira, especialmente aquela em conflito com a lei.

Assim, partimos de uma revisão do termo segregação no âmbito da filosofia crítica moderna, buscando extrair suas conexões políticas. Se em determinados momentos da história da humanidade a segregação não estava definida enquanto conceito, ela se apresentava nas diversas nuances do processo de desenvolvimento da civilização e das relações entre os homens. Por esse motivo, optamos por identificar, na sequência, como a psicanálise tratou o tema direta ou indiretamente, bem como os contextos em que Freud e Lacan a identificaram ou em que medida os próprios efeitos da segregação contribuíram para a edificação de uma concepção psicanalítica sobre o tema.

Nesse sentido, procuramos situar o contexto de surgimento da psicanálise e as questões que se impuseram a Freud e o levaram a investigar os fenômenos sociais e estabelecer uma teoria que tirasse da obscuridade situações cruciais que surgiram em sua época acerca do adoecimento psíquico. Para esse fim, considerou-se importante cernir ao

longo do texto freudiano as evidências clínicas, metapsicológicas, sociais e antropológicas que se articulavam ao tema do presente estudo. Da mesma maneira, buscamos identificar na teoria lacaniana as concepções teóricas articuláveis ao contexto da segregação. Em ambos os autores, procuramos trazer uma reflexão relacionada com o contexto contemporâneo.

Atravessamos também, ainda com referência nesses dois autores tomados como fonte primária, uma extensa revisão sobre o termo adolescência, puberdade e juventude, buscando definir sua apropriação para a psicanálise, cotejada com a discussão sociológica a fim de situar o lugar dado à juventude na sociedade contemporânea, marcado também pela lógica de operação do mercado, da ciência e da política.

Definido o roteiro da revisão teórica para estabelecimento do estado da arte do tema da segregação, buscamos, em campo, com a escuta psicanalítica como orientação e a *transliteração/translitoralidade* como método de pesquisa em psicanálise para orientar a análise dos dados da entrevista, sem alguma alteração que encubra ou retire quaisquer obstáculos relativos à dimensão de divisão subjetiva e de real no texto do entrevistado, a fim de que as possíveis evidências da complexa relação entre segregação, violência e criminalidade possam aparecer ou não.

5.4.2 Metodologia de pesquisa: método como caminho, clínica como direção

A constituição da pesquisa em Psicanálise implica a distinção desta quanto à sua vocação no meio científico, conferindo lugar ao sujeito e à palavra. A psicanálise não pesquisa e nem investiga sem um método, e o rigor metodológico é o que confere validade às suas descobertas. Para isso é preciso descrever e demonstrar como se chegou aos princípios que norteiam sua lógica de investigação. Inicialmente, vamos tratar a discussão sobre a relação entre psicanálise e pesquisa.

A noção de pesquisa em psicanálise permite verificar em que medida as pesquisas se impõem à prática, e segundo Elia (2000), “a pesquisa é uma dimensão essencial da práxis analítica, em função de sua articulação intrínseca, e não circunstancial, com o inconsciente” (p. 19). Desse modo, o autor entende que o *modo* de conceber e fazer pesquisa em psicanálise possui uma especificidade, se diferencia do modo *científico* ao considerar que a noção de sujeito é a chave fundamental.

Se o pressuposto fundamental é o sujeito, Elia (2000) afirma que a psicanálise coloca para a ciência uma questão ao reintroduzir o sujeito na cena discursiva do qual a ciência o

excluiu. Assim, a psicanálise trabalha a partir da inclusão do sujeito no campo de sua experiência, inclusão esta que se faz pela via do inconsciente, devendo ser feita em toda a sua extensão.

Considerando toda e qualquer pesquisa em psicanálise como uma pesquisa clínica, Elia (2000) considera que não há, a rigor, “pesquisa de campo” em psicanálise, pois, o campo de pesquisa existente na psicanálise é o inconsciente e este inclui o sujeito. Assim, “a clínica, como forma de acesso ao sujeito do inconsciente, é sempre o campo da pesquisa” (Elia, 2000, p. 23), considerando ainda que toda pesquisa em psicanálise é clínica porque implica que o pesquisador-analista empreenda sua pesquisa a partir do lugar do analista, lugar de escuta e de causa para o sujeito.

A partir das afirmações acima, é interessante também acompanhar como alguns autores sistematizaram o método de trabalho da psicanálise articulado à pesquisa. Segundo Guerra (2001), a psicanálise deverá trabalhar com um método extraído de seu objeto, o inconsciente. A autora questiona como operacionalizar o método da psicanálise na universidade em relação a textos teóricos, relatos de entrevistas e trechos de casos clínicos, sendo este o ponto de interesse à presente pesquisa em relação à análise dos dados.

Se a psicanálise produz um saber que decorre de seu próprio campo a partir das incidências do inconsciente, Guerra (2001) também afirma que o inconsciente rege a produção de conhecimento em psicanálise e permite que a psicanálise revele seu método encontrado na natureza de seu objeto em duas dimensões articuladas a partir dele: a da linguagem e a da pulsão. Assim, a produção científica do conhecimento é uma tentativa de dar conta do real, deslocando-o a cada novo postulado, quando o saber se depara com o real. O que pretendemos considerar na análise do material transcrito da entrevista.

Na mesma linha de consideração ao real em jogo na investigação psicanalítica, Figueiredo et al (2001) destacam que “a pesquisa em psicanálise não pode confiar no fenômeno do mesmo modo que as ciências empíricas, pois consideramos que não há acesso direto ao mundo” (p. 13). Nesse sentido, os autores propõem que o método de pesquisa seja “capaz de recolher do trabalho do analista-pesquisador, os efeitos da pesquisa, ou seja, a incidência da aplicação do método à própria ação do analista no tratamento”. (Figueiredo et al, 2001, p. 16-17)

O lugar do analista na pesquisa pode ser pensado a partir de um ponto de falta e de uma posição de não saber. Para Sauret (2003), “não há pesquisa clínica sem encontro que mobilize a palavra” (p. 97), demonstrando que o *método psicanalítico* dá a palavra ao sujeito,

levando em conta o efeito de falta introduzido pela linguagem, e nisso consiste a ética da psicanálise ao preservar essa falta como causa do desejo.

Se a vocação científica da psicanálise a insere no campo da pesquisa é porque a pesquisa psicanalítica contribui para a sua própria no laço social contemporâneo, opondo-se à forclusão da castração e indicando uma aposta política. A psicanálise, ao sustentar a falta como causa do desejo, demonstra a possibilidade de produzir conhecimento através da pesquisa psicanalítica sem pretender suturar essa falta a partir das generalizações que o discurso científico produz. (Sauret, 2003)

Considerando a incidência e as intervenções da psicanálise no laço social através da pesquisa, Elia (2000) afirma que esta é “cada vez mais convocada a sustentar teórica e clinicamente sua intervenção em campos socialmente mais amplos, tanto em termos de extensão econômica da população atendida, quanto em termos de quadros clínicos que se apresentam de modo muito mais freqüente no campo das instituições públicas” (p. 35). Nesse sentido, a presente investigação ocorre no campo social a que a psicanálise tem sido convocada com freqüência: o da violência e da juventude.

Para responder aos lugares a que é convocada na atualidade, intervindo através da pesquisa psicanalítica, Rosa (2004) afirma que é necessário desvendar na pesquisa em psicanálise a relação sujeito e fenômenos sócio-culturais e políticos, abordando as mudanças e impasses da subjetivação na atualidade. Desse modo, é necessário estudar os fenômenos sociais considerando que a prática psicanalítica aborda o sujeito enredado em fenômenos sociais e políticos, não somente ligado ao tratamento clínico.

Em continuidade à análise sobre a maneira como a psicanálise opera com o seu método, Ramirez²¹ (2012) ressalta que *método* é uma palavra grega equivalente a caminho. Para o autor, investigar significa seguir uma pista, de modo que a investigação qualitativa permita encontrar sem buscar, pois, a busca traz um prejuízo. Assim, o pesquisador deve se deixar surpreender e seguir um princípio de investigação em Psicanálise: a precisão. Ainda ressalta que “para obter precisão, é necessário deter-se no detalhe, pois é este o que nos orienta na clínica”. (p. 58)

Seguindo essa reflexão, Gallo²² (2012) destaca que é preciso um estilo, e esse deve ser *problematizador*, um estilo de mobilidade e não de repetição. É preciso adotar uma posição disposta ao debate, mantendo vivo um elemento de dúvida metódica e um semblante de ignorância. Ainda para o autor, se a investigação busca um conhecimento que em algum

²¹ Tradução do autor

²² Ibid.

aspecto seja inédito, deve-se servir de um método de investigação a fim de que um produto final seja transmissível a muitos, que resista à crítica e permita a troca de argumentos e a avaliação destes.

Para Gallo (2012) a investigação em psicanálise pode levar à produção de algo novo, mesmo que este novo seja pequeno, isto é melhor que a repetição. Já para Ramirez (2012) na investigação no campo social não se deve buscar a causa, mas encontrá-la e, para que se possa deparar com algo novo, a postura que se requer é a de assombro. Se não houver assombro, é porque estamos encontrando o mesmo, quer dizer, o já sabido.

Na investigação de fenômenos sociais com a psicanálise, as entrevistas investigativas assumem lugar privilegiado (Ramirez, 2012). Nessa perspectiva, orientado pela psicanálise, o pesquisador também estará atento, nas entrevistas, às manifestações inconscientes como atos falhos e chistes, além de buscar localizar os significantes que organizam o discurso dos sujeitos entrevistados.

Seguindo essa orientação e atento aos elementos que se manifestarão durante a entrevista, o pesquisador também considerará o que Lacan (1958a/1998) apontou quanto à direção do tratamento, colocada do lado do psicanalista, mas sem dirigir o paciente. Logo, nas entrevistas, também se buscará aplicar a mesma orientação, considerando que a posição do pesquisador poderá ser semelhante à do psicanalista, pois,

além de colocar para si e para o sujeito falante, como intérprete do discurso, o analista impõe ao sujeito, no dito do seu discurso, a abertura própria da regra que lhe atribui como fundamental: ou seja, que esse discurso se efetue, *primo*, sem interrupção, *secundo*, sem contenção, sem preocupação com sua coerência e racionalidade interna, nem quanto à vergonha ou sua aceitabilidade. (Lacan, 1958b/1998, p. 333)

Seguiremos adiante com a apresentação da construção da presente pesquisa e com a discussão do método de análise dos dados obtidos durante a investigação.

5.4.3 Descrição metodológica

Considerando o método como um caminho, uma via que nos leva ao problema pesquisado, os procedimentos que possibilitaram a construção da presente pesquisa também devem ser apresentados.

O tema da adolescência e juventude se encontrava no horizonte de trabalho do pesquisador através de seu percurso profissional no Programa Fica Vivo! da Coordenadoria Especial de Prevenção à Criminalidade da Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais. Como as atividades desse Programa permitem constantes encontros com o público adolescente e jovem nas localidades em que vivem, a história transcrita no presente estudo surgiu de um desses encontros informais, já que o entrevistado não era atendido pelo pesquisador em nenhuma das atividades metodológicas do Fica Vivo!

Embora sinalizasse a possibilidade de se tornar um estudo de caso, a narrativa breve e informal desse primeiro encontro – relações comunitárias, conflitos decorrentes de tráfico de drogas, mortes, relação com a cidade, situações de exclusão etc. -, foi apresentada à banca examinadora durante o Exame de Qualificação do pesquisador, um dos requisitos para a realização da pesquisa e escrita dessa dissertação de Mestrado em Psicologia.

Aprovada a proposta de realização de um estudo de caso e não de várias entrevistas, iniciamos os procedimentos para aprovação do Projeto de Pesquisa no Comitê de Ética e Pesquisa da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, e junto à Diretoria do Programa Fica Vivo! para análise e autorização.

Construiu-se um cronograma para que o presente projeto fosse concretizado dentro do prazo definido para conclusão da pesquisa e do Mestrado. O pesquisador realizou levantamento de produções acerca do tema e do problema pesquisados, constatando a existência de pouco material que articulasse os conceitos de segregação, violência, juventude e adolescência. Em seguida, realizou-se o levantamento bibliográfico dos principais autores da psicanálise, da filosofia crítica moderna e da sociologia que trataram dos referidos conceitos.

O pesquisador constatou que, embora o tema da segregação não seja novo no campo da psicanálise, as produções acadêmicas encontradas no portal CAPES se referiam a artigos sobre a segregação no contexto educacional (Correa, 2012), urbano (Vilaça, 2011), socioespacial (Castro, 2012), e de sociabilidade entre jovens (Raposo, 2012) e na relação entre segregação e violência (Cabral, 2003; Ferrari, 2007).

Em relação ao termo “segregação”, realizou-se um levantamento em dicionários de língua portuguesa, alemã e de latim. Em seguida, iniciou-se a leitura da obra freudiana a fim de identificar em que perspectiva o tema da segregação encontrava lugar na teoria psicanalítica e de que maneira a psicanálise se formaliza tendo a segregação em seu horizonte.

Posteriormente, realizou-se um levantamento na obra de Jacques Lacan, precisamente a partir de O Seminário: livro 10 – a angústia, além de outros textos estabelecidos no período

do segundo pós-guerra, principalmente aqueles que tratam da agressividade e das mudanças nas ocorridas no laço social a partir da articulação entre o discurso da ciência e o discurso do capital, sendo estes fundamentais para se pensar como a segregação opera no mundo contemporâneo.

Além disso, fez-se um levantamento dos termos puberdade, adolescência e juventude em Freud, Lacan e nas produções teóricas de alguns psicanalistas contemporâneos que trataram o tema da adolescência e juventude sob a perspectiva de investigação da nossa pesquisa.

Após a aprovação da Diretoria do Programa Fica Vivo!, o pesquisador entrou em contato com a equipe de Técnicos Sociais do Centro de Prevenção à Criminalidade da localidade onde mora o entrevistado. De posse do contato do entrevistado, o próprio pesquisador efetivou o convite, explicando o interesse em entrevistá-lo, a partir daquele encontro no final do ano de 2014. O mesmo se colocou à disposição e foi agendada uma data.

O encontro para a entrevista foi realizado em uma Escola Municipal da cidade de Belo Horizonte/MG, situada na localidade de moradia do entrevistado, já que nesse espaço contava-se com a privacidade e garantia do sigilo, além da entrevista ter ocorrido fora do horário do expediente escolar.

Inicialmente, pretendia-se realizar a primeira entrevista, considerando a possibilidade de outros encontros, caso fosse necessário. Inclusive podendo ocorrer em outros lugares da cidade de Belo Horizonte. No primeiro encontro, apresentamos o contexto da pesquisa, os procedimentos formais, o Termo de Consentimento Livre Esclarecido. Realizada em local que garantia o sigilo, a entrevista foi gravada digitalmente, tendo como ponto de partida a técnica da associação livre em psicanálise, solicitando que narrasse a sua história de vida a partir do que lhe viesse à cabeça, enquanto o pesquisador escutava, pontuava, sem dirigir a entrevista, mas atento aos principais significantes que se destacavam na fala do entrevistado.

Ao final da entrevista, o pesquisador apresentou ao entrevistado o convite para que lhe escrevesse, posteriormente, algum fragmento de sua história de vida que considerasse importante e que não tivesse aparecido durante a entrevista. Este procedimento poderia ser feito através de correio eletrônico ou mesmo por telefone, tendo como objetivo identificar algum ponto que não tenha se esclarecido na entrevista. O que não ocorreu, já que o entrevistado viajou por tempo indeterminado para outra localidade.

O material gravado de forma digital foi enviado para transcrição. Diante da extensão do material encontrado, o pesquisador iniciou a leitura do mesmo, indagando-se ao mesmo tempo sobre possíveis formas de análise do material encontrado em sua transcrição literal.

A partir do retorno aos autores estudados durante a disciplina de Metodologia de Pesquisa em Psicanálise durante o cumprimento dos créditos – requisito parcial – para a conclusão do Mestrado, encontrou-se no método da *transliteração*/translitoralidade em psicanálise o modo de operacionalizar com os dados da entrevista.

O pesquisador também assume o compromisso de apresentar os resultados da presente investigação respeitando a exigência institucional e o compromisso ético com o entrevistado, com o Programa Fica Vivo!, com a comunidade acadêmica e a sociedade. Pretende-se realizar um encontro com o entrevistado, apresentando-lhe as análises realizadas; bem como apresentar aos profissionais do Programa Fica Vivo! as possibilidades de reflexão que contribuam para a continuidade do trabalho de prevenção à mortalidade juvenil, além, é claro, da divulgação dos seus resultados em eventos científicos.

5.4.4 A transliteração na pesquisa psicanalítica

A operacionalização do método de pesquisa psicanalítico em relação ao material oriundo da entrevista realizada para esse estudo encontra no trabalho de alguns autores adiante o caminho para analisar os dados transcritos.

A partir do método freudiano de investigação, Guerra (2001) ressalta que é necessário mapear pontos nodais do discurso, construindo uma rede subjacente de sentido, e considerando nessas construções as possibilidades de interpretação, alinhamento e de algumas sobreposições, sem se impor uma lógica de causalidade, temporalidade ou de complementariedade entre eles. (Guerra, 2000)

Tais pontos nodais desvelariam no seu ‘avesso’ um texto que não é lido, onde se encontraria a possibilidade de situar a originalidade da contribuição da psicanálise à pesquisa científica. Partindo da aplicação do raciocínio freudiano para análise dos dados, surge a possibilidade de encontrarmos com uma plurideterminação discursiva que favorece outras lógicas de raciocínio que não a lógica formal sustentada na causalidade positivista. (Guerra, 2001)

Acerca do trabalho do pesquisador - ao contrário da posição do analista -, Guerra (2001) afirma que este “se assemelharia muito mais ao do analisante de enxugar, desbastar o texto, aproximando-se ao mais possível do real” (p. 91). E chama atenção para a existência de elementos não ordenáveis na estrutura de leitura de cada teoria, onde alguns pontos se constituem em obstáculos no caminho da produção de conhecimento. Segundo a autora, frente

a tais obstáculos o modo de operar com os mesmos é incluir e suportar, não excluí-los, uma vez que trabalhar sobre esse real implica mudar o enquadre da realidade discursiva sobre o tema analisado e o saber decorrente desse método extraído da lógica psicanalítica vem marcado pela certeza de que qualquer saber deixará um resto intocado.

Em continuidade ao modo de operar com o método de pesquisa psicanalítico, tratar da descrição e do próprio uso do método psicanalítico em pesquisa exige uma coerência com a formalização clínica. Esta revela articulações significantes que podem ser colocadas na modalidade do necessário. E tal formalização é necessária em função da “vocação científica” que a psicanálise carrega, pois, sendo um método de pesquisa, a psicanálise não se restringe a teoria e prática. (Pinto, 2001)

O que formaliza a vocação científica da psicanálise é o discurso do analista, que ao produzir algum significante mestre a partir da instalação da causa do desejo como agente de um laço social, também questiona os laços sociais agenciados pelo saber estabelecido e isso possibilita o aparecimento de um elemento da ordem do obstáculo. (Pinto, 2001)

Em relação a esses obstáculos, Pinto (2001) aponta uma referência em relação à maneira como o analista os enfrenta ao se confrontar com os mesmos no material *transcrito*. Esta referência é a proposição de Allouch (1994) cuja operação é denominada *transliteração*, e que se constitui numa operação simbólica por excelência que toma o enunciado ao pé da letra como forma de explicitar a enunciação.

Pinto (2001) destaca ainda a diferenciação, a partir da operação proposta por Allouch (1994) entre *tradução*, que se preocupa em conferir um sentido equivalente e, portanto, imaginário, e *transcrição*, que se resumiria a um registro real do enunciado. Estas duas últimas operações, segundo o autor, elidem os obstáculos, porque se preocupam em escolher a melhor maneira de colocá-los de outra forma, sem utilizá-los como ponto de apoio para uma retificação subjetiva.

Em concordância com a proposição de Allouch (1994) em relação à *transliteração* Pinto (2001), afirma que a mesma “importa uma nova configuração na realidade ao contar com a eficácia da letra que amarra, ao mesmo tempo, inscrição simbólica e gozo” (p. 78). Isso faz com que a psicanálise se configure como uma disciplina especial do campo científico, fazendo incidir o sujeito da enunciação dentro do saber que o exclui como singularidade. E assim, a descrição do próprio método psicanalítico terá sempre a marca do impossível, e o seu resultado, a marca do contingente.

Para a psicanálise, demarcada a especificidade do seu método clínico, já desde seu surgimento, a prioridade na apropriação do texto do sujeito “não está no geral e repetível, no

estudo do típico, mas no excepcional, dos detalhes marginais e irrelevantes, o avaliado como irrepetível e menos ligado ao típico”. (Gallo, 2012, p. 94)

Seguindo essa perspectiva, apostamos na proposição de Vorcaro (2001) sobre o lugar do caso clínico na pesquisa em psicanálise, pois, segundo a autora, se Freud decanta da clínica e transmite dela o caso, este não se limita ao paciente, mas se refere ao encontro que a clínica promove. Desse modo, o método obriga a engajar, interrogar o caso e o próprio método, permitindo identificar como o sujeito funciona, quais defesas estão em jogo, tornando-se mais interessante que o diagnóstico ou resultado causal.

Assim, o caso clínico revela sua importância ao permitir recolher dele a função da literalidade, de acordo com Vorcaro (2010). Quanto à função de pesquisa possibilitada por cada caso, deve-se abordar o traço de real encontrado, e a partir daí interrogar, reformular, distinguir ou ultrapassar a generalização psicanalítica já explicitada.

Ao tratar da “transcrição dos dados” do material decorrente da pesquisa, deve-se problematizar o que dela escapa, localizando nos traços da escrita literal como o pesquisador ultrapassa sua transcrição. A partir de um saber depositado em seu escrito, o pesquisador – a despeito da consciência de autor – retornará outras vezes mais sobre a transcrição do caso, situando o que, do caso, fissa o interesse investigativo. (Vorcaro, 2010)

A busca por confirmações teóricas já feitas tornaria o caso um mero exemplo, e conforme Vorcaro (2010) obturaria o método e configuraria um ato de abandono ao mais essencial à psicanálise. Quando parte nessa direção, o pesquisador tenta incluir o singular do caso no universal da generalização teórica e o risco, quando se tenta, dessa forma, certificar a inferência e a confiabilidade do método, é conferir lugar de inquisidor ao clínico. O clínico é o que permite recolher duas funções caras à psicanálise: a função da literalidade do escrito e a função de exponenciar o saber adquirido com os ensinamentos do caso, tornando-o um dispositivo para problematizar a carga imaginária que se encontra presente na generalização teórica da doutrina psicanalítica.

A função da literalidade da narrativa é reconhecer e distinguir o que há de singular na clínica. Por isso a literalidade é tão cara à psicanálise, aproximando o ato de escrever do analista regulado pela responsabilização ao seu ato analítico. Com a operação de apagar e ressaltar os trilhamentos do caso no registro escrito deste descompõe-se séries imaginárias que bordejam e encobrem o real, a letra ou o singular do caso. (Vorcaro, 2010)

Desse modo, a função da narrativa se configura onde “só o encadeamento significativo permite ler, no escrito, a construção real, ou seja, a singularidade do caso que não é nem apenas da estrutura do paciente nem de suas manifestações sintomáticas, mas refere-se ao

encontro desencontrado do sujeito com o analista” (Vorcaro, 2010, p. 17). Assim, conforme a autora, a função da escrita na clínica psicanalítica permite interrogar o que há de imaginário e aleatório para surpreender, testemunhar e transmitir o singular do sujeito e do ato psicanalítico. Ressaltando-se, assim, que a função do caso clínico na pesquisa psicanalítica não é demonstrativa nem exemplar e sim de problematizar a generalização necessária à teoria, uma vez que o caráter de universalidade da teoria é avessa à presença do singular surpreendente implicado no inconsciente.

Para a psicanálise, tradução, transcrição e *transliteração* são movimentos diferentes em relação a texto original. Nesse sentido, se a função da transliterabilidade na transcrição do texto é permitir analisar a singularidade nele encontrada, podemos pensar o texto transcrito e o trabalho de transliteração sobre o mesmo situando-o não no campo do caso ilustrativo nem do exemplar, mas demonstrando o que escapa à generalização em seu aspecto mais singular em relação à nossa pesquisa. É preciso, pois, percorrermos suas trilhas e delas tirarmos conseqüências.

5.5 Apresentação do caso - ‘Novato’: um jovem entre as fronteiras da vida.

No futuro, todos se recordariam de uma promessa feita na infância daqueles dois meninos que, na vida adulta se tornaram amigos e parceiros. Uma amizade marcada pelos acontecimentos da vida de crianças em idade escolar. A cidade de ‘Capitania dos Fortes’ em Minas Gerais mais parecia uma rocinha, onde as pessoas viviam perto umas das outras e todos se conheciam.

Naquele dia, na pequena rodoviária da cidade, Novato não poderia imaginar qual seria seu destino rumo à cidade grande. Tinha menos de seis anos e, sua mãe e seu pai partiam às pressas para a Capital com a numerosa prole, buscando encontrar os filhos que já viviam lá.

Muito menos poderia imaginar que um dia, depois de quinze anos, numa tarde fria de inverno, estaria sentado em uma mesa, também no pátio de uma escola, ouvindo o som dos carros que passavam nos becos, e do rádio ligado nas casas da vizinhança.

Entre a trama de fios nos postes, emergia a fumaça de algumas chaminés e no ar se espalhava também o cheiro de comida, enquanto no céu os pombos sobrevoavam a vila em um movimento curioso, anunciando a chegada do entardecer.

Como quem abre um caderno de anotações, passava as páginas da sua memória, muito viva e intensa, contando as impressões que lhe causara a cidade grande.

“Eu vim do interior e quando cheguei aqui, achei muito esquisito. Vim morar com meus pais. Vim conhecer um pouco do que era o aglomerado, a favela. E a gente, desde lá, vem passando a maior dificuldade. Venho de uma família grande. Se eu for contar, devo ter mais de vinte e três irmãos ou mais. Fora os que morreram. Uns vieram mais cedo, né? Vieram embora pra ver se ‘consequia’ alguma coisa.

Com o tempo, fiquei morando mais ou menos um ou dois anos no Taquaril, na casa dum suposto cunhado, viu? Depois desses dois anos, ficamos sabendo que aqui tinha, na Vila Esperança, onde eu moro hoje, uma casa para vender. Praticamente tem quatorze anos que eu moro aqui. Viemos morar nessa rua chamada Rouxinol, aqui embaixo, bem no meio, onde a gente passava dificuldade até pra sair de casa. Porque aqui era o ponto do tiroteio, da guerra do tráfico aqui na comunidade. Por isso, a gente viveu preso, ia de casa para a escola, da escola pra casa e trabalho. Eu mesmo comecei a trabalhar com dez anos de idade”. Nessa época, iniciava o trabalho de catador de materiais recicláveis – latinhas e papelão.

“Oh, eu entrei mesmo aqui na vila com oito anos. Eu me lembro até hoje, entrei na segunda série, aqui no colégio mesmo, naquela sala ali, oh! Eu ‘alembro’ até hoje porque nessa sala aí, teve uma professora muito boa, que me ajudou bastante. Entrei na escola com oito anos, entrei aqui nessa vila. Pra mim foi uma repressão total dos garotos aqui, comigo e com minha família. Viemos de outro lugar estranho, eles nem ‘sabia’ onde era. Era alvo de zoação, de bullying na escola... os meninos na escola ficavam me tirando, eu não reagia porque era novato.

Novato é assim, eles vão te zoando, te chateando, e eu não reagia. Quando você é novato, tem que passar por uma ‘reprimensão’ pra ser aceito, pra ficar de boa. Eu morava na rua Serra Pelada, eles gritavam: ‘ô, Serra Pelada’; começava a zoar de ‘neguin’, macaquim’. Era todo mundo da mesma cor, mas eles ‘ficava’ bulinando mesmo. Eu não tinha roupa. Pra falar a verdade, eu não tinha roupa, não tinha chinelo, eu vinha pra escola e tinha que usar a mesma roupa suja. Ah, ‘véi’, é isolamento total ‘véi’.

A isolamento, assim, é meio desamparo, porque pra mim foi muito duro. Porque às vezes eu vinha pra escola e a professora falava assim: ‘pô, você é porco’. Uma professora me xingava de porco. Às vezes não via o que a gente passava dentro de casa nem nada. Chegava dentro da escola, a professora te chamava de porco, falava que você era um mendigo.

Aí, eu pegava e falava: Professora, nós ‘tamos’ na favela, a escola ‘tá’ dentro da favela, aqui dentro você não vai achar gente bonito não. E ela dizia: ‘ah, mas você é o mais

porco da escola, olha o jeito que você anda! Não tem chinelo, vem pra escola descalço, mochila rasgada'. Isso foi um ponto assim que até hoje eu 'tô' tentando superar".

E com grande esforço, tentava se lembrar do nome de outra professora. Esta foi quem lhe ajudou.

"Foi assim... Quando eu vinha pra escola, essa 'fessora' ficava olhando pra mim. Sempre olhando. Ficava sempre olhando, não falava nada. Ficava me olhando o tempo todo na sala de aula. Eu achava que ela fazia igual às outras professoras. Pensava que ela queria me isolar também. Aí, eu pegava e ficava olhando pra essa professora o tempo todo. O nome dela eu não lembro direito não. Já faz muito tempo".

A professora marcou sua vida tão marcada. Fora a primeira pessoa que lhe deu um trabalho, pagando algum valor para ajudar. Oferecera para limpar o seu quintal, sendo o primeiro dinheiro de verdade que Novato ganharia. Ela pagou e disse a ele que ajudasse a família. Ele tinha nove anos nessa época.

Demonstrar agradecimento à disposição da professora para lhe ajudar. Essa foi a atitude dele. Embora fosse um serviço pesado, limpou o lote, cortou o mato. O tamanho do mato e a sua aspereza faziam-no sentir que o mato era maior que o lote. Ele e o irmão um pouco mais velho abraçaram o trabalho. A alternativa era essa ou ter nada até o final do mês. Foi com esse dinheiro que comprou sua primeira roupa nova.

Esse irmão que o acompanhava na árdua tarefa tornou-se seu *'ótimo exemplar'*, seu *'maior exemplar'*. O irmão de Novato tinha boas notas na escola, tinha bom comportamento e não se importava quando os colegas lhe incomodavam. Nem era tão mais velho, cerca de um ano. E ainda hoje é a pessoa com quem mais conversa.

Ainda hoje, vivem com mais algumas pessoas na casa do pai. Vivem cerca de quinze pessoas na casa. Pensa que a casa ainda não é muito confortável, mas tudo é compensado pela união dos membros da família. O exemplo do irmão é algo a ser seguido, é o seu motivo para continuar lutando.

E essa luta também coloca as pessoas à prova. Outro irmão, que se tornara pedreiro foi contratado para trabalhar dentro da vila. Tentando se livrar do aperto e lutar contra as dificuldades, outras se sobrepõem. E ainda encara como algo normal. Depois do serviço pronto, seu irmão foi ameaçado pelo contratante, que não queria pagar. A arma colocada na cabeça e a ameaça de morte fizeram com que se mudasse. Teve que ir embora. Não tinha como ficar.

Passou uma temporada em ‘Capitania dos Fortes’. Foi lá que se refugiou na casa de uma prima. Mas lá também já se tornava um lugar perigoso. Ele conseguiu juntar dinheiro, comprar uma casinha no bairro Bom Sossego, retomando a vida na Capital.

Das impressões sobre o lugar que mora, Novato percebe as melhorias do lugar, nas relações, no cessar dos conflitos. *“Mas o principal aqui, como na vida da gente, é estar tranquilo. Aqui, ao mesmo tempo é bom de viver, morar; mas tem que saber morar. Porque de vez em quando acontecem umas mortes aqui. Ninguém sabe por quê. É motivo muito”*.

Se, para viver num lugar é preciso saber viver, o que requer uma habilidade a ser desenvolvida. *“Eu tive que bater num monte de menino dentro da escola. Ou era isso ou era continuar apanhando e não ter moral nenhuma dentro da escola, nem na comunidade. É um jeito violento, mas eu vou falar a verdade, foi o que trouxe paz pra mim. Eu apanhava de dois jovens, filhos de traficantes fortes. Eu pensava: poxa, não vou ficar só apanhando não, um dia eu vou ter de bater também ou então eu morro aqui de tanto apanhar. Aí, um dia um desses jovens me cercou aqui atrás da escola. Aqui era só mato. Fui cercado e um deles veio pra cima de mim. Eu falei: ‘agora eu vou apanhar mesmo, é hora de reagir’. Parti pra cima dele, bati nele bastante, não foi bom, mas foi a única saída que tive. Era isso ou acabar morrendo de tanto apanhar na escola”*.

A situação narrada aconteceu em sua adolescência. Reagir era mais do que sair da posição de vítima, implicava uma forma de se afirmar na comunidade, configurando talvez um ritual de passagem, afirmando seu pertencimento e a aquisição de respeito. Certamente, alguma cobrança viria, pois, o agredido deveria responder aos adultos que cuidavam das normas do lugar. O menino juntou alguns amigos, e Novato, mesmo sem saber o que poderia ocorrer, bateu em todos eles com o mesmo pedaço de pau com que haviam tentado lhe agredir.

Depois disso, foi reconhecido como menino forte. Aos outros ficaria a alternativa de estar ao seu lado ou contra ele. E muito tempo depois, eles se recordariam dessa situação. Mas embora se tornassem amigos, a desconfiança se instaurava. Pairava a dúvida no ar. Era amizade mesmo ou vontade de vingar?

A amizade ganhava força, abria horizontes, permitia andar pela vila, conviver com as pessoas, conhecer todas as pessoas que moravam ali. Famílias, jovens, traficantes, enfim, toda essa confusão fez com que conhecesse pessoas que não imaginava. E vem um novo tempo. *“Passou um tempo, nós ‘começou’ a andar meio perdido, com dezessete anos. Aquela fase que o jovem ‘tá’ meio indeciso assim da vida. Mas foi nessa época, eu já tinha entrado pra oficina do Fica Vivo!, e assim, era trabalho, escola e oficina. Porque a fase do jovem, no meu*

ponto de vista, dos 17 anos, é a escolha dele. Alguns tem escolha antes, mas geralmente eu conheço muitos jovens assim. ‘Chega’ os 17 anos... 16... 17, ele quer escolher alguma coisa pra vida dele: ou ser um pobre pé rapado, ou ser um traficante ou ser ao menos trabalhador, como eles falam, um mero trabalhador que não leva a nada.

Então, eu tive essa decisão na minha vida. Metade dos meus 17 anos eu passei usando drogas, bastante droga, meu pai! Sem meu pai saber, sem ninguém desconfiar. Foi quando eu comecei a ficar perdido. Já não tinha mais saída. Depois de tudo que eu passei, de todo o sofrimento, no ponto chave de eu fechar minha vida com chave de ouro, eu perdi um ponto, perdi o equilíbrio, passei um problema psicológico muito forte.

Minha mãe já não tava perto, meu pai começou a trabalhar muito, começou a não dar apoio nenhum mais pra nós. Então nesse ponto eu pensei: vou virar traficante. Foi quando um dos próprios colegas me falou: ‘Ai, Zé, nós tem arma, nós tem dinheiro, tem droga aqui. Se quiser vender pra nós, nós tá aí. Tem tudo procê ai véi’. E eu pensei. Aí, eu pensei, pensei. E falei: ‘Ah, eu quero é dinheiro agora, chega de sofrer também’. Comecei a fazer isso, vendi droga seis meses. Perdi metade da minha vida nesses seis meses. Só sofrimento, foi muito ruim...

Foi um período horrível, porque os meninos ‘colocava’ arma, droga na minha mão e falava: ‘vai lá e mata quem você quiser matar’. Graças a Deus eu não consegui matar ninguém. Graças a Deus mesmo, porque se eu tivesse matado um, eu não ia parar, porque é isso que acontece. Eu conheço um menino ali, colega meu, que mora aqui tem 16 anos. Matou o primeiro, já tem mais de 10 que ele matou. E tudo assim. Eles vão mandando, ele vai matando.

No tráfico não tem escolha. Eu com esses dezessete anos, perdido, conheci o Samuca, professor do Fica Vivo! Achava que ele não ia me ajudar em bosta nenhuma. A gente ia pra casa trocar idéia, jogava na oficina, não dava idéia nenhuma pra ele. Eu falei: ‘essa bosta aqui não vai ajudar em nada’.

Mas eu ia sempre, mesmo à toa, pra brincar. Samuca me disse: ‘o que você está ganhando nessa vida? Vai perder amigos e mais amigos, vai perder amizade nossa aqui, e sem contar que essa é a única saída que você tem agora. Ou é isso ou você vai morrer daqui um tempo, não vai passar muito tempo’. Ele contava que sabia das ameaças que eu tinha, eu ficava cismado, eu fiquei com medo de morrer, de perder minha família, perder tudo”.

Prometeu freqüentar as oficinas de esporte, sem determinar o tempo que ficaria. Se não desse em nada, sairia. Permaneceu na oficina até completar dezoito anos e voltou para a escola. Os últimos seis meses antes de completar dezoito anos foram os melhores. Ele mudava

sua vida e entrava numa fase melhor depois desse tempo em que perdeu quase tudo. O mundo das possibilidades ressurgiu ao encontrar nova inscrição no campo do Outro, no qual retoma o caminho do qual havia se desviado, parecendo uma reconciliação com seus ideais e semblantes. Foi o Samuca que lhe apontou os caminhos para se tornar também oficineiro do Programa Fica Vivo! Conheceu muitas pessoas, construiu novas parcerias de trabalho e amizade. Antes, não conhecia quase ninguém, nem sabia que o Fica Vivo! existia em outros lugares da cidade.

“Depois disso eu consertei minha vida bastante. Formei entre meus jovens, uma espécie de família. Com os jovens da oficina e com os jovens da rua, eu formei uma família. Como você viu ali, agora, quando você foi me buscar. Onde estou, tem cinco ou seis jovens atrás de mim. Às vezes pra jogar baralho, pra ir no parque lá em cima, tomar sorvete. Graças a essa oportunidade que eu tive. Uma oportunidade na minha vida mesmo. Eu tenho várias ‘percepção’ da vida, eu criei juízo”.

Na escola, aprendeu a não se desviar do seu caminho. Mesmo com toda agressividade, tendo apanhado, não tinha dificuldade em aprender. Era considerado inteligente. Tinha notas boas. Também pensava muito. Não terminou o ensino médio, pois, interrompera seu curso para viajar e por um casamento que se aproxima.

Hoje, com 22 anos, fazer faculdade é o sinal de um futuro melhor. Mas o casamento entra na história e o deixa pensando. O casamento se aproxima e com ele o impasse. Decidir-se entre o sim e o não. Desistir? Alterna-se entre o que pode ganhar e o que pode perder. São as escolhas da vida. Para Novato é preciso ter uma escolha na vida. Largar tudo ou suportar o tempo de uma nova construção?

O trabalho também se impõe dentre as outras escolhas como o casamento, a vida profissional, o dinheiro. Para convencer a noiva a adiar um pouco era preciso entrar no ‘psicológico dela’. Diante das escolhas, é preciso manter a cabeça e tentar não perder o foco na vida. Tomar decisões à distância. Possibilidade de começar a vida no norte do país. Mas e o cansaço diante do sofrimento?

Quando alguma dificuldade surge no horizonte, lembra-se da vida de mudança. Mudança a toda hora, mudança a cada segundo. Tanta mudança para quem não espera nada da vida. Tanta mudança. Tão cedo, tão rápido, tão urgente. Tanta mudança que ele parece encontrar na experiência acumulada os anos ainda não vividos.

A mudança também encontrou seu ponto de determinação em alguém. O apoio encontrado em poucas pessoas que surgiram em sua vida. Da professora ainda tenta recordar o nome. Queria se lembrar para que ficasse gravado na entrevista. O professor Samuca, seu

grande exemplo de vida, foi alguém “*a partir do que eu consertei bastante meu psicológico*”. O outro apoio para a mudança veio da namorada, ela também migrante do norte do país. Foi a partir desse encontro que se tornou um homem sério, amadureceu de uma hora para outra, começou a pensar além da idade.

Hoje pode ajudar os jovens que também chegam perdidos, muitos possuem a sua idade ou a idade da época em que ficou perdido. Consegue se ver a partir deles. Pensa que essa também foi sua vida um dia. Uma vida em que perdeu grandes pedaços. Sem lazer, não tinha nada para fazer. Passou a vida dentro da escola em atividades esportivas, brincando com a turma. E não sabia da vida lá fora.

Era a vida contada de dentro. Chegava a hora de contar a vida lá fora. A vida se alternando entre como ela é e como deve ser. Olhar o mundo lá fora, sempre partindo do mundo de dentro, da história da família. A ameaça que ronda vem das drogas e, com elas, a constatação de que esse mundo não levou a nada.

Perdera familiares por morte ou prisão. Encontrou na religião uma possibilidade de transformação antes que o amor chegasse. O mundo lá fora sempre visto como nada. Lugar desabitado ou vazio de possibilidades? O nada. O pouco. O emprego que falta e a vaga que surge na boca de fumo como uma brincadeira de criança. Tudo começa com uma brincadeira. Mas as perdas se acumulam. Um dia, os amigos ameaçados; outro dia, os amigos mortos. Todos os dias a morte anda à espreita.

“Então eu fico pensando, pô. Tudo que você tem... eles dão pra gente no tráfico. De alguma forma eles tomam a gente, tomam a família, matam a família. A gente joga muitas oportunidades fora por causa desse tráfico de drogas, onde não tem saída nenhuma. Às vezes, ‘a igreja’ e todo mundo fala... num adianta nada. Mas o negócio não é a igreja, o negócio é a pessoa. O que muda é dentro da pessoa”.

A guerra começa por uma brincadeirinha à toa. A motivação pode ser uma briga de escola. Houve um tempo em que foi assim. A marca invisível se faz presente na história. O portão da escola foi o lugar da morte que levou à guerra. O fugitivo da morte, na tentativa de escapar dela, ficou agarrado na grade. Foi morto pelas costas com vários tiros. A partir dessa morte a guerra durou quatro anos.

A pura guerra. Gente morrendo todo dia. Guerra e morte levando medo para todo lado. E os moradores levando o medo com eles. E esse mesmo medo que rondava os moradores, também os tornava portadores de um medo causado nas pessoas dos outros lugares.

Era preciso conviver com esse medo e com as idéias das pessoas de fora sobre eles. Os acontecimentos do lugar justificavam o medo sentido por aqueles que não eram de lá. Era

preciso também não falar onde mora. Quando as pessoas não perguntam, não se fala de onde se é. Falar do lugar de moradia era topar com o medo das pessoas.

“É nesse ponto aí que as pessoas oprimem. Eu nunca morei nem visitei o Morro das Pedras. Mas só de ouvir falar, eu não vou lá. Porque eles ‘fala’ que lá é muito perigoso. Pra você ver. Eu nunca fui no lugar, nunca andei lá, mas eu tinha medo, de tanto boato. Pô, os ‘cara vê gente estranho’ lá, eles ‘mata’. Se as pessoas ‘vê’ a gente assim, então qualquer pessoa que não é de lá, se eles acharem que você é de outra quebrada, eles vão matar ‘ocê’ lá...”

Há um risco em ser estranho? Ser estranho, não ser conhecido numa comunidade também é arriscado. Para mudar a opinião sobre um lugar é preciso entrar lá. Mas essa entrada se dá com outro morador do lugar. É preciso ir várias vezes ao lugar para deixar de ser estranho.

É difícil mudar a opinião sobre o lugar. É preciso deixar de ser estranho para o lugar, mas também é preciso deixar de achar o lugar estranho. A ida a determinados lugares pode ser considerada coisa de doido. Indo ou não a algum lugar, o surgimento dessa impressão vem dos comentários que chegam do lugar. Os boatos são geradores de medo em alguns, mas geram desconforto nas pessoas do lugar.

Aquele que se arrisca a entrar em determinado lugar é visto como maluco. Esse medo que vem das notícias do jornal, do boato, da visão do passageiro que vê o lugar de dentro do ônibus e pensa que *‘a quebrada é toda descomungada’*.

Loucura. Não é lugar para visitar. Há o perigo de morrer lá. Esse é o primeiro pensamento. Mas o pensamento seguinte é quando se pode pensar que há algo bom no lugar. É isso que desperta o interesse de entrar. Mas é preciso entrar na *‘moral’*, sem encarar as pessoas, entrar de cabeça baixa. Para entrar no lugar, existem estratégias que poucos conhecem.

“O certo da pessoa chegar num lugar é: primeira coisa, toda comunidade que você entra, nunca encara ninguém de esquina, todo mundo que está na esquina você passa, tenta dar um ‘oi’, mas nunca olha na cara de ninguém, nunca olha na cara de ninguém. Esse é o ponto chave.

Se você encarar uma pessoa, a pessoa já acha que você já é folgado, já acha que você tá tentando intimidar os outros. Então, nunca olhar face a face ninguém no primeiro dia. No primeiro dia você passa e diz: ô, beleza, e aí? De cabeça baixa, cumprimenta todo mundo”.

Para entrar é preciso aceitar as regras do lugar. *“Primeiro você tem que aceitar o fato do lugar. Depois tem que tentar manter uma amizade com um ou outro, com o traficante ali,*

com um ou outro ali, isso sempre ajuda. Às vezes, é mais fácil você fazer amizade com o traficante do que com o morador. O morador pode ser a chave pra você lá dentro. Mas ele não é a chave para você permanecer lá dentro. Porque o que vale, que eu sei, é a regra dos traficantes. Eles mandam, eles têm o poder dentro da comunidade. Mesmo tendo polícia. A polícia pra mim é uma pedra que a gente mesmo ‘trupica’ nela. A gente mesmo, morador, a gente mesmo ‘trupica’ nela”.

A abordagem policial é um fato marcante para todos os moradores. A cor do cabelo, a mudança de visual, tudo diz respeito a todos. Seja para morador ou ‘boyzinho’, mesmo quando o ‘favelado’ se sente no direito de mudar seu visual. O tratamento é o mesmo.

“Encosta a mão na cabeça aí, ô filho da puta, abre as ‘perna’ aí, desgraça. Ficar calado, ouvindo, para não apanhar. Quando chegam, abordam sempre assim. Parece que quer matar a gente logo. Só porque a gente mora na comunidade de traficante? Então a gente sofre essa opressão”.

Ser visto na rua com os demais jovens é condição para tornar todos iguais, não há diferença. *“Então o policial chegou, me abordou, me deu maior esparro no meio da rua, como se eu fosse um ninguém, né? Eu fiquei calado, com medo de sofrer opressão pior. Ele abordou, chutou minha perna, olhei pra ele, ele falou: se eu pegar ‘ocê’ na rua aqui de novo eu vou acabar linchando ‘ocê’, falou? Fui pra casa. Meu pai ficou com ‘mó’ carão de pau no meio da rua. O policial abordando o filho dele assim. Pro meu pai, ficou ruim demais... pra mim, pior...”*

Fica a sensação de que se ganha fama entre os moradores da comunidade. Mesmo quando todos sabem de sua conduta. Ser abordado pode significar o pertencimento ao movimento do tráfico. E ainda conviver com o fato de que as abordagens policiais são diferenciadas para as pessoas da comunidade. Se tudo parece uma questão de contexto, para Novato não há diferença na abordagem. Agressões físicas ou psicológicas são comuns.

“Então eu fico pensando, eles não abordam só a gente. Pode ser qualquer um. Meu colega mora no outro bairro. Ele veio descendo o morro. Contou com maior angústia, sabe? O cara chegou do serviço, com a mochilinha dele, cansado... só porque deram uns tiros lá... o policial ficou nervoso.

O rapaz é trabalhador mesmo, desceu com a mochila nas contas, com a marmita, roupa, sapato. O policial não quis nem saber, abriu. Não olhou nada, jogou no meio no chão, espalhou a comida, a marmita do cara no chão, ficou tudo lá.

Aí eu fico pensando: pô, o cara é trabalhador, o que custava abrir a mochila na moral, conversar? Quer abordar? Aborda. Ninguém é contra isso não, todo mundo é abordado na comunidade ou fora.

As tentativas de compreender são muitas. Mesmo a reação desrespeitosa do morador justificaria o uso da força? Ao mesmo tempo, é difícil constatar que existem diferenças nas abordagens dos moradores de comunidades e favelas, enquanto isso não acontece em outros bairros da cidade.

Há um tratamento diferenciado. Não há gritos, não há nada. E percebe que o morador da favela também é abordado de modo diferente da abordagem ocorrida no interior da favela. *“Já fui abordado, não tem um, é muito difícil eu sair assim, parece que sei lá, não sei se é a cor da pele, não sei o que é. Mas só sei que os ‘policial’ pega muito no meu pé, mesmo eu não devendo nada para eles. Até hoje eles nunca me ‘pegou’ com nada, mesmo quando eu tava vendendo droga, eles nunca me pegaram com nada”.*

Mesmo quando se tenta viver a vida comum, o cotidiano, não há diferença. Há sempre uma suspeita que ronda e amedronta, maltrata e expõe outras coisas a olho nu.

“Nós fomos pegar manga, porque aqui não tem pé de manga. A gente vai buscar longe, é um lugar livre, onde todo mundo pode apanhar manga. A gente desceu aqui, normal, todo mundo bonitão. Subi no pé de manga. Eu, um senhor de idade, ele era baiano. Eu e meu amigo, morenos. Embaixo, os meninos. Três meninos que se você olhar bem - brancos, cabelos loiros e tudo. Aí, chegaram os policiais cercando o pedaço. Não sei pra que isso, cercar cinco pessoas. Eu olhando do pé de manga, lá de cima, ele falou assim: ‘desce daí seus ‘macaco’, desce dessa porra de árvore aí sô”.

Resta obedecer sem questionar. A abordagem durou mais de meia hora, eles ali parados, perguntando a si mesmos por que os meninos brancos foram liberados. Ao acreditar que o problema é a cor da pele, é preciso indagar também esse motivo. Isso expõe ainda mais a dúvida, pois, *“o próprio policial, só porque é policial, era um policial moreno, da cor da gente, tem coragem de chamar a gente de macaco. Um policial. A gente vê na televisão, poxa, o cara sendo julgado porque chamou de macaco. O policial quando vem abordar a gente na comunidade, ele vê a cor da pele e chama a gente de macaco? Maior absurdo a coisa, sabe?*

Às vezes, a pessoa esquece da origem dela. Um brasileiro... porque pra mim é tudo mestiço. Eu fico pensando... minha mulher é branca, a coisa fica tensa. Se as pessoas julgam, se me julgam assim por minha cor, eu tento não sentir oprimido, sabe? Tento levar minha vida em frente... eu levo na brincadeira.

Uma vez, reclamei com a vizinha que o filho dela tinha jogado pedra na minha janela, ela me disse: ‘Ah, cala a boca seu macaco, eu não vou pagar porra nenhuma não. Quem mandou por janela de vidro na beira de rua? Dá é nisso aí’. Se a pessoa fica brava comigo, levo na brincadeira. Essa mulher mesmo, se eu tivesse feito uma coisa pior, poderia ter causado uma ‘desamizade’”.

Mas, se a vida seguia lá fora, nos outros espaços da cidade, para Novato era uma vida desconhecida. *“Eu sou um cara da comunidade, ‘véi’. Eu só enxergo o que acontece aqui. Acontece alguma coisa no centro da cidade, pra mim não tem motivo nenhum para intrometer com aquilo. Tem protesto, essas coisas? A gente só sai da comunidade para protestar se tiver alguma coisa pra melhorar aqui. Mas se não tiver, a gente não sai daqui não.*

“Até pouco tempo, eu ‘tava’ num movimento assim, meio Rock and Roll. Eu freqüentava muito a Praça da Liberdade e a Praça Sete. Pra mim aquilo era lazer. Ficava até de madrugada curtindo, conversando com bastante gente, alguns riquinhos. Mas nessa vida do rock and roll, a gente fica meio assim... eu ficava meio sentido, meio que ali não era o meu lugar.

A galera do rock é uma galera muito legal, te aceita, te leva. Mas eu chegava aqui na comunidade todo de preto, os caras ‘falava’: pô, ‘véi’, não dá não viu? Todo mundo que eu conheço aqui curte funk, pagode, axé, coisa de comunidade. Você não vê muito aqui na comunidade rock and roll. Eu ficava excluído, então falei: pra mim, lá fora não presta. Pra mim não tem sentido”.

Das experiências mal sucedidas e das tentativas de ocupar os espaços da cidade, também se deparou, no principal parque da cidade, com o mesmo tratamento. Era um domingo, levava o violão. Mas o Guarda Municipal, sempre rondando, aproximando. Há sempre a suspeita em torno das drogas. Mesmo quando ali só havia alguns jovens e seu violão. *“Aí a gente percebe assim, ser jovem da comunidade, você tentar crescer e ser alguém na vida, e tentar não misturar muito com quem é lá de fora”.*

Ser acolhido pelo movimento rock and roll não bastou. Era necessário conseguir a aceitação da comunidade. Era preciso compartilhar os mesmos interesses: o funk, o pagode.

E se há algo no funk que representa a cara da comunidade, a resposta enfática é a ‘dança’. É a dança que possibilita o encontro, a reunião das pessoas. Todos dançam na rua. Isso é coisa de comunidade. *“Nossa cultura aqui é o funk. Mesmo sendo eclético, eu curto funk. Lá fora a pessoa pensa: aquele é funkeiro, não presta. Funkeiro é usuário de droga,*

funkeira apronta, rouba, mata. Funkeiro pra andar naqueles 'trink' ali é traficante. Só pensa isso. Não vê que as pessoas 'curte' o funk porque aquilo é uma cultura da comunidade.

A gente sai de carro, coloca o 'somzão altão', muita gente critica. Se a pessoa é da comunidade, passa e dá um alô. Se isso acabar, vai ficar aquele tanto de gente dentro de casa sem fazer porra nenhuma. O funk se torna a cara da comunidade porque o funk traz alegria. O que faz o funk ser a cara da comunidade é o espírito de alegria, sabe? O funk tem alegria, tem zoeira, tem apologia”.

E se o funk permite que a diversão se estenda além dos limites da comunidade, isso é feito de carro, com o som nas alturas. A alegria é ver as pessoas dançando quando o carro passa. O problema é quando se depara com a polícia. A polícia está sempre “*embaçando a gente*”.

A diversão também é rodar pelos lugares, procurar os pontos em que estão as ‘*novinhas*’. Ir ao ponto das novinhas é encontrar as meninas ousadas, que dançam funk. Uma procura que também gera polêmica. Ao retornar à comunidade, a polêmica se concentra em torno dos comentários sobre quem pegou mais mulher. “*O funk gera essas coisas, porque onde tem funk, tem ousadia. O excelente do funk pra trazer alegria pra comunidade é a ousadia*”.

Mas quando se deixa a diversão de lado, depara-se também com a impossibilidade de encontrar um emprego formal. É preciso se arranjar e inventar uma forma de ganhar dinheiro. Foi assim para Novato.

“Então, a latinha, o ponto de eu ia catar latinha foi o seguinte: na época estava dando dinheiro também, então era uma coisa que eu podia assim... ir crescendo devagarzinho. Então, o que me levou a isso foi o ponto de eu não ter outra saída de emprego nem nada.

Comecei com um amigo, mas ele morreu de leucemia. Nossa família era muito unida. Às vezes eu carregava ele no carrinho de papelão, eu tinha dez anos e ele seis. Pra você ver, muito pouca idade. Ele tinha a doença dele, mas não queria morrer. A gente ia até o centro da cidade a pé, com a carroça. Eu fui percebendo” (a cidade).

“Quando eu catava latinha, eu tinha uma noção diferente da cidade. Foi uma noção boa. Tinha muita gente caridosa na rua. Ganhava roupa, brinquedo, comida. Num dia, 24 de dezembro, saímos pra catar latinha. No final da tarde, correndo pra chegar no ferro velho, chegamos lá e o cara já estava fechando o portão. Na volta foi uma alegria. Passamos numa casa para pedir comida. A mulher falou: não, moço, em pleno dia 24? Peraí... eu falei com toda elegância: sabia que eu ia ganhar alguma coisa. A pessoa olha com uma cara de dó pra gente. Foi comida, brinquedo. Uma alegria danada. Foi a maior alegria da minha vida. Meu

Deus do céu, melhor Natal da minha vida. Hoje, se eu quiser catar latinha de novo, se der na telha, eu vou de novo, sem vergonha nenhuma. Foi uma saída boa na minha vida”.

Se foi uma saída boa, também não esqueceu aquela fase ruim. “*Pena que eu tive aquela passagem ruim aos dezessete anos, mas mesmo assim, foi uma passagem bem rápida, não me arrependo, nem ‘desarrendo’ também”.*

“*Os dezessete anos de minha vida foram (um marco). Foi ruim, foi bom, foi péssimo. Também consegui minha namorada e entrei pro Fica Vivo! Pra você ver! Como é que o mundo é tão pequeno. A gente acha que o mundo é grande, não é não. É pequeno demais. Ela veio do norte. Ela morava aqui e eu nem sabia quem era. É uma coisa sem sentido a vida”.*

E se o mundo nem é tão grande, muitas vezes é preciso lidar com grandes desafios colocados a si mesmo. “*Ela é branca (a namorada). Se eu falar a verdade, eu por ser negro, nunca fiquei com uma mulher negra. Os meninos estavam comentando ali. Deus me perdoe falar uma coisa dessa, pode ser que eu ‘tô’ julgando a minha raça, mas não gosto de mulher negra não”.*

“*Todas as mulheres que eu fiquei são loiras, ruivas. Eles falam que é da cor do negão ficar com mulheres brancas, normal. Eu fico com vergonha de falar assim sobre pegar mulher negra. Eu fico pensando não querer ter um menino da mesma cor que eu. Não querer ter um menino negro não é julgar minha raça nem nada. Mas a maioria das vezes que um negão fala assim, é porque ‘tá’ pensando. Não quero ter um menino moreninho não, porque sofre demais, véi... cor preta sofre demais”.*

Seriam formas de evitar sofrimento ou impossibilidade de ver outra perspectiva? Existiria o outro lado das coisas? “*O outro lado só se essa pessoa nascer negra e rica. Mesmo assim sofre preconceito”.*

Então o dinheiro não isenta do preconceito? “*Não isenta, não. Então você fica pensando. O dinheiro num é tudo pra escapar disso não. Ser negro pra mim, a única coisa ruim é o preconceito. Tem muito motivo bom pra gente ser negro”.*

Das vantagens de ser negro, além do sucesso com as mulheres, há mais coisas. “*É vantagem também de alguns pretos, não sei, nascer com uma força esquisita. Nasceu com uma força esquisita, parece que nasce pra trabalhar. Infelizmente, na época falava assim: trabalhar. Nasceu pra sofrer”.* Mas é possível também encontrar nessa força, mais do que condição para trabalhar. Nela reside a força da determinação para superar os desafios da vida sem se destruir.

É preciso lutar contra a destruição. Ela vem de fora e também é uma força. Para um filho de pai branco e mãe negra, nascido do encontro de diferenças, é preciso lutar contra o preconceito. *“Minha mãe é africana origem dela toda”*.

Mais do que lutar contra o preconceito, é preciso perceber de onde vem e como vem. Defrontar-se com a dificuldade do lugar da diferença no mundo. Foi isso que também experimentou através do movimento rock and roll. *“Eu saía muito pra rock and roll com essa galera, via muito skinhead. A única raça que eu tenho preconceito é contra skinhead. Espancaram um amigo meu. Pega mendigo, bate no cara, ‘taca’ fogo no cara, a gente vê na televisão, a gente enxerga”*.

“Esses caras têm melhora não. Tem melhora não, porque a ideologia deles é... num é ser como Hitler, porque Hitler queria uma raça pura. Nada a ver com esses caras, não. Esses caras quer ‘ver’ o mal das pessoas mesmo. Sente prazer em ver o outro sentindo dor”. Mas se alemão era o nome usado para denominar o inimigo, *“hoje aqui na comunidade, não tem mais esse papo de alemão”*.

Isso ocorria na época da guerra intensa. Como explicar uma guerra, sem pé, sem cabeça, morando no meio do conflito? O nome ‘alemão’ era usado para denominar o inimigo, a pessoa que era de outro lugar. Hoje, não tem justificativa. Mas a guerra foi longa.

“Então, era uma guerra assim, sem pé, sem cabeça, aqui dentro. Não era nem guerra de tráfico, não sabia o que era. Era por causa de uma morte. Mataram alguém. Parente de alguém. Iam lá e vingavam. Queriam matar. Às vezes, alguém falava que era guerra de tráfico. Não era isso. Era mais acerto de contas”.

Rivalidades externas manifestadas em palavrões, apelidos, xingos. Tudo terminava em tiroteio e morte. Dos nomes e apelidos que motivavam as brigas era possível rir. Mas a situação perdia a graça porque morria muita gente.

Das conversas sobre tentativas de tomada das bocas de tráfico, nada se confirmou. Havia fatos isolados, boatos. Hoje, existem pontos isolados de guerra. Sem muitos riscos de morte para pessoas inocentes. Hoje, a guerra é direcionada aos traficantes.

Onde os traficantes dominam não se aceita covardia nem pilantragem. Roubos também não são aceitos. Mas é sempre certo que a bomba pode estourar a qualquer hora. O problema é quando a comunidade tem que segurar o rojão.

Mesmo assim, a vida mudou. Também mudou a dureza da vida. Existem as coisas que não mudam: o sorriso, a brincadeira, a graça e a alegria da vida em comunidade. É possível viver distante do passado, sem retroceder. Mas, e o futuro?

O futuro vem carregado com a esperança de uma vida melhor, com o sonho de voltar a estudar. No horizonte sempre paira a tentativa de vencer os desacertos. Há um ponto chave da vida que encontra nos estudos a abertura de novos caminhos. Mesmo quando motivos maiores levam a alguma interrupção. É sempre possível começar.

Nessa vida dura, dinheiro nem sempre é problema. Vive-se com o que se ganha. Para quem entende que o dinheiro não é o determinante de todas as coisas, é preciso também encarar a desmedida a que o consumo convoca. Embora goste de comprar roupas novas, a principal preocupação é poupar o dinheiro para enfrentar as dificuldades.

A dificuldade passada vive como uma sombra que pode surgir no futuro. É possível se preparar para ela? Para a juventude o futuro é sempre muito curto, está sempre muito próximo. Trata-se de um futuro que pode mudar de uma hora para outra. Para quem vive nessa idade, cinco anos é muito tempo para se esperar. O tempo é sempre longo. Mas o que define essa vida entre um passado nem tão distante e um futuro tão próximo?

“Ah! A minha palavra básica: um cara determinado. Hoje a palavra que mais me comove. Um cara simpático, que se determina em várias determinações. Mas a palavra que me determina hoje é ‘pai’. Pronto. Essa é a palavra que me determina hoje. E que apesar de tudo, foi e até hoje é o que me ajuda. E eu falei pouco dele.

O ponto chave da minha vida também foi o meu pai. Minha mãe, nem preciso contar muito sobre ela. É verdade que me abandonou cedo. Mas meu pai foi um grande homem, grande exemplo da minha vida. Mostrou que nunca a gente deve desistir das coisas cedo, e que nunca é tarde para um recomeço. A gente nunca pode desacreditar naquilo que a gente ‘somos’. E o que a gente pode ser na vida da gente. Ele sempre disse que é mais fácil ser homem trabalhador e honesto do que ser homem vagabundo. Ele dá exemplo. Ele nunca desistiu”.

Mas se a vida muda, as relações com as pessoas da comunidade também mudam?

“Aqui na comunidade não tenho preconceito contra os meus ‘manos’. Mas se pudesse mudar algo, tentaria acabar com o tráfico de drogas. Hoje a gente passa pressão. Passa desacerto com os tiroteios. Por causa da droga perdi amigos. Com tudo isso, eu não mudaria daqui não. De jeito nenhum. Minha vida ‘tá’ aqui dentro.

Mesmo se um dia eu ficar rico, melhor mesmo do que ainda é, sempre pode melhorar a vida gente. Mas eu acho que compraria metade dessa vila se ficasse rico. Meu colega de trabalho fala que morou em comunidade. É o único lugar que ele não arrepende de ter morado e morar. Porque aqui dentro, a gente vê a necessidade uns dos outros. Aqui todo

mundo vivencia. Aqui é um procurando ajudar o outro. Alguns poucos tentam avacalhar, mas a gente passa por cima. É só uma pedrinha baixa que a gente chuta pra longe”.

Mas a vida na comunidade também tem seus mecanismos de comunicação, proteção e vigilância. As pessoas sabem dos problemas uns dos outros, e *“eu tô conversando com você agora, garanto que alguém lá fora já sabe, já tem idéia, porque aqui é assim, nada fica escondido. Nada fica escondido. Um ajudando o outro. Por mais que a gente apanha, sofre. Acontece algum desacerto. Mas geralmente é muito pouca ‘desamizade’ aqui dentro”.*

Se a vida em uma comunidade causa esse sentimento, como definir o morador da favela? *“Eu me sinto... eu tenho orgulho de ser favelado ainda. Apesar de ter nascido na roça, hoje eu falo, cresceu, virou da favela também. Então, minha origem. Pra mim, eu sou favelado. Tenho orgulho”.*

E nessa comunidade, o que dá sustentação a essas relações? *“Um colega pediu o cartão de crédito emprestado, pagou direitinho. Aqui é sempre assim. Favelado é assim. Pra mim, favelado é um ajudando o outro. E quem é favelado e não tem orgulho de favelado, pra mim não sabe o que é ser favelado de verdade. Porque a pessoa que nasce aqui dentro, ou nasce em qualquer outra comunidade, tem e gosta de viver aqui dentro.*

Nós ‘é’ uma família aqui dentro. É o ponto chave. Uma família grande. Acontece briga, desacerto, eu vou tratar a comunidade como minha família”. Mesmo aqueles que se mudaram, por alguma condição, sempre retornam. Quanto aos que vêm de fora, chegam, querem entrar nessa comunidade. E como essa mesma comunidade recebe o estrangeiro?

“Aqui a gente não tem discriminação mais. Às vezes passa uma pessoa de carro aqui, estranha. A gente encara. Porque é uma vigilância nossa. Porque é estranho e a gente não conhece. A gente fica de olho. Se passa alguém estranho, alguém tem que saber lá em cima, tem que saber aqui embaixo”.

É necessário identificar o que é estranho e o estrangeiro. Entretanto, parece que isso não se faz sem alguma estratégia. *“Pelo jeito que a pessoa anda, jeito que a pessoa veste. A gente conhece cada um aqui dentro. Só da pessoa andar de um jeito muito simplesinho, aqui dentro a gente vê que a pessoa é de fora. Porque a pessoa que mora aqui dentro não é assim. A gente conhece o jeito da pessoa. Você desceu da vila. Eu já tinha te visto lá em cima. É uma coisa muito esquisita. Por isso a gente tem que ficar esperto na comunidade. Porque vem um cara de fora aí, desconhecido, armado pra cá, oh... é proteção de todo mundo”.*

Essa mesma comunidade também tem reações e respostas diferentes ao estrangeiro que para lá se muda, quando alguém decide morar lá. *“Igual o baiano, aqui é metade mineiro, metade baiano. Uma mistura boa. Então vai misturando, vai entrosando, a gente vai tratando*

bem. Se o neguinho é fechado, a gente tenta tratar o cara sério; se o cara é brincalhão, a gente trata como brincalhão. Vai pegando amizade. Quem vem morar aqui, a gente tenta agradar. Pra pessoa ver que a comunidade não é aquilo que os outros falam lá fora. A gente reconhece a pessoa pelo tempo que ela mora aqui. Conta pelo tempo que mora. Aqui a pessoa vem e é bem tratada. Se quiser levar alguma coisa pra espalhar pra todo mundo, a gente agradece”.

“Aqui é assim, a gente se conhece, as pessoas sabem quem é você. Eu sei quem são as pessoas. Eu converso com todo mundo. Mas aqui é assim, você chega e todo mundo sabe que você é novato. Todo mundo sabe. As pessoas te observam, vê que você é diferente, nota que é novato. Ah! Sabe sim, pelo seu jeito de andar, assim meio perdido, não é igual a gente. Outro dia mesmo os meninos desconfiaram de uma mulher sozinha no carro, procurando a boca... Então é assim, as pessoas sabem que você é novato, outras vezes te chamam de baiano, mas tem até um baiano que é baiano mesmo, mas ele é novato também (risos)”.

E naquele instante, despedindo na porta da escola, parecia que o vento lhe levara o sorriso. Uma lembrança atravessou seu pensamento. Era como se o vento tivesse espalhado as latinhas pelo asfalto. Parecia que o barulho estridente do alumínio arrastando no asfalto tivesse tocado algo mais profundo. Parecia que algum pedaço espalhado dessa estória viria se juntar aos demais.

E então recordou a morte do irmão. Um irmão que não era filho de seu pai. Aos cinco anos, viveu a morte do irmão. *“Pra mim, o ponto chave da minha vida foi essa morte. Até hoje penso que serviu de exemplo do que devo seguir, do que devo fazer. Eu podia ‘tá’ no tráfico graças à pobreza da minha família. Eu não tinha muito recurso. Morreram outros irmãos meus. Não muito por causa disso, por causa de doença”.*

Na verdade, naquele dia, estavam fugindo da cidade em que moravam. Seu irmão havia se tornado traficante. Depois de matá-lo, ameaçaram matar toda a família. Esse irmão não era filho do pai de Novato. Nessa época, Novato tinha entre cinco ou seis anos de idade. Não se recordava da época que o irmão entrou para o tráfico. Mas escutara relatos de que o pai não dera bons exemplos. Eram dois irmãos, filhos de sua mãe com esse homem.

“Eu não contei a parte, mas... ele foi da polícia. Foi policial muito tempo. Acho que ele não ganhava muito dinheiro, ou se ganhava, queria mais. A história dele é bem grande. Morreu aos 32 anos e tinha muitos filhos. Um com cada mulher. Porque no tráfico é assim. Quando a pessoa entra lá, entra com moral. Entrou pro tráfico e mandava na região.

Mandou até aparecerem algumas gangues. Antes era só ele. Tinha muita gente querendo derrubar ele. Era um traficante pesado, tinha muito dinheiro. Ele deixou um herdeiro lá. Ele não sossegava. Eram dois irmãos do mesmo pai e da nossa mãe.

Quando meu irmão morreu, esse que entrou pro tráfico, sabe? O outro irmão não pensava em outra coisa. Falava que ia matar todo mundo. Um dia meu primo avisou onde estava o cara que tinha matado nosso irmão. Esse meu irmão era mais calado, sabe? Mas não tirava aquilo da cabeça. Saiu com uma arma, foi lá e matou o cara. Sumiu no mundo. Então falaram que ia matar a nossa família toda. A gente saiu meio fugido, sabe?

Isso foi... tinha que ser? Porque meu irmão, uma coisa que a gente não acredita é briga de escola render muitos anos. O menino, que era o amigo do meu irmão lá na escola. Meu irmão bateu nele na escola. Ele passou na porta de nossa casa e falou assim: Eh... Dona Laura, seu filho pode ter certeza, que eu vou matar ele. Passou mais ou menos trinta anos, esses dois rapazes se tornaram amigos.

Assim, né? Aquela amizade falsa, meio esquisita. Ele estava com meu irmão, que mandou ele segurar a arma enquanto ia lá embaixo resolver um negócio, porque não podia descer armado. Meu irmão deixou a arma com ele. Quando meu irmão deu dois passos de costas pra ele, o cara começou a atirar nas costas dele, com a arma do meu irmão. Meu irmão correu. Não foram os tiros que matou ele. Ele correu. Lá perto do campo onde nós ‘morava’ era escuro, um matagal. Ele caiu na ribanceira e espatifou todo. Porque era muito alta a ribanceira. Então depois disso tudo, juraram matar a nossa família, pediram pra nós se ‘retirar’ ou então ia morrer todo mundo”.

E pelo cumprimento de uma promessa, seu destino parecia prometido. Era a promessa de se tornar novato!

5.5.1 Discussão do caso

Pensamos em organizar o caso de modo que a discussão sobre o mesmo se oriente por uma linha de tempo, tendo como marcadores fundamentais a infância, a adolescência e a vida de jovem adulto; ao mesmo tempo, articulamos uma linha histórica que favoreça a análise dos acontecimentos marcantes em sua vida, considerando os aspectos da segregação estabelecidos em nosso estudo, como a fuga da cidade, a morte, a migração, a aculturação, além dos cortes ou passagens centrais e constituintes de sua história.

Na infância, consideramos a fuga da cidade, o estranhamento da favela, o olhar da professora sobre ele para pensarmos a construção da segregação nos espaços formais, institucionais e sociais, operando também entre o simbólico, o real e o imaginário.

Em relação à adolescência, destacamos o encontro com o tráfico e o uso de drogas, o encontro com a polícia e com um dispositivo público via intervenção de um oficinairo do Programa Fica Vivo!, e o corte central como marca distintiva de uma passagem em sua vida aos dezessete anos, cujo efeito permite ao sujeito não se reconhecer mais no que era.

Destacamos, enquanto jovem adulto, o tempo em que o amor estabelece nova possibilidade de laço, somando-se à religião, ao trabalho e ao enlaçamento com comunidade que passa a pertencer. Tais circunstâncias apontam um saber-fazer do sujeito frente às condições de segregação com as quais se depara, diferente da violência.

A linha do tempo permite estabelecer o contexto demarcatório das situações ocorridas e a resposta do sujeito a cada uma delas; enquanto a linha histórica permite observar como o sujeito opera e produz respostas a partir dos elementos de inclusão e exclusão.

Essa operação com a análise dos dados possibilitou identificarmos a existência de elementos determinantes nos processos de segregação, pois, a alternância entre a estrutura da segregação e o campo de seus determinismos possibilita pensar como o sujeito se posiciona frente aos processos segregatórios, enquanto a ordem da contingência possibilita ou não operar fortalecendo a segregação. Há uma lógica na segregação e a mesma será discutida na conclusão do presente estudo.

Consideramos que a primeira forma identificada na história de Novato é da exclusão. Aquele que é de fora, não está incluído, experimentando no reconhecimento do Outro - a professora - o fato de que ele tem algo a oferecer. Isso se dá porque há uma trajetória anterior com marcas significantes que lhe permitem ver com outra significação o seu ser, e de tal forma consegue operar e dar outra resposta.

Desse encontro, ressaltamos o estabelecimento de uma lógica de solidariedade, tal como Freud (1921) fala acerca dos indivíduos que toleram as peculiaridades de outros membros do grupo, igualando-se e não sentindo aversão por eles, enfatizando que essa tolerância se relaciona com o tempo em que se obtém algum lucro dessa relação. Entretanto, afirma que nos casos de colaboração, foi demonstrado nos grupos que a formação de laços libidinais prolonga e solidifica a relação entre os indivíduos mais além do ponto da lucratividade.

A partir dessa lógica, Novato se apropria especularmente de seu lugar na escola, refletido no olhar da professora, sem ser alvo de chacota. Tais experiências de depreciação

não foram suficientes para desviá-lo do caminho que seguia, pois, como ressalta, a escola se tornou uma referência em sua vida, aparecendo como instituição que inclui, ensina, e com isso ele também demonstra como opera e se vira na vida.

Em relação à adolescência, ressaltamos as marcas e os acontecimentos dessa época, como já discutido no capítulo III, dos quais ninguém passa ileso: o encontro com o Outro sexo. Trata-se do encontro com um não saber sobre o Outro sexo, questão com que os adolescentes se deparam e lhes exigirá uma invenção para lidar com esse encontro sempre faltoso, sem resposta, sem manual de instruções. No caso de Novato, foi na adolescência que o encontro amoroso também instituiu uma marca importante para ele, não sem deixar evidente um ponto de sua divisão: um aspecto da segregação evidenciado na diferença da cor e da raça. O encontro amoroso implica em seu caso uma passagem definitiva e demarca uma transição em que se reconhece e encontra no Outro um campo para alojar seu gozo, assumindo funções da vida adulta que se anunciavam.

Em relação às agressões físicas vindas do outro, sua reação parece constituir uma alternativa quanto à mudança de posição, entendida também em seu sentido de ritual com valor simbólico de reconhecimento. Por outro lado, em sua experiência singular, parece se tratar de um código de condutas do qual não se escapa e no qual se vê submetido a uma ordem interna que digladia com o código de condutas externo. Há aqui uma expressão da sua divisão, seguida de uma decisão e o sujeito, mesmo dividido, se depara com uma imposição externa que vence. Tudo indica que há nesse código uma norma de que não se deve apanhar. A partir de sua decisão, Novato faz uma passagem: do lugar daquele que estava excluído da norma fazendo-se incluir a partir dela.

Ao se amparar no exemplo do irmão, pensamos se tratar da marca de uma identificação que pode ter sido resolutive na passagem para a vida adulta. Além disso, a proximidade com os moradores permitiu ser reconhecido como pertencente ao lugar – seu apelido, inclusive, denota esse reconhecimento e pertencimento. Essa passagem tem valor de ato, e ele não é mais o mesmo depois dela. Deixa de ser o ‘novato’ para se tornar o ‘menino determinado’, significante que extrai da transmissão paterna. Há uma nova nomeação, um novo lugar, um novo horizonte.

Entretanto, há uma passagem entre o reconhecimento obtido e a identificação com o lugar, através da qual o sujeito também passa a dever fidelidade a um novo código: o da lei do mais forte. Ao se sentir acuado e sem saída, ele adota a estratégia do inimigo (espelho sangrento) e se torna um deles, podendo-se dizer que, a partir daí se faz incluído, ao preço de

também participar da exclusão de outros. Essa estratégia imaginária organiza durante um tempo seu campo de significações, deixando de ser um índice posteriormente.

É importante considerar o modo como opera em relação à segregação, pois, entre exclusão e inclusão o sujeito se vale de sua relação de pertencimento e, na passagem para a vida adulta, desenvolve uma estratégia marcada pela inclusão pela via do amor – um das formas de suplência da não relação sexual. Se, por um lado, há uma indicação do modo como a exclusão opera nas suas escolhas; por outro, há o ponto em que o amor é também a possibilidade de inclusão da diferença.

Outro contexto que destacamos se refere à dificuldade dos adolescentes se separarem dos pais (Aichhorn, 1925/2006) e o desamparo daquele que não pode contar com o Outro ou experimentou seus excessos de proteção ou abandono (Tizio, 2006). No caso de Novato, a mãe se separa dos filhos, mas tudo indica que em algum momento ele também entende a separação do pai como abandono. Mas seu pai é aquele que sai para trabalhar, buscar o sustento dos filhos, sendo também um pai que é agente de alguma transmissão – trabalho, família.

Há algo próprio do campo de determinação do sujeito e com o qual responde diante da contingência. Somente após algum tempo de sua interpretação desse abandono é que se torna possível elaborar a transmissão de um referente significativo transmitido pelo pai: “determinado”. Esse tempo que o sujeito considera ‘perdido’ em sua vida pode ser pensado como um tempo de compreender onde o pai se torna, para ele, o ‘ponto chave’. É um pai que transmite e demonstra como se virar na vida, sem desistir, acreditando em si mesmo, trabalhando e sendo honesto. Diante do declínio do pai na contemporaneidade, podemos dizer que o pai de Novato teve uma importante função de transmissão, tal como formula Lacadée (2006) e isso pode ter minimizado o encontro com o pior.

Não se tratando de um desamparo radical, podemos situar a “família” como um significativo importante para ele, já que é um articulador que o organiza e o enlaça com outros jovens da comunidade, com os amigos, com o trabalho no Programa Fica Vivo!, uma vez que essa organização lhe fornece a chave do pertencimento e do respeito no lugar. Da contingência do encontro com o oficineiro do Programa Fica Vivo! podemos afirmar que o cálculo de aproximação, previsto na metodologia do programa quanto ao enlaçamento dos adolescentes a partir da figura do oficineiro, se depara com a possibilidade, do lado dos adolescentes, de aderirem ou não a ele. No caso de Novato, algo do sujeito é capturado e faz laço. Ele se insere de nova maneira na vida a partir desse encontro contingente.

Ainda em relação à perspectiva tratada anteriormente, podemos pensar a separação dos pais como determinante e o desamparo enquanto contingência, demonstrando que há algo que é próprio do sujeito em resposta a esse encontro. Tal proposição vai de encontro à ‘virada’ para o tráfico, pois, Novato afirma que a situação financeira não foi o mais importante para essa entrada, e sim seu sofrimento. A partir disso, podemos pensar que houve uma elaboração definidora de sua saída do tráfico – uma vida de sofrimento –, produzindo uma passagem para a vida de jovem adulto que possibilita viver com o que se tem. Parece haver uma experiência atravessada pela castração e orientada pelo desejo.

Se o tráfico apontava a desmedida, o sujeito encontra, com sua saída, uma nova articulação na relação com o capital e o consumo: poupar dinheiro para se resguardar das dificuldades. Ele passa de uma posição alienada a uma posição decidida. Para alguns adolescentes, o capital tem papel determinante, para Novato o sofrimento foi determinante, o que nos faz pensar que entrada e saída, inclusão e exclusão foram contingenciais.

O contato com a cidade ocorre na infância, quando Novato sai para trabalhar, realizando diferentes inserções e construindo percepções que demonstram uma diferença lógica colocada pelo lugar e pelo tempo na relação entre a cidade e a favela. Essa relação entre o sujeito, a cidade e a favela pode ser pensada a partir da poética definição de Lacan (1966) na qual afirma que “o inconsciente é Baltimore, ao amanhecer²³”. Se o esforço de Lacan é repensar o inconsciente e ligá-lo a um lugar, Laurent (2003) considera também que tal esforço inclui uma definição temporal da qual o inconsciente não está dissociado. O inconsciente é um lugar de vida, assim como a cidade, mas o tempo de nossa época é de menor profundidade, um tempo de superfície. Se o inconsciente não pára, o sujeito do inconsciente está em todos os lugares e não adere a nenhum, ele é uma pulsação significativa. Desse modo, a partir da oposição cidade/favela só é possível pensar que o sujeito está dentro na medida em que está fora.

Dessa leitura sobre a cidade, entendemos que Novato encontra o trabalho e este constitui uma fonte de inclusão e pertencimento, mas também é fonte de humilhação e segregação. A percepção apreendida da cidade se opõe ao lugar em que vive. A partir de suas relações pessoais e com a comunidade parece operar a lógica de um espaço inóspito, o espaço estrangeiro da cidade, ao qual se opõe o espaço de pertencimento comunitário, no qual a lei da

²³ Comunicação feita por Lacan (1966) no Simpósio Internacional da John Hopkins Humanities Center, Baltimore (USA).

favela se conjuga com a lei jurídica. Sua tentativa de inserção pela via do rock na cidade é uma realização dessa dicotomia.

Além disso, não podemos desconsiderar os efeitos das modificações decorrentes da expansão urbana e da mudança nos códigos de vida dos aglomerados, conforme as gerações se sucedem. Os ideais que trouxeram os primeiros migrantes para os centros urbanos não são mais aqueles que orientam os jovens dos aglomerados de hoje (Feltran, 2010). Marcados pelo gozo com os objetos tecnológicos, pelo individualismo e hedonismo contemporâneos, pela carência e pela estética da favela, esses jovens convivem com o crime como sistema de vida que os inclui em um dos códigos da comunidade. Sua lógica segregacionista articula o campo das trocas e estabelece relações de vida e morte. Em pesquisa recente sobre os sistemas de vida dos adolescentes e jovens envolvidos com o tráfico Martins, Guerra e Canuto (2015) afirmam que, nesses sistemas, a morte ocupa função estrutural, sendo chancelada socialmente uma vez que afirma sua presença na cena da cidade. Com isso, os jovens entram em circuitos nos quais a morte se instala como valor de troca, funcionando também como dispositivo regulatório.

Essa proposição sobre a lei da favela e a lei jurídica encontra importante análise na pesquisa de Feltran (2010) ao investigar a situação em que a justiça legal é substituída por instâncias de autoridade capazes de fazer justiça. Segundo o autor, a comunidade não nega a relevância do Estado de direito, cuja lei oficial é usada para garantir direitos formais, pois, o que ocorre é uma busca repertoriada da justiça enquanto decisão instrumental mais do que princípio normativo idealizado.

Segundo Feltran (2010), as normas de conduta e os dispositivos de arbítrio acerca do descumprimento das normas indicam que a lógica interna é regida de modo radicalmente distinta da lógica do direito democrático e se torna operativa nas favelas. Se o ‘mundo do crime’ insere um regime de ordenamento normativo distinto da ordem legal, é porque há legitimidade com o compartilhamento desse ordenamento. E se há uma ética no ‘mundo do crime’, sua regulação interna institui a exceção, uma vez que a justiça estatal é reconhecida, mas também é aplicada de modo desigual e ineficiente, enquanto a justiça do crime é igual para todos.

A partir dessa condição é que a relação entre a comunidade, os jovens e a polícia também pode ser discutida. A polícia surge nesse contexto como representante da violência da lei. Impõe um tratamento humilhante e legitima a condição do ‘favelado’ como segregado, excluído, destituído de direitos. O poder instituído da polícia produz um jogo entre poder e segregação. Tal foi a análise de Arendt (1949/1989) sobre a função da polícia no Estado

totalitário, funcionando como um braço paralelo do Estado, tendo o poder de identificar o ‘inimigo objetivo’ e com isso eliminá-lo. No caso do Estado democrático, a polícia fortalece a condição do favelado em seu isolamento.

O que destacamos a partir da psicanálise é a indiferença da individualidade, pois, ‘favelado’ se torna um nome para todos, indistinto, elemento que faz o conjunto dos que pertencem ao lugar, e com isso podem sofrer violações, serem abusados, morrerem. Trata-se de um retorno à situação do *homo sacer* (Agamben, 2010), que descobertos politicamente passam a fazer parte do conjunto dos excluídos. A resposta singular a essa condição generalizante nos ensina que as soluções políticas nem sempre advêm de estratégias estatais ou de movimentos coletivos. Elas *também* operam no um a um.

Quanto à abordagem policial na comunidade ou em outros espaços da cidade, além do tipo de tratamento que é dado aos moradores, também encontramos uma questão racial apontada no caso de Novato, constituindo outra fronteira invisível da segregação. Pensamos a complexidade dessa situação a partir do que tratamos no capítulo I, onde Freud (1933a/1976) afirma que, quando há a passagem da violência ao direito ou à lei, a lei enquanto força de uma comunidade é também violência, voltando-se contra aqueles que se opõem a ela. Essa violência da comunidade é condição para transição ao direito ou justiça. Mesmo quando a comunidade institui autoridades que garantam os regulamentos, tal transferência de poder não é sem violência, e se existem elementos de força desiguais na comunidade, a justiça também exprime graus desiguais de poder.

Nesse sentido, Arendt (1969/1994) afirma que o poder é a essência de todo governo, mas a violência não é. Compreendemos então que essa violência da lei visa exercer o controle sobre a comunidade, uma característica do Estado democrático sustentada nos elementos do biopoder. Ela (Arendt, 1949/1989) refere-se ao período totalitarista para pensar a incapacidade do Estado em prover uma lei que proteja aqueles que perderam a proteção de um governo, transferindo o problema para a polícia, que lançou seu irrestrito e arbitrário domínio sobre aqueles que perderam seus direitos.

No caso de nossa sociedade, esse poder de controle ainda é exercido pela polícia e, com muito mais violência, sobre aqueles que se encontram excluídos ou negligenciados em relação aos seus direitos. A autora ainda afirma que, no totalitarismo, a polícia tinha papel decisivo na transformação do inimigo objetivo. Na atualidade, pensamos que tais mecanismos de identificação do inimigo ainda prevalecem, e se não o eliminam fisicamente, podem miná-lo aos poucos e controlá-lo em espaços cada vez mais segregados, apesar de estarmos inseridos em um estado democrático de direitos...

O retorno da violência da lei contra tais comunidades, conforme análise de Zizek (2014) indica a reação brutal do poder estatal contra aqueles que ameaçam o funcionamento do Estado. Em consonância com essa lógica, Iasi (2014) afirma que há uma operação ideológica que tenta justificar a violência policial contra aqueles que contestam a ordem vigente. Sob o signo da proteção se induz o cidadão a aceitar a violência do Estado, que ao garantir a Lei e a Ordem, também produz mais violência.

Essas fronteiras invisíveis também existem entre os moradores da favela. O insulto – “macaco” – toca na questão racial enquanto um traço identificatório de uma menos valia social, partindo-se de uma posição de prejuízo. Retomamos a discussão sobre o racismo em psicanálise, a partir da discussão de Lacan (1971/2009) sobre a identificação e o objeto pequeno *a*, onde está em jogo um discurso sustentado no ideal e no objeto *a*, fazendo surgir a identificação. O que advém disso é o mais-de-gozar, que sustentará todas as formas de racismo. O que confirma a asserção de Laurent (2014) sobre o fato de que, na ascensão do racismo, encontramos o choque dos gozos, que fragmenta o laço social. Há uma dificuldade em aceitar o gozo do outro, e isso também implica a definição do que é um homem. “Macaco” seria a acepção mais próxima do que não é um homem? Ao provocar tal insulto estaria em jogo o rechaço ou medo de ser também reconhecido como não-homem?

Seguindo a reflexão lacaniana apontada por Laurent (2014), se um homem sabe o que não é um homem, está em jogo uma questão de gozo. Ao apontar o não-homem – “macaco” – a referência é o gozo do outro. O outro goza e seu gozo é apontado a partir da condição de não-homem. Esse rechaço ao não-homem, seja pela comunidade, seja pela polícia, é a constatação da diferença dos modos de gozo, em relação ao qual as reações civis e estatais se constituem, obviamente, em diferentes magnitudes. E por não saberem a natureza do seu gozo, pode-se instituir a barbárie, o racismo, o insulto, o preconceito.

Em continuidade a essa análise, destacamos o ponto em que o encontro amoroso com uma mulher branca constitui um ponto de enlace por fora dessa marca relacionada à raça, uma vez que Novato atribui o sofrimento inerente ao fato de ser negro; ressaltando também as suas vantagens a partir da sexualidade e da força física. Portanto, a raça é uma determinação importante e forte para esse sujeito se incluir e/ou se segregar, pois, como demonstrado no caso, o sujeito opera por dois modos, dentro e fora, pela exclusão e pela inclusão.

Ao mesmo tempo, surgem as condições para expressão de preconceitos e para a constituição de comunidades de gozo. O preconceito vem da dificuldade de marcar e situar o lugar da diferença no mundo. No caso de Novato, transitar pelo *rock and roll* possibilita experimentar o encontro com as diferenças que estão no espaço da cidade. Ele fala do

preconceito contra os *skinheads* e o situa do seu lado. E ao mesmo tempo, experimenta a dificuldade de pertencer a um mundo tão oposto à realidade de sua comunidade. Aderir ao *funk* se mostra, assim, condição para manter o seu pertencimento, abrindo mão do *rock and roll*, ensaio de trânsito pelas fronteiras invisíveis da cidade. Podemos pensar, nesse caso, que Novato nos apresenta diferentes comunidades de gozo encontradas na sua circulação pela cidade: a dos *skinheads*, a do rock e a do funk.

A partir desse gozo que é comungado, pensamos o funk como indicativo da construção de uma língua. Ali onde não há, o sujeito se faz. O funk demonstraria que o sujeito tem de construir uma língua ou um dialeto, além de gírias ou apelidos que excluem o outro e fundam um novo território, onde só aqueles que compartilham essa língua se reconhecem. Se o funk é a cara da comunidade, é também expressão da cultura, e incorpora a exclusão e o preconceito. Por outra via, o corpo e a dança são índices de pertencimento que implicam novos processos identificatórios com a cultural local.

Pensamos na análise de Lacadée (2006) sobre essa posição adotada por alguns adolescentes de nossa modernidade, que atacam de maneira irônica a raiz da linguagem e do laço social. Dessa relação direta com a língua, do significante como causa de gozo, e de modo paradoxal, fazem valer seus seres de *sinthoma*, aos quais se reduzem, inventam soluções reparadoras e vitais, muitas vezes em um impasse, a partir do que nomeamos Nome-do-Pior.

Nesse contexto, Lacadée (2006) afirma que se trata da busca por assegurar sua certeza de gozo, usando uma língua codificada que representa para eles a autoridade, já que o saber do outro não representa mais a autoridade. Nessa provocação linguageira estabelecida nessas comunidades de gozo, o insulto através da língua, denuncia os semblantes do Outro e dificulta a comunicação. O que é evidenciado nas diversas formas de organização dessas comunidades de gozo, resultado dos processos segregatórios.

Como forma de comparação, o caso também permite opor as comunidades que se organizam em torno de modos de gozo à percepção de Novato sobre o mundo fora do lugar onde vive. Além da religião e do amor como elementos de inclusão, esse mundo lá fora visto como ‘nada’ é também uma interpretação do risco e da contingência do encontro com o pior (drogas, prisão, preconceito), significando também uma ausência de perspectiva de pertencimento político mais amplo, o que fortalece seu pertencimento ao agrupamento familiar e comunitário como forma de proteção.

No mundo lá fora, há o risco de se deparar com o medo do outro, onde as fronteiras invisíveis da segregação levam à negação da sua origem e da sua moradia. Novato nos apresenta a lógica do território e da segregação. Mesmo quando fala de um lugar onde não

mora ou quando fala do lugar onde mora, cabe ressaltar que a geografia não é a do estrangeiro de outro país. Sua referência são as novas fronteiras invisíveis que a cidade cria.

Frente a isso, Santos (2011) define a existência de redes de caminhos e redes de cidades, e estas se organizam conforme as hierarquias, a distribuição territorial dos indivíduos, suas classes sociais e seu poder aquisitivo. A noção de rede urbana ou sistema de cidade não tem a mesma validade para a maioria das pessoas, pois, o acesso a bens e serviços se distribui conforme a hierarquia urbana, o lugar socioeconômico e geográfico.

A idéia da mobilidade ou do imobilismo dentro das cidades acompanha a idéia de território. Este, segundo Santos (2011), pressupõe uma instrumentação que atribui aqueles bens e serviços a todos os habitantes. Mas quando a distribuição desse acesso é incompleta, a cidade também é incompleta, pois, “para alguns moradores menos móveis, a cidade é impalpável” (p. 90), impondo-se como um amontoado de signos desconstruídos. Também age para limitar a ação de uns mais do que para facilitar a inserção de outros.

Quando esses espaços são deixados ao jogo do mercado, Santos (2011) afirma que são espaços sem cidadãos, consagrando desigualdades e injustiças. Nessa rede urbana existem aqueles que utilizam a metrópole como um todo e aqueles que por falta de meios só a utilizam parcialmente; enquanto alguns utilizam os recursos, outros não podem utilizá-los. Se a rede urbana e a rede de serviços são reais para uns, existem aqueles para quem isso não é uma realidade. Para o autor, estes são chamados cidadãos incompletos. Dessa forma, pensamos que a lei que gera essa segregação deixando descoberto esse sujeito, não é apenas a lei do Estado, mas também a do senso comum, da sociedade, do mercado, do crime, convivendo ambas no processo de exclusão. Assim, a relação de cada sujeito com a incompletude da cidade se articula à própria incompletude do Outro, ao impossível da linguagem, podendo se materializar na experiência com o território, a partir da qual, pela via dos significantes e do gozo que presentificam seu corpo no mundo, o sujeito vai se desenhar.

Dessa geografia desenhada nos contornos da cidade, Novato nos mostra os riscos de ser estranho em um lugar, apontando as estratégias de entrada e o modo de ser aceito, participando das normas do lugar, valendo-se das estratégias do seu lugar de origem. Ele se submete aos códigos do novo território e demonstra que essa nova geografia desenha fronteiras invisíveis da segregação e cada lugar produz seus mecanismos, estratégias e normas próprias, face às quais ele apresenta seus recursos subjetivo-políticos de ação e reação.

Encontramos no caso uma lógica de pertencimento fortalecida pelo distanciamento dos demais espaços da cidade, onde a não-participação política na cidade leva à construção de referências comunitárias e, ao mesmo tempo, favorece mecanismos de autosegregação, na

ausência da dimensão de pertencimento político no mundo. Nesse caso, perguntamos: trata-se de uma marca do contemporâneo ou de uma lógica do aglomerado?

Essa mesma lógica de autosegregação também é encontrada nas comunidades de gozo, como a galera do rock, fortalecida pela rejeição da comunidade ao que é de fora. Desse modo, o funk também seria uma maneira de demonstrar o não pertencimento político no mundo ou a produção identificatória que contribui para fortalecer comunidades segregadas.

Encontramos a experiência de uma perda de sentido característica da contemporaneidade que combina o processo de inclusão e exclusão com o pertencimento orientado por rígidos processos de identificação imaginária. Tal situação é evidente nas experiências malsucedidas de inclusão e ocupação em outros espaços da cidade, confirmando o fato de que pertencer a uma comunidade implica não se ‘misturar’ com quem não pertence a ela.

Entendemos que se trata de uma perspectiva estreita de futuro, condicionada por um código delimitado e aparentemente imutável, que articula o dentro (da comunidade) e o fora (na cidade), como se fossem dois conjuntos quase sem intercessão – e não como geograficamente, de fato, são: o aglomerado como um subconjunto da cidade.

Se a comunidade porta uma lógica de pertencimento, seu valor está no elemento de inclusão, mas ela também porta uma lógica de segregação. Na história de Novato, a família é um elemento de inclusão, enquanto estudar é um elemento de inclusão e de segregação. Tomando a comunidade em seu valor de família, Novato mantém os laços afetivos e se inclui de forma ampliada, garantindo seu pertencimento comunitário. Porém, em seu ideal de mudar a comunidade, pensar na eliminação do mal, encarnado no tráfico, é também um exercício de segregação. Demonstrar um modo de segregar, que isola o tráfico como se o mal fosse isolado ali, como se não fosse parte da vida comunitária, bastando eliminá-lo para encontrar o bem comunitário, não deixa de ser um valor-índice de exclusão – interna à exclusão que o próprio aglomerado experimenta em relação à cidade. Assim, se, para a cidade, o aglomerado contém o mal que deve ser eliminado, na comunidade, o tráfico/crime encarna esse outro mal que, fora, constitui o que pode circular dentro. Essa é uma lógica da segregação e sua reprodução se encontra na sociedade que segrega o negro, na polícia que segrega a comunidade, na comunidade que segrega o bandido.

Por um lado, a identidade comunitária isola elementos de segregação – violência e humilhação vindas da polícia – mas também inclui elementos de afeto e reconhecimento, tomados da apreensão da comunidade enquanto família, constituindo o ponto alto de orientação de sua inserção. Entretanto, a lógica do pertencimento é arregimentada pela lógica

da vigilância e do controle, constituindo a reprodução da segregação independente da estrutura econômica, independente de ser no condomínio ou na favela. Com isso, a comunidade tem reações e respostas diferentes ao estranho que surge em seu espaço, demonstrando a existência de um código de pertencimento onde quem é do lugar é incluído. Assim, o morador da favela ativamente exclui o morador do “asfalto”, numa relação de oposição segregatória pouco pensada.

A morte do irmão mais velho confirma a orientação de Novato acerca do exemplo sobre o que fazer ou não em sua vida, qual caminho seguir, demonstrando que, para uns, surge a vingança; para outros, o exemplo. A resposta que cada sujeito dará a partir disso é também um obstáculo ou uma abertura a alguma intervenção que vise uma virada, uma linha de fuga. Dependerá muito mais do modo como cada um responderá ao encontro com esse real, o que implica também uma decisão e uma escolha. Se a ameaça de morte à sua família com a conseqüente fuga é indicativa de um processo radical de segregação, devemos pensar que o efeito no âmbito do território é o abandono do espaço habitado, confirmando que a norma do crime reproduz processos de segregação dentro da própria lógica da segregação.

O caso demonstra aspectos singulares da posição do sujeito a partir de acontecimentos determinantes em relação à segregação, apontando também como o sujeito responde ao encontro com a contingência. Em todas as situações apontadas no caso, encontramos as marcas cruciais do encontro com a segregação e a maneira como o sujeito responde a esse real, configurando uma política dos corpos segregados na atualidade.

Podemos afirmar que o caso apresentado possibilita as mais diversas articulações em relação aos temas tratados em nosso estudo: violência, segregação, biopolítica, racismo, ódio, exceção, exclusão e inclusão. Além disso, possibilita identificar como os mecanismos do biopoder contemporâneo constroem as fronteiras invisíveis da segregação, determinando quando os indivíduos se tornarão inimigos, homens supérfluos ou descartáveis, ou seja, como a dimensão da política confere lugar a esse *homo sacer* contemporâneo ao mesmo tempo em que nega sua existência.

Evidencia, em outra perspectiva, como o sujeito é marcado pelo encontro com o Outro, a partir do qual insere seu ser no mundo. Corpo e palavra determinam condições de resposta e abrem ou isolam possibilidades de mudança subjetivas face aos quadros estruturais que delimitam os processos segregatórios. Nesse sentido, a psicanálise se faz parceira de um movimento político mais amplo que inclui o sujeito numa complexa trama de determinações e contingências.

Acostumados a dizer que toda regra tem exceção, para a psicanálise e para a dimensão do político, a exceção é o fundamento da regra. No caso de Novato, encontramos segregação, desamparo, separação, divisão subjetiva, afetos, sexualidade, processos identificatórios que se alternam em seu modo singular de operar entre a inclusão e a exclusão. A partir do que lhe faz exceção, o sujeito funda a sua inclusão no laço social, vinculando-se à comunidade dos homens.

Nesse sentido, o caso evidencia como o racismo se insere e se articula na vida do sujeito, mas também como esse responde de outro lugar às nomeações e lógicas de exclusão do racismo. O caso testemunha a história daqueles que subverteram a lógica da violência, demonstrando outras formas de operar no contemporâneo e na vida frente à violência. Além disso, Novato é o oficinheiro que um dia foi jovem do programa, trazendo a dupla inscrição de trajetória e o testemunho vivo de alguém que contou com referências discretas e norteadoras para sua invenção: a professora, o oficinheiro, o Programa Fica Vivo! Em todos os casos, tais referências não visavam normatizar ou enquadrar, nem prescrever o ideal a seguir. A inserção do Programa Fica Vivo! como referência discreta e não normativa é o que poderá orientar o possível para cada um, abrindo a via do desejo e adiando o encontro com a morte.

Frente a contextos de atos radicais ou ausência de orientação, queda dos ideais e exigência de novas invenções, num mundo que caminha em direção ao apagamento das diferenças, o caso estudado não ilustra uma teoria, mas ao contrário, demonstrando como o sujeito está vivamente articulado, ultrapassa a teoria e subverte a hipótese da violência.

6. CONCLUSÃO

A morte de adolescentes e jovens é uma realidade no Brasil que suscita debates, pesquisas e propostas de intervenção. A presente dissertação é resultado de uma pesquisa que se inicia tendo no horizonte a morte de adolescentes e jovens brasileiros na faixa etária de 14 a 25 anos, negros, pobres, do sexo masculino, moradores de favelas e periferias de nossas grandes cidades. Perguntamos se a violência é uma das respostas dos adolescentes e jovens aos problemas colocados pela segregação no mundo contemporâneo, sendo a morte a consequência radical da exclusão, da violência e da segregação.

Sustentada na teoria psicanalítica, a presente pesquisa propõe que os problemas colocados sejam pensados em articulação com outras áreas do conhecimento, pois, pensar as formas do político na atualidade, a partir das contribuições da psicanálise, significa considerar que a subjetividade não está dissociada dos eventos sociais e da política - ela é um fato político - e que as formas do político produzem efeitos na subjetividade contemporânea.

Procuramos identificar como as formas do político contribuem para a reprodução da segregação e como a subjetividade responde aos efeitos da segregação no mundo contemporâneo. Assim, essa investigação se sustentou na articulação teórica a partir de diferentes contextos e épocas sobre o tema da segregação articulado à adolescência, juventude, violência, ódio, racismo, vida e morte, exclusão e inclusão. O tema da nossa investigação apontou a complexidade da lógica da segregação, confrontando-se com outras respostas e possibilidades.

A articulação entre a psicanálise e a filosofia crítica moderna possibilitou sustentar a discussão da presente pesquisa, além de identificar que as mudanças na subjetividade contemporânea se articulam com as novas formas do político (Iannini & Safatle, 2015). Assim, a violência não marca só a vida de adolescentes e jovens, mas é a raiz da lógica política contemporânea (Duarte, 2004), sustentando a segregação em nossa sociedade.

Essa violência é encontrada nas formas do político (Duarte, 2004) e de nossas relações sociais, constituindo sujeitos que, por sua condição de exceção, podem ser eliminados. São condições produzidas para que alguns só encontrem seu lugar a partir de uma exclusão radical²⁴, sendo essa também a realidade dos adolescentes e jovens tratados nessa pesquisa.

Situada na raiz da política contemporânea e do Estado, essa violência é manifesta também na instituição da gestão eficaz das vidas (Zizek, 2014) e dos corpos (Foucault, 1976),

²⁴ Entendendo que uma dimensão do gozo é sempre excluída da linguagem, para todos, nomeamos de exclusão *radical* essa que *realiza* a solidão do gozo de cada um na forma plástica de destituição política na vida pública.

numa tentativa de ‘docilizar’ as pulsões e eliminar a singularidade. Mas a introdução da docilidade nesses corpos pulsantes acaba por encerrá-los na segregação, circunscrevendo-os nos lugares da cidade onde só podem reclamar suas dores na condição de expor sua ‘vida nua’ (Agamben, 2010).

A elaboração da nossa pesquisa partiu, nesse sentido, de uma revisão teórica sobre os principais termos tratados - segregação, violência, puberdade, adolescência e juventude -, tanto na teoria psicanalítica como na filosofia crítica moderna e na sociologia, considerando como esses termos foram tratados e procurando identificar as modificações ocorridas em suas formas de apreensão e articulação. A proposição de um estudo de caso e a análise dos dados em sua articulação com a teoria sustentou-se no método de pesquisa psicanalítico.

Metodologicamente, partimos do princípio orientador de que a psicanálise em sua vocação científica (Pinto, 2001) produz pesquisas e utiliza seu método de investigação aplicado, não só ao contexto do sofrimento psíquico, mas também para investigar contextos sociais e situacionais (Iannini & Safatle, 2015), realizando estudos e demonstrando como operar com as informações. Assim, recorreremos ao método da *transliteração* para analisar os dados da entrevista, desviando-nos da produção de generalizações, a fim de garantir a singularidade do caso (Vorcaro, 2010) e o que dele extraímos ou o que ele ensina para o presente estudo.

Mais do que a preocupação em definir o conceito de segregação, a psicanálise possibilita compreender o lugar daquilo que se encontra fora da normatividade sem pretender reintegrá-lo. Dando lugar ao que se encontra excluído, a psicanálise se ocupa em incluir a dimensão inconsciente/subjetiva, possibilitando pensar os efeitos da segregação no mundo contemporâneo, onde exclusão e inclusão constituem respostas do sujeito ao real.

Desse modo, a lógica da segregação pode ser pensada a partir da *negativa*, esse elemento do psíquico tratado por Freud (1925a/1976) e que nos possibilitou identificar a função do julgamento em sua estrutura, pois, negar a existência de alguma coisa é uma forma de tomar conhecimento dela. Isso não implica uma aceitação, mas significa que o julgamento leva à atribuição de valor e implica também excluir, incluir, expulsar ou negar com a finalidade de destruir, eliminar, manter à distância e isolar, o que inflete no campo social, incluindo também a pulsão de morte no centro de nossas relações, dirigida ao inimigo.

Em relação à violência, identificamos que esta se insere entre as respostas encontradas à segregação, mas também em sua causalidade, produzindo exclusão ou favorecendo a inclusão. Freud (1920) já falava que era necessária uma cota de agressividade para empreendermos mudanças societárias. Além disso, no contexto contemporâneo, novos

discursos introduzidos pelo mecanismo da massificação trazem consigo normas disciplinares e regulamentadoras, códigos que determinam a exclusão ou inclusão, concepções sanitistas e o recrudescimento do castigo. Tal situação cria condições para a identificação do inimigo a ser eliminado, aumenta a intolerância à diferença, favorece a formação de comunidades de gozo, produz isolamento e medo.

Não podemos desconsiderar que sob o efeito da articulação entre o discurso do capital e da ciência, somos confrontados com o imperativo do gozo e do consumo, reagimos a ele de maneiras diversas, mas não sem violência. Assim, no mundo das nossas relações globalizantes e a céu aberto, existem muros invisíveis para nos proteger da proximidade do outro (Zizek, 2014) e do estranho. Fora desses muros, vagueiam os restos, o lixo humano (Arendt, 1949/1989) que nossa sociedade produz, mas nega sua existência. Orientados pela lógica do biopoder, participamos da segregação do outro quando consentimos que a morte de uns sustente a vida de vários (Foucault, 1976). Isto constitui a lógica do racismo, outro ponto que surge em nossa investigação articulado à segregação.

Quanto à adolescência e juventude, os problemas colocados pela segregação possibilitaram identificar que a incidência do discurso do capital e da ciência modifica o seu lugar no mundo e as formas de operar no social incluem a violência. O efeito dessa articulação discursiva engendra um saber normativo, disciplinar e regulamentador sobre os corpos, tornando opaco o lugar da transição a que se refere a adolescência e o lugar da transformação inerente à juventude.

A peculiaridade da adolescência em relação à transgressão é subjugada à disciplina e sobre o comportamento transgressor pesam as nomeações, as classificações, as regulamentações, como se fosse possível eliminar o pulsional em cada um. Tais condições aproximam cada vez mais a adolescência e a juventude da violência. Como efeito da relação entre violência, política e segregação, surge um novo discurso que marca a adolescência e a juventude associando-as à violência e ao perigo.

Identificando essa proximidade da violência junto a esta parcela de adolescentes e jovens brasileiros, negros, pobres, do sexo masculino, moradores de favelas; verificamos que se trata de uma condição política estrutural. Os discursos contemporâneos favorecem o apagamento e a eliminação da diferença. A violência se torna uma resposta dos adolescentes e jovens frente à segregação. Como consequência, produz-se cada vez mais a patologização das condutas transgressoras (Insua, 2012), fortalecidas pela nomeação, classificação, medicalização, aprisionamento, exclusão ou morte.

Os adolescentes e jovens também se encontram à deriva frente ao imperativo de consumo, assujeitados à lógica do capital, tornando-se cada vez mais difícil situar seu lugar e sua função de transformação no mundo. Transitam pela violência criando alternativas e rotas para marcarem sua presença, abrirem as portas da cidade, embora algumas vezes a precipitação da passagem introduza um curto-circuito (Guerra et al, 2012) que leva à morte.

Além disso, consideramos que essa ausência de lugar no mundo precisa ser pensada junto ao exercício do biopoder, uma vez que o prolongamento e a gestão da vida produzem adultos que se recusam a ocupar seu lugar (Kehl, 2004). Se não há lugar para todos, existe uma lógica silenciosa que justifica a morte de alguns. Diante de problemas tão graves, a resposta do Estado brasileiro ainda é incipiente, não toca na resolução da desigualdade. Em sua função na composição social, a exclusão é necessária e, a partir dela, os adolescentes e jovens são incluídos na agenda política, embora, estruturalmente, não haja garantia para a participação de todos. Além disso, o mecanismo do biopoder, ocupado com a gestão eficaz da vida, não considera a singularidade e, sob o risco das generalizações e dos discursos moralizantes, as instituições incorrem na perpetuação da segregação.

Ao analisar o caso apresentado, realizamos uma divisão em uma linha do tempo que situa a infância, a adolescência e a vida de jovem adulto, e uma linha histórica definida por cortes e passagens centrais da sua vida. A segregação com a qual se depara é o ponto de partida na sua fuga. Ao mesmo tempo, não escapa da segregação nos espaços formais, institucionais e sociais desde a infância. O que é reafirmado nas experiências da adolescência que o confrontam com a polícia, com o tráfico de drogas e com um dispositivo público que lhe confere um lugar diferente.

Há um corte central em seu caso, na adolescência, que permite ao sujeito não se reconhecer mais no que era. Essa mudança de posição é entendida como um ritual de passagem e possui valor simbólico de reconhecimento. Mas também parece indicar que, em sua posição singular, o sujeito não escapa de um código de condutas que expõe sua divisão subjetiva. Ao realizar uma passagem, o sujeito sai do lugar daquele que estava excluído da norma fazendo-se incluir a partir de sua aposta desejante. Assim, encontra um lugar no campo do Outro a partir de sua exclusão, ao mesmo tempo em que se serve da identificação à lógica do pertencimento para se incluir e reconciliar-se com ideais e semblantes, adotando os códigos identificatórios de sua comunidade. Nessa passagem, há um valor de ato e ele já não é mais o mesmo. Com o reconhecimento e a identificação ao lugar e seus ordenamentos linguageiros, o sujeito passa a dever fidelidade a um novo código: o da lei do mais forte. Ele adota a estratégia do inimigo e se torna um deles, fazendo-se incluir ao preço de participar da

exclusão dos outros, como traficante ou como morador da comunidade. Isso se modifica no encontro com um dispositivo público que acolhe seu modo de gozo e permite nova virada, retrazendo caminhos constituídos pela identificação viril anterior.

Consideramos os aspectos subjetivos que podem ter sido resolutivos na passagem para a vida adulta, ressaltando a relação com o trabalho, com a raça, com o amor e a identificação ao exemplo dos irmãos, um importante aspecto na relação entre exclusão e inclusão, onde o sujeito extrai do conjunto o ‘exemplo’ somente na condição de estar ele mesmo excluído dele, para então se incluir. Opera como exceção e experimenta uma suspensão que lhe permite julgar e decidir seu destino, conferindo validade às respostas ao enlaçamento social, demonstrando que a inclusão se faz a partir de uma exclusão. São operações não excludentes entre si.

Analizamos os aspectos em que a subjetividade se articula à dimensão política e o modo como o sujeito opera frente à segregação. A exclusão é um índice da construção de sua inclusão, sustentada nos elementos que encontra no social (linguagem do Outro) para tecer seu enlaçamento. A lógica do pertencimento hoje demonstra processos rígidos e imutáveis que dificultam operar politicamente outras formas de negociação, reforçando a segregação. A partir daí, o sujeito partilha da mesma lógica da segregação da sociedade. Dessa operação, existem elementos determinantes, alternando entre a estrutura da segregação e o campo de seus determinismos. Com isso, a posição do sujeito frente aos processos segregatórios, enquanto marcada pela ordem da contingência possibilita, ou não, operar fortalecendo a segregação. Diante da exclusão, o sujeito opera ressignificando sua trajetória anterior e inventando novas marcas significantes que lhe permitem ver com outra significação o seu ser, e com o que opera e dá outra resposta.

Seguindo essa lógica da articulação entre subjetividade e política, também pensamos a relação entre polícia, comunidade e jovens a partir do contexto em que a violência da lei legitima a condição do favelado como segregado, excluído, fortalecendo seu isolamento. Sob a condição da indiferença da individualidade, ‘favelado’ se torna um nome para todos e um elemento que faz o conjunto dos que pertencem a um lugar, justificando as violações, abusos e mortes. Entretanto, a resposta singular a essa condição generalizante nos ensina que as soluções políticas nem sempre advêm de estratégias estatais. Elas *também* operam no um a um.

O caso aponta a diferença lógica colocada pelo lugar e pelo tempo na relação entre a cidade e a favela, evidenciando entre estas fronteiras invisíveis - que também se impõem entre os moradores da própria favela -, que os processos identificatórios e a expressão do

preconceito marcam a dificuldade de situar o lugar da diferença no mundo. Nessa geografia desenhada nos contornos da cidade, o sujeito desenvolve estratégias de entrada e saída, aceita normas e códigos, submetendo-se a estes e demonstra seus recursos subjetivo-políticos de ação, reação e invenção.

Entretanto, se destacamos no caso a decisão de um recuo em relação à participação política na cidade, consideramos que há uma perda de sentido característica da contemporaneidade que combina o processo de exclusão e inclusão com o pertencimento orientado por rígidos processos de identificação imaginária. Frente à perspectiva estreita de futuro, condicionada por um código delimitado e aparentemente imutável, articula-se o dentro e o fora – favela e cidade - como se fossem dois conjuntos sem intercessão. Além disso, a lógica de pertencimento aponta que a comunidade também porta a lógica da segregação, reproduzindo a mesma exclusão que experimenta em relação à cidade, o que confirma a lógica da segregação. Essa lógica do pertencimento é arregimentada pela lógica da violência e do controle, e a reprodução da segregação independe da estrutura econômica, podendo ocorrer no condomínio ou na favela. As reações da comunidade demonstram a existência de um código de pertencimento que inclui quem é do lugar, mas exclui o morador do “asfalto”, numa relação de oposição segregatória pouco pensada pela literatura científica.

Assim, existem pontos a partir dos quais o sujeito, na relação com o Outro, insere seu ser no mundo. Corpo e palavra determinam condições de resposta e abrem ou isolam possibilidades de mudanças subjetivas face aos quadros estruturais que delimitam os processos segregatórios. Consideramos os aspectos singulares da posição do sujeito frente aos acontecimentos determinantes em relação à segregação, mas apontamos também como o sujeito responde ao encontro com a contingência. Assim, a psicanálise se faz parceira de um movimento político mais amplo que inclui o sujeito numa complexa trama de determinações e contingências.

Essa pesquisa nos conduziu a termos já definidos, mas a partir do caso, também consideramos o que surgiu como algo novo. Mesmo se tratando de temas muito densos, que não se esgotam nesse estudo, situamos algo novo do qual a violência é portadora, a lógica da segregação reproduzida pela comunidade e entre os próprios excluídos.

A partir da hipótese central da nossa pesquisa, consideramos que há uma reprodução da violência frente às mortes em escala, onde a violência que parte dos adolescentes e jovens é resposta à violência que subjaz nos mecanismos do biopoder e que induzem à morte. Destacamos essa violência como algo novo, pois, se trata de uma violência mais brutal (Iasi; Zizek, 2014) contra a qual se responde com a própria morte. Esse mecanismo invisível faz tais

mortes parecerem acontecimentos distantes e independentes das relações introduzidas pela biopolítica, como se o braço do Estado não pudesse alcançar a alavanca capaz de estancar a escalada da morte. Essa violência é portadora de algo novo. Trata-se da capacidade que a mesma tem de encobrir os mecanismos do biopoder que fortalecem os processos de segregação e que incidem sobre a vida que se faz viver para deixar morrer. (Foucault, 1976).

Também constatamos que a adolescência e a juventude apresentam algo novo e, a partir da violência, introduzem questões para a psicanálise, para a política e para a sociedade. Tudo indica que esse novo é colocado para toda a população jovem, mas aqueles que se encontram fora da normatividade, em condições de maior desigualdade, nos ensinam que é a partir da violência que encontram um dos meios para resistir ao poder disciplinar e regulamentador. Se o ponto de resistência é através da exclusão, mantendo-se fora da normatividade; podemos dizer que a morte não é a regra, a morte é a exceção. Se a norma é a vida, alguns contrariam a norma com a morte, enquanto outros contrariam a norma resistindo como resto, pois, sendo exceção constituem a referência que funda uma nova modalidade de laço ou inscrição no político – o *homo sacer* (Agamben, 2010).

A dimensão do político permitiu analisar que o território, a cidade e a favela (Santos, 2011) possuem lógicas próprias, marcadas pela identificação, pelo pertencimento e reguladas pela distribuição do gozo, onde cada um constrói seus mecanismos de proteção, demonstrando que inclusão e exclusão favorecem o estabelecimento de códigos e normas que constituem fronteiras invisíveis. Assim como os adolescentes e jovens tratados em nossa análise, consideramos que a favela também resiste como uma chaga no coração da cidade, resistindo à normatização, à disciplina e à regulamentação, demonstrando seu lugar e sua função, seu tempo e sua modalização do espaço, nos processos de inclusão e de segregação.

Concluimos, portanto, que a segregação é estrutural, existindo em qualquer sistema social. Logo, onde há homem, há segregação. Se a psicanálise aponta a incidência do mal-estar na civilização (Freud, 1930/1974), essa tensão estabelece uma forma de organização social, enquanto os efeitos dos discursos da ciência e do capital interferem na organização das massas (Lacan, 1967b/2003), uma característica do biopoder que interfere sobre os fenômenos grupais.

Assim, o sujeito é determinado pelo inconsciente e a história pessoal que o antecede constitui no encontro entre corpo e linguagem, marcas que condicionam sua presença no laço social, a partir das quais ele orienta suas formas de satisfação – desejo/gozo. A forma como o sujeito se posiciona face aos processos segregatórios é contingente no sentido de que pode ou não operar fortalecendo a segregação ou abrindo outras possibilidades de inclusão. Entre

determinação e contingência situa-se a posição do sujeito. E isso implica sua responsabilidade.

Sendo a segregação estrutural, o sujeito consegue lidar com ela de acordo com o modo com o qual goza. Entre dois campos de determinação, o determinismo social e econômico de um lado, e o determinismo inconsciente, de outro, a resposta que o sujeito dá repercutirá no encontro contingente desses dois campos, abrindo a via de sua solução, produzindo uma resposta no laço social. No caso estudado, as situações citadas acima, a condição do ‘exemplo’, a decisão de ‘virar’ traficante, confirmam que o sujeito opera com a lógica da segregação tal como formulada na articulação entre a psicanálise e a filosofia.

Como orientação para os operadores dos dispositivos públicos, cabe ressaltar que é necessário considerar a segregação como estrutural, sem pretender eliminá-la. O modo como o sujeito se apresenta a partir de seus determinantes históricos e as respostas dadas a partir deles, seu modo de gozo, e as respostas dadas ao encontro com a contingência, sempre do lado do inconsciente, permitem pensar as soluções criadas no social, sem pretender domesticar aquilo que cabe ao sujeito, ou seja, sua decisão.

Para a continuidade de nossos estudos e futuras investigações, pensamos a segregação articulada em dois eixos – subjetividade e política – onde o sujeito opera dentro e fora, pela inclusão e pela exclusão. Essa perspectiva carece de desenvolvimento a partir dos estudos de topologia em psicanálise.

É importante destacar que algumas questões nasceram ao longo do processo de escrita da presente dissertação, bem como alguns pontos com os quais esbarramos, não sendo cuidados no presente estudo em função dos caminhos a que o tema principal nos conduziu. Carecendo de aprofundamentos e discussões futuras, destacamos que há uma especificidade do racismo no contexto brasileiro, segundo a concepção histórica e cultural de outros teóricos da atualidade. Além disso, não tratamos da segregação que recobre outras minorias, centrando nosso estudo em torno da adolescência e juventude, motivo pelo qual a questão dos judeus só foi tratada na perspectiva teórica desenvolvida pela psicanálise. Ressaltamos ainda que não tratamos da articulação e do papel da polícia na relação com o Programa Fica Vivo! por não constituir objeto de nosso estudo, detendo-nos em salientar seu papel nas relações de violência da lei evidenciadas no caso.

Embora tenhamos identificado a segregação como estrutural e operando em discurso, Novato a coloca em discurso, tal como demonstrado no caso, apontando a existência de um ponto de segregação a partir do qual faz sua entrada no tráfico, mas também responde como menino forte, que faz sucesso com as mulheres, trabalhador. Daquilo que seria para o outro

vício, ele faz disso virtude. Fazendo uso da referência do oficineiro, ele se torna uma referência.

Se a violência se mostra como condição política estrutural, se violência e segregação são estruturais, concluímos com o presente trabalho que essa mesma violência e segregação são trabalhadas em discurso. Desse modo, diante do impossível o sujeito se depara com a contingência do possível, não sucumbindo à violência e à segregação, realizando várias passagens. São possibilidades que um adolescente pode contingencialmente se valer para se posicionar, se responsabilizar. A resposta de Novato é a de um sujeito que sustenta uma posição, mostrando como coloca limite à violência e contra o seu semelhante, reagindo pontualmente e de modo transitório em sua passagem pelo tráfico, demonstrando essa incorporação da segregação e não sucumbindo a ela.

E se, de um lado, esbarramos no desejo de produzir novas respostas para os problemas da inclusão no campo das políticas públicas, de outro, confirmamos a carência de estudos comparativos sobre as práticas e experiências atuais que minimizam as situações de exclusão. Respeitando o esforço de inúmeros operadores que trabalham pela inserção dos irregulares, ressaltamos os esforços pessoais daqueles que tentam driblar os mecanismos disciplinares vigentes e avançam além da normatividade institucional.

Finalmente, deixamos uma referência ao título da presente dissertação. No estado atual de nossa sociedade, onde os mecanismos do biopoder incitam a decisão entre quem deve viver e quem deve morrer, acrescentados os efeitos do discurso do capital e da ciência, o mais-de-gozar como recurso não compartilhado por todos, emerge o nosso protagonista principal: o ódio. Esse inimigo íntimo que nos acompanha, levando à intolerância radical, à eliminação da diferença e do outro, mesmo quando isso não implica a morte física. Nesse caso, o inimigo íntimo é outra possibilidade para pensarmos a segregação, afinal, ele instaura uma condição de exceção que funciona a céu aberto e a olho nu. É assim que participamos, cada qual ao seu modo, da segregação dos demais.

REFERÊNCIA²⁵

- Aichhorn, A. (1925/2006). *Juventud desamparada*. 1ª ed. - Barcelona: Gedisa Editorial.
- Agamben, G. (2004). Estado de exceção. Tradução de Iraci D. Poleti. – 2. ed. – São Paulo: Boitempo.
- _____. (2008). O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (*Homo Sacer* III) [Trad. Selvino J. Assman]. – São Paulo: Boitempo.
- _____. (2010). *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Tradução de Henrique Burigo. – 2. ed. – Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Alberti, S. (1995). *Esse sujeito adolescente*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- _____. (2010). *O adolescente e o Outro* – 3ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. (2013). Teoria e clínica. In: *Plenária “Eficácia, não sem ética”*, X Simpósio do Programa de Pós-Graduação em Psicanálise da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (p. 1-7). Rio de Janeiro.
- Arendt, H. (1949/1989). *As origens do totalitarismo* (Trad. Roberto Raposo, 562p). São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. (1954/1992). *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- _____. (1969/1994). *Sobre a violência* (Trad. André Duarte, 114p). Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Barreto, C. S. (2004). Relatório: A responsabilidade dos jovens. In: *Jovens em análise: o encontro com o sexo, as marcas no corpo, os modos de vida* / Cristiana Pittella de Mattos, Márcia de Souza Mezêncio, orgs. - Belo Horizonte: Escola Brasileira de Psicanálise – Seção Minas, p. 82-89.
- Bauman, Z. (1998). *Modernidade e holocausto* (Trad. Marcus Penchel, 266p.) – Rio de Janeiro: Zahar.
- Cabral, M. F. M. G. (2003). Sonhos urbanos e pesadelos metropolitanos: violência e segregação na cidade do Rio de Janeiro. Barcelona: Script Nova. Recuperado em 25 de outubro de 2014 de <http://www.periodicos.capes.gov.br>
- Castro, E. A. S. (2012). Segregação socioespacial, constituição do sujeito e significação do cotidiano. *Revista Psicologia e sociedade*; vol. 24 (1); p. 75-83. Recuperado em 25 de outubro de 2014 de <http://www.periodicos.capes.gov.br>

²⁵ De acordo com o estilo APA – American Psychological Association

Corrêa, C. R. G. L. (2012). A inauguração da interlocução entre a educação e a psicanálise no Brasil: Arthur Ramos, transferência, ideal e autoridade. *Psicologia USP*; 22(4); pp.789-812. Recuperado em 25 de outubro de 2014 de <http://www.scielo.org/php/index.php>

Couto, M. (2013). Repensar o pensamento, redesenhando fronteiras. In: *Pensar a cultural* Cassiano Elek Machado, org. - Porto Alegre: Arquipélago Editorial.

Cunha, A. G.(1982). Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa. – 1ª edição. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Dicionário de psicanálise. (1998). /Elisabeth Roudinesco, Michel Plon (Trd., Vera Ribeiro, Lucy Magalhães). — Rio de Janeiro: Zahar.

Dicionário LangenscheidtsTaschen-wörterbuch. (2001) – elaborado pela Redação da Editora Langenscheidt, Berlin und München.

Diógenes, G. (1998). Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento Hip Hop. – São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto.

Duarte, A. (2004). Modernidade, biopolítica e violência: a crítica arendtiana ao presente. In: *A banalização da violência: a atualidade do pensamento de Hannah Arendt / André Duarte, Christina Lopreato, Marion Brepohl de Magalhães, orgs.* – Rio de Janeiro: Relume Dumará, p. 35-54.

Dunker, C. I. L. (2015). Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros. 1. ed. – São Paulo: Boitempo.

Elia, L. (2000). Psicanálise: clínica & pesquisa. In: *Clínica e pesquisa em psicanálise/ Sônia Alberti, Luciano Elia, orgs.* – Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos p. 19-35.

Feltran, G. S. (2010). Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. *Caderno CRH*, Salvador, v. 23, n. 58, p. 59-73.

Ferrari, I. (2007). Realidade social: a violência, a segregação e a falta de vergonha. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, vol. 7, p. 269. Recuperado em 25/10/2014 de <http://www.periodicos.capes.gov.br>

Figueiredo, A. C; Nobre, L.; Vieira, M. A. (2001). Pesquisa clínica em psicanálise: a elaboração de um método. In: *Psicanálise: Pesquisa e Clínica/ Figueiredo, A. C., org.* – Rio de Janeiro: Edições IPUB/CUCA, p. 11-23.

Foucault, M. (1975-1976/2010). Aula de 21 de janeiro de 1976. In: *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France* (Trad. Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão, 1975-1976, p. 3-54). – 2ª ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.

_____. (1975-1976/2010). Aula de 28 de janeiro de 1976. In: *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France* (Trad. Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão, 1975-1976, p. 55-71). – 2ª ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.

_____. (1975-1976/2010). Aula de 17 de março de 1976. In: *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France* (Trad. Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão, 1975-1976, p. 201-222). – 2ª ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.

Freud, S. (1886/1977). Relatório sobre meus estudos em Paris e Berlim. In: *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. I, p. 35-47). Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1956 [1886])

_____. (1888/1977). Histeria. In: *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. I, p. 77-102). Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1888)

_____. (1894/1976). As neuropsicoses de defesa. In: *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. Vol. III, p. 55-82). Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1894)

_____. (1895/1977). Projeto para uma psicologia científica. In: *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. I, p. 35-47). Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1950 [1895])

_____. (1896/1976). Hereditariedade e a etiologia das neuroses. In: *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. III, p. 163-179) Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1896)

_____. (1897/1977). Carta 56. Extratos dos documentos dirigidos a Fliess. In: *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. I, p. 327-328). Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1950[1892-1899])

_____. (1898/1976). A sexualidade na etiologia das neuroses. In: *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. III, p. 287-312). Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1898)

_____. (1905/1972). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. VII, p. 123-252). Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1905)

_____. (1908/1976). Moral sexual ‘civilizada’ e doença nervosa moderna. In: *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. IX, p. 185-208). Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1908)

_____. (1913/1974). Totem e tabu. In: *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. XIII, p. 13-194). Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1912-1913)

_____. (1914/1974). Sobre o narcisismo: uma introdução. In: *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. Vol. XIV, p. 85-119). Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1914)

_____. (1915a/1974). Nossa atitude para com a morte. In: *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. XIV, p. 327-339). Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1915)

_____. (1915b/1974). A desilusão da guerra. In: *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. XIV, p. 311-326). Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1915)

_____. (1915c/1974). As pulsões e suas vicissitudes. In: *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. XIV, p. 129-162). Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1915)

_____. (1915d/1974). O recalque. In: *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. XIV, p. 165-182). Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1915)

_____. (1915e/1974). O inconsciente. In: *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. XIV, p. 185-245). Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1915)

_____. (1918/1970). O tabu da virgindade (Contribuição à psicologia do amor III). In: *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. XI, p. 175-192). Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1918 [1917])

_____. (1919/1976). O estranho. In: *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. XVII, p. 273-318) Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1919)

_____. (1921/1976). Psicologia de grupo e análise do eu. In: *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. XVIII, p. 89-179). Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1921)

_____. (1923/1976). O Eu e o Isso. In: *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. XIX, p. 13-83) Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1923)

_____. (1925a/1976). A negativa. In: *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. XIX, p. 293-300). Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1925)

_____. (1925b/1976). Carta ao editor do centro da imprensa judaica em Zurique. In: *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. XIX, p. 364). Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1925)

_____. (1925c/1976). Por ocasião da inauguração da universidade hebraica. In: *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. XIX, p. 365). Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1925)

_____. (1926/1976). Inibições, sintomas e angústia. In: *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. XX, p. 95-201). Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em (1926 [1925])

_____. (1927/1974). O futuro de uma ilusão. In: *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. XXI, p. 13-71). Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1927)

_____. (1930/1974). O Mal-Estar na Civilização. Vol. XXI. Tradução de Jayme Salomão. ESB das obras psicológicas completas. p. 75-171. Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1930 [1929])

_____. (1933a/1976). Por que a guerra? (Einstein e Freud). In: *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. XXII, p. 237-259). Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1933 [1932])

_____. (1933b/1976). A questão de uma *Weltanschauung*. In: *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. XXII, p. 193-220). Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1933 [1932])

_____. (1933c/1976). A dissecção da personalidade psíquica. Conferência XXXI. In: *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. XXIII, p. 75-102). Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1933 [1932])

_____. (1938a/1975). Antissemitismo na Inglaterra. In: *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. XXIII, p. 337-338). Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1938)

_____. (1938b/1975). Um comentário sobre o antissemitismo. In: *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. XXIII, p. 325-329). Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1938)

_____. (1939/1975). Moisés e o monoteísmo. In: *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. XXIII, p. 13-161). Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1939 [1934-1938]).

_____. (1940/1975). A divisão do eu no processo de defesa. In: *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. XXIII, p. 305-312). Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1940 [1938])

Gallo, H. (2012). Del método y la investigación psicoanalítica. In: *El psicoanálisis y la investigación en la universidad*. - 1ª ed. – Buenos Aires: Grama Ediciones, p. 77-103.

Garcia, C. (2004). Modos de vida na periferia das grandes cidades. In: *Jovens em análise: o encontro com o sexo, as marcas no corpo, os modos de vida* / Cristiana Pittella de Mattos, Márcia de Souza Mezêncio, orgs. – Belo Horizonte: Escola Brasileira de Psicanálise – Seção Minas, p. 54-57.

Goyatá, F. J. R. (2004). As marcas no corpo... In: *Jovens em análise: o encontro com o sexo, as marcas no corpo, os modos de vida* / Cristiana Pittella de Mattos, Márcia de Souza Mezêncio, orgs. – Belo Horizonte: Escola Brasileira de Psicanálise – Seção Minas, p. 34-39.

Guerra, A. M. C. (2001). A lógica da clínica e a pesquisa em psicanálise: um estudo de caso. *Ágora*, v. IV, n. 1, jan/jun, p. 85-101. Rio de Janeiro.

Guerra, A. M. C.; Soares, C. A. N.; Pinheiro, M. C. M.; Lima, N. L. (2012). Violência urbana, criminalidade e tráfico de drogas: uma discussão psicanalítica acerca da adolescência. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 18, n. 2, p. 247-263. Recuperado em 25/10/2014 de <http://pucminas.br>

Guerra, A. M. C.; Martins, A. S. (2013). Psicanálise e política: contribuições metodológicas. *Revista Borromeu*, v. 04, p. 90-111.

Guerra, A. M. C., & Siqueira, F. G. (2014). Integração social e segregação real: uma questão para as medidas socioeducativas no Brasil. In: *Anais*, VI Congresso Internacional de Psicopatologia Fundamental e XII Congresso Brasileiro de Psicopatologia Fundamental (p. 1-7). Belo Horizonte. /MG. Recuperado em 10 de dezembro de 2015 de <http://www.psicopatologiafundamental.org/pagina-mesas-redondas-774 - ISSN 1984-3089>.

Houaiss, A., Villar, M. (2009). Dicionário Houaiss da língua portuguesa. 1ª ed. -, Rio de Janeiro: Objetiva.

Iannini, G.; Safatle, V. (2015). A psicanálise e as formas do político. In: *Cult - Revista Brasileira de Cultura*, nº 208, ano 18, p. 36-38. São Paulo: Editora Bregantini.

Iasi, M. (2014). Violência, esta velha parteira: um samba-enredo. In: *Violência* (Trad. Miguel Serras Pereira, 1. ed., p. 171-189). – São Paulo: Boitempo.

Insua, G. (2012). No patologizar la adolescencia: apuntes clínicos desde una perspectiva ética. Buenos Aires: Letra Viva.

Jaudel, N. (2014). Exclusão. In: *Um real para o século XXI* / Ondina Machado, Vera Lúcia Avellar Ribeiro, orgs. – Belo Horizonte: Scriptum, p. 142-144.

Kehl, M. R. (2004). A juventude como sintoma da cultura. In: *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação* / Regina Novaes, Paulo Vannuchi, orgs. - p. 89-114). – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

_____. (2008). A fratria órfã: conversas sobre a juventude. São Paulo: Olho d'Água.

Lacadée, P. (2006). A modernidade irônica e a Cidade de Deus. *Revista Curinga*. Escola Brasileira de Psicanálise – Seção Minas, n. 23, p. 35-54.

_____. (2011). O despertar e o exílio: ensinamentos psicanalíticos da mais delicada das transições, a adolescência. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.

Lacan, J. (1947/2003) A psiquiatria inglesa e a guerra. In: *Outros Escritos* (Trad. Vera Ribeiro, p. 106-126). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

_____. (1948/1998). A agressividade em psicanálise. In: *Escritos* (Trad. Vera Ribeiro, p. 104-126). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

_____. (1949/1998). O estágio do espelho como formador da função do eu tal como nos é revelada na experiência analítica. In: *Escritos* (Trad. Vera Ribeiro, p. 96-103). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

_____. (1950a/1998). Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia. In: *Escritos* (Trad. Vera Ribeiro, p. 127-151). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

_____. (1950b/2003). Premissas a todo desenvolvimento possível da criminologia. In: *Outros Escritos* (Trad. Vera Ribeiro, p. 127-131). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

_____. (1953/1998). Função e campo da fala e da linguagem. In: *Escritos* (Trad. Vera Ribeiro, p. 238-324). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

_____. (1954-55/2010). O Seminário, livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise (Versão brasileira de Marie Christine Laznik Penot). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

_____. (1955-56/1998). O seminário sobre “A carta roubada”. In: *Escritos* (Trad. Vera Ribeiro, p. 13-66). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

_____. (1958a/1998). A direção do tratamento e os princípios de seu poder. In: *Escritos* (Trad. Vera Ribeiro, p. 591-652). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

_____. (1958b/1998). Variantes do tratamento-padrão. In: *Escritos* (Trad. Vera Ribeiro, p. 325-364). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

_____. (1962-63/2005). O seminário, livro 10: a angústia (Trad. Vera Ribeiro). Rio de Janeiro: Zahar.

_____. (1964/1998). O Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise (Trad. MD Magno). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

_____. (1967a/2003). Proposição de 09 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola. In: *Outros Escritos* (Trad. Vera Ribeiro, p. 248-264). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

_____. (1967b/2003). Alocução sobre as psicoses da criança. In: *Outros Escritos* (Trad. Vera Ribeiro, p. 360-361). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

_____. (1968-69/2008). O Seminário, livro 16: de um Outro ao outro (Trad. Vera Ribeiro). Rio de Janeiro: Zahar.

_____. (1969-70/1992). O Seminário, livro 17: o avesso da psicanálise (Versão brasileira de Ary Roitman, consultor, Antônio Quinet). Rio de Janeiro: Zahar.

_____. (1970a/2003). Prefácio a uma tese. In: *Outros Escritos* (Trad. Vera Ribeiro, p. 389-399). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

_____. (1970b/2003). Radiofonia. In: *Outros Escritos* (Trad. Vera Ribeiro, p. 400-447). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

_____. (1971/2009). O Seminário, livro 18: de um discurso que não fosse semblante (Trad. Vera Ribeiro). Rio de Janeiro: Zahar.

_____. (1972-73/1985). O Seminário, livro 20: mais, ainda (versão brasileira de M. D. Magno). – 2. ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

_____. (1972/2003). O aturdido. In: *Outros Escritos* (Trad. Vera Ribeiro, p. 448-497). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

_____. (1973/2003). Televisão. In: *Outros Escritos* (Trad. Vera Ribeiro, p. 508-543). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

_____. (1974/2003). *Prefácio a O despertar da primavera*. In: *Outros Escritos*. (Trad. Vera Ribeiro, p. 557-559). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Laia, S. (2015). O que é “Império”, o que são “imagens”. Texto preparatório para o VII ENAPOL – Encontro Americano de Psicanálise da Orientação Lacaniana e XIX Encontro Internacional do Campo Freudiano – O Império das Imagens – São Paulo. Recuperado em 04 de fevereiro de 2016 em <http://oimperiodasimagens.com.br/pt/faq-items/o-que-e-imperio-o-que-sao-imagens-sergio-laia/>

Laurent, E. (2003). Cidades psicanalíticas. *Virtualia*, Revista Digital de la Escuela de la Orientación Lacaniana, año II, n. 8, jun./jul. 2003. (Circulação digital). Recuperado em 27 de janeiro de 2016 de <http://virtualia.eol.org.ar/008/default.asp?notas/elaurent-03.html>

_____. (2014). Racismo 2.0. In: *Lacan Cotidiano*, n. 371 (original publicado em português em 26 de janeiro de 2014). Recuperado em 15 de novembro de 2015 de <http://ampblog2006.blogspot.com.br/2014/02/lacan-cotidiano-n-371-portugues.html>

Leguil, F. (1998). Formas do desencontro; segregação, solidão e amor. In: *Revista Curinga*. Escola Brasileira de Psicanálise, Minas Gerais, nº 11, p. 5-45.

Lei n. 12.288, de 20 de julho de 2010. Estabelece o Estatuto da Igualdade Racial. Recuperado em 15 de janeiro de 2015 de www.seppir.gov.br

Lei n. 12.852, de 5 de agosto de 2013. Estabelece o Estatuto da Juventude. Recuperado em 15 de janeiro de 2015 de <http://www.juventude.gov.br/estatuto>

Martins, A. S.; Guerra, A. M. C.; Canuto, L. G. G. (2015). A guerra do tráfico como sistema de vida para adolescentes autores de ato infracional. *Cultures-Kairós* [En ligne], Les numéros, Anthropologie et psychanalyse : débats et pratiques. Recuperado em 26 de janeiro de 2016 de <http://revues.mshparisnord.org/cultureskairos/index.php?id=1092>

Mattos, C. P. (2004). Apresentação – p. 3-4. In: *Jovens em análise: o encontro com o sexo, as marcas no corpo, os modos de vida* / Cristiana Pittella de Mattos, Márcia de Souza Mezêncio, orgs. – Belo Horizonte: Escola Brasileira de Psicanálise – Seção Minas, p. 3-4.

Miller, J-A. (2012). O real no século XXI. In: *Opção Lacaniana* 63. São Paulo, p. 11-19.

_____. (2015). Em direção à adolescência. Intervenção de encerramento da 3ª Jornada do Instituto Psicanalítico da Criança (Trad. Cristina Vidigal e Bruna Albuquerque. Revisão: Ana Lydia Santiago). Recuperado em 23 de novembro de 2015 de <http://minascomlacan.com.br/blog/em-direcao-a-adolescencia/em-direcao-a-adolescencia-vers-final-2/>

Minas Gerais. (2015). Secretaria de Estado de Defesa Social. Coordenadoria Especial de Prevenção à Criminalidade. Programa de Controle de Homicídios - Fica Vivo! – Dispõe sobre a constituição do Programa Fica Vivo! e sua metodologia. Belo Horizonte.

Oliveira, T. R.; Castro, C. L. F. Introdução. (2010). In: *Políticas Públicas de Juventude: Contextos, percepções e desafios das práticas* / Teresinha R. de Oliveira, Cynthia R. B. Gontijo, Camem Lúcia F. de Castro, orgs. - Barbacena: EdUEMG; Belo Horizonte: Universidade do Estado de Minas Gerais/Faculdade de Políticas Públicas “Tancredo Neves” (série coleção institucional).

Pinto, J. M. (2001). Resistência do texto: o método psicanalítico entre a literalização e a contingência. *Ágora*, v. IV, n. 1, jan/jun, p. 77-84. Rio de Janeiro.

Ramirez, M. E. (2014). Despertar de la adolescencia: Freud y Lacan, lectores de Wedekind. – 1ª ed. – Olivos: Grama Ediciones.

_____. (2012a). Introducción. In: *El psicoanálisis y la investigación en la universidad*. - 1ª ed. – Buenos Aires: Grama Ediciones.

_____. (2012b). El principio de la investigación en psicoanálisis. In: *El psicoanálisis y la investigación en la universidad*. - 1ª ed. – Buenos Aires: Grama Ediciones.

_____. (2007). Órdenes de hierro. Ensayos de psicoanálisis aplicado a lo social. Medellín: La Carreta Editores, 174p.

Rodrigues, H.; Lazarotti, B. (2011). Políticas para a juventude no Brasil: da inserção na agenda política aos desafios impostos pelos processos de construção. In: *Fundação Guimarães Rosa. Dez olhares sobre: juventude e cultura* /Fernando Caramuru B. Fraga; José Henrique A. Rosa; Lilian Arão, orgs. – Belo Horizonte, p. 157-163.

Rosa, M. D. ((2004). A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. In: *Revista Mal-Estar e Subjetividade*. Fortaleza. v. IV, nº 2, p. 329-348.

Rosa, M. (2010). Jacques Lacan e a clínica do consumo. In: *Psic. Clin.*, vol. 22, n. 1. Rio de Janeiro, p. 157-171

Salum, M. J. G. (2009). A psicanálise e o crime: causa e responsabilidade nos atos criminosos, agressões e violência na clínica psicanalítica contemporânea. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Santos, M. (2011) O espaço do cidadão. In: *O espaço da cidadania e outras reflexões* / Elisiane da Silva, Gervásio Rodrigo Neves, Liana Bach Martins, orgs. - Coleção O Pensamento Político Brasileiro; v. 3, p. 75-204. – Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães. Recuperado em 29 de janeiro de 2016 de <http://www.fundacaoulysses.org.br/uploads/acervos/15/pdf/1440003461-1398280172-vol-03-milton-santos.pdf>

Sauret, M-J. (2003). A pesquisa clínica em psicanálise. In: *Psicologia USP*, 14(3), 89-104.

Silva, M. D. (2015). Prefácio. In: *Programa de Controle de Homicídios - Fica Vivo! – Dispõe sobre a constituição do Programa Fica Vivo! e sua metodologia*. Belo Horizonte. Documento de uso interno.

Soares, L. E. (2004). Juventude e violência no Brasil contemporâneo. In: *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação* / Regina Novaes, Paulo Vannuchi, orgs. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 130-159.

Souza, A. (2008). Os discursos na psicanálise. – ed. José Nazar. – [Reimpr.]. - Rio de Janeiro: Cia. de Freud.

Stevens, A. (2004). Adolescência, sintoma da puberdade. *Clínica do Contemporâneo. Revista Curinga*. Escola Brasileira de Psicanálise – Seção Minas, n. 20, p. 27-39.

Tizio, H. (2006). Prólogo à edição de *Juventud Desamparada*. In: *Juventud desamparada* (1ª ed., p. 9-20). - Barcelona: Gedisa Editorial.

Vieira, M. A. (2010). Os limites do ódio. In: *Paixões em análise*. - Curso livre do ICP-RJ, ministrado na EBP – Seção Rio, lição de 5 de agosto (Transcrição Anna Luiza Almeida e Silva). Recuperado em 06 de fevereiro de 2016 de http://litura.com.br/curso_repositorio/paixoes_5_idio_pdf_1.pdf

Vilaça, F. (2011). São Paulo: Segregação urbana e desigualdade. São Paulo: Estudos avançados; vol. 25; p. 37-58. Recuperado em 25/10/2014 de <http://www.periodicos.capes.gov.br>

Vorcaro, A. (2010). Psicanálise e método científico: o lugar do caso clínico. In: *Pesquisa em Psicanálise: transmissão na Universidade* / Fuad Kyrillos Neto, Jacqueline Oliveira Moreira, orgs. – Barbacena MG : EdUEMG, p. 11-23.

Waiselfisz, J. J. (2012). Mapa da violência 2012 : Os novos padrões de violência homicida no Brasil. São Paulo : Instituto Sangari ; Brasília, DF : Ministério da Justiça, 1ª ed. Recuperado em 14 de junho de 2013 de <http://mapadaviolencia.org.br/mapa2012.php>.

Zaluar, A. (2011). Violência e Juventude: uma perspectiva antropológica. In: *Fundação Guimarães Rosa. Dez olhares sobre: juventude e cultura* / Fernando Caramuru B. Fraga, José Henrique A. Rosa, Lilian Arão, orgs. – Belo Horizonte, p. 23-31.

Zizek, S. (2014). Violência (Trad. Miguel Serras Pereira). – 1. ed. – São Paulo: Boitempo.

_____. (2010). Como ler Lacan (Trad. Maria Luiza X. de A. Borges). Rio de Janeiro: Zahar.

Zlotnik, M. (2014). Racismo (um fio argentino). In: *Um real para o século XXI*. Ondina Machado, Vera Lúcia Avellar Ribeiro, orgs. – Belo Horizonte: Scriptum, p. 448-449.